

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
Campus de Presidente Prudente

**POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO E  
ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL DA ÁREA  
DA BODOQUENA EM MATO GROSSO DO SUL**

**Márcia Ajala Almeida**

Presidente Prudente

2005

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
Campus de Presidente Prudente

**POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO E  
ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL DA ÁREA  
DA BODOQUENA EM MATO GROSSO DO SUL**

**Márcia Ajala Almeida**

Orientador: Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia - Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico, para obtenção do Título de Doutora em Geografia.

Presidente Prudente

2005

Autorizo a reprodução total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha Catalográfica elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação - UNESP - FCT - Campus de Presidente Prudente

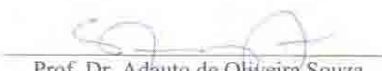
A449p	<p>Almeida, Márcia Ajala. Política de desenvolvimento e estruturação do espaço regional da área da Bodoquena em Mato Grosso do Sul / Márcia Ajala Almeida. - Presidente Prudente: [s.n.], 2005. 392 f. : il. + mapas</p> <p>Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia Orientador: Eliseu Savério Sposito</p> <p>1. Desenvolvimento regional - Mato Grosso do Sul. 2. Bodoquena - Área de desenvolvimento socioeconômico. I. Almeida, Márcia Ajala. II. Sposito, Eliseu Savério. III. Título.</p>
CDD (28.ed.) 910.12	

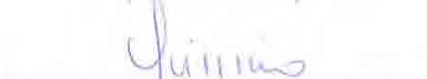
**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito  
(Orientador)

  
Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol

  
Prof. Dr. Marcio Rogério Silveira  
(UNESP-Ourinhos)

  
Prof. Dr. Adauto de Oliveira Souza  
(UFMS-Dourados)

  
Prof. Dr. Antonio Firmino de Oliveira Neto  
(UFMS-Aquidauana)

  
Marcia Ajala Almeida

Presidente Prudente (SP), 22 setembro de 2005.

Resultado: APROVADA

Para meus amores,  
Walmir,  
Delacyr, Denner e Alice,  
por “sobreviverem” às minhas ausências,  
dedico este trabalho.

## AGRADECIMENTOS

São muitos e variados agradecimentos que incluem pessoas e instituições, afetos e racionalidades, apoios específicos e pura torcida. A todos agradeço, e as citações subseqüentes não implicam ordem de importância.

Agradeço a minha família, em especial, meus pais, minhas irmãs, meus filhos e meu marido, por me incentivarem e me apoiarem nos momentos mais árduos.

Ao Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito, meu orientador, que com paciência me guiou, no mestrado e no doutoramento, especialmente, pela inestimável consideração que teve com meu próprio tempo; e pelos colóquios com o GAsPERR no intercâmbio entre seus orientandos, incentivando a discussão e o debate teórico-metodológico.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, pela concessão do financiamento por meio da outorga de bolsa e reserva técnica de doutorado para a realização da presente pesquisa.

Aos funcionários da UNESP/FCT, Campus de Presidente Prudente, em especial aos secretários do PPGG, pela paciência; e aos professores do PPGG, que contribuíram para o aperfeiçoamento das bases teórico-metodológicas.

Aos amigos que trilharam o mesmo caminho, pela ajuda mútua, em especial, Aécio R. de Melo, Agda Márcia da Silva, Alvina Denize Boeira, Ivan R. de Almeida e Silvio Simone; e, às amigas, que também compartilharam moradia, Silvia M. Carvalho, Lays R. Andriucci e Estevane de P. P. Mendes.

Aos amigos e funcionários do Campus de Aquidauana, DGC/UFMS, em especial, ao Prof. Dr. Antonio Firmino de Oliveira Neto, Diretor do Campus de Aquidauana, ao Prof. Dr. Paulo Roberto Jóia, Coordenador do Programa de Mestrado em Geografia e ao Prof. Dr. Valter Guimarães, Coordenador do Curso

de Geografia e do Curso de Especialização em Geografia, agradeço pelas orientações, por compartilharem avanços e angústias e pelo permanente incentivo à minha carreira profissional.

Ao Prof. Dr. Arthur Magon Whitacker e Prof. Dr. Antônio Nivaldo Hespanhol, pelos subsídios extremamente valiosos que me deram no exame de qualificação.

Ao amigo José Guilherme de Araújo, pelo apoio incondicional, em todas às vezes que foi solicitado, durante as atividades de campo na área da pesquisa, há mais de quinze anos.

Aos moradores da área da Bodoquena, em especial, Adalmir A. Souto, Albino F. da Silva, Alexandre de O. Lescano, Celeida P. Aranda, Deraldino Sena, Eduardo dos S. Dionízio, Elenice dos S. Dionízio, Eleri Paulino, Geraldo F. da Fonseca, Ivan V. Braga, Jesiane de M. Raul, Joaquim R. de Souza, Irineu Okaneko, João P. S. Pereira, João S. de Azevedo, Jomar S. Souza, José S. Neto, Josimar S. Albuquerque, Lenier F. de Souza, Lorinete P. dos Santos, Lucivam de Albuquerque, Luiz A. Oliveira, Luiz M. da Cruz, M. Edileuza Gomes, Mário D. S. Petrutechelli, Paulo de T. B. Ronda, Rosemeire N. Guedes, Rosinei C. Guedes, Theodoro N. Neto, Valdecir C. Campos, Vitalino Martins, Vladimir Dalateve, que gentilmente se dispuseram às entrevistas.

Aos prefeitos de Bodoquena, Ramão F. A. Martins, de Bonito, Geraldo A. Marques e de Jardim, Márcio C. Monteiro, pelo fornecimento das informações.

Ao Gerente Geral da fábrica de cimento da Camargo Corrêa Cimentos de Bodoquena, Nilton B. Terron e funcionários, Marcelo Eduardo M. Marques e Edson Oliveira, por concederem entrevistas e visitas técnicas.

Às outras instituições e órgãos públicos do Estado de Mato Grosso do Sul, mesmo sem citá-los nominalmente, agradeço a todos que contribuíram com minhas buscas e levantamentos de material documental.

*Todas nuestras vidas, todas nuestras  
actividades, están dedicadas a intentar  
afectar el futuro.*  
(Karl Popper)



## SUMÁRIO

ÍNDICE.....	x
LISTA DE QUADROS.....	xii
LISTA DE TABELAS.....	xiii
LISTA DE FIGURAS.....	xv
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	xx
RESUMO.....	xxiii
ABSTRACT.....	xxiv
APRESENTAÇÃO.....	25
1 INTRODUÇÃO.....	28
2 POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO E A AÇÃO DO ESTADO.....	52
3 A AÇÃO DO ESTADO NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO SUL- MATOGROSSENSE.....	118
4 AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA ÁREA DA BODOQUENA.....	203
5 A CAMARGO CORRÊA CIMENTOS E SUA ORGANIZAÇÃO NO ESPAÇO DE BODOQUENA.....	280
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	337
REFERÊNCIAS.....	348
ANEXOS.....	371

## ÍNDICE

LISTA DE QUADROS.....	xii
LISTA DE TABELAS.....	xiii
LISTA DE FIGURAS.....	xv
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	xx
RESUMO.....	xxiii
ABSTRACT.....	xxiv
APRESENTAÇÃO.....	25
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>28</b>
<b>2 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E A AÇÃO DO ESTADO.....</b>	<b>52</b>
2.1 Desenvolvimento e suas diferentes tipologias: uma definição conceitual.....	53
2.2 As políticas de desenvolvimento em escala macro e microrregional.....	84
2.3 O papel do Estado no desenvolvimento regional.....	103
2.4 Atores sociais e o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul.....	114
<b>3 A AÇÃO DO ESTADO NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO SUL-MATOGROSSENSE.....</b>	<b>118</b>
3.1 O Estado de Mato Grosso do Sul e sua territorialidade.....	119
3.1.1 Povoamento e colonização do Estado de Mato Grosso do Sul.....	127
3.2 Organização do espaço natural do Mato Grosso do Sul e a microrregião da Bodoquena.....	150
3.2.1 Quadro natural e suas potencialidades naturais.....	152
3.2.2 Quadro econômico e a integração regional.....	177
<b>4 AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA ÁREA DA BODOQUENA.....</b>	<b>203</b>
4.1 Organização do território e as diferenças socioespaciais na microrregião de Bodoquena e na área da Bodoquena.....	222
4.1.1 A dinâmica populacional e sua inserção nas atividades	

econômicas.....	225
4.1.2 A dinâmica econômica.....	227
4.1.3 A estrutura regional e a formação socioespacial da área da Bodoquena.....	238
4.1.3.1 Organização do espaço na cidade de Bodoquena....	241
4.1.3.2 Organização do espaço na cidade de Bonito.....	262
4.1.3.3 Organização do espaço na cidade de Jardim.....	272
<b>5 A CAMARGO CORRÊA CIMENTOS E SUA ORGANIZAÇÃO NO ESPAÇO DE BODOQUENA.....</b>	<b>280</b>
5.1 A questão da lógica locacional do empreendimento cimenteiro....	287
5.2 A estrutura organizacional da Camargo Corrêa Cimentos e sua dinâmica econômica no Estado de Mato Grosso do Sul.....	307
5.2.1 A relação entre a Camargo Corrêa Cimentos de Bodoquena e os fornecedores, subcontratados, clientes, mercado consumidor e outras empresas.....	318
5.3 A relação entre a fábrica de cimentos e a área da Bodoquena.....	326
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>337</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>348</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>371</b>
Anexo A Roteiro de entrevistas aos representantes de organizações e entidades locais, estaduais e federais - Mato Grosso do Sul.....	372
Anexo B Roteiro de entrevistas aos prefeitos dos municípios da microrregião de Bodoquena - Mato Grosso do Sul.....	373
Anexo C Roteiro de entrevista com a gerência, diretoria administrativa do setor fabril de cimento - Mato Grosso do Sul.....	374
Anexo D Lei Complementar n. 31 de 11 de outubro de 1977.....	377
Anexo E Pronunciamento quando da Criação do Estado de Mato Grosso do Sul.....	378
Anexo F Lei Complementar n. 093 de 5 de novembro de 2001.....	380

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Lei nº. 1.239, de 18 de dezembro de 1991 regulamentada pelo Decreto nº. 6.390/92 revoga a Lei nº. 701/87.....	110
Quadro 2 - Mesorregiões, microrregiões e municípios do Estado de Mato Grosso do Sul.....	123
Quadro 3 - Plano de desenvolvimento regional do município de Bodoquena (Diagnóstico).....	213
Quadro 4 - Plano de desenvolvimento regional do município de Bonito (Diagnóstico).....	214
Quadro 5 - Plano de desenvolvimento regional do município de Jardim (Diagnóstico).....	215
Quadro 6 - Plano de desenvolvimento regional da Região Sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul (Diagnóstico).....	217

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Investimentos realizados, empregos gerado e total de municípios beneficiados pelo FCO em Mato Grosso do Sul no período entre 1999 e 2002.....	109
Tabela 2 - Potencialidades econômicas das reservas minerais de Mato Grosso do Sul - 2002.....	181
Tabela 3 - Potencialidades econômicas da produção mineral de Mato Grosso do Sul - 2002.....	182
Tabela 4 - Volume produzido dos principais minerais em Mato Grosso do Sul no período de 1990 a 1998.....	183
Tabela 5 - População, área e densidade demográfica dos municípios da área da Bodoquena e microrregião de Bodoquena no Estado de Mato Grosso do Sul - 2000.....	224
Tabela 6 - População residente e situação de domicílio da área da Bodoquena e microrregião de Bodoquena no Estado de Mato Grosso do Sul em valores absolutos - 2000.....	225
Tabela 7 - População e taxas anuais de crescimento no período de 1980 a 2000 dos municípios da área da Bodoquena no Estado de Mato Grosso do Sul - 2000.....	226
Tabela 8 - Índice de desenvolvimento humano (IDH) por município da área da Bodoquena em Mato Grosso do Sul - 1991 e 2000.....	228
Tabela 9 - Arrecadação de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) e participação municipal (%) dos municípios da área da Bodoquena no Estado de Mato Grosso do Sul - 1998 - 2002..	229
Tabela 10 - Arrecadação de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) por atividade econômica do município de Bodoquena no Estado de Mato Grosso do Sul - 1998 - 2002.....	230
Tabela 11 - Arrecadação de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) por atividade econômica do município de Bonito no	

Estado de Mato Grosso do Sul - 1998-2002.....	230
Tabela 12 - Arrecadação de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) por atividade econômica do município de Jardim no Estado de Mato Grosso do Sul - 1998 - 2002.....	231
Tabela 13 - Distribuição da população de 10 anos ou mais, ocupada, segundo a atividade econômica nos municípios da área da Bodoquena no Estado de Mato Grosso do Sul - 1980 - 2000.....	232
Tabela 14 - Número de estabelecimentos e estoque de emprego, por subsetor de atividade econômica da área da Bodoquena e do Estado de Mato Grosso do Sul - 1998 - 2001.....	234
Tabela 15 - Número de estabelecimentos e estoque de emprego, por subsetor de atividade econômica dos municípios da área da Bodoquena no Estado de Mato Grosso do Sul - 1998 - 2001.....	236
Tabela 16 - Distribuição da população segundo o rendimento médio mensal nos municípios da área da Bodoquena e no Estado de Mato Grosso do Sul nos anos de 1980, 1991 e 2000.....	237
Tabela 17 - Distribuição das indústrias por ramo de atividade no município de Bodoquena - 1997 - 2001.....	248
Tabela 18 - Distribuição das indústrias por ramo de atividade no município de Bonito - 1997 - 2001.....	270
Tabela 19 - Distribuição das indústrias por ramo de atividade no município de Jardim - 1997 - 2001.....	277

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da área da Bodoquena no Estado de Mato Grosso do Sul.....	31
Figura 2 - Localização da área do Parque Nacional da Serra da Bodoquena em Mato Grosso do Sul.....	48
Figura 3 - Funções, dimensões e retroalimentação no planejamento regional segundo Boisier (1989).....	79
Figura 4 - Localização do Estado de Mato Grosso do Sul.....	120
Figura 5 - Faixa de fronteira no Estado de Mato Grosso do Sul.....	125
Figura 6 - Localização da área da Bodoquena, sudoeste do Estado, na microrregião de Bodoquena.....	129
Figura 7 - Frentes de ocupação e povoamento do Estado de Mato Grosso do Sul e primitivos habitantes.....	130
Figura 8 - Frentes de ocupação na microrregião de Bodoquena no Estado de Mato Grosso do Sul.....	145
Figura 9 - Formação da estrutura geológica do Estado de Mato Grosso do Sul e seu potencial mineral.....	154
Figura 10 - Arcabouço geológico da microrregião de Bodoquena e a área da Bodoquena.....	156
Figura 11 - Esboço geomorfológico da microrregião de Bodoquena e a área da Bodoquena.....	159
Figura 12 - Vista aérea do “Buraco das Araras” localizado no município de Jardim na BR-267, a 35 km na saída para Porto Murtinho. Fonte: Centro de Atendimento ao Turista (CAT) do município de Jardim (2003).....	162
Figura 13 - Vista das paredes internas do Buraco das Araras. Fonte: Behr (2001).....	162
Figura 14 - Topos planos da Serra da Bodoquena. Fonte: Behr (2001).....	163
Figura 15 - Vista parcial da Serra da Bodoquena no município de	

Bodoquena e os morros arredondados. Fonte: Petrutechelli (2003).....	164
Figura 16 - Tipo de solos na microrregião de Bodoquena e na área da Bodoquena.....	166
Figura 17 - Distribuição da cobertura vegetal na microrregião de Bodoquena e na área da Bodoquena.....	168
Figura 18 - Região serrana descaracterizada por intenso uso do solo para agricultura familiar, no trecho entre a fábrica de cimento e a cidade de Bodoquena. Foto: Almeida (2004).....	169
Figura 19 - Aspecto climático da microrregião de Bodoquena e da área da Bodoquena em Mato Grosso do Sul.....	171
Figura 20 - Bacia hidrográfica do Paraná e do Paraguai no Estado de Mato Grosso do Sul e sub-bacia do rio Miranda na área da Bodoquena.....	173
Figura 21 - Hidrografia da microrregião de Bodoquena e da área da Bodoquena.....	175
Figura 22 - Potencialidades econômicas do Estado de Mato Grosso do Sul e da área da Bodoquena.....	179
Figura 23 - Potencialidades econômicas das reservas minerais de Mato Grosso do Sul - 2002.....	181
Figura 24 - Potencialidades econômicas da produção mineral de Mato Grosso do Sul - 2002.....	182
Figura 25 - Volume produzido dos principais minerais em Mato Grosso do Sul no período de 1990 a 1998.....	183
Figura 26 - Conexões modais, eixos rodoviários e portuários e a hidrovia da Bacia hidrográfica do Paraná e Paraguai.....	189
Figura 27 - Complexo ferroviário do Brasil e a ferrovia no Mato Grosso do Sul.....	192
Figura 28 - Traçado do gasoduto Bolívia-Brasil no Centro Sul do Brasil.....	194
Figura 29 - Usina Termelétrica Willian Arjona em Campo Grande. Fonte:	



www. agenciapopularardenoticias.com.br.....	195
Figura 30 - Estrutura da hidrovia Tietê-Paraná.....	199
Figura 31 - Divisão política do desenvolvimento regional do Estado de Mato Grosso do Sul.....	209
Figura 32 - microrregião de Bodoquena e área da Bodoquena no Estado de Mato Grosso do Sul.....	223
Figura 33 - Cidade de Bodoquena, destacando a Avenida Manoel Rodrigues de Oliveira, no centro e ao fundo a serra da Bodoquena. Fonte: Behr (2001).....	242
Figura 34 - Área geográfica do município de Bodoquena.....	243
Figura 35 - Residencial Cohab Cherogami. Foto: Petrutechelli (2003).....	245
Figura 36 - Casas populares Cohab Morar Melhor. Foto: Petrutechelli (2003).....	245
Figura 37 - Estrutura base das obras abandonadas do Hotel Spaik do empresário José Carlos Cassiano, com início em 2000. Foto: Petrutechelli (2003).....	246
Figura 38 - Praça da Liberdade - área central da cidade de Bodoquena e prédio do Centro de Atendimento ao Turista (CAT), Casa do Artesão, Projeto Conviver, Departamento Municipal de Imprensa, Departamento de Cultura e Eventos. Foto: Petrutechelli (2003).....	247
Figura 39 - Vista panorâmica da unidade de produção de cimento da Camargo Corrêa em Bodoquena. Fonte: Behr (2001).....	249
Figura 40 - Unidade da Mineração Hori em Bodoquena. Foto: Almeida (2004).....	250
Figura 41 - Laticínio Serra da Bodoquena (Cooperquena), saída para Morraria do Sul. Foto: Petrutechelli (2003).....	251
Figura 42 - Cachoeira da Fonte no rio Salobra, fundo da Fazenda Boca da Onça. Foto: Petrutechelli (2003).....	253
Figura 43 - Vale do rio Salobra olhando da base do rapel da cachoeira Boca	

da Onça. Foto: Petrutechelli (2003).....	253
Figura 44 - Receptivo da Fazenda Boca da Onça. Foto: Petrutechelli (2003)...	256
Figura 45 - Cachoeira Boca da Onça na Fazenda Boca da Onça. Foto: Petrutechelli (2003).....	256
Figura 46 - Receptivo do Hotel Fazenda Betione. Foto: Petrutechelli (2003)..	256
Figura 47 - Cachoeira do Pedrossian no Hotel Fazenda Betione. Foto: Petrutechelli (2003).....	257
Figura 48 - Balneário Perseverança. Foto: Petrutechelli (2003).....	258
Figura 49 - Córrego Azul. Foto: Petrutechelli (2003).....	259
Figura 50 - Gruta do Urubu Rei, saída para Morraria. Fonte: www.bonitoonline.com.br.....	260
Figura 51 - Vista panorâmica da cidade de Bonito, no entorno campos de pastagens. Fonte: Behr (2001).....	263
Figura 52 - Área geográfica do município de Bonito.....	264
Figura 53 - Mapa esquemático dos principais pontos turísticos do município de Bonito.....	268
Figura 54 - Balneário Municipal de Bonito e a formação de rochas calcárias no leito do rio Formoso. Foto: Almeida (2003).....	269
Figura 55 - Leito do rio Formoso no Balneário Municipal de Bonito e os cardumes de piraputangas e dourados. Foto: Almeida (2003).....	269
Figura 56 - Área de extração de calcário a céu aberto. Fonte: Rebelo Júnior (1997).....	271
Figura 57 - Área de extração de mármore no município de Bonito. Fonte: Rebelo Júnior (1997).....	271
Figura 58 - Vista panorâmica da cidade de Jardim, destacando a Avenida Duque de Caxias. Fonte: Behr (2001).....	274
Figura 59 - Área geográfica do município de Jardim.....	276
Figura 60 - Cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna no município de Jardim. Fonte: Behr (2001).....	277

Figura 61 - Porcentagem de fluxo e segmentação do mercado de cimento no Brasil entre 1991 e 2002. Fonte: Cunha e Fernandes (2003).....	284
Figura 62 - Fluxo de caminhões carregados de cimento da Camargo Corrêa na estrada de acesso à fábrica. Foto: Almeida (2004).....	285
Figura 63 - Infra-estrutura viária em péssimo estado de conservação. Foto: Almeida (2004).....	285
Figura 64 - Porcentagem da participação dos grupos empresariais no Brasil em 2002. Fonte: BRASIL. DNPM (2002).....	286
Figura 65 - O triângulo de Weber (solução Varignon).....	290
Figura 66 - Placa indicativa da Camargo Corrêa Cimentos incentivada por meio de benefícios fiscais pelo governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Foto: Almeida (2004).....	294
Figura 67 - Vista panorâmica do entorno da fábrica e a extração de calcário e filito. Foto: Almeida (2001).....	295
Figura 68 - Início do processo de implantação da fábrica de cimento da Camargo Corrêa. Cimentos Fonte: Behr (2001).....	296
Figura 69 - Instalações do prédio do Projeto Aroeira. Foto: Almeida (2004).....	301
Figura 70 - Placa de apresentação do Projeto Aroeira fixada na entrada do prédio. Foto: Almeida (2004).....	302
Figura 71 - Área da fábrica de cimento de Bodoquena.....	309
Figura 72 - Hotel Eldorado, construído pela Camargo Corrêa e atualmente arrendado por Itaia Gil Bispo. Foto: Petrutechelli (2003).....	323
Figura 73 - Prédio do antigo Instituto de Ensino de Bodoquena, desativado. Foto: Petrutechelli (2003).....	323
Figura 74 - Atual escola municipal, adquirida por leilão pela Prefeitura Municipal de Bodoquena. Foto: Almeida (2004).....	324
Figura 75 - Clube recreativo dos funcionários da Camargo Corrêa Cimentos. Foto: Petrutechelli (2003).....	324

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABCP – Associação Brasileira de Cimento Portland
- AGB – Associação de Geógrafos Brasileiros
- BAP – Bacia do Alto Paraguai
- BDE – Banco de Dados do Estado de Mato Grosso do Sul
- BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CDI/MS – Conselho de Desenvolvimento Industrial de Mato Grosso do Sul
- CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe
- CIDEMA – Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa
- CMAD - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
- CODEMS – Companhia de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul
- CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
- COOPERQUENA – Cooperativa dos Produtores Rurais da Serra da Bodoquena
- COREDES – Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável
- DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo
- EMPAER – Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul
- ENERSUL – Empresa Energética de Mato Grosso do Sul
- FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
- FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
- FCT – Faculdade de Ciência e Tecnologia
- FERRONORTE – Ferrovia do Norte S.A.
- FES – Formação Econômica e Social
- FIEMS – Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul
- GASBOL – Gasoduto Bolívia-Brasil
- GAsPERR – Grupo Acadêmico Produção do Espaço e Redefinições Regionais
- IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal
- IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IPLAN - Instituto de Estudo e Planejamento  
MERCOESTE - Mercado do Centro-Oeste  
MERCOSUL - Mercado Comum dos países do Cone Sul  
MMA - Ministério do Meio Ambiente  
MRG - microrregião Geográfica  
NOVOESTE - Ferrovia Nova Oeste  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PCBAP - Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai  
PDLIS - Plano de Desenvolvimento Local Integral e Sustentável  
PDTUR/MS - Programa de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Mato Grosso do Sul  
PEA - População Economicamente Ativa  
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
PERGEB - Programa Especial de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília  
PIB - Produto Interno Bruto  
PIN - Programa de Integração Nacional  
PMEN - Produção de Mudanças de Espécies Nativas  
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
PNMA - Programa Nacional do Meio Ambiente  
PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável  
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente  
POLAMAZÔNIA - Programa Especial de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia  
POLOCENTRO - Programa Especial de Desenvolvimento dos Cerrados  
POLONORDESTE - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste  
PRAD - Programa de Recuperação de Áreas Degradadas  
PRDS - Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável  
PRODEGRAN - Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados  
PRODEPAN - Programa de Desenvolvimento do Pantanal  
PRODESA - Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário  
PRODETUR-SUL - Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil e Mato Grosso do Sul  
PRODOESTE - Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste  
PROGER - Programa de Geração de Emprego e Renda  
PROMAT - Programa de Desenvolvimento de Mato Grosso  
PRONAF - Programa Nacional da Agricultura Familiar  
PROSUL - Programa de Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul

PSN – Plano Siderúrgico Nacional

RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais

RFFSA – Rede Ferroviária Federal S. A.

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

SEBRAE – Serviço de Apoio às pequenas empresas de Mato Grosso do Sul

SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente

SEMADES – Secretaria de Coordenação dos Assuntos do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Mato Grosso do Sul

SEPLANCT/MS – Secretaria de Estado e Planejamento do Estado de Mato Grosso do Sul

SEPRODES – Secretaria de Estado de Produção e Desenvolvimento Sustentável

SMQAA – Sistema de Monitoramento da Qualidade do Ar e da Água

SNIC – Sindicato Nacional da Indústria do Cimento

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUDESUL – Superintendência de Desenvolvimento do Sul

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

TELEMS – Telecomunicações de Mato Grosso do Sul

UCDB – Universidade Católica Dom Bosco

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UNESP – Universidade Estadual Paulista

## RESUMO

ALMEIDA, M. A. **Política de desenvolvimento e estruturação do espaço regional da área de Bodoquena em Mato Grosso do Sul**. 2005. 392 f.. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

Com o objetivo analisar a política de desenvolvimento e a estruturação da área de Bodoquena em Mato Grosso do Sul, propõe-se verificar a influência direta e indireta da unidade fabril de cimento no território, além da importância da atividade turística na estruturação do espaço regional. Através das contribuições teóricas e empíricas, para a compreensão das políticas de desenvolvimento, analisamos a estruturação do espaço regional considerando a presença dos elementos da natureza e sociedade no processo de formação socioespacial da região. Nesse contexto, constatamos que, na implantação da fábrica de cimento, a necessidade de contratações de mão-de-obra, se constituiu em foco de desterritorialização de várias pessoas vindas de outras regiões, seja pela atração exercida para um trabalho normalmente transitório, seja pelo deslocamento forçado de suas terras e moradias, da área escolhida para ser instalada. Desterritorialização essa que também pode ser referenciada à desorganização de estruturas socioprodutivas preexistentes à implantação de tal empreendimento que poucos benefícios trouxeram para o desenvolvimento local e regional. Pelo *status quo*, o desafio, para regiões como a área da Bodoquena, está em mobilizar-se e articular-se, na construção de um projeto de desenvolvimento regional, porque as políticas públicas, por si mesmas, não podem solucionar o problema do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida, ou seja, é necessário um modelo socioeconômico e ambiental, com a participação da comunidade organizada.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Regional – Mato Grosso do Sul - Área da Bodoquena - Camargo Corrêa Cimentos.

## ABSTRACT

ALMEIDA, M. A. **Development politics and structuring of the regional space of the area of Bodoquena in Mato Grosso do Sul**. 2005. 392 f.. Thesis (Doctoral) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

With the objective to analyze the development politics and the structuring the area of Bodoquena in Mato Grosso do Sul, we intend to verify direct and indirect influences of industrial cement unit on the territory, besides the importance of the tourism activity in the structuring of regional space. Through theoretical and empiric contributions to understand development politics, we analyzed the structure of regional space considering the presence of nature and society elements in the process of partner-space formation of the area. In that context, we verified that, in the implantation of a cement factory, the need of labor recruiting was constituted focusing several people's arrivals from other areas on brazilian territory, because of attraction exercised for a work usually transitory, because of forced displacement from lands and homes, to choose an area to be installed. Deterritorialization can also be reference to the disorganization of preexistent partner-productive structures to the implantation of such enterprise that few benefits brought for local and regional development. For *status quo*, the challenge for areas as Bodoquena, it's to mobilize and articulate, in the construction of a project of regional development, as result of the public politics, for themselves, that cannot solve the problem of development and of improvement of the life quality. That is, it's necessary to have a socioeconomic and environmental model with organized community's participation.

WORD-KEY: Regional Development - Mato Grosso do Sul - Area of Bodoquena - Camargo Corrêa Cimentos.



## APRESENTAÇÃO

Este trabalho representa mais uma das etapas concluídas, que ainda na graduação teve início, com a monografia de conclusão de curso, em 1991, na UFMS, realizado sob orientação do Prof. Dr. Antonio Firmino de Oliveira Neto, em que abordamos o tema “A indústria de cimento em Bodoquena”. Isso ocorre exatamente quando da implantação da indústria na cidade de Bodoquena, momento de expectativas para a região com a chegada de um empreendimento cimenteiro, e com a possibilidade de geração de emprego e renda.

Neste trabalho constatamos que, em decorrência desse empreendimento industrial, ocorreriam sobrecargas na infra-estrutura e equipamentos urbanos disponíveis em Bodoquena, mudanças no padrão de uso e ocupação do solo urbano e uma maior utilização do sistema viário. Isso exigiria ações de planejamento dos órgãos governamentais do Estado e do Município, para assegurar níveis de investimento público, compatíveis com as receitas adicionais que seriam criadas. Uma indústria desse porte, entretanto, representaria um incremento na industrialização do estado, ao mesmo tempo em que, amplia sua auto-suficiência e consolida sua economia, além de beneficiar a matéria-prima, o calcário, agregando valor ao produto final.

Esta tese de doutorado teve como ponto de referência, a dissertação de Mestrado em Geografia “Desenvolvimento regional do Mato Grosso do Sul: o caso do cimento” (FERREIRA, 1999), sob orientação do Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito e a monografia de Especialização em Geografia “Perspectivas da indústria do cimento no Mato Grosso do Sul” (FERREIRA, 1997), sob orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto Jóia.

Num primeiro momento, analisamos o comportamento organizacional das indústrias cimenteiras no Mato Grosso do Sul mostrando a direção e as condições em que o capital se move no espaço regional. A concentração geográfica do calcário, essencial para a produção cimenteira - aliada

a outros fatores como os incentivos fiscais e redução de custos associado aos fatores condicionantes da estrutura industrial e da competição do setor foram os imperativos que determinaram a localização dos estabelecimentos industriais à produção de cimento no estado.

Já na dissertação, inserem-se uma outra questão, a do desenvolvimento regional e sua relação com a dinâmica das indústrias de cimento no estado. Dentro desse contexto, a modernização dos processos industriais e a expansão da capacidade empresarial nos levaram a reflexão da maneira como o Estado tem contribuído para que haja um equilíbrio dinâmico entre o desenvolvimento econômico e social.

Esta pesquisa no doutorado tem o objetivo de dar prosseguimento aos trabalhos anteriores, destacando as políticas de desenvolvimento e a estruturação do espaço regional sul-mato-grossense e do sudoeste do estado e a influência do ramo da indústria cimenteira e sua espacialização na área da Bodoquena.

Nesta perspectiva, esta pesquisa propõe analisar as políticas de desenvolvimento implementadas no estado, tendo como pressuposto a influência das políticas públicas na estruturação do espaço regional. Nesta análise, procuramos compreender a natureza das transformações verificadas na economia sul-mato-grossense, em virtude dos processos de modernização, diversificação e expansão, implementados nos programas e projetos desenvolvimentistas.

## 1 - INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar a política de gestão pública de desenvolvimento regional e estruturação da área de Bodoquena<sup>1</sup> em Mato Grosso do Sul, analisando a configuração do território e a sua organização do ponto de vista político, econômico e social. Propõe-se avaliar as políticas do poder local e regional no desenvolvimento econômico; verificar a influência direta e indireta da unidade fabril de cimento e seu comportamento como elemento que integra o ambiente social, físico, econômico e político; e definir a estruturação do espaço regional e sua organização na valorização do espaço.

Para tanto, ao analisar um território, como a área da Bodoquena, apontamos alguns questionamentos para reflexão: qual tem sido o papel do poder público local diante do desenvolvimento econômico na região de Bodoquena? De que maneira a empresa de produção de cimento e de turismo estão influenciando o desenvolvimento regional? As práticas da empresa privada, em níveis local e regional, são o único caminho para o desenvolvimento econômico do lugar?.

Como hipótese, a formulação de políticas sub-regionais deve permitir uma melhor redistribuição das atividades produtivas bem como uma previsão de seus efeitos. Tais políticas devem ter como pressupostos, a consolidação das estruturas produtivas e sociais nas áreas de ocupação recente, com atenção voltada essencialmente para as áreas menos desenvolvidas do ponto de vista socioeconômico e a intensificação das atividades produtivas nas áreas já consolidadas.

Esta pesquisa pretende contribuir em termos teóricos e empíricos para a compreensão das políticas de desenvolvimento na formação socioespacial sul-mato-grossense, analisando o arcabouço político e ideológico que nortearam os projetos de desenvolvimento da iniciativa pública e privada. Para tanto será

---

<sup>1</sup> O critério utilizado na definição da área de estudo como “área da Bodoquena” é explicado pela sua relação com a Serra da Bodoquena e a microrregião de Bodoquena

analisado o tema das políticas de desenvolvimento regional<sup>2</sup> estudando-se a área da Bodoquena, sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, região de influência dos municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim (figura 1).

Os municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim localizam-se na sub-bacia do rio Miranda, com uma área de 43.787 Km<sup>2</sup> localizada no sudoeste do estado, entre os paralelos de 19°15' e 22°00' sul e entre os meridianos de 54°15' e 57°30' oeste (Mato Grosso do Sul, 1990). Caracterizam-se por uma área de contigüidade territorial com o Pantanal, exibindo uma paisagem típica de regiões calcárias, formada por grutas, cavernas, rios de águas cristalinas, cachoeiras, além da diversidade de fauna e flora.

Com uma densidade demográfica média de 5,63 hab/km<sup>2</sup>, a população concentra-se nas zonas urbanas dos referidos municípios, totalizando 47.865 habitantes, representando 2,30% do total do estado. Com a crise verificada no setor agrícola a partir da década de 1980, a principal atividade econômica ligada à agricultura e à pecuária é incrementada com a atividade turística nesta área da Bodoquena. O município de Bonito destaca-se como centro turístico da região, além da exploração do mármore. Em Jardim confirma-se como centro comercial, abastecendo toda a região, servindo de entreposto de bens permanentes e de consumo. Bodoquena, município criado recentemente, destaca-se no setor agropecuário e também na indústria de exploração do calcário.

Neste trabalho, como universo da pesquisa, delimitamos os poderes local e estadual, ressaltando as empresas de exploração do calcário e de produção de cimento, além da atividade de turismo. Propomos analisar a influência direta e indireta do empreendimento cimenteiro e das outras atividades

---

<sup>2</sup> Ao nos referirmos ao “desenvolvimento regional”, essa noção deve ser compreendida em seu significado como forma territorial concreta, não ao desenvolvimento em si. Também não pode ser discutido ou estudado abstratamente. “As regiões não se desenvolvem: relações sociais dentro das regiões e entre regiões se desenvolvem”. MARKUSEN, A. Região e regionalismo: um enfoque marxista, *Espaço & Debates*, 1981, p. 97.



econômicas ligadas ao calcário e sua dinâmica regional, apresentando a estrutura e organização do espaço regional na sua forma conjuntural.

Para procedermos à análise de uma determinada região, é necessário desvendarmos as relações que envolvem os elementos que a compõem (político, econômico, sociais, históricos, etc.), identificando os mais relevantes que influenciam os processos ocorridos na área em estudo, visando à compreensão da dinâmica de uma região e como esta se desenvolveu.

Ao estudarmos uma determinada região, sua definição nos leva a considerar problemáticas como a das escalas e dos fenômenos sociais mais específicos. Neste caso, vamos conceituá-la, numa perspectiva dialética, tentando integrar aqui a dimensão natural, econômica, política e cultural, articuladas em razão de interesses econômicos.

É importante ressaltar a relevância e mesmo a necessidade de identificar um recorte espacial, ainda que não seja reconhecido como região em sentido estrito. Como afirma Santos (1996), o que faz a região é “sua coerência funcional que a distingue de outras entidades, vizinhas ou não”<sup>3</sup> Os limites são vistos como produto das transformações da vida na região.

Para Haesbaert (1999), a região, deve ser considerada como resultado da construção intelectual e da atividade humana na produção da diversidade territorial. O autor afirma que,

a questão principal será sempre a de perceber quais são os agentes e os processos que devem ser priorizados para entender as razões da diferenciação espacial e, somente a partir daí, qual a escala em que ela se manifesta como maior clareza (ou coerência).<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional, 1996, p. 194.

<sup>4</sup> HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização, **Geographia**, 1999, p. 33.

Neste sentido, é imprescindível pensar a região como região orgânica na qual um conjunto de fatores exerce uma dominância sobre a dinâmica regional. Isso significa identificar quais são esses fatores que estruturam o espaço regional.

Os municípios da área da Bodoquena foram escolhidos por suas características semelhantes e não semelhantes. Dentre as características semelhantes, tem-se a formação geológica do Grupo Corumbá sustentada por rochas calcárias denominada Serra da Bodoquena,<sup>5</sup> fator principal das potencialidades turísticas e de ocorrências de minerais não-metálicos especialmente o calcário; por serem municípios de territórios contínuos; e por formarem uma economia centrada na agropecuária, responsável pelo processo de ocupação e povoamento, especializando-se na bovinocultura de corte.

Os fatores básicos que os diferenciam é o fato do município de Bodoquena ser de colonização recente, e ter como principal atividade econômica a exploração mineral do calcário, com destaque a produção de cimento pela Camargo Corrêa Cimentos; o município de Bonito destaca-se no cenário nacional e internacional como um dos principais pólos de atividade turística, notadamente o ecoturismo e turismo de lazer; e o município de Jardim tem como principal atividade econômica o comércio, destacando-se como maior centro urbano da área da Bodoquena.

Além destes fatores que descrevem o cenário apresentado à área da Bodoquena, soma-se ainda a perspectiva das ações das políticas de desenvolvimento e do papel da empresa privada na organização do espaço geográfico, tendo como enfoque as relações entre os empreendimentos do segmento industrial de exploração do calcário e o desenvolvimento regional.

---

<sup>5</sup> A Serra da Bodoquena é definida como um estreito e longo bloco rochoso que se destaca na imensa planície pantaneira, localizada em áreas de confluências de diversos biomas com o Pantanal, o Chaco e o Cerrado, e se apresenta distribuída no sentido norte-sul, concentrando-se entre os municípios de Porto Murtinho, Bodoquena, Bonito e Jardim.

Assim, propomos uma Geografia Regional que privilegie a análise histórico-concreta, partindo da esfera da produção, para uma compreensão mais efetiva de realidades sob a influência do capitalismo, tendo como estudo de caso a área da Bodoquena, influenciada pela empresa de grande capital privado, a Camargo Corrêa Cimentos, e sua inserção no sistema.

Procurando definir uma forma de abordagem teórico-metodológica para apreensão intelectual dos fenômenos estudados, reforçada pelas idéias de Santos (1997), “da construção de um sistema intelectual que permita, analiticamente abordar a realidade, com base em um ponto de vista,”<sup>6</sup> seguimos as idéias propostas por Sposito (2000, 2001), visto que é possível se pautar em uma abordagem *histórico-crítico-dialética*.<sup>7</sup> Tal método não é único e exclusivo na pesquisa geográfica, mas fundamenta a proposta de reflexão do objeto da pesquisa. Como afirma Sposito (2001),

os geógrafos têm se pautado, para realizar suas investigações, sejam elas de busca empírica da informação geográfica, sejam de reflexão epistemológica do conhecimento elaborado, em vários paradigmas para elaborar suas idéias.<sup>8</sup>

A partir desta abordagem é possível fazer uma reflexão das ideologias desenvolvimentistas dos poderes local, regional e dos atores sociais público e privados e seu comportamento como elemento que integra os ambientes sociais, físicos, econômicos e político, bem como a estruturação e organização do espaço sul-mato-grossense.

É a partir desse esforço de entendimento da organização espacial que se produzem categorias teóricas e empíricas e que emergem acepções que,

---

<sup>6</sup> SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**, 1997, p. 62-63.

<sup>7</sup> Cf. SPOSITO, E. S. A questão do método e a crítica do pensamento geográfico. In: CASTRO, I. E.; MIRANDA, M.; EGLER, C. A. G. (Org.). **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**, 2000, p. 356-357; SPOSITO, E. S. A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na Geografia Contemporânea, **Terra Livre**, 2001, p. 99-112.

<sup>8</sup> *Ibid.*, p. 100.



mesmo restritas a contextos determinados, orientam os movimentos analíticos desenvolvidos *pela, na e para* a sociedade. Diante do exposto, Santos (1977) ao lado de outros pensadores, resgata a categoria de Formação Econômica e Social (FES), apontando-a como “[...] a mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço<sup>9</sup>”, numa análise da realidade socioespacial. Neste sentido, Corrêa (1995) nos mostra que

o mérito do conceito de formação socioespacial, ou simplesmente formação espacial, reside no fato de se explicitar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade.<sup>10</sup>

De acordo com Santos (1985), o espaço deve ser analisado do ponto de vista da forma, função, estrutura e processo numa visão integrada. Segundo o autor,

para compreender o espaço social em qualquer tempo, é fundamental tomar em conjunto a forma, a função e a estrutura, como se tratasse de um conceito único. [...] Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo. Função sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma esperada, pessoa, instituição ou coisa. Estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. Processo pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança [...] Seria errôneo supor que o trabalho de um espaço

---

<sup>9</sup> SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método, **Boletim Paulista de Geografia**, 1977, p. 81.

<sup>10</sup> CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito chave da Geografia, in CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**, 1995, p. 26.

deva ser estudado apenas através de um desses conceitos, seja ele forma, função, processo ou estrutura, isoladamente. Na verdade, a interpretação de uma realidade espacial ou de sua evolução só se torna possível mediante uma análise que combine as quatro categorias analíticas, porquanto seu relacionamento é, não apenas funcional, mas também estrutural [...].<sup>11</sup>

Neste sentido, a análise do espaço regional deve ser considerada como uma totalidade, na qual todos os elementos são interdependentes entre todas as partes. Na verdade, o que dá unidade às partes é a visão de conjunto que precede e acompanha o exercício da análise. Segundo Santos (1986),

a noção de totalidade, tornada evidente nas condições atuais da evolução capitalista, não mais permite que se cole um esparadrapo monstro para ocultar o quadro de desigualdades assim como as contradições geradas pelo próprio sistema.<sup>12</sup>

Desta maneira, a noção de totalidade permite-nos apreender a realidade, a partir das articulações entre os processos de produção espacial revelando a diversidade de interesses do capital e da sociedade.

Partindo desta premissa, é relevante considerar que o método de análise a partir do estudo da Formação Econômica e Social orienta a explicação da sociedade e do espaço respectivo. Para Santos (1986)

as FES permitem levar em conta a especificidade de cada sociedade (sua evolução particular, sua situação atual, suas relações internas e externas) tomada como uma realidade historicamente determinada, fundada sobre uma base territorial.<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup> SANTOS, M. **Espaço e método**, 1985, p. 49-58.

<sup>12</sup> SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica, 1986, p. 193.

<sup>13</sup> *Ibid.*, p. 193.

Toda e qualquer análise da sociedade deve levar em consideração a configuração espacial não só como um elemento físico, mas também como uma estrutura socialmente criada de acordo com suas necessidades. Para o autor “a sociedade não se pode tornar objetiva sem as formas geográficas”.<sup>14</sup>

A averiguação do espaço concreto da área da Bodoquena em Mato Grosso do Sul contribuirá na determinação das dinâmicas diferenciadas das políticas de desenvolvimento e da estruturação do espaço regional. Neste sentido, para refletir a questão regional consideramos que o processo de desenvolvimento regional depende da dinâmica do funcionamento do sistema socioeconômico e espacial e, este funcionamento, por sua vez, é explicado pela localização e interação das atividades econômicas e sociais sobre o espaço geográfico. Isso requer a análise empírica que identifica a estrutura cultural, política, e econômica que se desenvolveram historicamente, tanto internamente como em relação a outras regiões.

Para que haja um desenvolvimento que atenda os interesses da sociedade na região, as políticas de desenvolvimento regional, através da atuação mais profunda e abrangente, são instrumentos fundamentais para uma dinamização socioeconômica e para o fortalecimento da região. Por outro lado, a definição das funções produtivas deve ser orientada a partir da ampliação de seus papéis, em que as atividades produtivas não devem ser originadas e concentradas somente em um setor econômico, mas em todos os setores, sendo tal dinâmica outro fator importante na organização do território.

De acordo com as teses de Myrdal (1957) apud Egler (1995), em seu clássico livro sobre *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas* acerca dos efeitos da *causação circular* cumulativa no crescimento econômico, acentuando as desigualdades na distribuição territorial da renda, revela-se que a relação entre

---

<sup>14</sup> SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica, 1986, p. 199.

política econômica e questão regional pode orientar a dinâmica econômica. Segundo o autor,

se as forças do mercado não fossem controladas por uma política intervencionista, a produção industrial, o comércio, [...], de fato, quase todas as atividades econômicas que, na economia em desenvolvimento, tendem a proporcionar remuneração bem maior que a média, e, além disso, outras atividades como a ciência, a arte, a literatura, a educação e a cultura superior se concentrariam em determinadas localidades e regiões [...].<sup>15</sup>

Por outro lado, no processo de desenvolvimento econômico capitalista, na visão de Ianni (1996) “as forças produtivas não se organizam, desenvolvem ou reproduzem apenas devido à ação empresarial”, devendo-se levar em consideração “a ação governamental”, já que é precisamente neste domínio “que se constituem as condições *não econômicas* indispensáveis à organização e reprodução das forças produtivas.”<sup>16</sup>

Considerando o intervencionismo estatal presente em Mato Grosso do Sul, faz-se necessária uma análise das propostas elaboradas nos programas de desenvolvimento e suas implicações na estruturação do espaço regional, avaliando o papel do Estado como agente de desenvolvimento, ressaltando a ideologia desenvolvimentista do sistema capitalista, uma vez que se observam regiões mais ou menos desenvolvidas. Neste sentido, Corrêa (1986) considera que,

no capitalismo, as regiões de planejamento são unidades territoriais através das quais um discurso da recuperação e desenvolvimento é aplicado. Trata-se, na verdade, do emprego, em um dado território, de uma ideologia que tenta restabelecer o equilíbrio rompido com o processo de desenvolvimento. Este

---

<sup>15</sup> EGLER, C. A. G. A questão regional no Brasil. In: BECKER, B. et al. **Geografia e meio ambiente**, 1995, p. 220.

<sup>16</sup> IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil**, 1996, p. 18.

discurso esquece, ou a ele não interessa ver, que no capitalismo as desigualdades regionais constituem, mais do que outros modos de produção, um elemento fundamental de organização social.<sup>17</sup>

Na problemática do desenvolvimento regional podem se distinguir dois grupos de razões que justificam a necessidade da formulação e implementação da política regional e dos planos: em primeiro lugar, e de forma direta, as dificuldades que se levantam às políticas de âmbito nacional em face da existência de regiões-problema; em segundo lugar, e de forma indireta, a necessidade de dar eficiência às ações de política global e de política setorial e de criar uma base espacial integradora.

A elaboração das políticas e dos planos regionais continua a enfrentar problemas e o próprio processo de planejamento apresenta fraquezas ainda não resolvidas. Mas boa parte dos problemas que subsistem devem-se a uma sobrevalorização de “sintomas” frente às “causas”; a um menosprezo de aspectos não estritamente econômicos nem estritamente físicos; a uma relativa incapacidade em atacar os problemas na sua totalidade; à abertura cada vez maior das economias, mesmo das economias nacionais, que devem ser considerados.

Na elaboração desses planos, os modelos e os métodos devem ser adequados à natureza dos problemas; e isto significa, por exemplo, que não só deve ser assegurada a integração das escalas (nacional, regional, local) como promover a integração das políticas elaboradas.

A ação resultante do planejamento regional pode contribuir para um relativo progresso e integração regional ao modo de produção capitalista, ou seja, a região sob o controle do capital. Na opinião de Castro (1991), “a atuação do

---

<sup>17</sup> CORRÊA, R. L. *Região e organização espacial*, 1986, p. 48-49.

estado tornou-se ingrediente orgânico da dinâmica de funcionamento do capitalismo moderno.”<sup>18</sup>

O Estado é considerado o aparelho político que governa a sociedade. Além disso, difere de outras instituições por ser territorialmente delimitado, sendo, portanto, uma característica que se torna fundamental na análise regional. Sua estrutura e dinâmica diferem de um país, ou de uma região para outra.

Salientamos que, no caso brasileiro, alguns dos principais processos de “construção” do espaço nacional tiveram e ainda têm a sua inspiração e mesmo algum tipo de concretização a partir das iniciativas estatais. Costa (1991) destaca que,

desde a década de 50 que as políticas econômicas formuladas pelo Estado passaram a ser integradas em macroplanos de desenvolvimento, em que as questões setoriais, inclusive as regionais, passaram a ser integradas a uma estratégia que fosse válida para o país como um todo.<sup>19</sup>

Dentro dessa estratégia, caberiam ao Estado os investimentos na infra-estrutura regional criando condições para o processo de ocupação, bem como desenvolver políticas de atração populacional, por meio de projetos de colonização. As políticas públicas territoriais, neste sentido, tornaram-se fundamentalmente parte subsidiária da política econômica capitalista no âmbito do território nacional.

A partir destas considerações, inserimos aqui a contextualização de Mato Grosso do Sul que, no âmbito nacional, corresponde a uma região de fronteira que vem se consolidando a partir da expansão acentuada da agropecuária e consolidando um marcante processo de modernização do setor

---

<sup>18</sup> CASTRO, A. B. Planejamento: avaliação crítica e redefinição institucional, **São Paulo em Perspectiva**, 1991, p. 14.

<sup>19</sup> COSTA, W. M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**, 1991, p. 61.

produtivo. Não foi por acaso que o intervencionismo estatal teve participação significativa na estruturação do espaço regional.

O modelo de industrialização brasileira de “substituição de importações” favoreceu a expansão das fronteiras agrícolas na região Centro-Oeste. De fato, o sul de Mato Grosso experimentou, nas décadas de 1950 e 1960, processos de elevado crescimento econômico e populacional, baseado em significativos estímulos governamentais. Verificou-se um acelerado processo de colonização, com presença de grandes propriedades agrícolas.

Nas décadas de 1970 e 1980, destaca-se a presença de grandes empreendimentos capitalistas, largamente subsidiados pelo sistema de crédito e benefícios fiscais, com destaque para a pecuária extensiva e da agricultura comercial, notadamente capitalista e tecnificada. Tais incentivos têm incrementado a região na dotação de infra-estrutura necessária à produção, subsidiados por inúmeros programas e projetos governamentais, contribuindo assim para a expansão da economia regional.

O território sul-mato-grossense, após o desmembramento do Estado de Mato Grosso pela Lei Complementar nº 31 de 11 de outubro de 1977 (Anexo D), apresentou fortes transformações sociais, econômicas e políticas, redefinindo uma nova configuração do espaço geográfico. A formação de vários municípios esteve ligada às políticas de desenvolvimento regional do governo federal, implantando projetos de expansão econômica.

Já a área da Bodoquena é resultante do processo de ocupação de fazendeiros que adotaram um sistema de criação extensivo, favorecido pelos recursos naturais de pastagens nativas, incorporando gradativamente a formação de latifúndios. A expansão pastoril foi também um elemento que desencadeou o surgimento de novas cidades no estado, assim como o desenvolvimento de outras.

Nas décadas de 1990, esta região sofre um intenso processo de mudanças, como exemplo de expansão econômica na região destaca-se a instalação da fábrica Camargo Corrêa Cimentos em Bodoquena, que explora o calcário, matéria-prima do cimento. Essa área de exploração está situada na serra da Bodoquena, uma das maiores reservas de calcário do país, localizada entre os vales dos córregos Cascavel e Escondido, afluentes do rio Salobra que, por sua vez, deságua no rio Miranda.

Deve-se destacar, também, como atividade econômica, o turismo na área da Bodoquena, cujo ecossistema, de grandes atrativos naturais tem incentivado a instalação de uma rede de serviços, e de certa forma geradora de emprego.

O território sul-mato-grossense é rico em recursos naturais, embora ainda muito pouco aproveitados. Além disso, o potencial turístico, em especial, o ecossistema pantaneiro, tem despertado o interesse para a pesquisa e para o desenvolvimento deste tipo de exploração econômica. Neste sentido, a ação estatal tem elaborado projetos de desenvolvimento, que poderão dinamizar as atividades econômicas, visando o aumento de novos investimentos como forma de agregar valor às matérias-primas e viabilizar melhor aproveitamento das suas potencialidades. Assim, mais uma vez, o intervencionismo estatal cumpre o seu papel, ampliando o espaço do capital.

Desse modo, como importante instrumento de planejamento regional, os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul visando ao gerenciamento, em bases científicas, a Bacia do Alto Paraguai (BAP), que envolve o Pantanal, elaboraram, em 1997, o Plano de Conservação da Bacia do Alto



Paraguai (PCBAP) como um componente do Projeto Pantanal, no âmbito do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA).<sup>20</sup>

Nas referências apresentadas pelo PCBAP (1997),

a inserção da sociedade sem o adequado dimensionamento dos níveis de intervenção, tornando o ambiente irreversivelmente comprometido, é um dos grandes desafios para o desenvolvimento sustentável, em que o conhecimento das potencialidades dos recursos naturais acompanhe o conhecimento das fragilidades potenciais dos ambientes em que tais recursos ocorram.<sup>21</sup>

Segundo tal perspectiva, o planejamento deve envolver as relações sociedade e natureza, conhecendo o processo de formação da sociedade local, o aspecto cultural e suas relações econômicas no contexto regional.

Outra proposta de planejamento governamental com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da BAP, através do gerenciamento e da conservação dos seus recursos naturais, incentivando atividades econômicas ambientalmente compatíveis com os ecossistemas e promovendo melhores condições de vida à população, foi criado o *Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal*, que propõe

o direcionamento da qualidade do desenvolvimento pretendido pelas partes interessadas, de forma a manter em equilíbrio as dimensões da sustentabilidade, através da gestão dos recursos naturais do Pantanal - especialmente a Água e os Solos, da proteção urbana e estruturação sanitária das cidades, da promoção

---

<sup>20</sup> O PNMA foi financiado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird e contou com a cooperação técnica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

<sup>21</sup> BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de conservação da Bacia do Alto Paraguai**, 1997, p. 524.

de atividades sustentáveis e da capacitação das instituições para gerir estas ações, hoje e no futuro.<sup>22</sup>

Como caracterização territorial, a região do Pantanal Mato-Grossense<sup>23</sup> abrange parte dos estados de Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, compondo uma área aproximada de 140.000 km<sup>2</sup>, inserida na Depressão Paraguai. Drenada pela Bacia do Alto Paraguai, compõe o sistema hidrológico dos rios Paraguai, Paraná, Prata - o Sistema Platino - sendo utilizado para a expansão do Mercosul, através de hidrovia ao longo do rio Paraguai.

A partir da Agenda 21<sup>24</sup>, aprovada na conferência Rio 92, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul definiu diretrizes políticas e metodológicas para o desenvolvimento sustentado no tripé: conservação ambiental, eficiência econômica e equidade social. Daí resultando na elaboração do *Plano de Estratégias de Longo Prazo para Mato Grosso do Sul - MS 2020* e servindo como referencial para os *Planos Regionais de Desenvolvimento*.

Os *Planos Regionais de Desenvolvimento* foram fundamentados na participação dos atores sociais<sup>25</sup> que debateram e definiram seus principais problemas, potencialidades, visão de futuro, objetivos e metas, opções estratégicas, programas e projetos prioritários e criando o Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável (Coredes).

---

<sup>22</sup> BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos. **Programa de desenvolvimento sustentável do Pantanal**, 2001, p. 6.

<sup>23</sup> IBGE. **Anuário estatístico do Brasil 2000**, 2001, p. 85. A topografia rebaixada do Pantanal decorre de movimentos terciários que afetaram a região dos Andes e o lado ocidental da Bacia Sedimentar do Paraná, acarretando o afundamento de assoalho onde se encontra a Depressão e a Região do Pantanal, em continuidade ao Gran-Chaco Boliviano. "O regime hidrológico, com inundações, é fator ecológico fundamental, que determina a diversidade dos principais processos abióticos e bióticos desta região, assim como os ciclos produtivos agropastoril, turístico, pesqueiro e de navegação".

<sup>24</sup> Agenda 21. **Resumo**. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992.

<sup>25</sup> Referem-se às lideranças de cada município, representando partidos políticos, associações de bairros, prefeituras, sindicatos, clubes de serviços, ONG's e técnicos do governo, das prefeituras, das universidades, entre outras organizações da sociedade civil.

Essas novas formas de participação diferenciam-se da forma clássica de formulação de políticas regionais no Brasil, além de implicarem inovação em face às outras experiências de participação de atores sociais na formulação e implementação de políticas públicas. A organização da sociedade civil, nesse caso, busca promover não a implementação de ações específicas ou setorialmente bem delimitadas, mas, ao contrário, a articulação social, visando influenciar o processo de tomada de decisões públicas que se refiram ao desenvolvimento regional.

Entretanto, ressaltamos que os processos participativos só se constituirão em práticas efetivamente democráticas se forem abrangentes e possibilitarem a expressão dos interesses legítimos de todos os segmentos afetados pelas questões em discussão. A relevância dessas preocupações pode ser atestada pelas seguintes considerações de Tenório e Rosemberg (1997):

[...] antes que a participação popular e a parceria Estado-sociedade sejam encaradas como solução universal para todos os problemas, é indispensável promover a separação do joio do trigo. Em outras palavras, é necessário evitar a homogeneização e vulgarização dessas experiências, procurando distinguir a legítima participação da mera manipulação, formas válidas de cooperação Estado-sociedade da simples cooptação ou, o que é mais grave, da pseudo-participação.<sup>26</sup>

Em suma, os programas e projetos esboçados aqui devem ser analisados objetivando entender como as políticas de desenvolvimento regional podem contribuir para reformas estruturais e funcionamento das forças de mercado, e particularmente para a capacidade de geração de empregos produtivos, de adequado aproveitamento de recursos humanos, de melhoria do padrão e da qualidade de vida e de prevenção contra a marginalidade social e a degradação ambiental; enfim, todos os componentes indispensáveis ao bom funcionamento das localidades, cidades e regiões.

---

<sup>26</sup> TENÓRIO, F. G.; ROZEMBERG, J. E. Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 1997, p. 5.

Vale destacar ainda que o Estado de Mato Grosso do Sul é conhecido pelas suas belezas naturais, com destaque para o Pantanal e a Serra da Bodoquena. Nas proximidades do rio Paraná, vem sendo implantado o Parque Estadual de Ivinhema, como medida compensatória da Usina Hidrelétrica Sérgio Motta e na cidade de Campo Grande há uma reserva de apenas 170 hectares, o que é insuficiente diante do potencial do estado em áreas naturais ainda preservadas.

Em relação à região da Serra da Bodoquena, de acordo com estudos realizados pelo Projeto Radam-Brasil, realizado em 1982, indicaram a criação de um parque ou reserva. Em vista disso, em 1989 foi realizado o Macrozoneamento Geoambiental do Estado de Mato Grosso do Sul.<sup>27</sup> O estudo é importante porque

considerando-se que o Estado de Mato Grosso do Sul não possui até o momento nenhuma área de preservação permanente aprovada por lei seja do tipo parque nacional ou estadual, seja reserva biológica, sugere-se que sejam incrementados estudos de viabilidade para sua implantação o mais rápido possível, antes que os recursos naturais, que se queira e devem ser preservados, esgotem-se ou tenham sua destruição acelerada de forma irreversível. Na Serra da Bodoquena ocorre uma área com várias características naturais que a tornam merecedoras de estudos, para transformá-la em uma unidade de preservação permanente. Além de se constituir, possivelmente, na maior extensão de floresta natural do estado sem estar descaracterizada pela ação antrópica, possui relevo cárstico, onde o processo de dissolução contribui para gerar paisagens originais.<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> Este trabalho teve a participação de mais de cinquenta técnicos e pesquisadores da Secretaria de Planejamento, Embrapa, IBGE entre outras instituições do Estado de Mato Grosso do Sul.

<sup>28</sup> MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Fundação de Apoio ao Planejamento do Estado. **Macrozoneamento geoambiental do Estado de Mato Grosso do Sul**, 1989, p. 213.

A área sugerida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena (figura 2), é o que restou de floresta nativa em área que apresenta relevo acidentado onde a rocha é aflorante, não sendo apropriada à agricultura e nem à pecuária. Esta região foi preservada em função da dificuldade de acesso e estão excluídos os assentamentos agrícolas, com exceção de uma pequena parte do Assentamento Canaã, localizado no município de Bodoquena.

Em 21 de setembro de 2000, após diversas campanhas, manifestações e atos públicos, foi decretada a criação do *Parque Nacional da Serra da Bodoquena*. Com 76,4 mil hectares, a área compreende parte dos municípios de Bonito, Bodoquena, Jardim e Porto Murtinho. Com a criação do Parque, Behr (2001), afirma que,

a riqueza do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, englobando a Reserva da Biosfera do Pantanal, e as outras unidades de conservação da região, inclusive do Paraguai e Bolívia, poderá formar um corredor de biodiversidade e somente serão preservadas e utilizadas pelas atuais e futuras gerações se houver parcerias entre os diversos níveis de governo com os representantes dos diversos segmentos da sociedade civil e participação do Ministério Público.<sup>29</sup>

A área proposta para o Parque, além do indiscutível interesse científico, é de fundamental interesse para preservação dos atrativos turísticos em exploração na região de Bonito, Jardim e Bodoquena. Isto porque se trata de um maciço rochoso calcário elevado onde as águas infiltram e ressurgem na planície abaixo, formando os olhos d'água e os rios de águas límpidas e transparentes.<sup>30</sup>

Portanto, a manutenção da área sugerida para o Parque Nacional da Serra da Bodoquena é fundamental para a continuidade da atividade turística

---

<sup>29</sup> BEHR, M. F. V. **Serra da Bodoquena**: história, cultura, natureza, 2001, p. 136.

<sup>30</sup> A presença do calcário proporciona a formação de um relevo muito frágil, que recebe o nome de carste. As águas apresentam carbonato de cálcio dissolvido, o que proporciona o crescimento das cachoeiras de tufas calcárias.

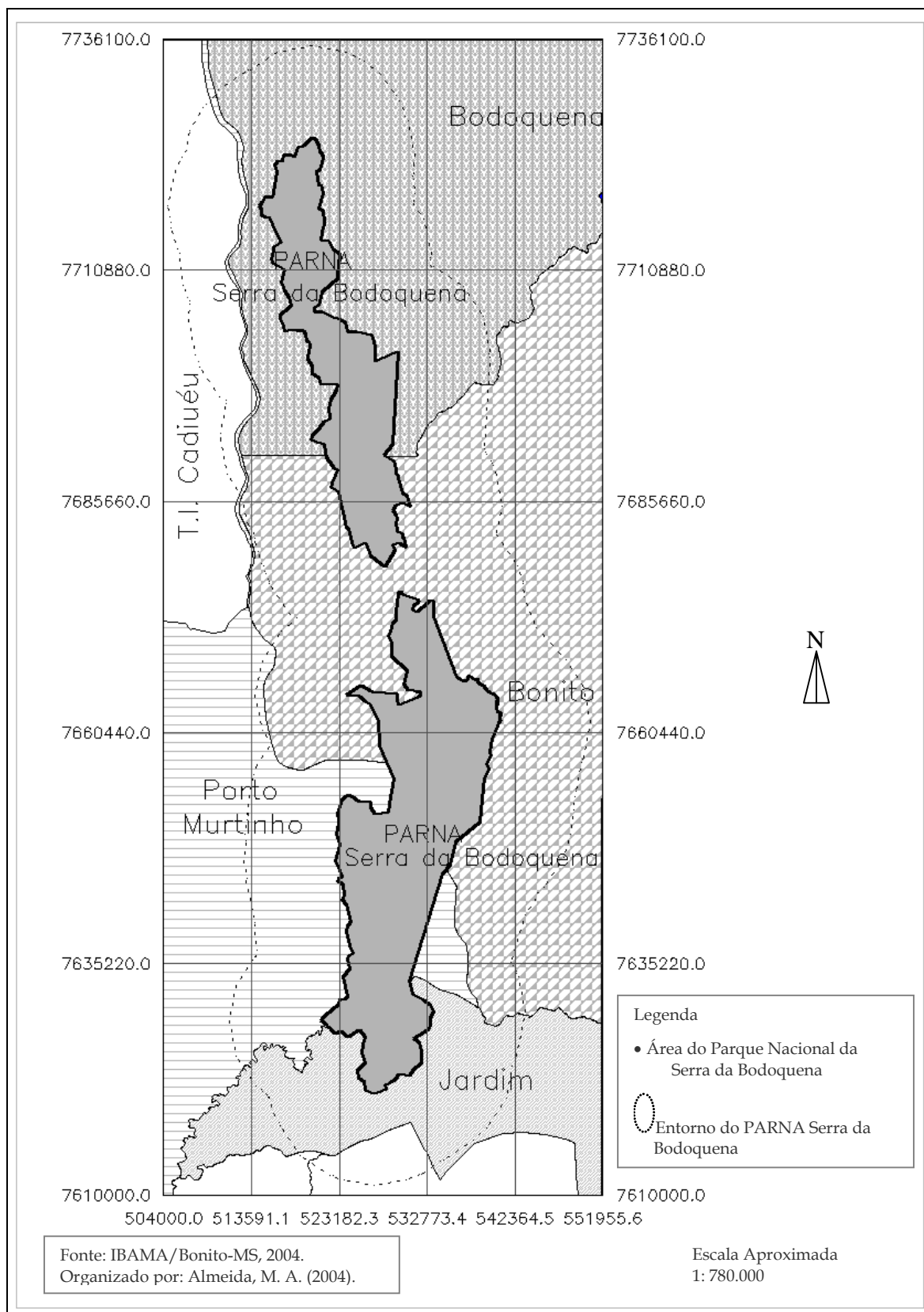


Figura 2 - Localização da área do Parque Nacional da Serra da Bodoquena em Mato Grosso do Sul

das áreas de entorno, ou seja, com o avanço do desmatamento naquela área, todos os atrativos da região encontram-se ameaçados, assim como a crescente atividade turística da região.

A criação do Parque favorece a realização de pesquisas científicas e desenvolvimento de uma atividade turística sustentável que pode viabilizar a geração de emprego e renda para uma das regiões pouco desenvolvidas de Mato Grosso do Sul. A atividade de ecoturismo vem se mostrando uma alternativa na geração de emprego e renda na atual conjuntura.

Ao refletirmos sobre o significado dessas ações governamentais que vem ocorrendo no Estado de Mato Grosso do Sul, do ponto de vista da reestruturação do espaço geográfico e em termos de impactos socioambiental na área da Bodoquena, vemos a importância da análise e interpretação dos elementos que integram o processo de organização do espaço regional.

Para isso, a pesquisa teve como referencial, a obtenção de dados documentais e coleta de informações em entrevistas. Em relação às fontes documentais, foi considerada a pesquisa bibliográfica em livros e periódicos, visando o embasamento teórico, o aprimoramento metodológico e a definição dos conceitos. Para o reconhecimento dos lugares e sua relação com as políticas governamentais, obtivemos informações através de consultas na imprensa escrita e digital, jornais periódicos do Correio do Estado, Diário da Serra, Gazeta Mercantil, O Globo e sites do governo estadual, destacando o site: <<http://www.ms.gov.br>>.

Tivemos acessos a documentos oficiais do governo do Estado (Programas de Governo, Anuários Estatísticos) com recortes relacionados à temática da pesquisa, com destaque para a Secretaria de Coordenação dos Assuntos do Meio Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável de Mato Grosso do Sul (Semades), responsável pelo controle da atividade econômica do estado e voltada para o desenvolvimento sustentável e Companhia de Desenvolvimento

Econômico de Mato Grosso do Sul (Codems), responsável pela deliberação das atividades econômicas no estado e de controle de qualidade.

Ainda como procedimento de pesquisa, fizemos coleta de dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC) e da Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP). Outras fontes de informações documentais foram obtidas das instituições governamentais do estado, prefeituras de Bodoquena, Bonito e Jardim, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

As entrevistas foram realizadas com os administradores municipais (prefeitos e secretários) e representantes de organizações e entidades locais, estaduais e federais por meio de um roteiro de questões (Anexo A e B) e com as empresas privadas localizadas na área da Bodoquena orientado pelo roteiro de questões (Anexo C).

Além disso, no município de Bodoquena, foram entrevistados vários moradores, destacando-se aqueles mais antigos, que pudessem relatar o conhecimento que tinham sobre os acontecimentos relacionados com a fábrica de cimento e a cidade.

O desenvolvimento do trabalho está dividido em capítulos. Neste Capítulo Um introduziu-se a pesquisa, apontando-se as linhas que sustentaram o estudo, delineando seus objetivos e os métodos utilizados. Ainda neste capítulo foram desenvolvidos os argumentos que justificaram o trabalho e a problemática do tema.

No Capítulo Dois faz-se uma revisão bibliográfica das diferentes questões teórico-conceituais. Abordam-se as origens do conceito de desenvolvimento, apresentado suas diferentes tipologias, classificando-as e apontando seus principais aspectos. Acrescenta-se ainda, a discussão da política



de desenvolvimento e o papel do Estado no desenvolvimento regional, relacionando os diferentes atores sociais com o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul.

No Capítulo Três destacam-se as transformações ocorridas na organização do espaço sul-mato-grossense relacionando com a ação do Estado neste processo. Cabe destacar a definição da territorialidade do Estado de Mato Grosso do Sul identificando a dinâmica política, social e econômica e a inter-relação da sociedade e natureza e seus reflexos na área da Bodoquena.

No Capítulo Quatro identificam-se as políticas de desenvolvimento regional na área da Bodoquena, a organização do território e as diferenças socioespaciais na microrregião de Bodoquena e na área da Bodoquena. Neste contexto, revela-se a dinâmica populacional e sua inserção nas atividades econômicas.

No Capítulo Cinco verifica-se o comportamento da Camargo Corrêa Cimentos e sua organização no espaço de Bodoquena, analisando a estrutura organizacional do empreendimento e sua dinâmica econômica no Estado de Mato Grosso do Sul, além de identificar a relação entre a fábrica de cimentos e a dinâmica econômica regional da área da Bodoquena.

Nas considerações finais, são apontadas algumas considerações dos capítulos anteriores, refletindo sobre os resultados obtidos e inferindo propostas que possam ser viabilizadas na organização do espaço sul-mato-grossense e na área da Bodoquena em relação à política de desenvolvimento regional que dinamize o potencial econômico do sudoeste do estado.

Na seqüência relacionam-se as referências e os anexos. Fazem parte dos anexos dados sobre o estudo de caso, como os roteiros de questões para entrevistas e dados documentais sobre a área de estudo.

## 2 - POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO DO ESTADO

### 2.1 - Desenvolvimento e suas diferentes tipologias: uma definição conceitual

Para uma análise da política de gestão pública de desenvolvimento e estruturação regional na área da Bodoquena em Mato Grosso do Sul, primeiramente se faz necessário uma fundamentação teórica dos conceitos de desenvolvimento e das diferentes tipologias. Assim, poderemos entender como a região em estudo se estruturou nos alicerces das políticas de desenvolvimento implementadas.

Ao longo da história recente, a própria noção de desenvolvimento esteve associada à disputa por diferentes modos de apropriação da riqueza e de regulação da reprodução social. A partir da vontade do ser humano de se reproduzir, de crescer e de melhorar de vida, o desenvolvimento capitalista representa uma versão dessa vontade, só que, apenas uma minoria consegue geri-la em proveito próprio. Mas, para a construção de um projeto de sociedade, essa vontade deve ser democrática. A idéia de desenvolvimento pode ser entendida de várias maneiras, e, podemos adiantar que nenhuma delas é uma formulação imparcial. A seguir apresentaremos toda a nudez conceitual que gira em torno do termo desenvolvimento.

Para falar do desenvolvimento, partimos da invenção do subdesenvolvimento, que segundo Esteva (2000) nasce a partir do discurso do Presidente dos Estados Unidos Truman em 1949, usando pela primeira vez a palavra subdesenvolvimento para destacar a hegemonia norte americana, gerando uma nova percepção do “eu” e do “outro” quando se fala que “é preciso que nos dediquemos a um programa ousado e moderno que torne nossos avanços

científicos e nosso progresso industrial disponíveis para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas.”<sup>31</sup>

A partir daí, a construção social do significado histórico-político do termo desenvolvimento, com a proposição política e filosófica de Marx, foi transformado, aparecendo um novo termo dentro desse contexto, a do subdesenvolvimento.

Desde então o objetivo para os subdesenvolvidos passa a ser a superação dessa condição, como vemos nas proposições de Esteva (2000) sobre diversos autores:

Quando Nyerere – ciente da loucura que era correr no encalço de metas estabelecidas por outros - sugeriu que desenvolvimento deveria significar a mobilização política de um povo para atingir os seus próprios objetivos; ou quando Rodolfo Stavenhagen propõe o etnodesenvolvimento ou desenvolvimento com autoconfiança, ciente de que precisamos “olhar para dentro” e “buscar nossa própria cultura,” em vez de olhar visões alheias emprestadas; ou quando Jimoh Omo-Fadaka sugere um desenvolvimento “de baixo para cima,” ciente de que todas as estratégias baseadas em um modelo “de cima para baixo” não conseguiram atingir os objetivos que essas próprias estratégias haviam explicitamente formulado; ou quando Orlando Fals-Borda e Anisur Rahman insistem que o desenvolvimento deve ser participativo, ciente das exclusões feitas em nome do desenvolvimento; ou ainda quando Jun Nishikawa propõe um “outro” tipo de desenvolvimento para o Japão, ciente de que a era presente está chegando ao fim; quando esses tantos outros qualificam o desenvolvimento e usam a palavra com advertências e restrições como se estivessem caminhando em terreno minado,

---

<sup>31</sup> ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder, 2000, p. 59. Discurso Inaugural, Harry S. Truman 20 jan., 1949. In: Documents on American Foreign Relations, Connecticut, Princeton University Press, 1967.

tem-se a impressão de que não compreendem como seus esforços são contraprodutivos. O terreno minado já explodiu.<sup>32</sup>

Para Esteva (2000), o subdesenvolvimento é visto como uma experiência de subordinação, discriminação e subjugação. Para ele, essa precondição impede que pensemos sobre nossos próprios objetivos, corrói a autoconfiança e a confiança em nossa própria cultura, clama por aquele tipo de gerenciamento de “cima para baixo,” converte a participação em um truque manipulável para envolver indivíduos em conflitos para obter algo que os poderosos querem lhes impor.

A história sobre o surgimento do termo desenvolvimento começa a partir da definição em linguagem coloquial, que descreve um processo pelo qual são liberadas as potencialidades de um objeto ou de um organismo, para que esse alcance suas formas natural, completa e amadurecida sendo usado de forma metafórica para explicar o crescimento natural de plantas e animais.<sup>33</sup> Segundo Esteva (2000) “através dessa metáfora, foi possível demonstrar a finalidade do desenvolvimento e, muito mais tarde, seu programa.”<sup>34</sup>

Na esfera social a transferência da metáfora se dá a partir de 1768, pelo fundador da história social Jusus Moser apud Esteva (2000), empregando a palavra *Entwicklung* como um processo gradual de mudança social, como a transformação de alguma situação política. Já em 1800, o termo *Entwicklung* começou a ser usado como um verbo reflexivo, o autodesenvolvimento e, poucas décadas depois, abriram-se todas as possibilidades para o sujeito humano, agora autor de seu próprio desenvolvimento. Tornou-se a categoria central na obra de

---

<sup>32</sup> ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder, 2000, p. 60-61.

<sup>33</sup> Ibid., p. 62. Na biologia, o desenvolvimento, ou a evolução dos seres vivos, referia-se ao processo através do quais organismos atingiam seu potencial genético: a forma natural daquele ser, prevista pelo biólogo. No caso de fracasso, o crescimento era considerado não como desenvolvimento e sim como uma anomalia. O estudo foi fundamental para a formulação das primeiras teorias biológicas como as de Darwin, onde a evolução e o desenvolvimento eram usados como sinônimos.

<sup>34</sup> Ibid., p. 62.

Marx: um processo histórico que se desdobra com o mesmo caráter necessário das leis naturais.<sup>35</sup>

Outra associação ao termo vem com o “desenvolvimento urbano,” no início do século XX, como “uma maneira específica de reformular áreas urbanas periféricas.” Em 1939, o governo britânico na sua Lei de Desenvolvimento das Colônias transforma-a na Lei de Desenvolvimento e Bem-Estar das Colônias, e a associação entre desenvolvimento e colonialismo passa a ter um “duplo mandato,” como afirma Sachs apud Esteva (2000), que

o conquistador deveria ser capaz de desenvolver a região conquistada economicamente e, ao mesmo tempo, de aceitar a responsabilidade de cuidar do bem-estar dos nativos. Quando o nível de civilização passou a ser identificado com o nível de produção, o duplo mandato deu lugar a apenas um: o desenvolvimento.<sup>36</sup>

O termo desenvolvimento esteve associado a vários significados, como o de desenvolvimento urbano e desenvolvimento colonial, entre outros. Pode-se dizer que a palavra está ligada ao contexto, evocando uma rede de significados.

O conceito de desenvolvimento reduziu-se a *crescimento econômico*, e desenvolvimento passou a ser o crescimento da renda *per capita* nas áreas economicamente subdesenvolvidas como se vê na idéia de Lewis apud Esteva (2000): “Primeiramente é preciso observar que nosso tema é crescimento e não distribuição,”<sup>37</sup> e na idéia de Paul Baran apud Esteva (2000): “crescimento ou

---

<sup>35</sup> ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder, 2000, p. 63.

<sup>36</sup> Ibid., p. 64.

<sup>37</sup> Ibid., p. 66.

desenvolvimento é definido como um aumento na produção *per capita* de bens materiais.”<sup>38</sup>

A proposta de formulação de um novo paradigma que integrasse os aspectos sociais e econômicos do desenvolvimento é apresentada em uma resolução das Nações Unidas, para a identificação de uma abordagem unificada ao desenvolvimento e ao planejamento, buscando integração setorial, espacial e regional, com um tipo de “desenvolvimento participativo”. A proposta foi um fracasso, mas despertou novo debate.

Conforme as discussões apresentadas por Rodriguez (2001),<sup>39</sup> durante muito tempo, os conceitos de desenvolvimento e meio ambiente eram tidos como contraditórios. Considera-se, também que para se desenvolver, ou seja, para progredir, o meio ambiente era um problema ou um limite, e que o próprio desenvolvimento era inimigo do meio ambiente. Surgiram, assim, duas tendências opostas: desenvolvimentismo e conservacionismo.

Para o autor, as etapas posteriores avançaram em desenvolver a idéia de que o meio ambiente, mais que um problema ou um limite para o desenvolvimento, é um fator estratégico do próprio processo de desenvolvimento. Isso é devido ao meio ambiente que proporciona o capital natural, base para a gestão econômica e social. O meio ambiente proporciona, assim, recursos renováveis e não-renováveis, espaço físico, fundo e continuidade genética, fonte de percepções emocionais e estéticas, habitat. Tudo isso é base do desenvolvimento, se o meio ambiente é usado de maneira errada, destruído, degradado e desperdiçado, tudo isso, sem dúvida, afetará o desenvolvimento e o nível e qualidade de vida das pessoas.

---

<sup>38</sup> ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder, 2000, p. 66.

<sup>39</sup> RODRIGUES, J. M. M. **Geocologia e planejamento ambiental**: tópicos especiais, 2001. Notas de aula.

A partir dos anos 30, e particularmente depois da Segunda Guerra Mundial, foram feitos esforços na maioria dos países do mundo para propiciar um processo de desenvolvimento econômico. Partia-se da idéia de que todos os países deveriam seguir o modelo de progresso dos países ricos do Primeiro Mundo, no qual a inovação científica e tecnológica, e o crescimento econômico contínuo e ilimitado eram os elementos fundamentais. O meio ambiente concebia-se como uma externalidade, ou seja, como algo que estava fora da economia. Este modelo de desenvolvimento reduz os fenômenos e as variáveis macroeconômicas, e maximiza a disponibilidade dos recursos naturais para demandas produtivas, tendo em vista maximizar a geração de renda.

A partir de 1960, começou-se a falar do modelo de *desenvolvimento econômico e social*. Isso teve muito a ver com o progresso alcançado pelos países socialistas e pela implantação desse modelo em Cuba. Ao modelo convencional de desenvolvimento econômico, adicionam-se componentes sociais, como os incluídos no grupo de necessidades básicas (saúde, educação, moradia, lazer, segurança). Há um maior interesse em garantir formas mais ou menos equilibradas de assimilação social.

Mas, depois de 20 anos, descobre-se que esse modelo tinha duas insuficiências fundamentais: não se inseria no modelo a perspectiva humana, e o meio ambiente era concebido como uma externalidade. O primeiro significava que não se levava em conta a visão da sociedade, o caráter social da atividade econômica, os desejos e as expectativas da população, e muito menos a cultura dos grupos sociais. O segundo problema significava que o meio ambiente continuava sendo considerado como um externalidade, porque não tinha expressão monetária, ou seja, não se manifestava no mercado. Ainda predominava a idéia de que desenvolvimento era crescimento econômico, (atingindo o chamado *ótimo econômico*) e que a riqueza era produto da natureza, esta inesgotável, e não havia limites para sua exploração.

Precisava-se de uma crítica à visão naturalista, mecanicista e determinista da concepção de desenvolvimento. Surgiram, assim, duas concepções novas sobre a teoria do desenvolvimento: o *Desenvolvimento Integral Humano* e o *Ecodesenvolvimento*.

Na concepção sobre o *Desenvolvimento Integral Humano* prestamos atenção, preferencialmente, no nível axiológico, ou seja, aos valores das pessoas, dos grupos sociais e das comunidades. Implicava, assim, considerar o desenvolvimento do ser humano integral ou vital, ampliando a gama de opções das pessoas. Consideravam-se duas categorias de necessidades que deveriam ser satisfeitas no processo de desenvolvimento: *as necessidades existenciais* (ser, ter, fazer, estar) e *as necessidades axiológicas*, ou de valores (subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, lazer, criação, identidade e liberdade).

A concepção de *Ecodesenvolvimento* incorporou o nível ecológico. Para essa concepção, era preciso levar em consideração a noção de meio ambiente como centro da idéia de desenvolvimento. Esta deveria ser concebida como uma estratégia alternativa de desenvolvimento, centrada na cultura dos grupos sociais, e na apropriação dos recursos naturais por parte da comunidade, como única alternativa para incorporar o meio ambiente no processo de desenvolvimento.

Nesta concepção, temos como exemplo, na área da Bodoquena, o Projeto Ecodesenvolvimento no entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, elaborado pela Fundação Neotrópica do Brasil em conjunto com o Instituto de Meio Ambiente Pantanal e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul,<sup>40</sup> propõe capacitar a comunidade e os profissionais dos municípios do entorno,<sup>41</sup> promovendo o desenvolvimento sustentável e assegurando a proteção

---

<sup>40</sup> Este projeto tem o apoio financeiro do PROBIO (Programa de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira), MMA/CNPq (Ministério do Meio Ambiente/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), GEF (Global Environment Facility) e Bird (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento).

<sup>41</sup> Os municípios envolvidos neste projeto e que abrangem o entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena são Bodoquena, Bonito, Jardim e Porto Murtinho.



do Parque. A idéia do plano, além de proteger a fauna, flora e os rios da região, é transformar as pessoas e fazer que a consciência ecológica faça parte do cotidiano.

A execução do projeto visa promover uma economia baseada em atividades de baixo impacto, apoiando o desenvolvimento da agroecologia pelos pequenos proprietários com a conservação da biodiversidade e a qualidade ambiental, incentivando a participação das comunidades e transformando idéias em ações eficazes. No entanto, os grandes proprietários, que desenvolvem a pecuária extensiva, estão mais preocupados em ampliar áreas de pastagens, invadindo até mesmo a área do Parque para alimentar o gado. Daí a dificuldade em gerar ações propostas no projeto.

Ambas as concepções também foram alvos de críticas. A idéia do Desenvolvimento Integral Humano centrava sua atenção nos aspectos espirituais, superestruturais, e não incorporava a dimensão ambiental. A concepção de ecodesenvolvimento, uma mudança radical das estruturas socioeconômicas, está centrada na apropriação dos recursos por parte das comunidades, além de enfatizar sua atenção no nível local, esquecendo os níveis superiores (nacional e regional). Como consequência das críticas a esses modelos de desenvolvimento e à intenção de juntar as duas visões mais alternativas sobre a teoria do desenvolvimento, é que se começou a elaborar a concepção sobre desenvolvimento sustentável.

Desde o final da década de 1960 cresceram as preocupações mundo inteiro sobre os efeitos negativos do desenvolvimento econômico, sobretudo no que se refere à qualidade do meio ambiente. Já na década de 1970 e 1980, o conhecimento sobre a biosfera, os acidentes nucleares, o aquecimento global despertou a sociedade a repensar sobre o ambiente. Surge a idéia de crescimento sustentável, expressa pela primeira vez na Conferência de Estocolmo, em 1972, e da compreensão de que os países do Sul queriam desenvolver-se, porém não a qualquer preço.

Assim, o relatório “*Nosso futuro comum*” (também conhecido como Relatório de Brundtland), elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMAD) e aprovado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1987, propõe o seguinte conceito: “desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades.”<sup>42</sup>

Centenas de conceituações de diferentes matizes ideológicos gravitam em torno da popularização do conceito de desenvolvimento sustentável, inscrito no Relatório Brundtland, na base da tríade sustentabilidade econômica, social e ecológica, solidária com as gerações vindouras. Com certeza, a proposta do relatório requer que os especialistas em desenvolvimento ampliem seu campo de atenção e que monitorem a utilização do solo, da água, do ar e da energia. Mas o desenvolvimento continua sendo um aparato de intervenções para impulsionar o Produto Interno Bruto (PIB). Podemos afirmar que o desenvolvimento sustentável foi elaborado como uma estratégia para sustentar o “desenvolvimento”.

Diversos são os objetivos da promoção da sustentabilidade que só podem ser alcançados mediante a participação da ação local, em todas as decisões que envolvem a utilização de bens e serviços econômicos e de recursos naturais. Entre eles, a ampliação da responsabilidade ecológica, a capacidade dos atores sociais de identificar a interdependência entre os fenômenos e aceitar os princípios de co-responsabilidade na gestão dos recursos e dos ecossistemas compartilhados, implicando a redução dos níveis de desperdícios no consumo, sobretudo de combustíveis fósseis e a busca de diminuição significativa na produção e uso de produtos não-recicláveis.

A conservação dos recursos minerais e a preservação do meio ambiente estão intimamente relacionadas. Como propõe o Relatório,

---

<sup>42</sup> COMISSÃO MUNDIAL sobre MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**, 1988, p.44. O termo desenvolvimento sustentável produzido pela norueguesa Gro Harlem Brundtland é consagrado no relatório *Nosso Futuro Comum*, a pedido da Assembléia geral da ONU (Organização das Nações Unidas) e publicado em 1987.

no tocante a recursos não-renováveis, como minerais e combustíveis fósseis, o uso reduz a quantidade de que disporão as futuras gerações. Isto não quer dizer que esses recursos não devam ser usados. Mas os níveis de uso devem levar em conta a disponibilidade do recurso, de tecnologias que minimizem seu esgotamento, e a probabilidade de se obterem substitutos para ele. Portanto, a terra não pode ser deteriorada além de um limite razoável de recuperação. No caso dos minerais e dos combustíveis fósseis, é preciso dosar o índice de esgotamento e a ênfase na reciclagem e no uso econômico para garantir que o recurso não se esgote antes de haver bons substitutos para ele. O desenvolvimento sustentável exige que o índice de destruição dos recursos não-renováveis mantenha o máximo de opções futuras disponíveis.<sup>43</sup>

A maior parte de todos os conflitos entre a mineração e o meio ambiente reside na definição da disponibilidade do uso do solo pela mineração, ou seja, se a mineração pode ser realizada ou não em locais determinados ou em certas regiões, e, em caso positivo, quais as restrições impostas. Evidentemente, grande parte das decisões sobre o uso do solo obedece à lógica de mercado, implicando em destinar o uso da terra para o usuário que oferecer o maior valor aceitável.

Diante dessa perspectiva, há quem pense que o desenvolvimento já tem posição definida e irreversível, cabendo apenas adequá-lo a exigências ambientais e à necessidade de resolver o problema da pobreza. Outros avaliam que a crise social e ambiental que passamos, permite a construção da sustentabilidade democrática, no momento em que a sociedade se expresse e participe, tornando-se sujeitos políticos de seu ambiente material, social, econômico e cultural.

---

<sup>43</sup> COMISSÃO MUNDIAL sobre MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**, 1988, p.49.

O desenvolvimento sustentável, como princípio, deve ser compreendido a partir desse enfoque de complexidade e considerando as restrições estruturais da organização do sistema socioambiental. Por outro lado, a visão ética e de solidariedade passa, necessariamente, por escolhas políticas e pelas condições complexas da realidade, com os seus conflitos e tensões internas.

Na verdade, o incremento de um desenvolvimento sustentável demanda de uma nova postura da sociedade como um todo. É o que está implícita na conceituação de desenvolvimento sustentável do Relatório da Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992 no Rio de Janeiro. Ou seja, o desafio do desenvolvimento sustentável é trazer as questões ambientais para o centro do planejamento local, regional e global. Trata-se de problemática eminentemente política e ideológica.

Nas proposições apresentadas por Becker (1993) o desenvolvimento sustentável representa um novo modelo de desenvolvimento regional tendo como elementos básicos: a internacionalização crescente da economia capitalista (processo de globalização) relacionada a uma nova forma de produção (período técnico-científico, representado pela revolução tecnológica da microeletrônica e da comunicação), baseada no conhecimento científico e na informação. Como complemento desse novo regime: o princípio da diversidade, implicando no reconhecimento das diferenças culturais, de mercados, recursos e espaços, enfatizando a potencialização das condições locais (iniciativa política e capacidade de gestão das sociedades); a nova forma do Estado, representado por uma lógica privada e a nova assimetria do poder, baseada no apartheid tecnológico.<sup>44</sup>

Nota-se que há, nas diferentes literaturas sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, uma dificuldade na formulação de uma definição para o conceito de desenvolvimento sustentável. Na verdade, se tratam de um

---

<sup>44</sup> BECKER, B. K. A Amazônia pós Eco-92: por um desenvolvimento regional responsável. In: BURSZTYN, M. (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**, 1993, p. 134.

conceito polissêmico, tendo diferentes significados para ecologistas, planejadores ambientais, economistas, ativistas ambientais e populações locais. O desenvolvimento sustentável apóia-se em vários projetos e objetivos e, alguns autores referem-se a sustentabilidade dos níveis de produção, ao passo que outros a enfatizam pelos níveis de consumo. Becker (1993), afirma que o desenvolvimento sustentável está ligado a

algo mais do que um compromisso entre o ambiente físico e o crescimento econômico - ele significa uma definição de desenvolvimento que reconhece, nos limites da sustentabilidade, origens não só naturais como estruturais. Cabe assim, reconhecer na relação homem-natureza os processos históricos através dos qual o ambiente é transformado, e a sustentabilidade será uma decorrência de uma conexão entre movimentos sociais, mudança social e, conseqüentemente, possibilidade de políticas mais efetivas.<sup>45</sup>

Outro conceito de desenvolvimento que suporta muitas dimensões de sustentabilidade, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (PNUD) é

aquele que concilia métodos de proteção ambiental, equidade social e eficiência econômica, promovendo a inclusão econômica e social dos indivíduos aos circuitos de produção, cidadania e consumo. Este estilo de desenvolvimento deve oferecer um amplo conjunto de políticas públicas capaz de universalizar o acesso da população aos serviços de infra-estrutura econômica e social, mobilizando os recursos de modo a satisfazer às necessidades

---

<sup>45</sup> BECKER, B. K. A Amazônia pós Eco-92: por um desenvolvimento regional responsável. In: BURSZTYN, M. (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**, 1993, p. 133.

presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.<sup>46</sup>

A sustentabilidade deve ser percebida como um fenômeno complexo de múltiplas dimensões (ambiental e ecológica, social, política, econômica, cultural, espacial, institucional), integradas como “vasos comunicantes” de um sistema. Neste sentido, todo planejamento de desenvolvimento precisa levar em conta, simultaneamente, as dimensões de sustentabilidade:<sup>47</sup>

*Ambiental e ecológica* - relacionada à capacidade de suporte dos ecossistemas associados de absorver ou recuperar-se das agressões derivadas da ação antrópica, implicando a preservação de um equilíbrio entre as taxas de utilização de recursos, emissão e produção de resíduos e as taxas de absorção ou regeneração da base natural. Isso exige que as atividades produtivas, necessárias ao atendimento das necessidades humanas, dentro do processo de desenvolvimento econômico, devem respeitar a capacidade de suporte do meio físico, mediante o uso racional e não predatório dos recursos naturais, cênicos e paisagísticos a serem preservados para o uso das gerações atuais e futuras.

*Social* - relacionada à ampliação permanente da inclusão social e superação da pobreza, à melhoria da qualidade de vida das populações, ao reconhecimento da universalidade dos direitos sociais e humanos, baseada nos princípios de equidade e solidariedade dos laços sociais.

*Política* - relacionada com a universalização dos direitos de cidadania, na prática da democracia representativa e participativa, em todas as decisões fundamentais, pré-requisito para qualquer curso de ação no longo prazo.

---

<sup>46</sup> BRASIL. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto PNUD BRA/94/016: infra-estrutura e integração regional**, 1999, p. 10.

<sup>47</sup> *Ibid.*, p. 10-11.

*Econômica* - que considere as exigências da eficiência e da competitividade sistêmica, num mundo crescentemente globalizado, capaz de permitir a acumulação de capital necessária à continuidade do processo de desenvolvimento econômico, mas que atenda às exigências econômicas e sociais da geração adequada de empregos, da melhoria na distribuição funcional, regional e interpessoal da renda.

*Cultural* - pautada pelo respeito da afirmação das características locais, regionais e nacionais no contexto da padronização imposta pela globalização e que traz importantes conseqüências para o setor de infra-estrutura, em geral, e de comunicações, em particular.

*Espacial* - norteada pelo alcance de maior eqüidade nas relações inter-regional, melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e atividades econômicas, buscando a compatibilização das potencialidades socioeconômicas com as vulnerabilidades naturais das unidades de paisagem. No caso específico da infra-estrutura, a ser orientada pelo conceito de universalização do acesso equânime às oportunidades no espaço nacional e internacional, onde se organize e promova a integração nacional e regional.

*Institucional* - com a maior estabilidade e permanência dos arranjos institucionais e estruturas organizacionais responsáveis pela gestão do Estado e marcos regulatórios adequados, em suas parcerias com os demais agentes econômicos e sociais, bem como nas relações destes agentes com a ordem econômica e social.

Essas dimensões devem ser pensadas como sistemas articulados, cuja integração comporta elementos que se antagonizam ou concorrem entre si, o que torna a construção social do desenvolvimento sustentável um processo de gestão de conflitos sociais.

No entanto, analisando tais dimensões, poderíamos acrescentar ao conceito de desenvolvimento sustentável três dimensões: a) *temporal* – para ser sustentável um determinado recurso deveria durar indefinidamente ou, pelo menos, ser consumido lentamente; b) *disponibilidade dos recursos* – se os países decidissem usar suas potencialidades agrícolas, minerais e industriais exclusivamente para suas populações, e deixassem de exportar, elas durariam centenas de anos; c) *poder aquisitivo da população* – se ela for rica, poderá dar-se ao luxo de usar recursos mais sofisticados que os acessíveis a populações mais pobres.

O desenvolvimento sustentável é um processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, crescimento e eficiência econômica, conservação ambiental, qualidade de vida e equidade social, partindo de um compromisso com o futuro e a solidariedade de gerações.

O conceito encerra três conjuntos interligados e com características e papéis diferentes no processo do desenvolvimento: 1) elevação da qualidade de vida e equidade social constitui *objetivos* centrais do modelo de desenvolvimento; 2) eficiência econômica e o crescimento econômico constituem *pré-requisitos* fundamentais, sem os quais não é possível elevar a qualidade de vida com equidade e 3) conservação ambiental é um *condicionante* decisivo da sustentabilidade do desenvolvimento e da manutenção no longo prazo, sem a qual não é possível assegurar qualidade de vida para as gerações futuras e equidade social sustentável e contínua no tempo e no espaço.

Atender às exigências impostas pelas diferentes dimensões da sustentabilidade exclui, portanto, um estilo de desenvolvimento que seja conduzido e orientado, exclusivamente, pelas forças do mercado. Com efeito, o mercado, quando considerado na sua dimensão mais ampla que não se resume às mercadorias, mas se estende para abarcar também os fatores de produção (o mercado de capitais, o mercado de trabalho e o mercado de recursos naturais),



tende a favorecer a concentração e a centralização do capital e das atividades econômicas.

Esta concentração resulta, em parte, da preferência do mercado, por motivos de eficiência econômica e rentabilidade privada, pelas economias de escala e de aglomeração, o que conduz às deseconomias sociais e à concentração funcional, regional e interpessoal da renda, que devem ser evitadas para que se alcance os padrões de sustentabilidade econômica, social, ambiental, política, cultural e espacial.

Crescem, portanto, em importância e significação, as ações locais, dadas a diversidade de situações e a heterogeneidade das realidades regionais e locais, tanto na organização como na participação de entidades locais representativas que serão mais diretamente afetados por estas decisões. A sustentabilidade política, social, espacial, econômica e até cultural só poderá ser garantida, uma vez que, as reivindicações e interesses locais forem respeitados e puderem ter voz ativa nestas decisões e, só se concretiza a partir da decisão política, da mobilização social e da articulação efetiva das ações e políticas públicas.

Entretanto, podemos constatar que, ao mesmo tempo em que o debate público sobre a sustentabilidade favorece a criação de novos regimes ambientais de negociação e fóruns de debate, investimentos significativos na ciência e pesquisa ambiental o sistema político tem-se mostrado incapaz ou insuficientemente preparado para traduzir e transformar as crescentes demandas de cunho ambientalista em políticas públicas capazes de promover um modelo alternativo de desenvolvimento.

Numa outra abordagem dada ao desenvolvimento, Leroy e Acselrad (2000)<sup>48</sup> apresentam e discutem cinco teses sobre diferentes aspectos da questão do desenvolvimento.

Na primeira tese, os autores falam sobre

a questão ambiental, tal como levantada pelos movimentos sociais, interpela a noção de desenvolvimento predominante desde o pós-guerra. A degradação do meio ambiente e as persistentes injustiças sociais são vistas como expressão do fracasso de um projeto desenvolvimentista das relações mercantis. A crise do desenvolvimento é, pois, a crise de um modelo de integração homogeneizadora das sociedades periféricas ao capitalismo central. Sua superação supõe a formulação de um novo tipo de desenvolvimento, tendo por eixo o enfrentamento das causas das injustiças sociais e da degradação ambiental.<sup>49</sup>

Nessa perspectiva, questiona-se a noção corrente do desenvolvimento. A preocupação de articular a economia aos problemas sociais, como a pobreza, e à preservação dos recursos naturais e do meio ambiente é deixada em segundo plano. E o desenvolvimento é mercado e deve ser regido pela ampliação dos novos direitos do capital: liberdade de circulação dos capitais, liberdade de investimentos e liberdade de comércio.

Na segunda tese, os autores fazem referência sobre

os modelos de desenvolvimento, que descrevem a trajetória das sociedades em busca dos fins tidos como desejáveis. Sua expressão material encontra-se nos modelos de produção e de consumo, que pressupõem determinados padrões de distribuição dos recursos, benefícios e custos do desenvolvimento entre diferentes grupos

---

<sup>48</sup> LEROY, J. P.; ACSELRAD, H. Novas premissas para a construção de um Brasil sustentável. In: RATNER, H. (Org.). **Brasil no limiar do século XXI: alternativas para construção de uma sociedade sustentável**, 2000, p. 185-200.

<sup>49</sup> *Ibid.*, p.185.

sociais. Assim, o modelo de desenvolvimento exprime as escolhas quanto ao que produzir, para que produzir, e para quem produzir. O enfrentamento dos problemas ambientais ocorre, conseqüentemente, na rediscussão dos sentidos a atribuir aos recursos materiais disponíveis e dos usos sociais preferenciais a que os mesmos devem ser destinados.<sup>50</sup>

Nesse sentido, entra em foco o modo como o desenvolvimento se expressa, em subordinação a determinados interesses. Segundo Leroy e Acsehrad (2000),

a expressão da sustentabilidade em termos de metas de redução de consumo de matéria e energia explicita *uma concepção de sustentabilidade expressa em quantidades*. [...] Cresce a preocupação não só com a redução de consumo, mas com a transformação do modelo. A própria Agenda fala da “necessidade de se criarem novos conceitos de riqueza e prosperidade, capazes de permitir melhoria nos níveis de vida por meio de modificações nos estilos de vida.”<sup>51</sup>

Na terceira tese, os autores discutem sobre

a noção hegemônica de desenvolvimento, que supõe a imposição de uma trajetória suposta única e inelutável, que levaria os países subdesenvolvidos à condição de desenvolvidos. O desenvolvimento difunde uma temporalidade mercantil sobreposta à multiplicidade de tempos sociais, assim como faz para predominar o território competitivo sobre as múltiplas formas de experiência social do espaço. A imposição do tempo do mercado e a configuração do espaço para a acumulação capitalista implicam a resistência dos grupos sociais que fazem do meio

---

<sup>50</sup> LEROY, J. P.; ACSELRAD, H. Novas premissas para a construção de um Brasil sustentável. In: RATNNER, H. (Org.). **Brasil no limiar do século XXI: alternativas para construção de uma sociedade sustentável**, 2000, p.185, p.188.

<sup>51</sup> *Ibid.*, p. 189.

ambiente o campo da construção de projetos contra-hegemônicos de desenvolvimento, com horizontes temporais e trajetórias históricas próprias, momentos da transformação democrática do tempo e do espaço sociais.<sup>52</sup>

Aqui temos a primazia dos atores sociais na construção do seu projeto próprio. Como afirma Wolfgang Sachs, o desenvolvimento sustentável serviria como recurso para dar apoio à ideologia do desenvolvimento, como recurso do poder para garantir a sua reprodução. Nessa ideologia, “pobre é o que não tem bens materiais e por isso não tem identidade e, por não ter, tende a degradar o meio ambiente”. Nessa perspectiva, de acordo com Leroy e Acselrad (2000),

os objetivos da sustentabilidade ambiental da equidade entre gêneros, da erradicação da pobreza, do respeito aos direitos humanos, do pleno emprego e da integração social não constituem uma relação linear, mas [...] um processo complexo envolvendo conflito e cooperação, [...] e uma variedade de atores [...].<sup>53</sup>

Segundo Leroy e Acselrad (2000) o debate sobre sustentabilidade tem acionado diferentes eixos de reflexão, apontando para múltiplas trajetórias de elaboração coletiva, como a *eficiência, a equidade, novos padrões de produção e consumo, a auto-suficiência e a ética*. Para os autores, sustentabilidade tende a ser entendida como o “processo pelo qual as sociedades administram as condições de sua reprodução, redefinindo os princípios éticos e sociopolíticos que orientam a distribuição de seus recursos ambientais.”<sup>54</sup>

Na quarta tese, os autores versam sobre

---

<sup>52</sup> LEROY, J. P.; ACSELRAD, H. Novas premissas para a construção de um Brasil sustentável. In: RATNNER, H. (Org.). **Brasil no limiar do século XXI: alternativas para construção de uma sociedade sustentável**, 2000, p. 191.

<sup>53</sup> *Ibid.*, p. 193.

<sup>54</sup> *Ibid.*, p. 193-194.

os recursos materiais territorializados que, são permanentemente disputados por distintos projetos. Esses projetos lhes atribuem sentidos propriamente utilitários, mas também sentidos simbólicos relativos às práticas culturais mais amplas, que ultrapassam o campo da produção material da existência das sociedades. Os diferentes grupos socioculturais integram o mundo material a seus diferentes projetos, propósitos e sentidos. Assim, o espaço é composto pela superposição dos múltiplos territórios concebidos, desenhados e experimentados pela diversidade de projetos e atores que compõem a trama social. Um desenvolvimento democrático e sustentável será a expressão da diversidade de leituras e projetos em confronto com o processo de homogeneização social que transforma os recursos materiais em mercadorias e subordinam as diferentes formas socioculturais à dinâmica do mercado e do capital.<sup>55</sup>

Destacam-se, nessa tese, a reorganização dos seus territórios. Leroy e Acselrad falam que “*fortalecimento da diversidade [...], o estímulo à resistência [...] contra a expansão das relações mercantis e monetárias levaria a um desenvolvimento democrático e a um novo modo de regulação ambiental.*” Na verdade, concordamos com os autores quando afirmam que “o desenvolvimento tem-se constituído num processo de redução da complexidade do tecido social e dos ecossistemas,”<sup>56</sup> levando a reprodução e expansão do capitalismo.

Na última tese, os autores tratam sobre

a questão da sustentabilidade, que levanta desafios tanto para os formuladores de políticas, para os movimentos sociais, como para a comunidade científica: trata-se de produzir quadros conceituais que permitam superar os pontos de estrangulamento dos modelos

---

<sup>55</sup> LEROY, J. P.; ACSELRAD, H. Novas premissas para a construção de um Brasil sustentável. In: RATNER, H. (Org.). **Brasil no limiar do século XXI: alternativas para construção de uma sociedade sustentável**, 2000, p. 194.

<sup>56</sup> *Ibid.*, p. 196.

de desenvolvimento que vigoram desde o pós-guerra, a saber, a persistência de altos índices de desigualdade social e de degradação das próprias bases materiais do desenvolvimento. Um esforço estratégico renovado por parte de cientistas, movimentos sociais e formuladores de políticas apresenta-se como necessário, tanto mais quanto se sabe que a questão da sustentabilidade não remete meramente à conservação da natureza ou a administração de ecossistemas, porém, mais ampla e fundamentalmente, aponta para novos modelos de desenvolvimento e para transformações sociais.<sup>57</sup>

É ressaltada, nesta tese, a importância da mobilização do conhecimento tanto para o questionamento do desenvolvimento quanto para a construção democrática da sustentabilidade. Na verdade, os autores discutem sobre a dimensão ambiental nos modelos de desenvolvimento, motivando-os para a ação. Nas afirmações de Leroy e Acsehrad (2000),

a condição para que o debate ambiental participe da geração de modelos alternativos de desenvolvimento pela pluralidade do conhecimento, ou seja, a inclusão de grupos que integram relações peculiares com a diversidade de configuração geofisiográficas e bióticas dos territórios.<sup>58</sup>

De acordo com Brüseke (1996), o desenvolvimento sustentável definido no Relatório Brundtland requer um desenvolvimento com eficiência econômica, prudência ecológica e justiça social. Afirma o autor que,

por detrás do tripé do desenvolvimento sustentável aparecem três dimensões que nenhum projeto de um desenvolvimento equilibrado da sociedade global pode negar. Trata-se: a) da

---

<sup>57</sup> LEROY, J. P.; ACSELRAD, H. Novas premissas para a construção de um Brasil sustentável. In: RATNER, H. (Org.). **Brasil no limiar do século XXI: alternativas para construção de uma sociedade sustentável**, 2000, p. 197.

<sup>58</sup> *Ibid.*, p. 200.

dimensão do cálculo econômico, b) da dimensão biofísica, e c) da dimensão sociopolítica.<sup>59</sup>

Para o autor, as ciências exatas esclarecem sobre os aspectos biofísicos da nossa existência e do mundo no qual vivemos. A economia e as suas diversas escolas se ocuparam com recursos escassos e a sua alocação. No entanto, essas escolas negligenciaram por completo durante muito tempo a contribuição da natureza no processo econômico. Já na dimensão sociopolítica, encontramos o mundo das dimensões normativas do homem.

Um plano de desenvolvimento somente baseado no cálculo econômico é capaz de modernizar algumas regiões. De fato constatamos hoje, na sociedade global, fortes desequilíbrios. Por um lado, regiões e setores altamente desenvolvidos, usando como critério do desenvolvimento os critérios tradicionais (consumo de energia *per capita*, renda *per capita* etc.) e, por outro, regiões desestruturadas que carecem dos elementos básicos de qualquer organização social. Como não podemos partir meramente do cálculo econômico, tampouco podemos supervalorizar a dimensão sociopolítica e ignorar a lógica específica do econômico e do seu contexto natural. O desenvolvimento, para Brüseke (1996), integra os interesses sociais, econômicos e as possibilidades e os limites que a natureza define.

Numa outra análise sobre desenvolvimento apontada por Souza (1995), os “economistas do desenvolvimento”, já na década de 1970, percebem que o crescimento não traz, automaticamente, justiça social. A metáfora do “bolo” (“é preciso primeiro esperar o bolo crescer, para só então reparti-lo”) atribuída a Delfim Netto tem a concepção hirschmaniana de *desenvolvimento desigual*. A estratégia de “redistribuição com crescimento” - com implementação de programas de redistribuição de renda conduzidos de “cima para baixo” como afirma Chenery et al. Apud Souza (1995) é falha. Para Stöhr apud Souza (1995) a

---

<sup>59</sup> BRÜSEKE, F. J. **A lógica da decadência**: desestruturação socioeconômica, o problema da anomia e o desenvolvimento sustentável, 1996, p. 37-38.

satisfação das necessidades humanas inclui a liberdade, a participação, o acesso à cultura etc., e todas as necessidades básicas.<sup>60</sup>

Segundo Souza (1995), a idéia de desenvolvimento de Stöhr é chamada de satisfação de necessidades básicas e em sua concepção o desenvolvimento é de baixo para cima. Porém, esbarra nos limites ideológicos (liberalismo de “esquerda”), embaraço epistemológico e economicismo pequeno. Deve se abordar a questão não só econômica como política, uma vez que a questão do exercício do poder é determinante numa sociedade.<sup>61</sup>

Por outra linha ideológica, Souza (1995) afirma que os marxistas fracassaram ao vislumbrar um horizonte material-técnico diferente do ocidente capitalista. Não se trata, somente, da pressuposição de Marx de que a modernização capitalista poderia criar pré-condições materiais do “socialismo”, e Rosa Luxemburgo e Lênin apontaram para a tendência da industrialização na periferia necessária à exportação de capitais dos países centrais na fase do capitalismo monopolista.<sup>62</sup>

Castoriadis apud Souza (1995), afirma que “*nenhum* marxismo coerente irá romper com o comprometimento de sua matriz teórica para com a idéia de modernidade herdada do Iluminismo e exacerbada pela dinâmica do capitalismo histórico” (produtivismo, dominação da natureza), mas, na base econômica do socialismo vemos o seu comprometimento com o modelo civilizatório capitalista - como o produtivismo - sem se levar em conta que o que se acabou não foi a dominação, mas sim *um tipo de dominação*, visto que a exploração não teria cessado mas cambiado de forma, não passando de uma farsa grotesca.<sup>63</sup>

---

<sup>60</sup> SOUZA, M. J. L. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**, 1995, p. 101-102.

<sup>61</sup> Ibid., p. 102-103.

<sup>62</sup> Ibid., p. 103-104.

<sup>63</sup> Ibid., p. 104.



Diante de tudo isso, para Souza (1995), a idéia de autonomia “designa uma realidade político-social concretizada pela primeira vez através da *polis* grega que significa o poder de uma coletividade se reger por si própria, por leis próprias,”<sup>64</sup> visto que, segundo Castoriadis, tem um valor central para uma reconceituação do desenvolvimento.

Para o autor, uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território, catalisador de uma identidade cultural e ao mesmo tempo continente de recursos, cuja acessibilidade se dá de maneira igual para todos. O projeto de autonomia pressupõe a liberdade para se colocar a questão do desenvolvimento, ou seja, da transformação e da autocrítica na direção de uma justiça social cada vez maior, de modo próprio e singular.

Por outra perspectiva, em uma coletividade autônoma, radicalmente democrática, o exercício do poder não é concebível sem territorialidade - limites externos, fronteiras espaciais do poder, diferenciações internas da sociedade - que impõem territorialidades específicas. O espaço social, delimitado e apropriado politicamente enquanto território de um grupo é suporte material da existência e catalisador cultural-simbólico - nessa qualidade, fator de autonomia.

Kropotkin apud Souza (1995) revela que para a organização espacial e a territorialidade é importante a descentralização espacial como superação da divisão entre trabalho manual e intelectual e entre setores econômicos (linha liberal e teorias de desenvolvimento regional) como indicador e fundamento do progresso.<sup>65</sup>

No entanto, para Souza (1995), surge uma questão:

---

<sup>64</sup> SOUZA, M. J. L. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**, 1995, p. 105-106.

<sup>65</sup> *Ibid.*, p. 108.

como é possível, hoje, em meio a uma conjuntura política e ideológica internacional tão avessa a utopias de liberdade, e em um mundo que assiste a uma avassaladora globalização da economia e da cultura, redefinir a questão do desenvolvimento a partir das idéias de autonomia e territorialidade autônoma?<sup>66</sup>

O próprio autor mostra que o caminho seria de uma luta pontual, temática e socialmente limitada, visto que o *ativismo de bairro* - movimento regionalista que traz contradições de classe em seu interior para defender seu território e se defender contra a truculência de uma política corrupta *pode* polinizar outras lutas e ajudar a instaurar uma sinergia transformadora; permitir uma ampliação de sua margem de manobra contra os efeitos mais alienantes da globalização; dialeticamente, vir a ser um fator sustentador de um avanço da consciência crítica e do seu potencial de combate.<sup>67</sup>

Portanto, como crítica e avaliação do conceito de desenvolvimento definido por parâmetros econômicos ou à modernidade capitalista propõem um princípio da *autonomia* e uma aceitação do controle e gestão territoriais por qualquer organização social e argumenta sobre a importância da territorialidade para o processo de desenvolvimento regional. Ou seja, o desenvolvimento de uma região implica a capacidade de internalizar regionalmente o próprio crescimento.

A luz destas considerações, as políticas de desenvolvimento através da definição e alocação dos investimentos públicos, do aparato regulatório e dos canais de interlocução e gestão com a sociedade, têm um papel fundamental nos destinos econômico-territorial na estruturação do espaço regional. Esta afirmação serve como pano de fundo para uma reflexão sobre a lógica do desenvolvimento regional, formas de desenvolvimento e estratégias de intervenção pública na região em estudo.

---

<sup>66</sup> SOUZA, M. J. L. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**, 1995, p. 108.

<sup>67</sup> *Ibid*, p. 109.

A questão do desenvolvimento regional, geralmente, está associada ao conceito da industrialização como processo-motor do crescimento econômico, à idéia da urbanização e ao caráter centralizador que, do ponto de vista da tomada de decisões, assumem as propostas de desenvolvimento regional do território.

Estas características oferecem pouco espaço para um desenvolvimento regional mais democrático fundamentado na modernização de processos econômicos. Um outro conceito, nas propostas apresentadas por Boisier (1989) indica que,

se adotarmos um cenário no qual os atores são, por um lado, o Estado (como figura jurídica) e por outro a região (como figura geosocial) cada um deles com diversidade [...] de **decisões** de índole política, econômica e social [...] em relação ao desenvolvimento regional, possibilitaria compreender a sua existência ou a sua falta, [...] em termos de interpretação de alguns conjuntos de decisões através do tempo.<sup>68</sup>

Para o autor, como hipótese resultante desse exercício, o desenvolvimento de uma região em longo prazo depende da interação dos seguintes processos:

da participação relativa da região, no uso dos recursos naturais. Isto é, tem a ver com o processo de alocação inter-regional dos recursos, tema central do conhecimento e da prática dominante do planejamento regional [...]; do signo e da magnitude do impacto que o quadro global da política econômica tem sobre a região. Esse impacto poderá levar à mesma direção da alocação de recursos coadjuvando, assim, com o crescimento regional, ou poderá tomar a direção oposta, freando-o [...]; da capacidade de organização

---

<sup>68</sup> BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. **Economia regional**: teorias e métodos de análise, 1989, p. 598.

social da região; em outras palavras, de transformar os impulsos de crescimento em “estados” de desenvolvimento [...].<sup>69</sup>

Tais processos apresentados pelo autor como determinantes do desenvolvimento regional são interdependentes e interligados mediante certa forma de retroalimentação positiva. Como vemos na figura 3, em que temos a representação, através de um triângulo, dos três processos básicos, e a seta indica o sentido da interação proposto por Boisier (1989).

O vértice superior do triângulo mostra a função de ativação e sua correspondente dimensão (social) e assim sucessivamente. A retroalimentação opera valendo-se de uma maior ativação social que permite dar uma base social ao processo de negociação (compensação) que, por sua vez, viabiliza uma modificação na alocação regional de recursos.

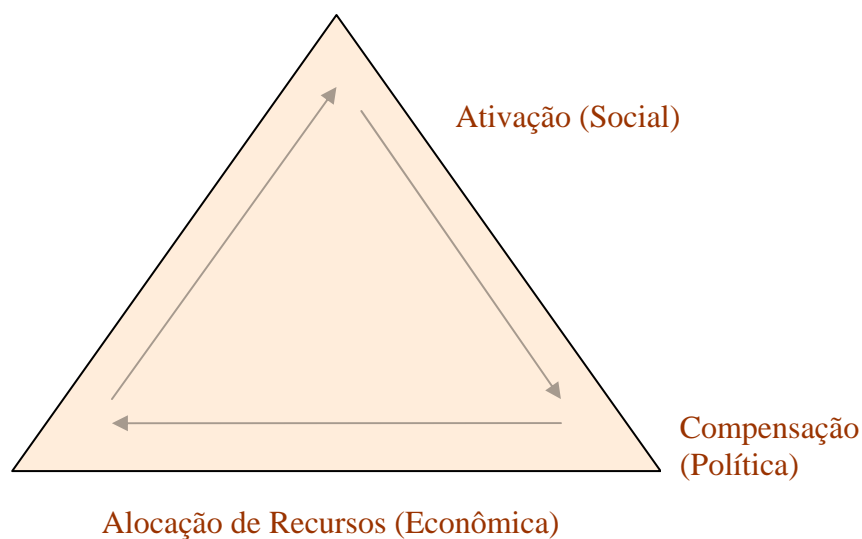


Figura 3 - Funções, dimensões e retroalimentação no planejamento regional segundo Boisier (1989).

O processo de crescimento econômico regional não pode ser considerado como essencialmente originado de forças e mecanismos exógenos à região que depende das políticas macroeconômicas, do critério que guia a alocação

<sup>69</sup> BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. **Economia regional**: teorias e métodos de análise, 1989, p. 598-599.

de recursos entre regiões e da demanda externa. Pelo contrário, o processo de desenvolvimento regional é considerado, sobretudo, como a internalização do crescimento, ou seja, endógena à região.

Com efeito, o crescimento econômico é uma condição necessária para o desenvolvimento, mas este último é um fenômeno qualitativamente distinto que implica, na região, uma internalização do excedente gerado pelo próprio crescimento. Também o desenvolvimento implica níveis crescentes de inclusão social e, ainda, o desenvolvimento inclui uma posição com relação à preservação ambiental.

É preciso atentar para as críticas quanto ao planejamento regional, que na argumentação de Richardson (1975), uma das críticas que a maioria dos especialistas em desenvolvimento regional apresenta à prática do planejamento regional refere-se ao caráter mecanicista da citada prática, com relação às teorias subjacentes e às estratégias que delas derivam com escassa concessão para as características reais dos países ou regiões em que as mesmas são aplicadas.<sup>70</sup> Nesse sentido na abordagem de Amaral Filho (2001) é importante ressaltar que

o desenvolvimento regional endógeno não deve ser visto como um modelo apriorístico nem como um sistema fechado em sua própria carapaça. Por outro lado, qualquer definição a ser dada ao desenvolvimento da região deve vir, antes de tudo, de um certo consenso endógeno relativo à região. É saudável que se combine o desenvolvimento regional endógeno com o comportamento do tipo cooperativo da região/indivíduo em relação ao todo nacional, exatamente para evitar que o bem-estar, para algumas regiões, signifique o mal-estar para outras regiões.<sup>71</sup>

---

<sup>70</sup> RICHARDSON, H. W. **Economia regional**: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional, 1975, p. 224.

<sup>71</sup> AMARAL FILHO, J. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local, **Planejamento e Políticas Públicas**, 2001, p. 281-282.

Pudemos constatar que nas discussões teóricas o desenvolvimento econômico é um processo que envolve competitividade, relações sistêmicas entre os atores e crescimento endógeno, tudo interagindo, integrado pela consciência social e pelas potencialidades dos recursos naturais, humanos e do capital. A competitividade nasce e diferencia os atores econômicos, na gestão empresarial, na tecnológica, na qualidade e na forma de atuar nos mercados.

O desenvolvimento endógeno requer um enorme esforço na construção de uma parceria ampla e representativa da sociedade que seja capaz de reproduzir, coletivamente, decisões para o desenvolvimento. O desenvolvimento só acontece quando as forças sociais assumem compromissos com o processo e passam a implementá-lo, de forma sistêmica.

Atores locais, mobilizados por interesses comuns constroem um pacto territorial capaz de estimular desenvolvimento: competitivo, sistêmico e endógeno. O desenvolvimento socioeconômico é assim um produto, resultante do ambiente político - institucional; do capital humano; das condições socioeconômicas; da natureza do conhecimento e tecnologia; dos valores locais; da mão-de-obra e logística; das condições atrativas ao investimento e do mercado e valores de competitividade.

O desenvolvimento econômico sustentável tem sua base no conhecimento e se apóia no domínio e na inovação tecnológica, como um instrumento essencial. Sem tecnologia, socialmente apropriada, não há desenvolvimento e, ambos, dependem do conhecimento para inovar e melhorar a produção com renda agregada. Este é o sentido ético do desenvolvimento da produtividade sem desperdícios, da produção voltada ao consumo e do respeito aos valores locais.

O desenvolvimento da produção, com base no conhecimento, via tecnologia e boa gestão de cadeias produtivas, é o caminho para melhorar a produtividade, reduzir custos, corrigir os estrangulamentos e equilibrar a matriz

produtiva, dotando-a de força competitiva, eficiência econômica, respeito ao meio ambiente e justiça social.

O desenvolvimento sustentável requer diversificação econômica e da valorização das culturas locais, expressas nas virtudes naturais, nas artes e nas tradições da população. Estes elementos condicionam a construção da necessária aliança territorial, para promover a riqueza e fomentar sistemas locais de produção em atividades integradas e interdependentes, capazes de gerar sinergias socioeconômicas, que satisfaçam as necessidades e criem escala de satisfações futuras.

Assim, as políticas de desenvolvimento devem expressar as aspirações da comunidade,<sup>72</sup> comprometidas em corrigir as deformações promovendo correções nas deformações estruturais da economia, de tal forma a voltá-las à maioria da população. Ainda, essas políticas devem estar sob o controle social, por meio de processos sistêmicos e endógenos. Sistêmicos porque se sustentam na interação dos diversos atores envolvidos e endógenos porque são concebidos pela vontade coletiva da sociedade de assumir a idéia de se desenvolver.

É preciso ressaltar que as abrangentes proposições sobre o desenvolvimento regional constituem-se, ao mesmo tempo, em importante marco teórico da maneira pela qual se processa a dinâmica da organização do espaço em termos analíticos, de compreensão da realidade, e de planejamento, em outras palavras, a proposição de alternativas para se atingir uma efetiva regionalização do desenvolvimento.

Enfim, o processo de desenvolvimento de uma região está na sua população e seu ambiente, ou seja, na potencialidade da interação humana, com a sua cultura, seu território e suas relações externas. Uma região tem o seu valor

---

<sup>72</sup> Para isso, deve haver articulações entre atores sociais que estejam engajados numa mobilização coletiva da sociedade, no sentido de despertar a conscientização das reais necessidades locais e regionais atreladas a uma política nacional.

determinado pela sua capacidade de mudar, para competir e se desenvolver. Os valores maiores de uma região ou locais são o capital social, o natural e o financeiro. Como desafio, Leroy e Acsehrad (2000) afirmam que,

frente à concentração de poder sobre os recursos naturais e o meio ambiente, propomos um caminho que considere a diversidade, permitindo que se afirmem diferentes formas culturais de relação com a natureza, diferentes estratégias e propostas para o futuro. Dessa forma, pensar o território torna-se importante para construir uma geografia política alternativa.<sup>73</sup>

Portanto, é possível criar propostas alternativas de desenvolvimento que incorporem os excluídos do modelo atual de desenvolvimento do sistema capitalista, reconhecendo que os impactos variam de acordo com o sujeito, afetando de maneira diferenciada os diferentes grupos sociais na condição dominante do desenvolvimento.

Desse modo, o desenvolvimento deve resultar do compromisso de uma parte significativa da sociedade local e de mudanças básicas em suas atitudes e comportamentos, e que permite substituir a concepção tradicional de “espaço” como simples cenário físico, pela de um contexto social de cooperação ativa, um “território”.

Diante das múltiplas dimensões do conceito de desenvolvimento, sua análise nos remeteu a reflexões sobre as políticas de desenvolvimento regional no espaço sul-mato-grossense que se materializaram em programações, discurso e prática. Trata-se de refletir sobre o papel do Estado para o processo de ocupação, transformação e integração nacional que se materializou nos planos de desenvolvimento. Neste sentido, buscamos relacionar a retórica com as ações práticas.

---

<sup>73</sup> LEROY, J. P.; ACSELRAD, H. Novas premissas para a construção de um Brasil sustentável. In: RATNER, H. (Org.). **Brasil no limiar do século XXI: alternativas para construção de uma sociedade sustentável**, 2000, p. 207-208.



## 2.2 - As políticas de desenvolvimento em escala macro e microrregional

Sobre a atuação do Estado no processo de desenvolvimento, Hespanhol (1999) afirma que “o Estado como agente de desenvolvimento ao promover ações estruturantes acaba não corrigindo distorções no processo [...], mas reduzindo os riscos dos agentes privados.”<sup>74</sup> Na verdade, a evidência empírica disponível revela uma tendência ao agravamento dos problemas regionais, mas não implicando em desenvolvimento regional.

O intervencionismo estatal brasileiro, com destaque para a economia, tornou-se mais evidente a partir da década de 1950, com o Plano de Metas, do Governo Juscelino Kubitschek, que de acordo com Mantega (1991),

objetivava remanejar os recursos do país de modo a canalizá-lo para o prosseguimento e ampliação da escala de acumulação industrial, por meio da atuação do Estado prioritariamente em duas frentes: a) na coordenação e integração dos vários setores da economia, detectando as deficiências de infra-estrutura e as lacunas deixadas pela chamada iniciativa privada, e procurando solucionar esses problemas pela ampliação ou criação de empresas estatais; b) no incentivo direto à produção privada por meio da criação de linhas especiais de crédito, principalmente junto ao BNDES (...).<sup>75</sup>

No início da década de 1950, a questão regional, no Nordeste o problema da seca e o atraso no desenvolvimento e na Amazônia o problema da ocupação e valorização econômica, proporcionou a criação de bancos “regionais”, responsáveis pelo crescimento regional, a industrialização e a constituição do mercado no âmbito nacional.

---

<sup>74</sup> HESPANHOL, A. N. A atuação do Estado no processo de desenvolvimento brasileiro. In: MENEGUETTE JÚNIOR, M.; ALVES, N. (Org.). **FCT 40 anos: perfil científico-educacional**, 1999, p.21.

<sup>75</sup> MANTEGA, G. **A economia política brasileira**, 1991, p. 73.

A industrialização e a modernização do Estado no segundo governo de Vargas avançaram. E, para ser “auto-sustentado,” o Estado colocou em primeiro plano as políticas públicas e os investimentos em infra-estrutura, energia e transportes, direcionados ao fortalecimento da indústria de bens de produção.

Esse processo de industrialização, segundo Mantega apud Mamigonian (1992),

havia criado mais problemas do que os existentes anteriormente, pois com um exército industrial de reserva numeroso e o uso de tecnologia sofisticada importada, a criação de empregos tinha sido pequena, a produtividade havia aumentado e os salários haviam caído, ocorrendo uma super-exploração do trabalho e lucros extraordinários, situação que exigia a presença de ditaduras militares coloniais-facistas. A dependência, que se tornou crescente interna à economia, se manifestava agora pelo crescimento das remessas de lucros e *royalties*, pagamento dos empréstimos externos, etc., não dando margem à apropriação interna do excedente econômico.<sup>76</sup>

Ao mesmo tempo, apesar da industrialização, a situação do subdesenvolvimento, mesmo com o crescimento econômico, aumentou com a ampliação das desigualdades de renda e o empobrecimento das classes subprivilegiadas. Segundo Santos e Silveira (2001), “o Estado é compelido a adotar uma política de grande potência, favorecendo as maiores empresas sem consideração pelas massas cada vez mais empobrecidas.”<sup>77</sup>

Até início da década de 1950 a intervenção do Estado não tinha cunho espacial explícito,<sup>78</sup> uma vez que se dava, predominantemente, através da definição das políticas macroeconômicas e setoriais. Constata-se que a política

---

<sup>76</sup> MAMIGONIAN, A. Teorias sobre a industrialização, **Seleção de Textos**, n. 4, p.10-11, 1992.

<sup>77</sup> COSTA, W. M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**, 1991, p. 60.

<sup>78</sup> HESPANHOL, A. N. A atuação do Estado no processo de desenvolvimento brasileiro. In: MENEGUETTE JÚNIOR, M.; ALVES, N. (Org.). **FCT 40 anos: perfil científico-educacional**, 1999, p.22.

territorial é uma subestratégia da política econômica maior, marcada pelas preocupações estritamente econômicas, tendo o território como “suporte” ou “objeto” de investimentos econômicos. Daí, nas palavras de Costa (1991), “o fato de que políticas regionais, urbanas ou similares, sempre ocuparão os capítulos periféricos dos grandes planos nacionais de desenvolvimento”.<sup>79</sup>

Já a partir da década de 1950, as políticas públicas territoriais tornaram-se parte subsidiária da política macroeconômica de cunho espacial embasada em teorias de desenvolvimento regional. No decorrer da década de 1960 e 1970, na América Latina, reinou a teoria dos pólos de crescimento e a estratégia de desenvolvimento polarizado. No Brasil, esse modelo de planejamento e desenvolvimento regional foi aplicado de modo significativo com a criação de agências de desenvolvimento regionais que implantaram políticas estruturantes.

O final da década de 1950 é marcado por tomadas de decisões estratégicas que provocaram modificações básicas na expansão da fronteira econômica do país. Tem início a construção da nova capital do país no planalto central e as primeiras grandes rodovias são articuladas. Tem-se, também, a criação da primeira Superintendência de Desenvolvimento Regional, a Sudene, criada em 1959, relacionada aos ideais de integração nacional, desencadeando o processo que levou mais tarde as regiões Centro-Oeste e Norte a aparecerem no cenário nacional como nova opção de avanço do capital.

As estratégias de “integração nacional” através da expansão da “fronteira econômica” do país a partir da década de 1960, foram beneficiadas com a transferência da capital federal para Brasília e com a expansão gradual da fronteira agrícola, e do aproveitamento de recursos minerais. Os efeitos do crescimento urbano, tanto de Brasília quanto das cidades ligadas à fronteira

---

<sup>79</sup> SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**, 2001, p. 55.

agrícola influenciaram no crescimento industrial da região. O I PND<sup>80</sup> (Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), lançado em 1971, para o período de 1972 a 1974, é o principal plano global de desenvolvimento. Nas afirmações de Costa (1991)

o I PND acentua a tendência do Estado de procurar enfocar suas políticas territoriais através de estratégias de “integração nacional”, ou seja, procurar expandir a “fronteira econômica” do país, a partir do Centro-Sul, na direção do Centro-Oeste, Amazônia e Nordeste.<sup>81</sup>

Nesse sentido, foram criados, os pólos regionais no Sul e no Nordeste, do tipo agrícola-industriais, e no Planalto Central e na Amazônia, de natureza agrícola-minerais. Assim, de acordo com Hespanhol (1996),

[...] foram criadas as superintendências de desenvolvimento regional (Sudene, Sudam, Suframa, Sudeco e Sudeul). Tais órgãos tinham como principais instrumentos a concessão de incentivos fiscais e financeiros às empresas, especialmente indústrias, para se instalarem na área de atuação dos respectivos órgãos.<sup>82</sup>

Nas palavras de Costa (1991),

o conceito de fronteira econômica era aplicado a partir de várias instâncias: agrícola, industrial, agroindustrial, urbana, de povoamento, de infra-estrutura regional, etc. Ao mesmo tempo, o Plano definia uma estratégia de planejamento urbano no nível nacional, a partir da criação das “Regiões Metropolitanas”. Além disso, a estratégia de desenvolvimento regional baseada nos

---

<sup>80</sup> Na seqüência da intervenção estatal na região, o pacote de medidas que mais repercutiu nas suas transformações foi o PIN (Programa de Integração Nacional), lançado em 1967, teve objetivos globais e setorial era a integração do Nordeste, Amazônia e, secundariamente, o Centro-Oeste à economia nacional. Cf. COSTA, W. M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**, 1991, p. 68.

<sup>81</sup> COSTA, W. M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**, 1991, p. 63-64.

<sup>82</sup> HESPANHOL, A. N. **Dinâmica agroindustrial: intervenção estatal e a questão do desenvolvimento da região de Andradina**, 1996, p. 30.

“pólos de desenvolvimento” era reforçada, tanto em áreas desenvolvidas como subdesenvolvidas do país.<sup>83</sup>

Na verdade, a preocupação inicial na ocupação e povoamento das regiões Centro-Oeste e Norte, vão cedendo lugar a uma nova forma de integração, fundamentado em grandes projetos agrícolas e minerais, que passam a ser implementado no II PND, entre 1975 e 1979, com vistas à exportação. Trata-se do processo de fazer coincidir o “espaço econômico” e o “espaço político”.

O II PND, devido ao declínio dos investimentos e aumento da dívida externa brasileira, incentivava setores que favoreciam a exportação. A ocupação do território com base em um *projeto colonizador* é posta de lado, e fica clara a opção pelos grandes empreendimentos do capital monopolista nacional e estrangeiro. Diante disso, de acordo com Santos e Silveira (2001),

essa orientação exige uma constante modernização do equipamento industrial a fim de poder concorrer internacionalmente. Isso agrava a dependência diante dos centros mais avançados do sistema mundial. Por outro lado, a necessidade de importação exige uma política de exportação agressiva.<sup>84</sup>

Concomitantemente, segundo esses autores,

por iniciativa estatal ampliam-se as redes de transporte, que se tornam mais densas e mais modernas; e, graças à modernização das comunicações, criam-se as condições de fluidez do território, uma fluidez potencial, representada pela presença de infraestrutura, e uma fluidez efetiva, significada pelo seu uso.<sup>85</sup>

Isso significa dizer, de acordo com Santos (1997), que as rodovias cumprem o papel de propulsor da modernização e do desenvolvimento, em um

---

<sup>83</sup> COSTA, W. M. op. cit., p. 64.

<sup>84</sup> SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**, 2001, p. 51.

<sup>85</sup> Ibid., p. 49.

mundo cujas características incluem a exigência de fluidez para a circulação, nas redes técnicas.<sup>86</sup> Segundo o autor, “pode-se, mesmo, dizer, sem risco de produzir um paradoxo, que a fluidez somente se alcança através da produção de mais capital fixo, isto é, de mais rigidez.”<sup>87</sup>

Neste sentido, Santos e Silveira (2001) afirmam que

a criação de fixos produtivos leva ao surgimento de fluxos que, por sua vez, exigem fixos para balizar o seu próprio movimento. É a dialética entre a frequência e a espessura dos movimentos no período contemporâneo e a construção e modernização dos aeroportos, portos, estradas, ferrovias e hidrovias.<sup>88</sup>

Referindo-se ao II PND, segundo Ablas e Müller (1985) apud Hespanhol (1996) é

fortemente influenciado pela idéia de pólos de desenvolvimento, surgem programas especiais específicos cujo objetivo era fortalecer a estrutura de produção de algumas regiões selecionadas, são eles: Polonordeste, Polamazônia, Prodegran, Prodoeste, Polocentro e Prodepan.<sup>89</sup>

Para Abreu (2001), com a Sudeco, a região Centro-Oeste passou a ser pensado em termos de desenvolvimento regional, quando executou programas criados em torno do conceito de pólo de desenvolvimento, como o Polocentro (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), Prodepan (Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal), Pergeb (Programa Especial de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília), Prodegran (Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados). Com a criação do Estado de

---

<sup>86</sup> SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**, 1997, p. 218.

<sup>87</sup> *Ibid.*, p. 201.

<sup>88</sup> SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**, 2001, p. 167.

<sup>89</sup> HESPANHOL, A. N. **Dinâmica agroindustrial: intervenção estatal e a questão do desenvolvimento da região de Andradina**, 1996, p. 31.

Mato Grosso do Sul, foram criados, também, os programas especiais Promat (Programa de Desenvolvimento de Mato Grosso) e Prosul (Programa de Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul) para equilibrar a máquina administrativa das novas Unidades da Federação, criadas em 1977.<sup>90</sup>

Assim, afirmam Galindo e Santos (1995), que

a atuação do Estado no Centro-Oeste, quer pelos investimentos em infra-estrutura econômica, quer via estímulos fiscais e financeiros, foi decisiva para a ocupação definitiva do seu território e para os expressivos índices de desenvolvimento verificados a partir dos anos 70.<sup>91</sup>

O Prodoeste, instituído em 1971 no Governo Médici, foi destinado a incrementar o desenvolvimento econômico do Distrito Federal e do sul dos estados de Goiás e Mato Grosso. Segundo Ito (1998), este programa veio “para reforçar a integração da região e criar infra-estrutura necessária para o desenvolvimento da agropecuária.”<sup>92</sup> De acordo com o Ministério dos Transportes apud Abreu (2001),

os objetivos do programa eram dotar a região de infra-estrutura de transporte por meio da construção de uma malha rodoviária básica, prioritária, conjugada a um sistema de estradas vicinais e a uma rede de silos, armazéns, usinas de beneficiamento e frigoríficos e, ainda, realizar obras de saneamento geral, retificação de cursos d’água e recuperação de terras.<sup>93</sup>

---

<sup>90</sup> Cf. ABREU, S. **Planejamento governamental**: a Sudeco no espaço mato-grossense – contexto, propósitos e contradições, 2001.

<sup>91</sup> GALINDO, O.; SANTOS, V. M. Centro-Oeste: evolução recente da economia regional. In: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. L. B. (Org.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**, 1995, p. 168.

<sup>92</sup> ITO, C. A. **A consolidação do Mercosul**: mito e perspectivas de impactos no Mato Grosso do Sul, 1998, p.163.

<sup>93</sup> ABREU, S. Op. cit., p. 66.

Com isso, o processo de desenvolvimento do espaço sul-mato-grossense passa a ser definido pelas diretrizes estabelecidas pelo governo federal para o Centro-Oeste. Esperava-se com essas ações promover a aceleração do desenvolvimento econômico-social da região acolhendo fluxos migratórios provindos de áreas densamente povoadas, reduzindo o êxodo rural para as regiões saturadas, equilibrando as distribuições demográficas, interligando de forma contínua e permanente todos os pontos do território nacional, fator indispensável à segurança e à integração político-administrativa; aproveitando o potencial econômico da região Centro-Oeste.

No entanto, esse importante progresso econômico, além, de agravar contradições históricas, ensejou o aparecimento de novas. Com o surgimento de uma agropecuária moderna, empresarial, a sede capitalista de novas áreas para o cultivo da soja e a engorda do gado e de concentração fundiária.

Esta prática espacial que compreendemos como geradora de novos espaços “alienados,”<sup>94</sup> implica na expulsão em massa do homem do campo e um processo de urbanização acelerado. Isso é demonstrado quando o índice de urbanização de Mato Grosso do Sul aumentou de 45% em 1970 para 67% em 1980, atingindo 80% em 1991 (MATO GROSSO DO SUL, 1995).<sup>95</sup> Além disso, a nova economia que nascia e se desenvolvia, ao se basear na agroexportação, internalizou uma economia vulnerável na economia estadual.

O Prodepan foi instituído no Governo do General Geisel e vigorou entre 1975 e 1978, como o intuito de propiciar o desenvolvimento em áreas específicas do Centro-Oeste. A coordenação desse Programa esteve a cargo da Sudeco. Seu objetivo era criar um pólo de desenvolvimento na região do Pantanal mato-grossense e em áreas adjacentes. Para tanto, utilizando-se de pesquisa de

---

<sup>94</sup> Cf. SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**, 2001, p. 300.

<sup>95</sup> MATO GROSSO DO SUL. **Anuário estatístico de Mato Grosso do Sul: 1991/94, 1995**, p. 46.



assistência técnica e baseando-se em estudos e projetos de infra-estrutura, buscou-se dotar a região de vias de transportes, saneamento, energia elétrica, industrialização e ainda do desenvolvimento de sua pecuária.

Neste programa estava incluída a área da Bodoquena,<sup>96</sup> definida como área-programa de Bodoquena.<sup>97</sup> Segundo Abreu (2001),

essa área-programa era representativa [...] não apenas por sua capacidade de incorporação de lavouras e área plantada, mas, principalmente, pela significativa presença de calcário da Formação Bodoquena.<sup>98</sup>

Para a autora, “enquanto área estratégica para produção de calcário, a ampliação das vias de circulação para o sistema de transportes seria fator de suma importância.”<sup>99</sup> No entanto, em decorrência do déficit de circulação para o calcário originários das instalações de moagem localizadas na serra de Bodoquena e, como os investimentos no transporte estavam restritos aos limites dos municípios, houve a necessidade de incrementar recursos do Polocentro para melhoria de trechos da BR-262, o que não implicava em asfaltamento, mas em recuperação das estradas.<sup>100</sup>

Outro Programa de Desenvolvimento Regional, o Polocentro, criado em 1975, teve como proposta a modernização das atividades agropecuárias no estado, estruturando e fortalecendo médios e grandes empresários rurais. Para alcançar seu objetivo enfatizava três itens básicos: infra-estrutura, serviços (assistência técnica e pesquisas) e crédito rural. Os investimentos advindos desse Programa propiciaram a implementação e ou fortalecimento de unidades de

---

<sup>96</sup> Com exceção do município de Jardim que estava incluído no Prodegran.

<sup>97</sup> Os municípios que integravam a área-programa de Bodoquena eram: Anastácio, Aquidauana, Bonito, Bodoquena, Corguinho, Coxim, Miranda, Nioaque, Pedro Gomes, Rio Negro, Rio Verde de Mato Grosso.

<sup>98</sup> ABREU, S. **Planejamento governamental**: a Sudeco no espaço mato-grossense, contexto, propósitos e contradições, 2001, p. 154.

<sup>99</sup> Ibid., p. 154.

<sup>100</sup> Ibid., p. 157.

pesquisa (Embrapa, por exemplo), a operacionalização da assistência técnica, a ampliação das unidades de armazenamento, a construção de estradas e de linhas de transmissão elétrica e a implantação da patrulha mecanizada, entre outros fatores.

Nesse processo de desenvolvimento regional proposto nos objetivos do Polocentro, Abreu (2001) afirma que

a produção no Cerrado, com tecnologia importada requeria do produtor grande capacidade financeira para arcar com seu alto custo, sendo então excluído o pequeno produtor rural. O próprio programa selecionava os projetos a partir do tamanho da propriedade. Assim, não se tratava simplesmente de uma exclusão “natural” do pequeno produtor que não era contemplado com o financiamento.<sup>101</sup>

Esse processo de modernização da agricultura acarretou mudanças nas relações sociais de produção e trabalho. A concentração de terras e a produção nas mãos de grandes empresas possibilitam a elas poder de negociação perante o Estado e, geram um setor de investimentos de capitais.

Portanto, de acordo com Galindo e Santos (1995),

observou-se, ao analisar os diversos programas, que os objetivos reais da política têm apontado sempre na mesma direção, qual seja, o benefício para uma mesma classe social, detentora do poder político. A defasagem entre os objetivos aparentes e os reais não pode ser considerada erro administrativo ou deficiência no planejamento, mas consequência da visão elitista e autocrática que caracteriza os processos de decisão na esfera política.<sup>102</sup>

---

<sup>101</sup> ABREU, S. **Planejamento governamental**: a Sudeco no espaço mato-grossense, contexto, propósitos e contradições, 2001, p. 309.

<sup>102</sup> GALINDO, O; SANTOS, V. M. Centro-Oeste: evolução recente da economia regional. In: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. L. B. **Desigualdades regionais e desenvolvimento**, 1995, p. 158.

Constata-se que, a partir da década de 1960, os planos econômicos, globais e setoriais, urbanos e regionais no país, estavam direcionados aos propósitos políticos do governo federal, com uma descentralização “relativa” para planejar e não quanto à distribuição dos fundos públicos, que dificultavam a execução dos projetos, gerando crises no planejamento e no governo federal. Apesar disso, o processo de desenvolvimento econômico, através da implementação de políticas setoriais, de investimentos diretos em infra-estrutura e da atuação das empresas estatais em vários segmentos produtivos teve forte influência do intervencionismo do Estado.

Através do II PND, o Estado articulou uma nova fase de investimentos públicos e privados nas indústrias de insumos básicos (siderurgia, química, cimento, etc.) e bens de capital (material de transporte e equipamentos mecânicos, elétricos e de comunicações). De acordo com Tavares (1998), os investimentos do II PND representaram “um esforço de acumulação de capital e uma diversificação de estrutura industrial na direção da indústria pesada, sem precedentes na história da industrialização brasileira.”<sup>103</sup>

Nesse sentido, a contextualização da ação estatal no Estado de Mato Grosso do Sul a partir da região Centro-Oeste foi tão marcante que, não só a degradação ambiental, como o dinamismo da economia regional, pode ser atribuída à presença do Estado Nacional. O marco de referência é a década de 1930, com os programas, projetos, públicos e privados, de colonização, integração e interiorização da economia.

No entanto, essa referência não teve nenhum planejamento. Isto só começou em 1967, com a criação da Sudeco - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, e se finalizou com a sua extinção, em 1990. Dentre esses programas, o Polocentro teve maior repercussão. Segundo Steinberger (2003),

---

<sup>103</sup> TAVARES, M. C. **Ciclo e crise**: o movimento recente da industrialização brasileira, 1998, p. 46.

priorizou o aumento da produção agropecuária com a perspectiva de incorporar ao setor produtivo 3,7 milhões de hectares de terras do Cerrado durante cinco anos. [...] Entre os aspectos negativos do Polocentro, estão as lacunas relativas ao do desenvolvimento, social, urbano e industrial, além de não proporcionar incrementos desejados de emprego, renda e bem-estar e não haver qualquer preocupação com a conservação ambiental.<sup>104</sup>

Na análise de Hespanhol (1996),

os programas especiais, ao selecionarem determinadas áreas onde foram concedidos estímulos para a implantação de grandes projetos, exerceram fortes impactos sobre as regiões objeto de intervenção, preenchendo assim, em parte, a lacuna deixada pelo planejamento regional, empreendido pelas superintendências de desenvolvimento e pelos governos estaduais.<sup>105</sup>

Para Cano (1985),

não foi por falta de planos que a questão regional não foi corretamente tratada. Proliferaram planos nos últimos vinte anos no país; não só no nível do governo federal, mas principalmente no nível dos governos estaduais e dos órgãos regionais de desenvolvimento. Multiplicaram-se as instituições de apoio financeiro e de fomento, com notável expansão do número de secretarias de planejamento, companhias de desenvolvimento e bancos estaduais ou regionais de desenvolvimento.<sup>106</sup>

Assim foi até o início do decênio de 1980. A partir de então, o planejamento regional sofreu declínio. Nessa fase, como diz Le Bourlegat (2000),

---

<sup>104</sup> STEINBERGER, M. O significado da região Centro-Oeste na espacialidade do desenvolvimento brasileiro: uma análise geopolítica. In: GONÇALVES, M. F; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (Org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**, 2003, p. 616.

<sup>105</sup> HESPANHOL, A. N. **Dinâmica agroindustrial: intervenção estatal e a questão do desenvolvimento da região de Andradina**, 1996, p. 35.

<sup>106</sup> CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930 - 1970**, 1985, p. 44.

“o modelo de desenvolvimento agrícola adotado para o Mato Grosso do Sul, entrou em crise, a partir de 1985.”<sup>107</sup> Isso acontece no momento em que o governo federal sofre forte endividamento externo.

A partir de então, os poucos programas anunciados pelo governo guardam a lógica da ação estatal subordinada à idéia de redução do chamado “custo Brasil”: atuação estatal visando favorecer determinado produto ou cadeia produtiva, privilegiando setores previamente eleitos. Com isso, no segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso foi implementada a política de “eixos de integração e desenvolvimento regional”.

Os eixos, em número de nove, constituem uma política parcial que descarta o recorte das regiões até então adotado. Tem como proposta a redução das disparidades regionais. No entanto, Tavares (2002) aponta que

a primeira etapa dessa política consistiu na preparação de um portfólio de oportunidades de investimentos para o setor privado, o que no fundo significa a destinação de maiores parcelas de investimentos para as áreas mais favorecidas do país.<sup>108</sup>

Nessa política de eixos de desenvolvimento, o Mato Grosso do Sul foi incorporado ao Mercado do Centro-Oeste – Mercoeste, “onde os empresários do setor privado, juntamente com o setor público, indicaram não só as opções de investimentos para essa região, assim como a consolidação das possibilidades de desenvolvimento do país.”<sup>109</sup>

Desse modo, o Mercoeste elaborou um *Projeto Estratégico Regional* que define o perfil competitivo do Estado de Mato Grosso do Sul. Algodão e

---

<sup>107</sup> LE BOURLEGAT, C. A. **Mato Grosso do Sul e Campo Grande**: articulações espaço temporais, 2000, p. 333.

<sup>108</sup> TAVARES, H. M. Políticas de desenvolvimento regional nos países do “centro” e no Brasil. In: CADERNOS IPPUR. **Planejamento e território**: ensaios sobre a desigualdade, 2002, p. 245.

<sup>109</sup> STEINBERGER, M. O significado da região Centro-Oeste na espacialidade do desenvolvimento brasileiro: uma análise geopolítica. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (Org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões**: o desafio urbano-regional, 2003, p. 616.

Vestuário, Turismo, Carne e Leite, Madeira e Móveis, Piscicultura, Construção Civil e Soja foram as cadeias selecionadas para o estudo da situação competitiva de Mato Grosso do Sul. A escolha dessas cadeias produtivas foi pela “importância econômica, importância em termos de geração de empregos, potencial de desenvolvimento, a partir da existência de vantagens comparativas, potencial de integração regional dentro do Mercoeste.”<sup>110</sup>

Na opinião de Perú (2002),

o Mercoeste poderá, a partir de uma adequada incorporação de setores representativos das atividades socioeconômicas da região, capacitar-se como um mercado de boas condições de competitividade em ambos os cenários - nacional e internacional.<sup>111</sup>

Fica demonstrado, que na análise do papel do Estado nas políticas setoriais de desenvolvimento regional indica que o que orienta a ação do Estado é a determinação de preenchimento das carências que permitem a expansão do capital. Nota-se que o governo federal revelou preocupações com o Centro-Oeste. Entretanto tais preocupações se caracterizam como fragmentadas, uma vez que não se converteram em uma política regional, isto porque a questão regional extrapola os limites das regiões do país, porque, de fato, é uma questão nacional.

Analisando-se as políticas de desenvolvimento elaboradas pelo Estado e sua evolução, percebe-se uma mudança essencial na ideologia do desenvolvimento. Como afirma Ianni (1996),

modificaram-se os alvos das estratégias políticas de desenvolvimento: passou-se das formulações e decisões que se orientavam no sentido de criar um sistema econômico de tipo nacional para as formulações e decisões que se orientavam no

---

<sup>110</sup> MERCOESTE, **Perfil competitivo do Estado de Mato Grosso do Sul**, 2002, p. 38.

<sup>111</sup> *Ibid.*, p. 16. Manoel Catarino Paes Perú é Reitor da UFMS.

sentido de desenvolver um sistema capitalista de tipo associado. [...] Neste sentido é que a mudança da direção e do sentido da política econômica governamental corresponde a metamorfose interna da ideologia desenvolvimentista.<sup>112</sup>

Assim, o que está em jogo na política governamental é o interesse econômico e político da grande empresa, do capital monopolista, como o autor afirma, “que passou a estender-se [...] com ampla proteção econômica e política do Estado.”<sup>113</sup>

Na região Centro-Oeste, a década de 1970, é marcado por esse processo de atuação do Estado na dinâmica de funcionamento do capitalismo moderno, marcado pela modernização da agricultura e sua efetiva integração à dinâmica capitalista. Através da produção agrícola moderna e das necessidades decorrentes que a região insere-se no meio técnico-científico-informacional. Na concepção de Santos e Silveira (2001),

os produtos de uma agricultura globalizada[...] são cultivados numa área que abriga as maiores densidades de mecanização agrícola, [...] e a utilização de tecnologia de ponta [...] beneficiada pelo valor relativamente baixo da terra, ela consegue também diminuir seus custos de trabalho com altos graus de capitalização em fixos e fluxos.<sup>114</sup>

É inegável, que nesse período, ocorreram várias transformações na região Centro-Oeste e uma delas foi a consolidação do território sul-mato-grossense. O Estado de Mato Grosso do Sul foi constituído a partir do desmembramento do sul do antigo Mato Grosso. Sua criação se deu sob a

---

<sup>112</sup> A orientação de tipo nacional era de superação da dependência por meio da nacionalização das decisões sobre a política econômica, enquanto a de tipo associado, o desenvolvimento econômico realizava-se por meio da reelaboração das condições de dependência. IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil**, 1996, p. 189-190.

<sup>113</sup> IANNI, O. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**, 1979, p. 44.

<sup>114</sup> SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**, 2001, p. 271.

concepção de que seria um estado modelo na sua organização administrativa, o que fatalmente o transformaria rapidamente em um novo eldorado econômico, por conta de suas potencialidades e vocações naturais corretamente apontadas naquele momento.

A sua instalação, em 1979, contou com o apoio do Governo Militar, que tinha como estratégia política a interiorização do desenvolvimento nacional, visando apoiar e potencializar novas fronteiras de produção agropecuária. Isto viria possibilitar o surgimento de inúmeras atividades produtivas em escala comercial e de uso intensivo de capital.

Segundo Duarte (1989) as repercussões espaciais das diferentes formas de atuação do Governo Federal na região Centro-Oeste foram bastante variadas, afetando a estrutura regional de maneira diferente,

alguns espaços já estruturados, com povoamento sedimentado e com uma economia agropecuária inserida, como periférica, ao capitalismo avançado do Sudeste, sofreram transformações substanciais com a intervenção das políticas governamentais, afetando as relações de produção, modificando o inter-relacionamento entre os núcleos urbanos e áreas produtivas. Outras áreas que evoluíam lentamente, com atividades econômicas elementares, como a coleta, o extrativismo vegetal e a garimpagem, sendo espaços de baixa produtividade econômica e com núcleos populacionais pouco articulados entre si, sofreram, em poucos anos, profundas transformações, inserindo-se rapidamente como áreas de fronteira capitalista, na dinâmica da homogeneização econômica nacional.<sup>115</sup>

Desse modo, os “espaços alienados” ou derivados constituem aspectos da organização dos territórios de grande parte dos compartimentos político-geográficos do Brasil. Na verdade, é uma característica marcante da

---

<sup>115</sup> DUARTE, A. C. Estrutura do espaço regional. In: IBGE. **Geografia do Brasil**, 1989. p. 244.



formação territorial brasileira, ainda que, ao longo de nossa história, sobretudo no século XX, tenham-se consolidado sucessivas etapas de integração do território brasileiro, por meio da expansão de redes de infra-estruturas.

A partir desses arranjos territoriais, a formação socioespacial sul-mato-grossense, uma região de baixo dinamismo econômico e, ainda em expansão, possui como características principais a irregularidade quanto à distribuição populacional em áreas cuja atividade econômica encontra-se em estágios ou níveis desiguais, resultando um quadro regional heterogêneo, com áreas dinâmicas e desenvolvidas, ao lado de áreas estacionárias ou em depressão, tanto do ponto de vista demográfico, quanto econômico.

Analisando a dinâmica econômica do estado, embora a distribuição das atividades produtivas pelo seu território apresente-se de forma desigual, duas formações se sobressaem pelo dinamismo: o Centro-Norte, área de influência de Campo Grande, e o Sudoeste, nucleado por Dourados.

Encontram-se ainda dois subsistemas de menor importância, formados, respectivamente, pelas mesorregões do Pantanal Sul-mato-grossense e pela porção leste do estado. O Pantanal permanece com um ambiente praticamente inalterado, direcionando-se para novas oportunidades, sobretudo na atividade turística. O leste do estado, na verdade, constitui-se em frente avançada da agropecuária paulista, não se destacando aí núcleo de maior relevância (à exceção de Três Lagoas), dado que a proximidade de centros regionais paulistas inibe seu surgimento.

O Estado de Mato Grosso do Sul necessitava firmar-se como um mercado capaz de atender às demandas de investimentos em infra-estrutura que o habilitassem, efetivamente, como uma nova fronteira de ocupação e expansão econômica de forma sustentável e duradoura no Centro-Oeste brasileiro.

Entretanto, as dificuldades enfrentadas inicialmente no campo político, além de levar o estado a ter quatro governadores no período de 1979 a 1985 – dos quais três nomeados pelo Governo Federal - produziram instabilidades de conjuntura política que influenciaram negativamente na negociação de recursos financeiros para investimentos na modernização da infra-estrutura de apoio produtivo, o que exigiu esforços que superavam a capacidade do Tesouro Estadual, criando desequilíbrios nas suas finanças públicas.

Superando todas as adversidades de conjuntura interna e externa, como a segunda crise do petróleo, em 1979, e a crise financeira internacional, provocada pela moratória de dívida externa mexicana, com grandes impactos no sistema financeiro global no início da década de 1980, verificaram-se avanços extraordinários na economia dos Estados do interior do Brasil, com a consolidação da agricultura moderna de alta produtividade e em grande escala no Centro-Oeste brasileiro, o que contribuiu para colocar o país no clube dos maiores produtores mundiais de grãos.

Inserida nesse contexto, a economia de Mato Grosso do Sul experimentou no período de 1980/1998 fases que poderiam ser classificadas de avanços econômicos, sobretudo no setor agropecuário, com modernização e incorporação tecnológica na pecuária e o aumento expressivo na produção de grãos, notadamente na década de 1980, impulsionado pelo ganho de produtividade e expansão em novas áreas.

A modernização do setor primário potencializou o estado como grande produtor de matéria-prima, que se constitui como fator decisivo para a agroindustrialização já iniciada nos anos de 1980, se posicionando como setor que efetivamente vem agregando valor à produção estadual, ampliando o mercado de capitais.

Por outro lado, com o intuito de atrair investimentos privados para o território sul-mato-grossense, passa a competir com outros Estados através dos incentivos fiscais. Como destaca Vainer (1995),

na ausência de políticas - industriais, urbanas, regionais - de âmbito nacional, explícitas e concertadas, abre-se ainda mais o campo para a constituição de coalizões entre poderes executivos sub-nacionais e empresas privadas.<sup>116</sup>

Como resultante disso, vê-se uma expansão seletiva naquelas áreas melhor aparelhadas, capazes de atrair os investimentos privados, ampliando a concentração e exclusão, visto que várias áreas do território não dispõem de condições de atratividade para a atividade privada e acabam relegadas à própria sorte.

Tal é a percepção de Tavares (2002), quando afirma que

A renúncia fiscal é vantajosa para os primeiros Estados que a utilizam, mas é ruidosa e inócua, quando a prática generaliza-se. Ou melhor, quando todos oferecem os mesmos benefícios, estes se anulam.<sup>117</sup>

Diante da situação atual do Estado de Mato Grosso do Sul, destacam-se potencialidades ainda pouco exploradas, como o turismo e ecoturismo em áreas da região do Pantanal, do entorno de Coxim e Costa Rica além do turismo rural em todo o estado. Apresenta potencial mineral subexplorada, que com a auto-suficiência energética, a ser alcançada com a construção de termelétricas para o aproveitamento do gás boliviano, poderá possibilitar futuros pólos petroquímicos e minero-siderúrgicos em Campo Grande e Corumbá.

---

<sup>116</sup> VAINER, C. B. Regionalismos contemporâneos. In: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. L. B. **A federação em perspectiva**, 1995, p. 461.

<sup>117</sup> TAVARES, H. M. Políticas de desenvolvimento regional nos países do “centro” e no Brasil. In: CADERNOS IPPUR. **Planejamento e território**: ensaios sobre a desigualdade, 2002, p. 244.

Diante disso, o Estado de Mato Grosso do Sul tem se destacado no cenário econômico não só pelo seu potencial de recursos naturais e de infraestrutura voltada para o apoio ao setor produtivo, como também por estar geograficamente localizado numa posição estratégica entre mercados potenciais, como o Mercosul e dos grandes centros consumidores brasileiros, constituindo-se em fatores favoráveis ao desenvolvimento de atividades agro-industriais e de expansão do intercâmbio comercial.

As oportunidades potenciais do estado, para buscar o seu desenvolvimento, são inegavelmente positivas, embora o seu aproveitamento esteja sempre diretamente relacionado à capacidade do governo, da sociedade e, em especial, dos empresários de saber capitalizar o conjunto de oportunidades oferecidas em projetos de investimentos, que realmente transformem o leque de riquezas existentes em crescimento da economia estadual, como forma de garantir melhores oportunidades de emprego e renda e projetar um cenário com maior conforto à população sul-mato-grossense.

### **2.3 - O papel do Estado no desenvolvimento regional**

Os processos de intervenção estatal envolvem as seguintes funções: regulação, produção de bens públicos (saúde, educação, infra-estrutura, energia, transporte) planejamento econômico, financiamento e produção de bens. Desta forma, o Estado disporia uma multiplicidade de meios diretos e indiretos para incidir sobre a vida regional. No entanto, há um problema, de tentar conseguir se mostrar mais equitativo, tanto em termos setoriais/regionais como em termos sociais, no cumprimento de suas funções intervencionistas.

Como nos diz Duarte (1980), evidencia-se que

o Estado no seu papel para a manutenção da reprodução do sistema age sobre o espaço total, abolindo as reivindicações regionais. Utiliza ideologia para *dissolver* regiões. Seus instrumentos de dominação ou ideológicos podem ser expressos

de diferentes maneiras. Alguns, [...] são estabelecidos para implementar o desenvolvimento social-econômico como a *ação regional* e o *planejamento regional*. Outros, como integração nacional, servem à interiorização do capital.<sup>118</sup>

Para uma análise do papel do Estado na promoção do desenvolvimento regional se faz necessário uma abordagem das diferentes formas de ação governamental no espaço regional. Britto (1986), considera ser possível agruparmos os atos que comportam decisões para o espaço através de duas formas, da ação governamental direta e da ação governamental indireta.<sup>119</sup>

Na ação governamental direta, as formas de intervenção que repercutem sobre a organização das unidades espaciais implicam na modificação das paisagens regionais, podendo também conceber formas diferenciadas de ação planejada dos serviços públicos. Neste ponto, podemos apontar uma ação regional dispersa ou uma ação regional planificada.

De acordo com Britto (1986), a ação regional dispersa compreende “atos isolados provenientes do governo e atingindo todo tipo de problemas, sem nenhuma articulação prospectiva de conhecimentos prévios e de fins considerados,”<sup>120</sup> ou seja, ocorre no cotidiano, preocupada em atender às necessidades imediatas ou mais solicitada.

Esses atos intervencionistas podem interferir na paisagem, e no seu limite, engendram, estimulam ou aniquilam pólos regionais. Por exemplo, a instalação de uma indústria, escola, hospital, do controle migratório, da construção de uma rodovia, podem ser ações isoladas, causando reações que intervêm no poderio socioeconômico das regiões, ou seja, os resultados alcançados não chegam a obter a utilização ótima dos recursos.

---

<sup>118</sup> DUARTE, A. C. Regionalização: considerações metodológicas. *Boletim de Geografia Teorética*, 1980, p. 26.

<sup>119</sup> BRITTO, L. N. *Política e espaço regional*, 1986, p.98.

<sup>120</sup> *Ibid.*, p. 98.

Já na planificação regional,<sup>121</sup> organizada em programas, as ações se desenvolvem sempre sobre unidades regionais. Neste aspecto conhecem-se ações planificadas globais ou setoriais, imperativas ou indicativas, parciais ou totais, ou mesmo, no nível das unidades estatais, das unidades internas e externas. Aqui podemos citar vários exemplos dessas ações, destacando o caso da construção de Brasília no nível regional, caracterizada como motivação política-administrativa. Outro exemplo se refere aos arranjos espaciais, segundo o potencial dos recursos e a preocupação de uma rentabilidade mais efetiva dos capitais a investir, como ocorre no caso de Mato Grosso do Sul.

Todas essas modalidades de ação governamental direta sejam dispersa ou planificada, coexistem com a ação governamental indireta. Esta, por sua vez, instiga a tomada de decisões referentes à organização regional do espaço. Como exemplos desta ação, destacamos a política fiscal, os incentivos e os atos políticos externos. Britto (1986), argumenta que

a política fiscal desempenha importante papel enquanto ação governamental indireta, na medida em que a projeção de seus atos subordina a *performance* das unidades regionais. Essa projeção se materializa, segundo mecanismos e técnicas, na repartição das receitas fiscais.<sup>122</sup>

Neste caso, segundo o autor, pode acontecer a concessão financeira mais ou menos importante às respectivas unidades, conseqüentemente, os princípios fixados na política fiscal alargam ou restringem a capacidade de ação das unidades regionais. Por outro lado, os mecanismos da política fiscal podem estimular desequilíbrios entre unidades regionais do mesmo gênero, ou seja,

---

<sup>121</sup> BRITTO, L. N. **Política e espaço regional**, 1986, p. 100. A palavra planificada é interpretada aqui para designar uma ação social racional.

<sup>122</sup>Ibid., p. 101.

provoca aptidões operacionais bastante desiguais, que as técnicas dos incentivos buscam, por vezes, neutralizar.<sup>123</sup>

Em relação à política dos incentivos, a utilização dessas técnicas pode favorecer a unidade regional estatal no seu conjunto. De acordo com Britto (1986),

entre as técnicas de incentivo, salientam-se cinco modalidades, centradas nas seguintes categorias: crescimento da produtividade individual; mobilidade da mão-de-obra; equipamento social e infra-estrutura; vantagens fiscais; ajudas financeiras diretas.<sup>124</sup>

No dizer de Britto (1986), existem três formas de vantagens fiscais. A primeira ocorre quando se concede a isenção fiscal às empresas que se estabelecem e funcionam numa determinada região. A segunda ocorre quando se autoriza a dedução de parte do imposto de renda. A terceira ocorre quando o governo pode dispensar direitos alfandegários e outras obrigações fiscais referentes ao território de uma unidade regional determinada, como acontece na em Manaus.<sup>125</sup>

Com esses pressupostos, as vantagens fiscais caracterizam a política de incentivos que ocorrem no estado, através do Conselho de Desenvolvimento Industrial do Estado de Mato Grosso do Sul (CDI/MS),<sup>126</sup> contribuindo para a ampliação dos sistemas produtivos no território sul-mato-grossense.

Nesse aspecto, Souza (2002) nos revela que

o CDI/MS, criado originalmente como órgão encarregado de estabelecer a política estadual de desenvolvimento industrial e

---

<sup>123</sup> BRITTO, L. N. **Política e espaço regional**, 1986, p. 102.

<sup>124</sup> *Ibid.*, p. 103.

<sup>125</sup> *Ibid.*, p. 104.

<sup>126</sup> O CDI foi criado pela Lei n. 440 de 21 de março de 1984.

fixar as normas para a concessão de benefícios fiscais previstos em lei, historicamente tem-se restringido a julgar os processos relativos à concessão fiscal.<sup>127</sup>

De acordo com o autor, para redefinir as atribuições do CDI/MS, o governo propôs junto com a Lei Complementar n. 093/2001 (Anexo F)<sup>128</sup> de incentivos fiscais uma Emenda Constitucional. Com isso, esvazia as funções deliberativas do CDI/MS, dá poderes ao Governador para isentar em até 85% do ICMS os projetos que são de interesse à economia sul-mato-grossense e concede à Secretaria de Estado de Receita e Controle autonomia para criar mecanismos fiscais que garantam competitividade às empresas locais.<sup>129</sup>

Analisando os objetivos definidos pelo MS EMPREENDEDOR, Souza (2002) evidencia

uma relação desses instrumentos previstos no programa governamental de fomento industrial com os pressupostos da teoria dos pólos de desenvolvimento: a importância atribuída à chamada indústria motriz. Um outro aspecto [...] foi a relevância atribuída à exportação. Nesse sentido, constatamos [...] similaridade entre a política estadual e aquela estabelecida nacionalmente [...].<sup>130</sup>

Ainda sobre a Lei Complementar, os Artigos 4º e 9º evidenciam uma política de desconcentração das unidades industriais, como observamos a seguir.

No Art. 4º:

---

<sup>127</sup> SOUZA, A. O. **A estratégia dos distritos industriais como instrumento de desenvolvimento regional e sua aplicabilidade em Mato Grosso do Sul**, 2002, p. 103.

<sup>128</sup> Essa lei foi denominada de MS EMPREENDEDOR (Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda).

<sup>129</sup> SOUZA, A. O. *Op cit.*, p. 103-104.

<sup>130</sup> *Ibid.*, p. 107. Em relação à chamada teoria dos pólos de desenvolvimento proposta por Perroux (1955) apud Andrade (1987), está associada ao planejamento centralizado “de cima para baixo”.



I - pioneiro ou inovador na economia local, [...] localizado preferencialmente no interior do estado e que fabrique ou venha a fabricar produto sem similar no mercado local [...];

II - que promova o processamento ou aproveitamento integral, ou acentuado, da matéria-prima preferentemente local, [...];

III - [...] que promova investimentos destinados à preservação do meio ambiente, sobretudo na recuperação dos ambientes naturais degradados; [...]<sup>131</sup>

No Art. 9º:

I - municípios do interior [...] com escassa ou nenhuma industrialização de produtos, ou oferta de empregos, [...]; [...]<sup>132</sup>

Há também, sobre o percentual e prazo de fruição dos incentivos previstos no Art. 8º da Lei n. 093/2001 a concessão às indústrias que se instalarem ou ampliarem suas instalações, benefícios de até 67% do ICMS devido, pelo prazo de até cinco anos, prorrogável por igual período; isenção do pagamento diferencial de alíquota sobre máquinas e equipamentos destinados ao ativo fixo da empresa, e possibilidade do deferimento do ICMS incidente sobre matérias-primas.

Os municípios detêm políticas diferenciadas para atração de indústrias, negociadas diretamente com o prefeito. Alguns benefícios que podem ser deferidos são a doação de áreas em núcleos industriais, terraplenagem e infraestrutura necessária, isenção de taxas municipais e capacitação de mão-de-obra. sobre essa questão, na tese de Souza (2002), “o processo de desenvolvimento industrial em Mato Grosso do Sul é efetivamente concentrado nas quatro cidades-pólos (Campo Grande, Dourados, Corumbá e Três Lagoas).”<sup>133</sup>

---

<sup>131</sup> MATO GROSSO DO SUL. Lei Complementar n. 093, de 5 de novembro de 2001. Institui o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul**, 2001, p. 2-3

<sup>132</sup> Ibid., p. 4.

<sup>133</sup> SOUZA, A. O. **A estratégia dos distritos industriais como instrumento de desenvolvimento regional e sua aplicabilidade em Mato Grosso do Sul**, 2002, p. 108.

Além das linhas de créditos tradicionais oferecidas por instituições bancárias, o Mato Grosso do Sul detém linha de fomento empresarial criada pela Constituição federal de 1988, voltada para a promoção do desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste, mediante o financiamento dos setores produtivos, denominado Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).<sup>134</sup> Tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento.<sup>135</sup>

Tabela 1 – Investimentos realizados, empregos gerado e total de municípios beneficiados pelo FCO em Mato Grosso do Sul no período entre 1999 e 2002

ANO	INVESTIMENTOS (R\$)	EMPREGOS GERADOS	MUNICÍPIOS BENEFICIADOS
1999	204.803.937,00	4.572	19
2000	221.056.550,00	4.531	16
2001	137.334.884,00	2.322	16
2002	14.079.859,00	621	14
<b>TOTAL</b>	<b>577.275.230,00</b>	<b>12.046</b>	

Fonte: CDI/MS (2002).

Na tabela 1, verificamos que os investimentos realizados no estado através do FCO desde 1999 até 2002 foram importantes fatores de geração de empregos, apesar de ser pouco representativa para um estado com setenta e oito municípios. De acordo com o CDI/MS (2002), os setores beneficiados foram: na pecuária de bovino, avícola e suíno; na indústria do setor madeireiro e moveleiro, do setor têxtil de fiação, tecelagem e vestuário; no setor de equipamentos metal e mecânica; no setor calçadista de couro e calçados; e no setor agroindustrial da soja, algodão e sucro-alcooleiro.<sup>136</sup>

<sup>134</sup> O FCO foi instituído pela Lei n. 7.827/89, regulamentando o Art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal de 1988.

<sup>135</sup> BRASIL. Secretaria Especial e Políticas Regionais. **Bases para um programa de desenvolvimento integrado da região Centro-Oeste**, 1997, p. 85.

<sup>136</sup> MATO GROSSO DO SUL. **Conselho de Desenvolvimento Industrial**, 2002, não paginado. Mimeografado.

O Estado de Mato Grosso do Sul conta, atualmente, com uma série de dispositivos legais de incentivos e isenções ao setor industrial, como exemplo, a Lei nº 1.239, de 18 de dezembro de 1991, que ao reformular a política industrial do estado, dispõe sobre os incentivos às indústrias em geral.

Notadamente, verifica-se no Quadro 1, que essa lei propõe a interiorização da atividade fabril no estado sul-mato-grossense, dando prioridade quanto à utilização de matéria-prima e insumos de origem local e de empreendimentos industriais considerados de interesse prioritário no desenvolvimento do estado.

Quadro 1 - Lei n. 1.239, de 18 de dezembro de 1991 regulamentada pelo Decreto n. 6.390/92 revoga a Lei n. 701/87

<b>Mantém</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CDI/MS</li> </ul>
<b>Cria</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fundo de Desenvolvimento Industrial de MS</li> </ul>
<b>Diretrizes Básicas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estimular a interiorização fabril</li> <li>• Utilização de matéria-prima de origem preferencialmente estadual</li> </ul>
<b>Benefícios</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Devolução de 67% do ICMS</li> <li>• Municípios podem abdicar suas cotas-partes (25%) do ICMS</li> <li>• Dispensa a cobrança da diferença de alíquotas nas aquisições em outras UFs de bens destinados ao processo industrial</li> </ul>
<b>Correspondente Municipal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei n. 1.813/92, revoga a lei n. 1.518/88</li> <li>• Dispensa a cota parte do ICMS devido ao município</li> <li>• Isenção do IPTU e ISS</li> <li>• Doação de terrenos às unidades industriais</li> </ul>

Fonte: SEPLANCT/MS (2002).

O CDI/MS, baseando-se na atual legislação de incentivos, restringe-se a analisar a viabilidade dos projetos e a emitir parecer sobre o seu enquadramento, tendo em vista que a legislação não prevê gradualidade de incentivos, segundo a localização do projeto, nem pela implantação em áreas específicas ou planejadas, ou seja, estimulando assim a concentração fabril, com destaque para a microrregião de Campo Grande.

Constata-se no contexto que as linhas de fomento empresarial estabelecida no Estado de Mato Grosso do Sul têm como objetivos: a) estimular a transformação dos produtos primários e recursos naturais; b) ampliar a base produtiva industrial e sua interiorização; c) incentivar a instalação de novas

indústrias detentoras de tecnologia avançada; d) dar maior competitividade ao parque industrial existente; verticalizar, diversificar e internalizar valor; e) gerar emprego e renda à população.

Em decorrência das mudanças recentes na política econômica do país, nos últimos anos, no quadro da globalização e da crise fiscal, a prioridade do governo federal passou a ser o ajuste fiscal com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso acabou redefinindo o volume de recursos à disposição dos Estados e Municípios, afetando a capacidade financeira dos municípios. No esforço de criar oportunidades econômicas, gera uma situação de disputa entre os municípios.

Segundo Neves (2000), diante desse processo,

não há como os municípios não enfrentarem os desafios do desenvolvimento econômico. [...] Para tanto, têm que se tornar competitivos, disputando com outros, no âmbito nacional e internacional, capitais, investimentos e mercados.<sup>137</sup>

Assim, abrem mão de impostos e taxas, concedem subsídios, buscando atrair investidores. Esse tipo de mecanismo, não é eficaz, se adotado “a qualquer preço.” Concordamos com Neves (2000), quando afirma que

buscar atrair, a qualquer custo, grandes empresas tem se mostrado uma estratégia errônea de desenvolvimento econômico local, já que geralmente não enseja uma relação positiva entre custos e benefícios. As concessões feitas pelo município (isenções, doações, financiamentos, etc...) não

---

<sup>137</sup> NEVES, G. H. O município no Brasil: marco de referência e principais desafios. **Cadernos Adenauer 4**: Os municípios e as eleições de 2000, 2000, p. 24.

costumam ter uma contrapartida compensatória em termos econômicos, tributários ou de geração de empregos.<sup>138</sup>

Por outro lado, entendemos que a industrialização como fórmula para o desenvolvimento econômico e social constitui uma estratégia do Estado de controle do território beneficiando a expansão e o aprofundamento do mercado pelo território. Ou, nas palavras de Souza (1999) “estes tempos em que o Estado, em nome da globalização e da reengenharia, abdica dos pobres e se volta totalmente para as empresas.”<sup>139</sup>

As funções do Estado segundo Santos (1986), são analisadas a partir da noção tradicional de Estado, que empalidece nas condições político-econômicas do período tecnológico, definidas como:

comando da economia mundial à escala mundial; política internacional fundamentada em interesses econômicos a curto e longo prazo; desconhecimento das verdadeiras riquezas nacionais pela maior parte dos países; papel das minorias no interior de cada nação; insatisfação crescente das populações pobre, provocada contraditoriamente pelas condições do sistema atual.<sup>140</sup>

Essa condição indica duas situações, uma que contribui para retirar do Estado uma parcela importante de suas funções e de sua força, e outra como instrumento indispensável. Ele é necessário aos interesses do sistema capitalista por, primeiramente por ser o maior responsável pela penetração das inovações e pela criação de condições de sucesso de investimentos, sobretudo o grande capital, por ser instrumento de homogeneização do espaço e do equipamento de infra-estrutura; e, segundo, por assumir seu papel mistificador,

---

<sup>138</sup> NEVES, G. H. O município no Brasil: marco de referência e principais desafios. **Cadernos Adenauer 4**: Os municípios e as eleições de 2000, 2000, p. 25.

<sup>139</sup> SOUZA, M. A. A. A metrópole global? Refletindo sobre São Paulo. In: SOUZA, M. A. A. et al. (Org.). **Metrópole e globalização**, 1999, p. 41.

<sup>140</sup> SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica, 1986, p. 179.

como propagador, ou mesmo criador de uma ideologia de modernização, de paz social e de falsas esperanças.

O papel do Estado, no que tange à organização do espaço depende das atribuições que esta organização política pode reservar para si. A ação do Estado é marcada pela necessidade de levar em conta ao mesmo tempo dados estruturais e dados de conjuntura, e tal conjuntura se define pela conjuntura regional, nacional e até mesmo internacional.

Neste sentido, alerta Santos (1986), o papel do Estado é reforçado na dinâmica global/local, uma vez que

o Estado exerce pois um papel de intermediário entre as forças externas e os espaços chamados a repercutir localmente essas forças externas. O Estado não é, entretanto, um intermediário passivo; ao acolher os feixes de influências externas ele os deforma, modificando sua importância, sua direção e, ao mesmo, sua natureza. Isto significa que a reorganização de um subespaço sob a influência de forças externas depende sempre do papel que o Estado exerce.<sup>141</sup>

Dentro desta perspectiva de análise, o que se observa é uma mudança qualitativa de sua presença no seio da sociedade e uma dificuldade maior de mascarar o seu posicionamento de classe. Para Santos (1986), fica claro, então, que

o fato de ser o único intermediário possível entre o modo de produção em escala internacional e a sociedade nacional, renova o papel do Estado no período atual. Cabe-lhe decidir a abertura para a entrada das inovações, dos capitais e dos homens e assim ele se torna responsável pelas conseqüências de sua cumplicidade ou de

---

<sup>141</sup> SANTOS, M. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica, 1986, p. 183.

sua resistência em relação aos interesses do sistema capitalista mundial.<sup>142</sup>

A ação do Estado é, dessa forma, essencial à lógica do sistema capitalista. Por isso ao analisar a ação do Estado na ótica regional deve se considerar as diferenças criadas, que podem ser novas ou apenas reforça as já existentes na região. O comportamento do espaço regional deve ser avaliado pelas ações passadas bem como das ações atuais, levando em conta a dialética entre o local e o regional. O estudo da organização do espaço, no caso da área da Bodoquena no sudoeste de Mato Grosso do Sul, nos obriga a entender sua ação em nível macroespaço e microespaço.

#### **2.4 - Atores sociais e o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul**

Numa abordagem sobre o contexto atual do desenvolvimento econômico do Estado de Mato Grosso do Sul, identificamos vários atores como elementos essenciais que exercem influência tanto na dinâmica econômica quanto na social. Para análise do comportamento desses atores, inicialmente podemos identificar dois grupos, os atores exógenos e os atores endógenos.

Dentre atores exógenos consideram-se os agrupamentos sociais ou políticos com centro decisório externo ao Estado e com capacidade de ação no território, representados tanto pelos grupos e segmentos organizados, quanto às instâncias públicas externas que possuem projetos e instrumentos de intervenção. Como exemplos, temos: governo federal, empresariado nacional, grandes grupos econômicos empresariais nacionais e instituições financeiras multilaterais.

O governo federal, com seus instrumentos e políticas e expresso por diferentes instâncias, como o Banco do Brasil, órgãos e instituições federais, entre outros, mesmo com relativa autonomia das instâncias públicas federais, tendem a apresentar algumas ações de desenvolvimento no território. Como

---

<sup>142</sup> SANTOS, M. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica, 1986, p. 181.

exemplo, temos os financiamentos para investimentos voltados ao desenvolvimento da agropecuária, como o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

Quanto ao empresariado nacional, com suas estratégias de investimento e sua capacidade de mobilização de capital financeiro em diferentes espaços nacionais, destaca parcelas desses recursos para investimento na região, desde que o Governo ofereça vantagens competitivas e locacionais mais atraentes que os outros estados.

Em relação aos grandes grupos empresariais nacionais, destaca-se o empresariado como ator coletivo que exerce uma ação direta de investimentos no estado, como a Votorantim, a Camargo Corrêa, a Companhia Vale do Rio Doce, entre outros, que têm presença ativa no Estado de Mato Grosso do Sul e devem consolidar e ampliar seus empreendimentos muitas vezes condicionados pelas condições de vantagens competitivas e locacionais.

Ao observar as grandes empresas, via de regra oriundas do Centro-Sul, quase sempre se deslocam para o Mato Grosso do Sul dispondo de instrumentos técnicos que aumentam o seu poder, mobilizando importantes recursos de capital, seja em termos de instalações, maquinaria e equipamentos, seja em estoques armazenados ou em infra-estrutura.

Na verdade, trata-se de aproveitar no estado as vantagens de localização em escalas mais amplas, que permitem mudanças na magnitude da produção e nos níveis de produtividade, possibilitando a manipulação estratégica das diferenças territoriais. Em consequência disso, ocorre um aumento considerável do volume de produção e de negócios, embora a custo da diminuição da quantidade de trabalhadores.

Já as instituições financeiras multilaterais, como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), entre outros, com



grande prioridade para o desenvolvimento social e a conservação ambiental, procuram apresentar uma disposição favorável de financiamento de projetos direcionados para o Estado de Mato Grosso do Sul e devem consolidar e ampliar suas ações desde que nas condições compatíveis com o desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, a definição de uma política de desenvolvimento influenciada por esses agentes públicos e privados nos remete ao embate entre política territorial do Estado e política territorial das empresas. Raffestin (1993) chama a atenção para uma definição de Estado formulada por geógrafos, “o Estado existe quando uma população instalada num território exerce sua soberania.”<sup>143</sup> Embora reducionista, esta formulação colabora para compreender o Estado como agente que consolida o território em sua totalidade, como fundamento de suas ações políticas. As empresas, sobretudo, as grandes, praticam uma política concretizada em estratégias territoriais comprometidas com o lucro e a competitividade.

Reforçando essa idéia Raffestin (1983), infere que

do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações, pequena ou grandes, encontramos os atores sintagmáticos que “produzem” o território. Com efeito, o Estado está continuamente a organizar o território nacional através de novos recortes (delimitações), de novas implantações e de novas ligações.<sup>144</sup>

Dentre os atores endógenos consideram-se agrupamentos inserido na economia estadual, o empresariado estadual que tem como orientação voltada às relações entre os grupos e segmentos organizados da sociedade civil e as instâncias públicas no Estado. Destacam-se nesse grupo os agropecuaristas, comerciantes e industriais urbanos, com preocupações mais diretas no mercado interno sul-mato-grossense. Esses atores exercem um papel importante como

---

<sup>143</sup> Cf. RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*, 1993, p. 135.

<sup>144</sup> *Ibid.*, p. 137-138.

investidores e geradores de riquezas e se manifestam política e corporativamente através de diferentes organizações, como sindicatos patronais, associações e federações por setores e ramo produtivo.

Pode-se constatar que o instrumental de incremento ao processo de industrialização em Mato Grosso do Sul é a consolidação ao sistema capitalista, que ao deter o controle ideológico das intervenções governamentais, cumpre seu papel de parceiro no processo de valorização do capital, ou seja, o Estado abdica parte do imposto a ser arrecadado para incentivar e garantir o lucro dos projetos industriais.

Nesse conjunto de políticas de desenvolvimento, implementadas no território sul-mato-grossense, ocorreram mudanças na estrutura organizacional e na produção do espaço. Para isso, no próximo capítulo, vamos entender como se deram essas mudanças a partir do contexto histórico e do processo de ocupação e estruturação espacial no estado, verificando as tendências de transformações do território na área da Bodoquena, sudoeste do estado.

Diante do exposto, torna-se importante o conhecimento dos fatores intervenientes no sistema ambiental, e notadamente os resultados da atuação humana, tendo em vista que, só a partir do entendimento destas questões, é que se torna possível propor alternativas que visem um melhor aproveitamento do potencial dos recursos naturais que a região sudoeste dispõe.

### 3 - A AÇÃO DO ESTADO NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO SUL-MATO-GROSSENSE

#### 3.1 - O Estado de Mato Grosso do Sul e sua territorialidade

Mato Grosso do Sul, localizado ao sul da região Centro-Oeste, tem uma área territorial de 357.139,90 km<sup>2</sup> (IBGE, 2001), o que situa o Estado como a sexta unidade da Federação em área. O território sul-mato-grossense limita-se a leste com os Estados de Minas Gerais, São Paulo; ao norte, limita-se com os Estados de Mato Grosso e Goiás; ao sul, limita-se com o Estado do Paraná; e a oeste tem limites internacionais com o Paraguai e a Bolívia (figura 4).

Em relação à população do Estado de Mato Grosso do Sul, no total de 2.075.275 habitantes, 84,06% residem na cidade e 15,94% na área rural. As microrregiões geográficas de Campo Grande e de Dourados agregam mais de 50% da população estadual, com elevada taxa de urbanização. Essa urbanização ocorre de forma acentuada em todas as microrregiões do estado superando a taxa de 65%.<sup>145</sup>

Ao analisarmos a territorialidade sul-mato-grossense devemos nos remeter à estrutura espacial da região Centro-Oeste que, de acordo com Duarte (1989)

é a resultante de um conjunto de *espaços geográficos*, moldados ao longo do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro desde o século XVIII [...]. Fica explícito que a estrutura do espaço regional não está limitada às características do quadro natural ou do processo social desenvolvido pelos segmentos sociais que se apropriam do território e o modelaram ao longo de sua história. A estrutura regional relaciona-se ao contexto nacional como uma

---

<sup>145</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil 2000*, 2001, CD-ROM.

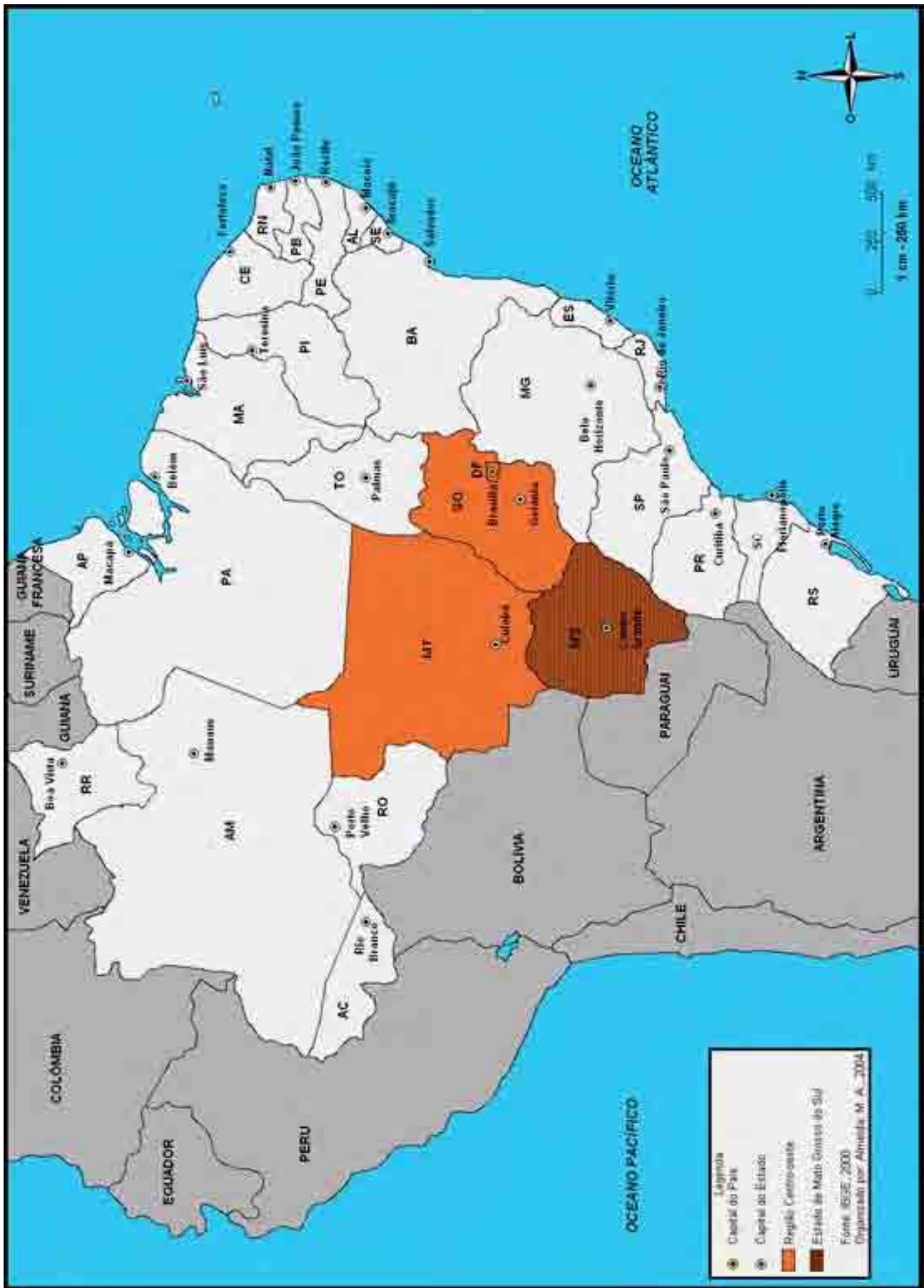


Figura 4 - Localização do Estado de Mato Grosso do Sul

totalidade social, sendo esta regida pela dinâmica da expansão capitalista.<sup>146</sup>

Neste sentido, a formação econômica e espacial que define a estrutura espacial da região é regida pelo processo temporal. Segundo o autor, “uma estrutura espacial não é identificada, apenas por suas características atuais. Ao contrário, ela é resultante de um processo temporal em que o território é estruturado e reestruturado.”<sup>147</sup>

A intervenção do Estado na região Centro-Oeste gerou transformações na estrutura do espaço regional.<sup>148</sup> Segundo Duarte (1989)

a primeira grande transformação na organização espacial da região foi na década de 1950, com a construção de Brasília. Na década de 1970, as estratégias espaciais dos planos de desenvolvimento econômico regionais e os Planos Nacionais de Desenvolvimento vão dar uma nova orientação no processo de desenvolvimento capitalista por que passava o Centro-Oeste. A intervenção estatal chegou aos limites da divisão territorial, porque em 1977 o poder central subdivide o Estado de Mato Grosso, criando o Estado de Mato Grosso do Sul.<sup>149</sup>

Em relação ao processo de criação do estado, Oliveira (1993), relata que

o sul de Mato Grosso, já em 1977, imbricava uma forma especial de reprodução do capital, muito mais próxima das relações de produção existentes nos estados do sudeste (São Paulo em especial) – que por sua vez respondia aos interesses da política

---

<sup>146</sup> DUARTE, A. C. Estruturação do espaço regional. In: IBGE, **Geografia do Brasil: região Centro-Oeste**, 1989, p. 243.

<sup>147</sup> *Ibid.*, p. 243.

<sup>148</sup> Mais recentemente, temos um rearranjo da região Centro-Oeste, com a divisão do Estado e Goiás e o surgimento do Estado de Tocantins, que por sua vez passa a configurar-se na região Norte.

<sup>149</sup> *Ibid.*, p. 243-244.

externa implementada pelo governo naquele período – do que a forma de reprodução do capital existente no norte do velho Mato Grosso.<sup>150</sup>

Para o autor, isso quer dizer que “*a divisão regional do trabalho evidenciava para o sul, a utilização de terras aos moldes modernos do capitalismo avançado é comparativamente diferente das formas de tipo feudal existente ao norte, até então*”.<sup>151</sup> Na verdade, Mato Grosso sempre foi dual, diferenciando o norte do sul no aspecto geográfico, histórico, administrativo e cultural.

No âmbito do Mercosul, percebemos a importância estratégica do Estado, quando Oliveira (1996) define-a como

uma região geoeconômica privilegiada, situa-se na rota de mercados potenciais do Mercosul e Costa do Pacífico. Faz fronteira com as Repúblicas do Paraguai e Bolívia, liga-se com a Argentina através da Bacia do Prata. No contexto nacional, sua localização e o potencial de recursos naturais e agropecuários, constituem condições favoráveis para o seu desenvolvimento econômico, dado a proximidade dos grandes centros consumidores do Sudeste e Sul do país. Soma-se ainda, o papel de centro distribuidor de insumos e produtos oriundos dos grandes centros de produção daquelas regiões para o restante do Centro-Oeste e região Norte.<sup>152</sup>

O Estado de Mato Grosso do Sul está dividido em onze microrregiões geográficas e em setenta e oito municípios<sup>153</sup> (quadro 2), cujas áreas variam entre 65.165,8 km<sup>2</sup> (Corumbá) e 281,4 km<sup>2</sup> (Douradina), dos quais quarenta e quatro compõem a Faixa de Fronteira Internacional, com extensão total de

---

<sup>150</sup> OLIVEIRA, T. C. M. **Agroindústria e reprodução do espaço: o caso soja no Mato Grosso do Sul**, 1993, p. 23.

<sup>151</sup> *Ibid.*, p. 23.

<sup>152</sup> OLIVEIRA, A. L. **Grandes projetos de investimentos no Mato Grosso do Sul**, 1996, p. 34-35.

<sup>153</sup> Não incluímos em nossos estudos o município de Figueirão (recentemente criado através da Lei 2680 de 29 de setembro de 2003 quando do desmembramento dos municípios de Camapuã e Costa Rica), por não haverem dados registrados.

Quadro 2 – Mesorregiões, microrregiões e municípios do Estado de Mato Grosso do Sul

MESORREGIÕES	MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS
Centro Norte	Alto Taquari	Alcinópolis Camapuã Coxim Pedro Gomes Rio Verde de Mato Grosso São Gabriel do Oeste Sonora
	Campo Grande	Bandeirantes Campo Grande Corguinho Jaraguari Rio Negro Rochedo Sidrolândia Terenos
Leste	Cassilândia	Cassilândia Chapadão do Sul Costa Rica
	Nova Andradina	Anaurilândia Bataguassu Bataiporã Nova Andradina Taquarussu
	Paranaíba	Aparecida do Tabuado Inocência Paranaíba Selvíria
	Três Lagoas	Água Clara Brasilândia Ribas do Rio Pardo Santa Rita do Pardo Três Lagoas
Pantanal	Aquidauana	Anastácio Aquidauana Dois Irmãos do Buriti Miranda
	Baixo Pantanal	Corumbá Ladário Porto Murtinho
Sudoeste	<b>Bodoquena</b>	Bela Vista <b>Bodoquena</b> <b>Bonito</b> Caracol Guia Lopes da Laguna <b>Jardim</b> Nioaque
	Dourados	Amambai Antônio João Aral Moreira Caarapó Douradina Dourados Fátima do Sul Itaporã Juti Laguna Carapã Maracaju Nova Alvorada do Sul Ponta Porã Rio Brilhante Vicentina
	Iguatemi	Angélica Coronel Sapucais Deodápolis Eldorado Glória de Dourados Iguatemi Itaquiraí Ivinhema Japorã Jateí Mundo Novo Naviraí Novo Horizonte do Sul Paranhos Sete Quedas Tacuru

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de Mato Grosso do Sul, 1998.

aproximadamente 700 km, dos quais 300 km sem cursos d'água<sup>154</sup> (figura 5).

A área da Bodoquena está inserida na mesorregião sudoeste de Mato Grosso do Sul. É nessa mesorregião onde se concentram o maior número de municípios em relação ao estado como um todo e, a microrregião de Iguatemi engloba a maior parte, com dezesseis municípios, seguida da microrregião de Dourados, com quinze municípios.

Diante desse quadro apresentado das mesorregiões<sup>155</sup> e microrregiões que definem a regionalização do território sul-mato-grossense é importante salientar que numa análise regional é preciso entender como se definiu esse processo de regionalização na proposta do IBGE (1989). Nessa proposta,

as microrregiões são definidas como partes das mesorregiões que apresentam especificidade, quanto à organização do espaço. essas especificidades não significam uniformidade de atributos, nem conferem às microrregiões auto-suficiência e tampouco o caráter de serem únicas, devido à sua articulação a espaços maiores, quer à mesorregião, à unidade de Federação, quer à totalidade nacional. Estas especificidades referem-se à estrutura de produção, agropecuária, industrial, extrativismo mineral, ou pesca. Estas estruturas de produção diferenciadas podem resultar da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares [...].<sup>156</sup>

Aprofundando a análise, fica evidenciado que as microrregiões expressam predominantemente as formas de organização do espaço, segundo algumas características da estrutura da produção. O processo de regionalização do

---

<sup>154</sup> Na Constituição Federal de 1988, o Artigo 20 estabelece a faixa fronteiriça terrestre de 150 quilômetros para fins de controle da concessão de terras a estrangeiros.

<sup>155</sup> O agregado espacial denominado de Mesorregião é definido pelo agrupamento de microrregiões.

<sup>156</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Divisão do Brasil em mesos e microrregiões geográficas, **Boletim de Serviço n. 1763**, 1989, p. 3. Segundo Hespanhol (1996), a partir deste documento, ocorreram mudanças da nomenclatura das microrregiões e mesorregiões homogêneas para microrregiões e mesorregiões geográficas.



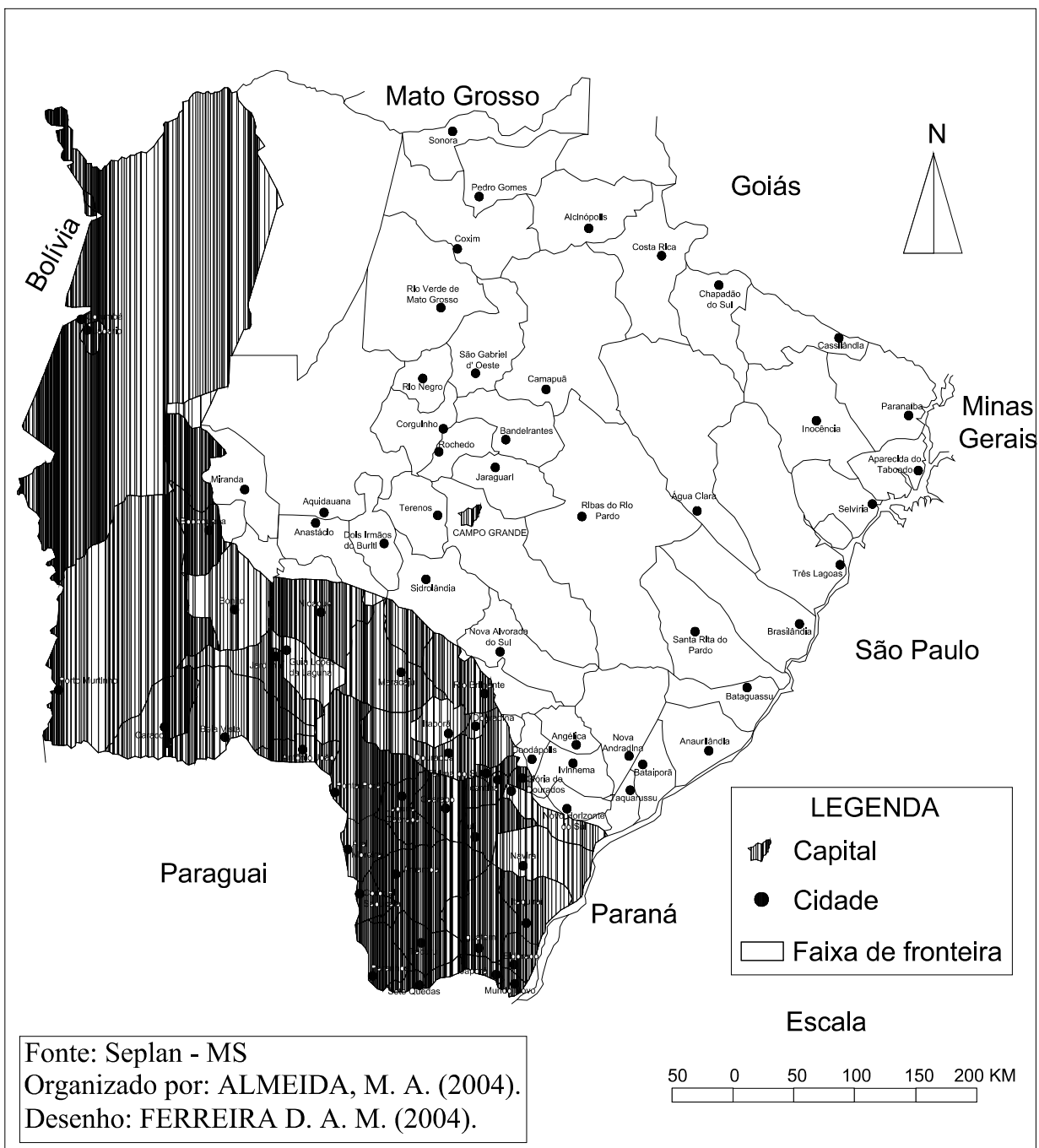


Figura 5 - Faixa de Fronteira no Estado de Mato Grosso do Sul

espaço em microrregiões pode ser feito, também, pela vida de relações no nível local, isto é, pela interação entre as áreas de produção e locais de beneficiamento e pela distribuição de bens e serviços de consumo freqüente.

Assim, de acordo com o Boletim do IBGE (1989),

a estrutura da produção para identificação das microrregiões é considerada em sentido totalizante, constituindo-se pela produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais. Desta forma ela expressa a organização do espaço no nível micro ou local.

A divisão do Estado de Mato Grosso do Sul em onze microrregiões geográficas evidencia as formas de organização do espaço, revelando também, as disparidades regionais. Podemos observar na macrorregião sudoeste o caso da microrregião de Bodoquena, uma das menos desenvolvidas em termos socioeconômicos, se comparada com as outras microrregiões do estado.<sup>157</sup>

Neste sentido, o desenvolvimento do processo capitalista de produção afeta de maneira diferenciada o território. Enquanto algumas áreas sofrem grandes mudanças institucionais e avanços socioeconômicos, outras se mantêm estáveis e outras se deterioram. Enquanto em algumas áreas as condições naturais ainda orientam as formas de ocupação de produção que são predominantemente agrárias, em outras, a urbanização, o consumo e a produção industrial são elementos estruturadores do espaço.

Na verdade, a dinâmica do processo de desenvolvimento capitalista pode ser traduzida pela inevitável desigualdade de organização espacial que comporta diferentes formas de subordinação do trabalho ao capital e pela atuação crescente do papel do Estado naquele processo.

---

<sup>157</sup> Os principais centros regionais do território sul-mato-grossense são as microrregiões de Campo Grande, Três Lagoas, Dourados, onde o dinamismo socioespacial se dá pela concentração populacional e pela polarização dos distritos industriais.

Conforme salienta Santos (1997),

os elementos que se agrupam dando a configuração espacial de um lugar tem que passar por estudo aprofundado, desde o homem até as instituições que vão dirigir, juntamente com as firmas, as formas de materialização da sociedade[...] a busca da explicação das transformações passa pela compreensão dos grandes grupos de variáveis que compõem o território, a começar pelos indicadores mais comuns até os mais complexos, reveladores de grandes mudanças ocorridas no período técnico-científico[...]. Tais variáveis são interdependentes, umas sendo causa e/ou consequência de outras, não tendo, portanto, real valor, se não analisadas em conjunto.<sup>158</sup>

Para contextualizar o território sul-mato-grossense, no detalhamento, enfocando o sudoeste do estado, consideramos importante apresentar, de forma sintetizada, como ocorreu o processo de ocupação do estado e, para isso, fizemos um resgate histórico destacando os principais acontecimentos que contribuíram para a formação socioeconômica desta região.

### **3.1.1 - Povoamento e colonização do Estado de Mato Grosso do Sul**

A organização do território sul-mato-grossense é formada por uma trajetória histórica de séculos de convivências e conflitos em que se amalgamaram com a natureza, espanhóis, índios e portugueses e, mais tarde, seus descendentes.

Segundo Vainer apud Gonçalves (1995),

para entender o sentido e a natureza da organização territorial de nossa sociedade pressupõe, pois, desvendar os modos

---

<sup>158</sup> SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção, 1997, p. 48.

historicamente determinados, através dos quais esta sociedade produz e se reproduz.<sup>159</sup>

Assim, para entendermos o processo de formação socioeconômica e espacial do território sul-mato-grossense é destacada a importância do contexto histórico, revelando assim a especificidade na ocupação, em especial atenção à área da Bodoquena na microrregião de Bodoquena (figura 6).

Neste sentido, para Seabra (1984) a apreensão da transformação dos recursos é histórico-cultural e traduz o conhecimento dos grupos sociais sobre o meio em um determinado momento, pois,

o desenvolvimento das forças produtivas, nele incluídos particularmente os elementos indissociáveis que são o conhecimento da natureza e de si próprio [...] cria também condições materiais para a cristalização e reprodução histórica da diferenciação dos papéis dentro da estrutura social.<sup>160</sup>

Do povoamento e colonização do Estado de Mato Grosso do Sul devem ser destacados os elementos indígenas, os espanhóis, os bandeirantes, citando-se como influência a Guerra do Paraguai, o pioneirismo atual e a criação do estado.

As terras pertencentes ao atual Estado de Mato Grosso do Sul, antes do advento da colonização européia, já eram povoadas e conhecidas por numerosos grupos indígenas, como se observa na figura 7, os quais, dependendo de um conjunto de situações, facilitavam ou impediam a penetração ou fixação do homem branco.

Segundo Valverde (1972),

---

<sup>159</sup> GONÇALVES, C. W. P. Formação socioespacial e questão ambiental no Brasil. In: BECKER, B. et al (Org.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**, 1995, p. 312.

<sup>160</sup> SEABRA, M. F. G. Geografia(s)?, **Orientação**, 1984, p. 11.

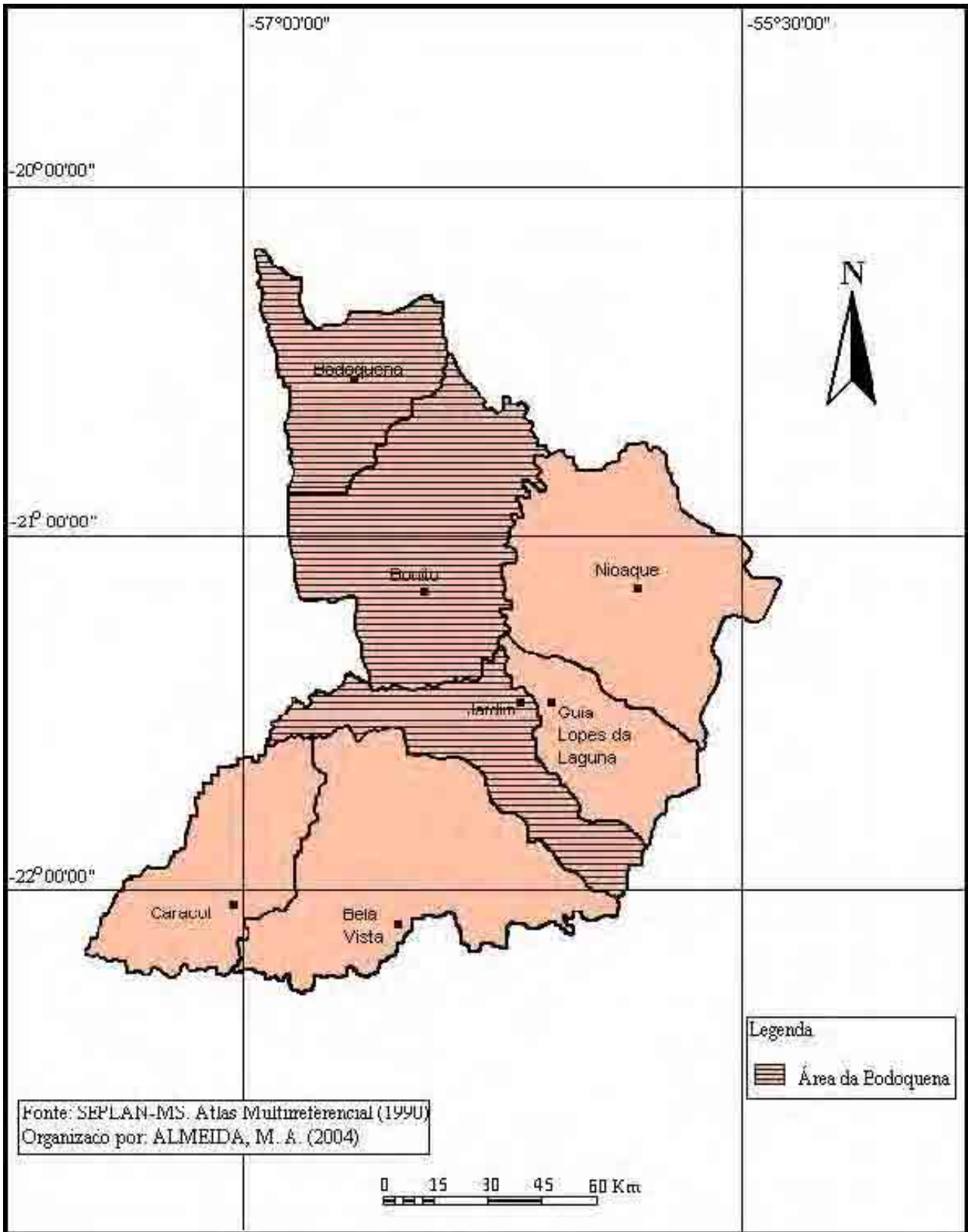


Figura 6 - Localizaco da área da Bodoquena, sudoeste do estado, na Microrregião de Bodoquena

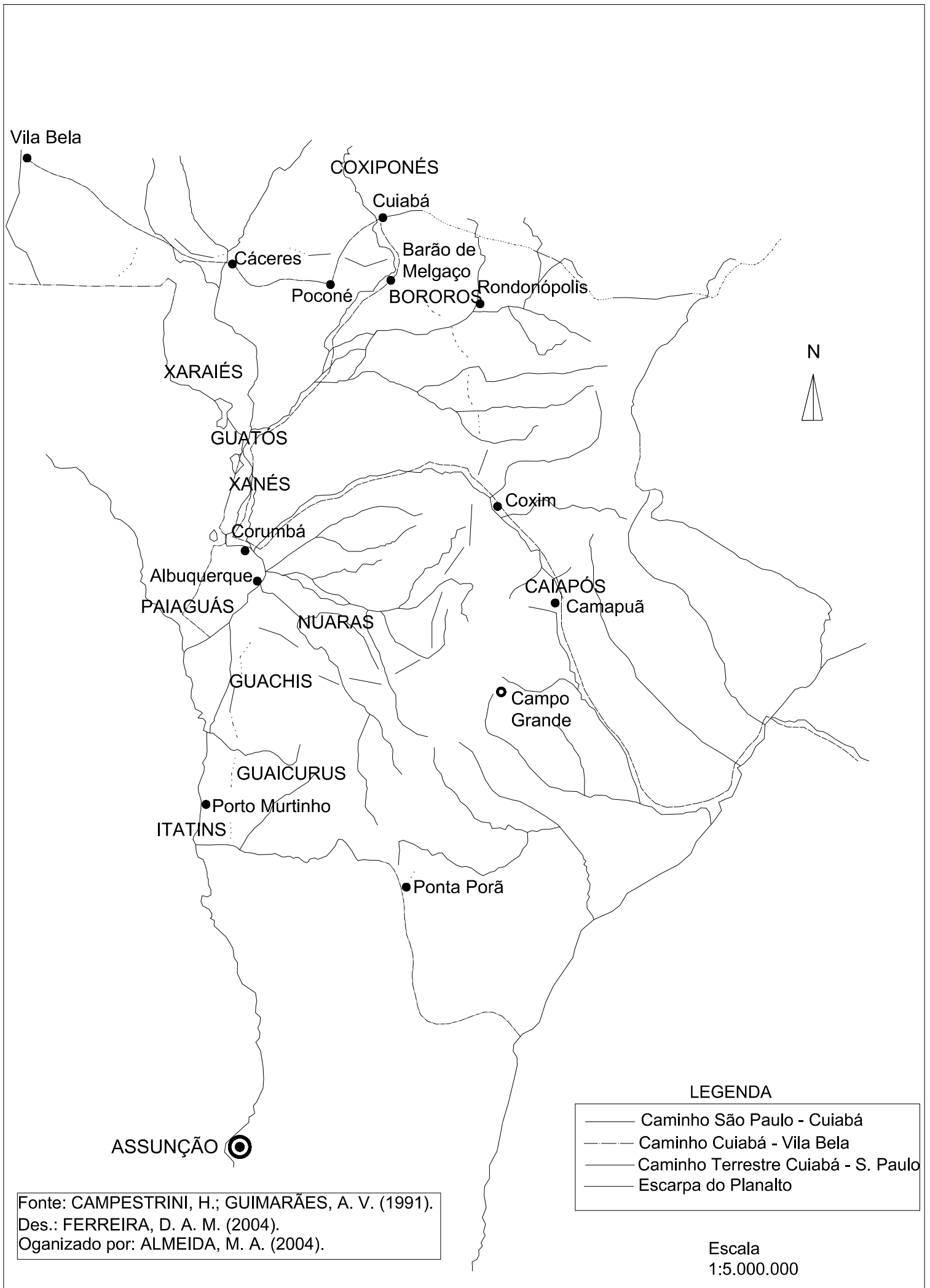


Figura 7 - Frentes de ocupação e povoamento do Estado de Mato Grosso do Sul

ao chegar o homem branco, o Pantanal era povoado por várias tribos indígenas, prevalecendo entre as mais numerosas as pertencentes ao grupo lingüístico Guarani. A este grupo pertenciam: os vigorosos Itatins, que habitavam o baixo Apa e terras a oeste e faziam incursões nos Andes até as vizinhanças de Cuzco, de onde mais tarde traziam ouro e prata para trocar com os espanhóis de Assunción; os Guaicurus que, tendo conseguido cavalos, trazidos do Paraguai para os campos de Maracaju, tornaram-se exímios cavaleiros e puseram em prática verdadeira guerra de movimento; os Guachis, no Pantanal do Nabileque; os Nuaras, do vale Mboteteu, hoje conhecido por Miranda; os Paiaguás, da baía Negra, [...] faziam incursões guerreiras em todo o Pantanal e só eram detidos pelos Guatôs, também ótimos marinheiros, que habitavam os arredores da lagoa Gaíba; os Xanés, que viviam na área do atual distrito de Paiaguás, e os Xaraiés, mais ao norte, por volta da lagoa de Uberaba. Fora do Pantanal [...], os Caiapós, já pertencentes ao grupo Gê ou Tapuia, viviam no planalto onde corre o divisor de águas Paraná-Paraguai. Suas freqüentes emboscadas eram constante ameaça no varadouro de Camapuã, onde se transpunha por terra da bacia do Pardo para a do Taquari e vice-versa.<sup>161</sup>

No sudoeste do estado, destacamos aqui a presença indígena na área da Bodoquena dos Kadiwéu<sup>162</sup>, pertencentes à família lingüística Guaicurú, são remanescentes do grupo Mbayá-Guaikurú, e, está na margem oriental do rio Paraguai, em terras da bacia do Alto Paraguai com os seguintes limites: a leste, o rio Paraguai; ao sul, a cabeceira do rio Aquidaban, na serra da Bodoquena; ao

---

<sup>161</sup> VALVERDE, O. Fundamentos geográficos do planejamento do Município de Corumbá, **Revista Brasileira de Geografia**, 1972, p. 99.

<sup>162</sup> Os primeiros passos para a demarcação da reserva Kadiwéu foram dados no final do século XIX, em 1899. Os atuais 538.536 hectares da reserva foi homologada e registrada no Cartório de Imóveis de Porto Murtinho e no Serviço de Patrimônio da União. Cf. BRASIL. MMA. **PCBAP**: sócio economia de Mato Grosso do Sul, 1997, v. II, t. V-B, p. 896-907.

norte, a cabeceira do rio Naitaca e dali até sua foz com o rio Nabileque, indo depois desse ponto até a foz do Nabileque, no rio Paraguai.<sup>163</sup>

Segundo Magnolin (1993),

a grande família Guaicuru era distribuída no grande “chaco” e compreendia, entre outras nações indígenas, os Abyón, Toba, Pilaga, Paiaguá e Mbayá, que ocupavam o território mais setentrional. É nessa última porção da família Guaicuru, os Mbáya-Guaicurú, que se encontravam os Kadiwéu.<sup>164</sup>

Atualmente, a principal fonte de renda na reserva Kadiwéu provém do arrendamento das terras disponíveis nessa área. De acordo com Brito (1997), “apenas 10% das terras são usados diretamente pelos índios, e os 90% restantes são arrendados a fazendeiros e criadores de gado.”<sup>165</sup>

Outra atividade produtiva que merece destaque entre os Kadiwéu é o artesanato. Sendo fabricado pelas mulheres como fonte de recursos adicionais, consistem de colares, feitos com sementes nativas, couros trabalhados, trançados de cestos, abanos e, o mais importante, as cerâmicas. Esses produtos são comercializados na “Casa do Artesão”, localizados em Campo Grande, Bonito, Corumbá e Bodoquena, ou vendidos diretamente pelos índios, no mercado regional.

Conforme relatos de Brum (1995) apud Brito (1997), a área da reserva está localizada no município de Porto Murtinho, para o qual não existe

---

<sup>163</sup> CARVALHO, S. M. S. Chaco: encruzilhada de povos e “melting pot” cultural – suas relações com a bacia do Paraná e o sul-mato-grossense. In: CUNHA, M. C. (Org.). **História dos índios no Brasil**, 1992, p. 469.

<sup>164</sup> MAGNOLIM, O. **Povos indígenas no Mato Grosso do Sul: viveremos por mais 500 anos**, 1993, p.34.

<sup>165</sup> BRITO, S. H. A. Culturas indígenas. In: BRASIL. MMA. **PCBAP: socioeconomia de Mato Grosso do Sul**, 1997, v. II, t. V-B, p. 903. Hoje a organização dos arrendamentos é estabelecida através de acordos diretos com os arrendatários.



acesso direto.<sup>166</sup> Em decorrência disso, as cidades próximas das aldeias, Bodoquena e Bonito são os mais procurados pelos índios para buscarem assistência médica, compra de alimentos e outros, além de venderem seus produtos artesanais.

No processo de ocupação do território sul-mato-grossense, foram possivelmente os espanhóis no século XVI os primeiros a conhecerem e a trilharem parte das terras que compreende o atual Estado de Mato Grosso do Sul, cabendo, possivelmente, a Aleixo Garcia a ação desbravadora, conforme os dizeres de Corrêa Filho (1969),

antes que findasse o primeiro quartel do século, reuniu Aleixo Garcia grande número de Aborígenes que lhe ensinou a trilha, distendida das praias Atlânticas a Lambaré. Transposto o Paraná, acima do salto das Sete Quedas, não prosseguiu em rumo da capital indígena, [...]. Por um dos tributários ocidentais, possivelmente o Amambaí, mais tarde roteado pelos Bandeirantes, alcançou o divisor de águas, além do qual rodou pelo Embotete; até o rio Paraguai. Atravessou-o, para marinhar pelas morrarias mais tarde denominada Albuquerque.<sup>167</sup>

Outro marco importante para a história de Mato Grosso do Sul, de acordo com Corrêa Filho (1969), foi a fundação de Assunção, em 15 de agosto de 1537,

servindo como centro de inúmeras expedições, como as empreendidas por Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca, que se deslocou do litoral de Santa Catarina, passando pelo Paraná e terras sul-mato-grossense, para assumir a administração de Assunção [...].<sup>168</sup>

---

<sup>166</sup> BRITO, S. H. A. Culturas indígenas. In: BRASIL. MMA. **PCBAP: socioeconomia de Mato Grosso do Sul**, 1997, v. II, t. V-B, p. 915. O acesso só é feito mediante a travessia de algumas áreas da planície pantaneira, com trechos que se encontram alagados de forma permanente.

<sup>167</sup> CORRÊA FILHO, V. **História de Mato Grosso**, 1969, p. 125.

<sup>168</sup> *Ibid.*, p.130-131.

No governo de Domingos Martinez de Irala, terceiro governador de Assunção, o desbravamento das terras sul-mato-grossense se intensifica. Na “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros” (1958) é relatado o seguinte:

mandou expandir as explorações pelas terras que se estendem entre os rios Paraguai e Paraná, [...], que vieram fundar os primeiros núcleos de povoações às margens do rio Paraná, a algumas léguas a montante de Guaíra. Doutra feita, Melgarejo, subindo o Paraguai e, entrando pelo seu afluente Mondengo – hoje Miranda, foi fundar [...], em 1579, à margem direita do Mbtetey (Aquidauana), a primeira cidade de Xerez, pouco depois evacuada.<sup>169</sup>

Foi ainda no seu governo que de acordo com Figueiredo (1968), se inicia a comercialização da erva-mate,<sup>170</sup> “cujas fontes produtoras estavam localizadas em Guaíra e Maracaju, correspondendo, em nossos dias, às terras do oeste paranaense e todo o sul de Mato Grosso do Sul.”<sup>171</sup>

Segundo Figueiredo (1968),

a exploração dos ervais era feita pelos indígenas em regime de escravidão disfarçada. As longas caminhadas até os ervais, distantes centenas de quilômetros, afastavam os índios de suas famílias e dos padres.<sup>172</sup>

De acordo com Figueiredo (1968), antepondo-se à evolução desses problemas, os missionários da ordem de Santo Inácio de Loyola, chegados ao Paraguai em 1588,<sup>173</sup> instalaram diversas reduções como as de Guaíra e de Itatins, esta última em terras de Mato Grosso do Sul. Segundo o autor,

---

<sup>169</sup> IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, 1958, p. 109-110.

<sup>170</sup> FIGUEIREDO, A. *A presença geoeconômica da atividade ervateira*, 1968, p. 196.

<sup>171</sup> *Ibid.*, p. 199.

<sup>172</sup> *Ibid.*, p. 17.

<sup>173</sup> *Ibid.*, p. 200.

os jesuítas fundaram as Missões dos *Itatins*, com os povos de Angeles, San José, San Benito, Natividad e Tepoti, todos destruídos pelos bandeirantes depois de 1632.<sup>174</sup>

Em determinado momento da história colonial brasileira, conforme Sodré (1941), os paulistas expandiram-se para o interior do Brasil, motivados, entre muitas causas, pela existência de uma rede hidrográfica favorável, pela necessidade de se conseguir braços para o trabalho da lavoura e, finalmente, em busca de ouro e de pedras preciosas.<sup>175</sup>

Antônio Raposo Tavares, em 1648, quando esteve nas terras de Mato Grosso do Sul, as quais estavam na época sob domínio dos espanhóis e padres inacianos, destruiu diversas reduções e expulsou os espanhóis. Segundo Magalhães apud Sodré (1941),

estas aldeias estavam algumas no Planalto da Serra de Maracaju, entre as cabeceiras dos rios Nhanduí e Pardo, afluentes do Paraná, e de Caí, afluentes do Mboteteí; outras estavam no vale do rio Paraguai, pouco abaixo da Barra do Mboteteí; foram todas, Cruz de Bolaños, Xeres, Itatim, Nossa Senhora da Fé e outras, destruídas pelo dito, Antônio Raposo, que depois seguiu dali para Bolívia e Peru.<sup>176</sup>

Em consequência da penetração dos bandeirantes nas terras do Estado de Mato Grosso do Sul, podemos distinguir três ciclos bem distintos: ciclo da vacaria, ciclo das monções e ciclo do gado. No ciclo da vacaria, Sodré (1941) aponta que,

a ocupação do sul-mato-grossense e conseqüente expulsão dos elementos espanhóis e inacianos que aí se haviam estabelecido, por parte dos bandeirantes paulistas, devia constituir o ciclo da

---

<sup>174</sup> FIGUEIREDO, A. **A presença geoeconômica da atividade ervateira**, 1968, p. 18.

<sup>175</sup> SODRÉ, N. W. **Oeste**: ensaio sobre a grande propriedade rural, 1941, p. 33-34.

<sup>176</sup> *Ibid.*, p. 37.

vacaria, nome dado à região compreendida entre o rio Paraná, cabeceira do rio Pardo e serras de Maracaju e Amambaí.<sup>177</sup>

Ao contrário do ciclo da vacaria, em que os bandeirantes evitavam o contato com os rios, buscando sempre os divisores naturais, o ciclo das monções tinha como eixo principal o rio Tietê.<sup>178</sup> Seu início deve-se às descobertas das minas de Cuiabá, as quais atraíram fortes contingentes populacionais para a nova região, resultando, como conseqüência, um relativo abandono das rotas para o futuro Estado de Mato Grosso do Sul, com exceção às limítrofes das rotas paulistas, que demandavam às regiões das minas.<sup>179</sup> De acordo com Sodré (1941),

três roteiros seguiam os paulistas do ciclo das monções. Eles eram comuns na primeira parte: partiam de Ararituaba (Porto Feliz), desciam o Tietê até o Paraná, desciam o Paraná. Daí se dividiam os roteiros. O primeiro marcava-se subindo o Ivinhema até suas cabeceiras, alcançando o Miranda por um varadouro de cerca de quarenta quilômetros, desciam o Miranda, continuavam pelo Taquari, deste chegavam ao Paraguai. Remontando o Paraguai, atingiam o São Lourenço e encontravam o caminho fluvial das Minas, cuja descoberta deu lugar à fundação de Cuiabá. O segundo roteiro fixava-se através do rio Pardo, que subiam até o ponto em que, por terra, num varadouro de perto de quarenta quilômetros, alcançavam o Miranda, seguindo o percurso do itinerário anterior. O terceiro era balizado pela subida do Pardo até os campos de Camapuã. Num curto varadouro atingiam o Camapuã que os levava ao Coxim. Desciam o Coxim, até o Taquari e continuavam pelo roteiro comum até a região central.<sup>180</sup>

O ciclo do gado, cujos fundamentos estão representados por uma ocupação mais efetiva do solo, bem como uma maior dispersão do elemento

---

<sup>177</sup> SODRÉ, N. W. *Oeste*: ensaio sobre a grande propriedade rural, 1941, p. 38.

<sup>178</sup> *Ibid.*, p. 41.

<sup>179</sup> *Ibid.*, p. 44-46.

<sup>180</sup> *Ibid.*, p. 44.

humano nas terras do atual Estado de Mato Grosso do Sul, só teve o seu início a partir de 1829, quando Joaquim Francisco Lopes fez as suas primeiras entradas no então sertão mato-grossense.<sup>181</sup>

De acordo com Valverde (1972),

o gado era criado à solta nas regiões de campo, sendo comum o extravio de algumas cabeças, que logo se transformavam em selvagens. A existência desse tipo de gado facilitou em muitos casos a formação de novos plantéis e novas fazendas. Como exemplo típico tem-se o da fazenda Camapuã, que obteve o seu rebanho através do apresamento de algumas reses selvagens, tendo em vista o abastecimento de sua população e das bandeiras que por ali passavam em direção ao norte.<sup>182</sup>

O foco de penetração da cultura pastoril e conseqüente irradiação segundo Sodré (1941), foi a região de Santana de Paranaíba.<sup>183</sup> Facilitava também a existência de campos limpos, já conhecidos nos ciclos da vacaria e da monções<sup>184</sup> e, especialmente, pela atração exercida pela estrada do “Piquiri”, ligando Cuiabá e Uberaba em Minas Gerais e a Araraquara em São Paulo, cujo ponto de bifurcação ficava em Santana de Paranaíba.<sup>185</sup> Conseqüentemente, com o predomínio da atividade criatória, resultou em um regime da grande propriedade rural.

Figueiredo (1968) afirma que, no período que antecede à Guerra do Paraguai (1864-1870), o espaço correspondente ao atual Estado de Mato Grosso do Sul era quase despovoado, notadamente no sudoeste, a não ser por alguns núcleos de caráter militar,<sup>186</sup> representados pelo Forte Coimbra, fundado em 13 de outubro de 1775, para garantir a posse das terras situadas à margem direita do rio

---

<sup>181</sup> SODRÉ, N. W. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade rural*, 1941, p. 62.

<sup>182</sup> VALVERDE, O. Fundamentos geográficos do planejamento do Município de Corumbá, **Revista Brasileira de Geografia**, 1972, p. 62.

<sup>183</sup> SODRÉ, N. W., op cit., p. 62.

<sup>184</sup> Ibid., p. 59.

<sup>185</sup> IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, 1958, p. 239.

<sup>186</sup> FIGUEIREDO, A. *A presença geoeconômica da atividade ervateira*, 1968, p. 216-217.

Paraguai;<sup>187</sup>a vila de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque (Corumbá), fundada em 21 de setembro de 1779;<sup>188</sup> a vila de Miranda, que teve como origem, a construção do “presídio Nossa Senhora do Carmo do rio Mondengo”, construído em 1778, o qual passou a ser denominado de Miranda em 30 de maio de 1857, em virtude da fundação da “Colônia Militar de Miranda”;<sup>189</sup> a povoação de Nioaque, localizada entre o varadouro dos rios Nioaque e Brilhante, cuja abertura esteve a cargo do capitão João José Gomes e que era formada inicialmente por parte das populações vindas de Miranda, a partir do ano de 1848, e que tomou um impulso decisivo a partir de 1859, em decorrência da transferência do corpo de cavalaria de Miranda.<sup>190</sup>

Para Mamigonian (1986), “o estabelecimento das colônias militares acelerou o processo de povoamento na porção sul de Mato Grosso, por proporcionar maior segurança aos novos povoadores.”<sup>191</sup>

As instalações militares distribuídas na região foi uma forma para que os portugueses mantivessem soberania e integridade de grande parte do território sul-mato-grossense, isto porque até meados do século XIX o sudoeste do estado era uma região disputada pelos paraguaios, o que acabou culminando com a guerra da Tríplice Aliança envolvendo o Brasil, Uruguai e Argentina *versus* o Paraguai entre 1864 a 1870.

Para entender a Guerra, através de uma perspectiva mais abrangente do que normalmente é expresso pela historiografia tradicional, Corrêa (1985), revela que,

o conflito permite a constatação do “choque de interesses do imperialismo liberal”, evidenciando a atuação inglesa nos

---

<sup>187</sup> IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**, 1958, p. 139.

<sup>188</sup> SODRÉ, N. W. **Oeste**: ensaio sobre a grande propriedade rural, 1941, p. 140.

<sup>189</sup> *Ibid.*, p. 223-224.

<sup>190</sup> IBGE, *op cit.*, p. 228.

<sup>191</sup> MAMIGONIAN, A. Inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá, **Geosul**, 1986, p. 47.

bastidores político-diplomáticos, sob a hegemonia da forma mais desenvolvida do capital historicamente determinado – o capital inglês – transformando toda a economia do cone sul da América.<sup>192</sup>

Então essa guerra, na realidade, foi além das disputas fronteiriças; através dela, a burguesia portenha e a burguesia mercantil brasileira, em parceria com o capital inglês, puderam impor o predomínio do liberalismo, através do princípio da *livre concorrência*, derrotando as relações coloniais.

De acordo com Valverde (1972) e Sodré (1941), finalizada a guerra, o estado sofre um novo ciclo de povoamento, causado pelo retorno das famílias que estavam abrigados em Cuiabá,<sup>193</sup> pela fixação de enormes contingentes de ex-combatentes, tanto brasileiros, como paraguaio-guaranis que, quando desmobilizados, por aí ficaram,<sup>194</sup> e sobretudo pela migração gaúcha, fugitiva em sua maior parte das conseqüências da revolução federalista ocorrida no Rio Grande do Sul (1893-1895).

Com o término da guerra do Paraguai, além dos Guaicurus, alguns militares do exército brasileiro receberam terras em pagamento pelos serviços prestados. Segundo consta, na área de Bodoquena, o município de Bonito teve origem da Fazenda Rincão Bonito, terras remanescentes dessas doações. Em 1850, fazendeiros estabeleceram-se nessa região procurando novas terras no baixio da serra de Maracaju, no intuito de garantir maiores áreas para seus descendentes, tomando posse de terras em Jardim.

Embora o término da guerra do Paraguai tenha ocorrido em 1870, é somente após 1874 que o governo imperial brasileiro dá início aos trâmites de demarcação definitiva da fronteira com a república do Paraguai, constituindo,

---

<sup>192</sup> CORRÊA, L. S. **História e historiografia de uma região**, 1985, p. 45.

<sup>193</sup> VALVERDE, O. Fundamentos geográficos do planejamento do Município de Corumbá, **Revista Brasileira de Geografia**, 1972, p. 107.

<sup>194</sup> SODRÉ, N. W. **Oeste**: ensaio sobre a grande propriedade rural, 1941, p. 101.

para tanto, uma comissão mista de limites. Durante os trabalhos de demarcação são identificados extensos ervais existentes até a cabeceira do rio Apa.

Para Sodré (1941) e Figueiredo (1968), do confronto de diferentes tipos culturais existentes nesta região do estado, surgiu, em um primeiro instante, uma divisão de trabalho; o paraguaio-guarani, exercendo a atividade ervateira e o elemento nacional, a atividade pastoril.<sup>195</sup> Formam-se grandes propriedades ligadas à pecuária extensiva e à atividade ervateira,<sup>196</sup> as quais foram as principais responsáveis pela conquista mais efetiva do Estado de Mato Grosso do Sul, no final do século XIX e início do século XX.<sup>197</sup>

A exploração e a comercialização da erva-mate geraram novas perspectivas econômicas para a região, ampliando o fluxo de transporte, notadamente pela hidrovia. Implicando-se a esse desenvolvimento o interesse em escoar a produção para os outros Estados da Federação, que resulta na implantação de um porto em território brasileiro no rio Paraguai, surgindo aí o povoado de Porto Murtinho, localizado no sudoeste do estado.<sup>198</sup>

Nesse contexto histórico, o desenvolvimento regional estava atrelado à expansão da atividade pecuária que conseqüentemente, estava aliada à boa qualidade dos campos e às condições ambientais favoráveis. Aliada a essa atividade havia o extrativismo que complementava a economia da região. Embora muito pobre, as atividades econômicas, em especial a cultura pastoril, propiciaram ao estado, segundo Sodré (1941), “seu grande momento no sentido da ocupação e da dispersão humana”.<sup>199</sup>

Vários são os elementos responsáveis por tal marcha, conforme cita Figueiredo (1968),

---

<sup>195</sup> SODRÉ, N. W. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade rural*, 1941, p. 25.

<sup>196</sup> Cf. FIGUEIREDO, A. *A presença geoeconômica da atividade ervateira*, 1968.

<sup>197</sup> FIGUEIREDO, A. *A presença geoeconômica da atividade ervateira*, 1968, p. 32.

<sup>198</sup> No período republicano foram doadas 3.600 hectares de terras ao então Estado de Mato Grosso para a construção do porto.

<sup>199</sup> SODRÉ, N. W., *op cit.*, p. 27.



o desenvolvimento do sistema viário; fortalecimento de um mercado consumidor na região sudeste; extravasamento da lavoura cafeeira de São Paulo; adoção de uma política de colonização por parte do governo ou ainda de iniciativa particular; valorização crescente das terras rurais de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.<sup>200</sup>

A partir das primeiras décadas do século XX, nova corrente povoadora desloca-se de São Paulo, a princípio, e depois do Paraná por toda a região Centro-Oeste, atingindo notadamente todo o Estado de Mato Grosso do Sul, que passa a comportar-se como uma frente pioneira.<sup>201</sup>

De acordo com Corrêa Filho (1969), nas áreas centro-norte, compreendendo, sobretudo, espaços de cerrado e na porção ocidental de domínio do Pantanal, “o principal agente de povoamento, no início do século, foi a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (Linha Bauru-Corumbá da RFFSA), construída entre 1908 e 1914.”<sup>202</sup> A introdução da estrada de ferro vai permitir um uso mais dinâmico do território.

Para Le Bourlegat (2000),

no conjunto de transformações ligadas à infra-estrutura, continuou tendo um papel importante, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, como a principal catalisadora do crescimento econômico e populacional. Tinha possibilitado uma forte expansão da atividade pecuária na sua área de influência, chegando a transformar o Mato Grosso no quarto estado brasileiro criador de bovinos.<sup>203</sup>

---

<sup>200</sup> FIGUEIREDO, A. **A presença geoeconômica da atividade ervateira**, 1968, p. 247.

<sup>201</sup> FIGUEIREDO, A., op. cit., p. 47.

<sup>202</sup> CORRÊA FILHO. V. **História de Mato Grosso**, 1969, p. 600.

<sup>203</sup> LE BOURLEGAT, C. A. **Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço temporais**. 2000, p. 255.

Ao longo da ferrovia surgem as cidades de Três Lagoas, Água Clara e Ribas do Rio Pardo.<sup>204</sup> Campo Grande, outrora pequeno povoado, transforma-se em poderoso pólo econômico, concentrando a maior parte das comunicações e do transporte do estado. Para essa cidade, segundo Corrêa (1980),

converge a maior parte da comercialização do gado, agora com destino à região sudeste, novo mercado consumidor e em rápida expansão. O único centro urbano prejudicado pela vinda da estrada de ferro é Corumbá, que perde para Campo Grande a sua posição de entreposto comercial e de abastecedor de todo o Estado de Mato Grosso.<sup>205</sup>

Na porção meridional do estado, o povoamento, por sua vez, esteve ligado de início ao ciclo do café. Dominando espaços, ele ocupou todo o Estado de São Paulo e a região norte do Estado do Paraná. Nos anos 1930, o café se extravasa das terras paulistas para as terras mato-grossenses, dirigindo-se preferencialmente para as áreas basálticas, localizadas na parte meridional de Mato Grosso do Sul, com destaque para a região de Dourados.<sup>206</sup> Segundo Michels e Oliveira (2000),

havia nas tradicionais áreas produtoras de café do país um “esgotamento” do processo produtivo – cultivo, expansão de outras culturas, formas de exploração do trabalho, etc. – especialmente no Estado de São Paulo. Tal situação foi deslocando trabalhadores e pequenos produtores de suas terras; um intenso êxodo rural tomou conta do Sudeste. Como efeito, houve uma drenagem de trabalhadores e cafeicultores expropriados para outras regiões. Oeste de Santa Catarina, norte do Paraná, oeste de São Paulo, norte do Rio Doce (ES) e sul de Mato Grosso foram

---

<sup>204</sup> CORRÊA FILHO, V. **História de Mato Grosso**, 1969, p. 601-602.

<sup>205</sup> CORRÊA, L. S. **Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso 1870-1920**, 1980, p. 119-121.

<sup>206</sup> IBGE. **Geografia do Brasil: região Centro-Oeste**, 1977, p. 195-196.

áreas típicas de expansão de *Zonas Pioneiras*, cuja cultura principal atava-se ao café.<sup>207</sup>

Notadamente, o início do século XX para o sul de Mato Grosso, é marcado por dois fatos que influenciaram o desenvolvimento regional, a implantação do transporte ferroviário e a expansão cafeeira. A partir daí, temos a “Marcha para o Oeste”, com a valorização das áreas interioranas, que surge como forma de ampliar o capitalismo através da integração regional, marcada com a implantação de colônias agrícolas no estado<sup>208</sup>, que tinha como objetivo explorar o potencial econômico do interior do país.

Inicialmente, a política de estabelecimento de colônias agrícola ocorreu ao longo da faixa marginal da ferrovia Noroeste do Brasil com o propósito de direcionar os excedentes agrícolas para os núcleos urbanos implantados.<sup>209</sup>

Segundo Michels e Oliveira (2000), apoiados na forte corrente expansionista do café (sem, entretanto, significar obrigatoriedade do plantio desse produto) vários projetos de acomodação de colonos e colonização foram criados na região da *Borda* da Bacia do Alto Paraguai:<sup>210</sup> Colônia Arnaldo Estevão de Figueiredo (na hoje Bodoquena); Colônia Rio Negro (em Rio Negro); Colônia São Romão (em Coxim); Colônia Penzo (na hoje Antônio João); Colônia Cipó (em Aquidauana); Colônia Cascavel e Buriti (em Terenos). São, possivelmente, os melhores exemplos da tentativa da expansão da atividade agrícola para um território tradicionalmente pecuarista.

Conforme Goodman (1978) apud Hespanhol (2000),

---

<sup>207</sup> MICHELS, I. L.; OLIVEIRA, T. C. M. Bordas do Pantanal: ocupação, dinamismo e meio ambiente, *Geosul*, 2000, p. 75.

<sup>208</sup> Houve incentivos do governo federal, estadual e municipal na expansão de fronteiras agrícolas no Estado visando garantir maior acessibilidade territorial e estrategicamente. Por considerar a faixa fronteira como área de segurança nacional, a presença do empreendimento estrangeiro representava uma ameaça.

<sup>209</sup> LE BOURLEGAT, C. A. **Mato Grosso do Sul e Campo Grande**: articulações espaço temporais. 2000, p. 256.

<sup>210</sup> MICHELS, I. L.; OLIVEIRA, T. C. M. Bordas do Pantanal: ocupação, dinamismo e meio ambiente, *Geosul*, 2000, p. 75.

em 1943 o regime Vargas criou a Colônia Agrícola Nacional, em Dourados, na região sul de Mato Grosso. Este projeto continuou a atrair colonizadores até fins dos anos 60 e, aproximadamente 9.500 famílias receberam concessões federais de terra, geralmente de 30 hectares [...].<sup>211</sup>

Paralelamente, no tocante à área da faixa fronteiriça o governo federal tem influência direta na criação de territórios federais. Segundo Le Bourlegat (2000),

no caso do atual Mato Grosso do Sul, a área mais crítica da fronteira foi considerada aquela, onde se dava o monopólio da Mate-Laranjeira. Aí foi criado pelo governo federal [...] o Território Federal de Ponta Porã, em 1943.<sup>212</sup>

Nos anos de 1960, nova frente de colonização agrícola atinge o estado, ocasionada pela liberação de uma mão-de-obra abundante no Paraná e notadamente, pela grande diferença do gradiente de preços das terras paranaenses com as das do sul de Mato Grosso do Sul.<sup>213</sup> Dessa maneira, o povoamento e a colonização do Estado de Mato Grosso do Sul, no século XX, nada mais é do que o confronto dessas duas frentes pioneiras.

Como contribuição das frentes pioneiras ocorridas nos anos 1950 e 1960 (figura 8) várias localidades adquiriu o status de município e houve o crescimento do contingente populacional urbano. Nessa época na porção ocidental do Estado de Mato Grosso do Sul, nasceram os municípios de Guia Lopes da Laguna, Jardim, Jaraguari, Terenos, Sidrolândia, Rio Verde de Mato Grosso, Rio Negro, Anastácio, Caracol, Bandeirantes, Corguinho, Pedro Gomes e Antônio João.

---

<sup>211</sup> HESPANHOL, A. N. A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro-Oeste brasileiro à economia nacional, **Caderno Prudentino de Geografia**, 2000, p. 11.

<sup>212</sup> LE BOURLEGAT, C. A. **Mato Grosso do Sul e Campo Grande**: articulações espaço temporais. 2000, p. 258. O Território Federal de Ponta Porã incluía os municípios de Ponta Porã, Dourados, Maracaju, Bela Vista, Porto Murtinho, Miranda e Nioaque, sendo extinto em 1946.

<sup>213</sup> IBGE. **Geografia do Brasil**: região Centro-Oeste, 1977, p. 140.

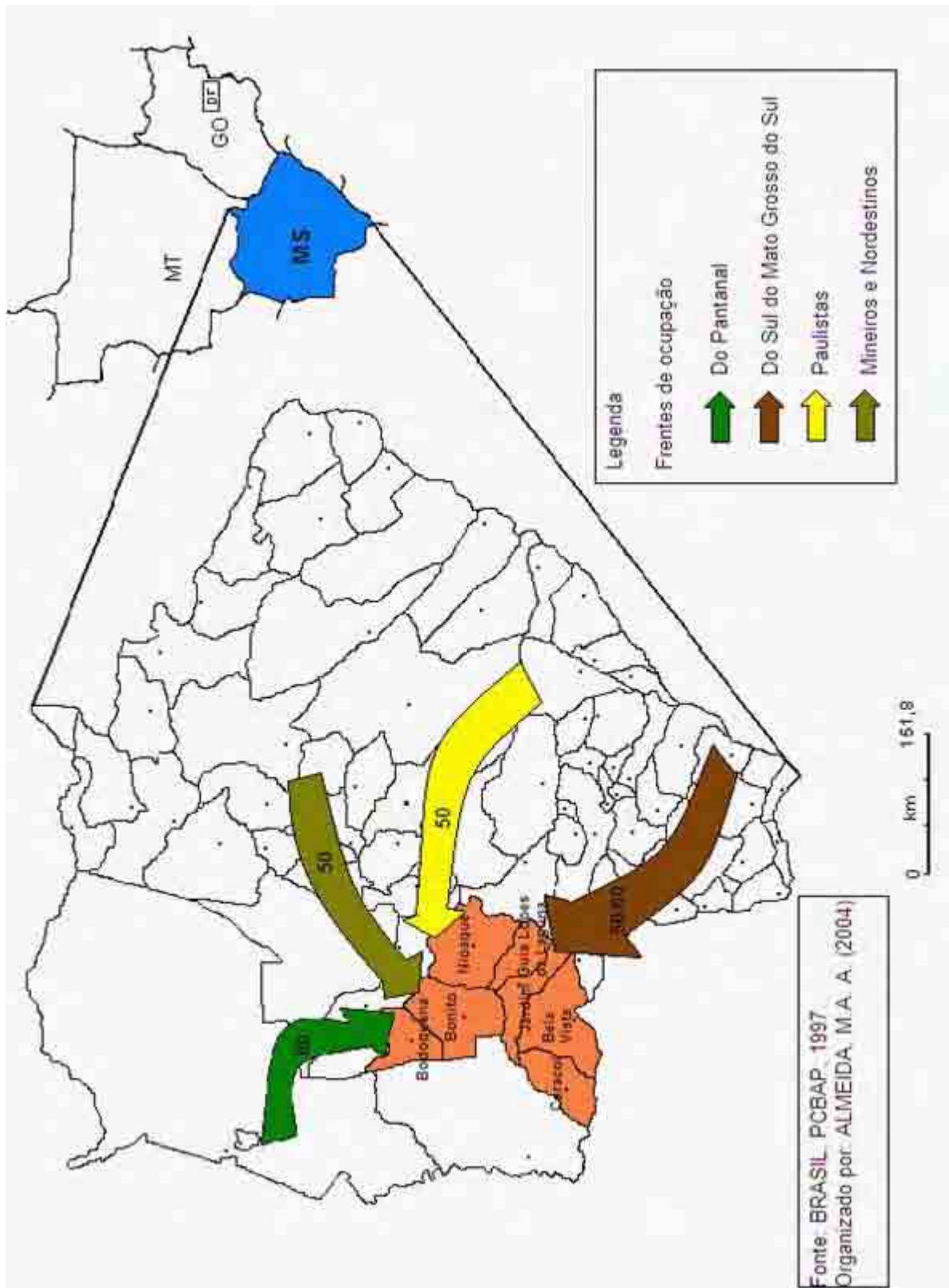


Figura 8 - Frentes de ocupação na Microrregião de Bodoquena no Estado de Mato Grosso do Sul

Neste contexto, podemos analisar que a estrutura do espaço sul-mato-grossense é moldada desde quando se iniciaram as primeiras manifestações de povoamento e ocupação, resultante de um processo temporal em que o território é estruturado e reestruturado, relacionado ao contexto nacional como uma totalidade social, regida pela expansão do capitalismo.

Inicialmente, o intervencionismo estatal teve a finalidade estratégica de ampliar as vias de circulação, fortalecendo a acessibilidade no oeste do país. Neste sentido, houve a mobilização do excedente de trabalho de regiões, como o Nordeste e o Sudeste do país para as “colônias agrícolas”<sup>214</sup> do Centro-Oeste, portanto, um processo de colonização fronteiriça com base na produção não-capitalista, caracterizando a chamada “fronteira de expansão”. Para Foweraker apud Le Bourlegat (2000),

a “fronteira de expansão” foi caracterizada como um primeiro estágio de expansão da fronteira agrícola, explicada por alguns como o espaço onde a fronteira demográfica moveu-se adiante da fronteira econômica.<sup>215</sup>

Com as frentes pioneiras avançando no sul de Mato Grosso, a pecuária passou a ser a principal atividade desenvolvida sob influência dos colonizadores gaúchos, ampliando sua área de influência em direção ao extremo sudoeste do estado. Ao mesmo tempo, a “fronteira agrícola” intensificou o aumento da população rural, com pequenas propriedades agrícolas mercantis, além da extração de madeiras.<sup>216</sup>

Santos (1995) explica que a evolução permanente do espaço depende da ação de fatores externos e internos. Como se vê, no sul de Mato

---

<sup>214</sup> LE BOURLEGAT, C. A. **Mato Grosso do Sul e Campo Grande**: articulações espaço temporais. 2000, p. 254. As chamadas “colônias agrícolas” eram baseadas no modelo de pequena produção familiar de subsistência, agrupada em pequenas comunidades e orientadas próximo aos centros urbanos com maior adensamento populacional, visando o seu abastecimento com os excedentes ocasionais.

<sup>215</sup> *Ibid.*, p. 257.

<sup>216</sup> *Ibid.*, p. 262.

Grosso, a interferência da estrada de ferro Noroeste do Brasil e das políticas de intervenção do governo federal nas condições locais de organização do espaço regional. Segundo o autor “a ação externa ou exógena é apenas um detonador, um vetor que traz para dentro do sistema um novo impulso, mas que por si só não tem condições para valorizar esse impulso.”<sup>217</sup>

No início dos anos de 1970 temos a modernização agrícola e o cenário regional foi tomando novas feições. Os sulistas, além dos grandes empresários paulistas foram responsáveis por grande parte da modernização agrícola no sul de Mato Grosso. Como consta no documento PCBAP (BRASIL, 1997),

a moderna agricultura comercial e exportadora, sob a égide de benevolentes financiamento subsidiados pelo poder estatal, foi a corrente que moveu todas as engrenagens do desenvolvimento rural-urbano no decorrer desse período.<sup>218</sup>

Esse processo de modernização ao chegar ao sul do Mato Grosso atribuiu-lhe funções agrícolas na economia nacional, contribuindo também para sua autonomia política, em 1977, por desmembramento do Mato Grosso. E, mesmo com um a agricultura moderna, hoje o Estado de Mato Grosso do Sul é o maior criador de bovinos com um rebanho de mais de vinte milhões de cabeças.<sup>219</sup>

Na análise de Jóia (1999), sobre o desenvolvimento industrial no Estado de Mato Grosso do Sul, “de maneira geral a agropecuária serviu de base para a sustentação de uma nova fase de industrialização que estaria começando a se firmar no estado.”<sup>220</sup> Isso evidencia que o principal fator de localização industrial foi a existência de matérias-primas, além disso, os incentivos fiscais e implementação de infra-estrutura foram fundamentais para que isso acontecesse.

---

<sup>217</sup> SANTOS, M. **Espaço e Método**, 1985, p. 14.

<sup>218</sup> BRASIL. MMA. **PCBAP: socioeconomia de Mato Grosso do Sul**, v.II, Tomo V-B, 1997, p. 757.

<sup>219</sup> IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 2000**, 2001, CD-ROM.

<sup>220</sup> JÓIA, P. R. A indústria no Mato Grosso do Sul, **Revista Pantaneira**, 1999, p. 32.

Em decorrência disso, a área da Bodoquena é influenciada por um reordenamento do espaço, ou seja, o dinamismo de um local depende das condições externas presentes. De acordo com Corrêa (1993) “é conveniente ressaltar que os diversos ambientes não constituem células autônomas, independentes uns dos outros. Ao contrário estão articulados entre si por diversos laços.”<sup>221</sup>

Em consequência da mecanização no setor rural, com a modernização do campo, ocorre o êxodo rural. Ocorre assim, o *caos* urbano do final do século XX, no processo de urbanização. Isso se reflete também nos municípios da área da Bodoquena, sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, como veremos no capítulo quatro. Em suma, as relações sociais de produção sofreram modificações no sudoeste do estado, reforçando a pecuária extensiva nos mesmos moldes do passado no Pantanal. No caso da serra da Bodoquena, a região manteve-se fiel à tradição pecuarista, apesar de alguns avanços em outros segmentos da economia, como veremos no próximo capítulo.

Em relação à dinâmica econômica do estado, Lamoso (1999) aponta que,

as transformações no centro dinâmico da economia internacional a partir de 1979, acentuaram o processo de industrialização substituidora de importações no estado, que ora em maior ora em menor grau, tem sido obstaculizada pela carência de investimentos em infra-estrutura causando “nós de estrangulamento” ao processo de desenvolvimento econômico do estado. Mesmo assim, a incorporação ao capital industrial tem sido realizada a partir do deslocamento de capitais empregados em outros estados.<sup>222</sup>

---

<sup>221</sup> CORRÊA, R. L. Meio ambiente e a metrópole. In: IBGE, **Geografia e questão ambiental**, 1993, p. 30.

<sup>222</sup> LAMOSO, L. P. Transformações recentes no território sul-mato-grossense. **Revista de Geografia**, 1999, p. 33.



Daí a necessidade da abordagem sobre o dinamismo regional da área da Bodoquena e suas interferências no meio ambiente passando pelo entendimento do processo de ocupação do território sul-mato-grossense e do sudoeste do estado. Na verdade concordamos com Michels e Oliveira (2000) quando afirmam que

o avanço da ocupação territorial responde, *vis-à-vis*, a uma conjuntura nacional de incorporação dos espaços regionais e a uma economia cada vez mais integrada e comandada por um “centro dinâmico” (leia-se Sudeste), ao mesmo tempo ligada ao sistema capitalista internacional.<sup>223</sup>

O adensamento da ocupação do Centro-Oeste e de Mato Grosso do Sul pela pecuária há algumas décadas, e, sobretudo pelos complexos agroindustriais capitaneados pela cultura da soja, em anos recentes e a crescente valorização do Pantanal pelo turismo internacional e o exercício contínuo de políticas territoriais no processo de articulação interna constituem processos que têm adensado os fluxos na área da Bodoquena.

Neste sentido, é crescente a espessura dos fluxos de produtos, insumos, pessoas e capital. E esses fluxos exigem infra-estrutura para se concretizarem. Como diz Santos e Silveira (2001), “cada pedaço do território, por menor que seja, exige um número crescente de fluxos. É a diminuição da arena e o aumento da área de produção, já previstos por Marx.”<sup>224</sup>

Santos e Silveira (2001) complementam ainda que,

ao longo do tempo, cada lugar é alvo de sucessivas divisões do trabalho. Mas esse mesmo lugar, visto num corte temporal, isto é, momento dado, acolhe simultaneamente várias divisões do

---

<sup>223</sup> MICHELS, I. L.; OLIVEIRA, T. C. M. Bordas do Pantanal: ocupação, dinamismo e meio ambiente, **Geosul**, 2000, p.68.

<sup>224</sup> SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI, 2001, p. 132.

trabalho. Como também diversos circuitos de produção. Criam-se, assim, solidariedades entre elementos novos e herdados [...] e assinalam, a cada momento histórico, distintas combinações técnicas e sociais de trabalho.<sup>225</sup>

Atualmente o estado está inserido nos grandes projetos de infraestrutura regional, com a implementação de vários empreendimentos de porte internacional na região, dentre eles o Gasoduto Bolívia-Brasil, a Hidrovia Paraguai-Paraná, são os maiores e mais recentes projetos de infraestrutura regional que envolve interesses dos estados brasileiros e países do cone sul.

Enfim, tendo em vista sua transformação estratégica em espaço de agregação de valor, por meio da transformação industrial das matérias-primas, podemos evidenciar diferentes tipologias de empresas, responsáveis por parcela representativa da estrutura produtiva no Estado de Mato Grosso do Sul. Além disso, esta dinamização tem contribuído para o aumento da receita do estado e dos municípios, como veremos na área da Bodoquena, com destaque para a indústria cimenteira da Camargo Corrêa Cimentos.

### **3.2 - Organização do espaço natural do Mato Grosso do Sul e a microrregião da Bodoquena**

A história do processo de povoamento e ocupação do espaço sul-mato-grossense e da área da Bodoquena, em particular está obviamente relacionada às condições do meio físico, relação que sempre existe, em qualquer marcha de povoamento. Diante disso, apresentamos uma breve exposição da organização do espaço regional sul-mato-grossense caracterizando os aspectos físicos do estado, baseada nas informações obtidas na Secretaria de Estado e Planejamento do Estado de Mato Grosso do Sul – SEPLANCT/MS e no Instituto de Estudos e Planejamento de Mato Grosso do Sul – IPLAN/MS.

---

<sup>225</sup> SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**, 2001, p. 144.

Esta etapa se justifica pela importância de se ter uma idéia do movimento geral - o todo e seus fundamentos - como é apresentado sobre o Estado de Mato Grosso do Sul, para assim poder contrastar fenômenos específicos de certos compartimentos singulares da área da Bodoquena.

Os temas físico-naturais que abordamos a seguir na análise da dinâmica do meio ambiente no Estado de Mato Grosso do Sul e microrregião da Bodoquena (área da Bodoquena) visam contribuir para o discernimento dos limites do factível na relação sociedade-natureza, ou seja, verificar a interação bidirecional entre a natureza e as atividades da sociedade, que se manifesta de modo expressivo na organização espacial.

Ao abordarmos as características do quadro físico do Estado de Mato Grosso do Sul levamos em conta as recentes mudanças na paisagem ocorridas devido à atuação antrópica, incluindo os impactos ambientais decorrentes da intervenção humana. Esta discussão se insere na proposta de planejamento ambiental, desenvolvimento econômico e social que envolve a natureza com suas potencialidades e, notadamente com suas fragilidades. Nesta perspectiva, Ross (1998) descreve que

[...]a convivência harmônica entre natureza e sociedade [...] contempla conhecer-se potencialidades dos recursos naturais e as fragilidades dos ambientes naturais face às atividades econômicas que podem ser mais ou menos predatórias, dependendo das condições naturais de um lado e das tecnologias empregadas de outro.<sup>226</sup>

Neste caso o entendimento da geologia, geomorfologia, solos, vegetação, clima e hidrografia da região são importantes, visto que as conexões entre os componentes da natureza identificam suas potencialidades e fragilidades.

---

<sup>226</sup> ROSS, J. L. S. Geomorfologia ambiental. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. T. **Geomorfologia do Brasil**, 1998, p. 385.

### 3.2.1 - Quadro natural e suas potencialidades naturais

Na sociedade em que vivemos, a interferência nos ecossistemas é muito intensa. São transformações impostas por um modelo em que os processos produtivos, tidos como economicamente viáveis, levam à substituição dos sistemas naturais por formas artificiais de se conseguirem os bens e produtos que a sociedade requer.

Hoje, já existe uma conscientização sobre a necessidade da conservação do ambiente, com duas linhas de pensamento. A primeira defende o desenvolvimento socioeconômico a qualquer preço, mesmo com prejuízo ao meio ambiente, e a segunda procura conciliar conservação e desenvolvimento. Esta última defende a necessidade da realização do estudo de impacto ambiental de estabelecimentos ou atividades que utilizam meios e processos considerados potencialmente poluidores ou causadores de degradação ambiental.

Até o presente pouco se conseguiu da associação correta do binômio desenvolvimento econômico e conservação da natureza. Menciona-se conservação, já que este sistema possibilita o uso e a gestão dos recursos naturais renováveis de forma a propiciar o maior benefício sustentado para as gerações atuais, mantendo, porém, suas potencialidades para atender às necessidades e aspirações das gerações futuras e, no caso dos recursos não-renováveis, a sua utilização racional e comedida de modo a viabilizá-la pelo maior espaço de tempo possível.

Segundo Alvarenga (1997),

considerando-se o papel relevante dos processos socioeconômicos e político-institucionais na dinâmica das paisagens, é fundamental o melhor conhecimento dos diferentes sistemas ambientais e processos geradores, para o planejamento e gestão do território.<sup>227</sup>

---

<sup>227</sup> ALVARENGA, S. M. Unidades de relevo. In: IBGE. **Recursos naturais e meio ambiente: uma visão do Brasil**, 1997, p. 51.

Neste contexto, considerando a importância do tema ambiental, está implícita a necessidade de se identificarem os componentes naturais do Estado de Mato Grosso do Sul, para estabelecer as inter-relações entre os subsistemas natural e socioeconômico.

Para isso, em 1990 o governo do Estado de Mato Grosso do Sul elaborou o primeiro “Atlas Multirreferencial do Estado de Mato Grosso do Sul”. Este Atlas ao evidenciar as características geográficas do estado, mostra as marcas deixadas pela ocupação demográfica e produtiva, possibilitando a análise e a correlação de fatores determinantes da forma de ocupação do espaço regional.

Baseando-se no “Atlas multirreferencial do Estado de Mato Grosso do Sul” (1990),<sup>228</sup> apresentamos as principais características da paisagem natural do estado, particularmente da microrregião de Bodoquena, destacando-se a geologia, geomorfologia, solos, vegetação, clima e hidrografia.

O arcabouço geológico do Mato Grosso do Sul, conforme a figura 9, é constituído por dois conjuntos estruturais, “o primeiro diz respeito às estruturas localizadas em terrenos Pré-Cambrianos, e o segundo àquelas dispostas em terrenos Fanerozóicos.”<sup>229</sup>

Em terrenos Pré-Cambriano,<sup>230</sup> formados por *rochas predominantemente sedimentares e em parte metamórficas*, destacam-se o Grupo Cuiabá, Grupos Jacadigo (Formação Urucum) e Corumbá (Formação Cerradinho, Formação Bocaina). As exposições em Mato Grosso do Sul ocorrem na depressão do rio Paraguai. Destacam-se, nesses terrenos, as rochas metamórficas do Proterozóico Superior,<sup>231</sup> fontes primárias de manganês em grande parte no morro

---

<sup>228</sup> MATO GROSSO DO SUL. **Atlas multirreferencial do estado de Mato Grosso do Sul**, 1990.

<sup>229</sup> Ibid., p. 11.

<sup>230</sup> Os terrenos Pré-cambriano (Arqueozóico e Proterozóico) correspondem à idade que vai de mais ou menos 4,5 bilhões de anos atrás até 570 milhões.

<sup>231</sup> O Proterozóico divide-se em eras denominadas Proterozóico Inferior (corresponde à idade entre 2,6 e 1,9 bilhões de anos atrás), Proterozóico Médio (corresponde à idade entre 1,9 e 1,1 bilhões de anos atrás) e Proterozóico Superior (corresponde à idade entre 1,1 bilhões e 570 milhões de anos atrás).

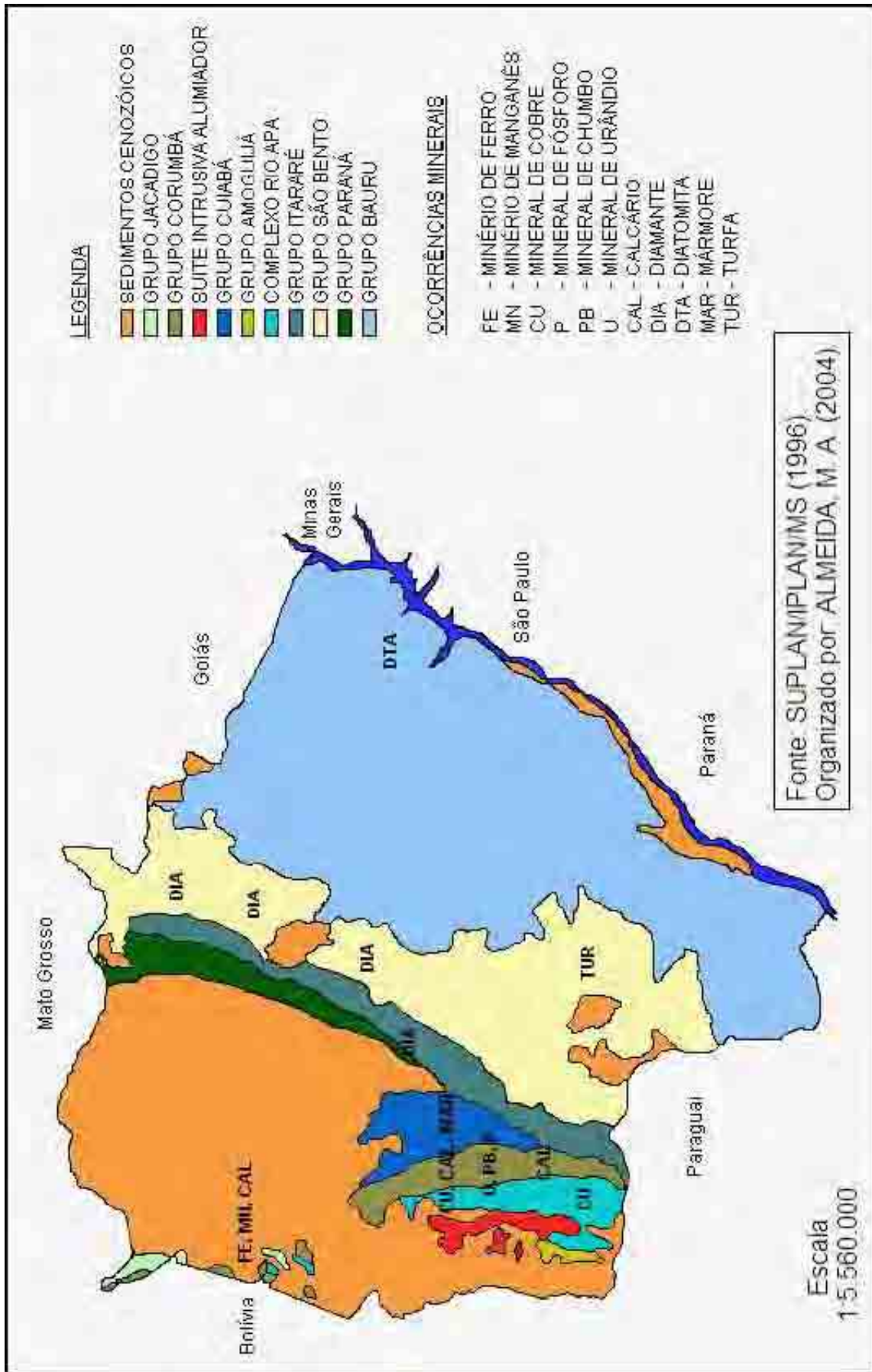


Figura 9 – Formação da estrutura geológica do Estado de Mato Grosso do Sul e seu potencial mineral

do Urucum. Temos também a presença de calcário (Grupo Cuiabá), mineral de extrema importância na correção dos solos ácidos, além de que alguns depósitos apresentam especificações que os credenciam para o fabrico de cimento, que ocorrem na serra da Bodoquena, com destaque na microrregião de Bodoquena e em Corumbá.<sup>232</sup>

Em terrenos Fanerozóico,<sup>233</sup> na era Paleozóica, formados por *rochas sedimentares*, temos o Grupo Paraná (Bacia Sedimentar do Paraná), Grupo Itararé e Grupo Guatá; formados por *rochas magmáticas (vulcânicas e intrusivas)*, temos o Grupo São Bento; na era Mesozóica, formados por *rochas sedimentares e magmáticas*, temos o Grupo Bauru e o Grupo Paraná; na era Cenozóica formados por *formações sedimentares*, sedimentos que ocorrem na bacia do Pantanal e *aluviões atuais* sedimentos dos vales e planícies de inundação dos rios que drenam a área. No tocante ao potencial mineral, a ocorrência de concentrações importantes nessas rochas é rara no estado.

No detalhamento da microrregião de Bodoquena, observamos na figura 10, que na área da Bodoquena, o município de Bodoquena geologicamente apresenta rochas do Pré-cambriano, Grupo Cuiabá e Grupo Corumbá, do período Pleistoceno, Formação Pantanal, e Aluviões Atuais do holoceno. As ocorrências minerais datam de um bilhão a dez mil anos, sendo representativas as das Formações Bocaína, Cerradinho e Grupo Cuiabá.

O município de Bonito está assentado basicamente sobre rochas carbonáticas - calcários e dolomitos - das Formações Cerradinho e Bocaína, do Grupo Corumbá no topo, e rochas do Grupo Cuiabá, na base, constituindo o arcabouço geológico da Bodoquena.

Já no município de Jardim há ocorrência de rochas do fanerozóico

---

<sup>232</sup> Cf. IBGE. **Geografia do Brasil**: região Centro-Oeste, 1989, p. 34-51.

<sup>233</sup> Os terrenos Fanerozóico dividem-se em eras Paleozóica (ocorridas entre 570 e 230 milhões de anos atrás), Mesozóica (ocorridas entre 230 e 63 milhões de anos atrás) e Cenozóica (ocorridas entre 63 e 1 milhão de anos atrás).

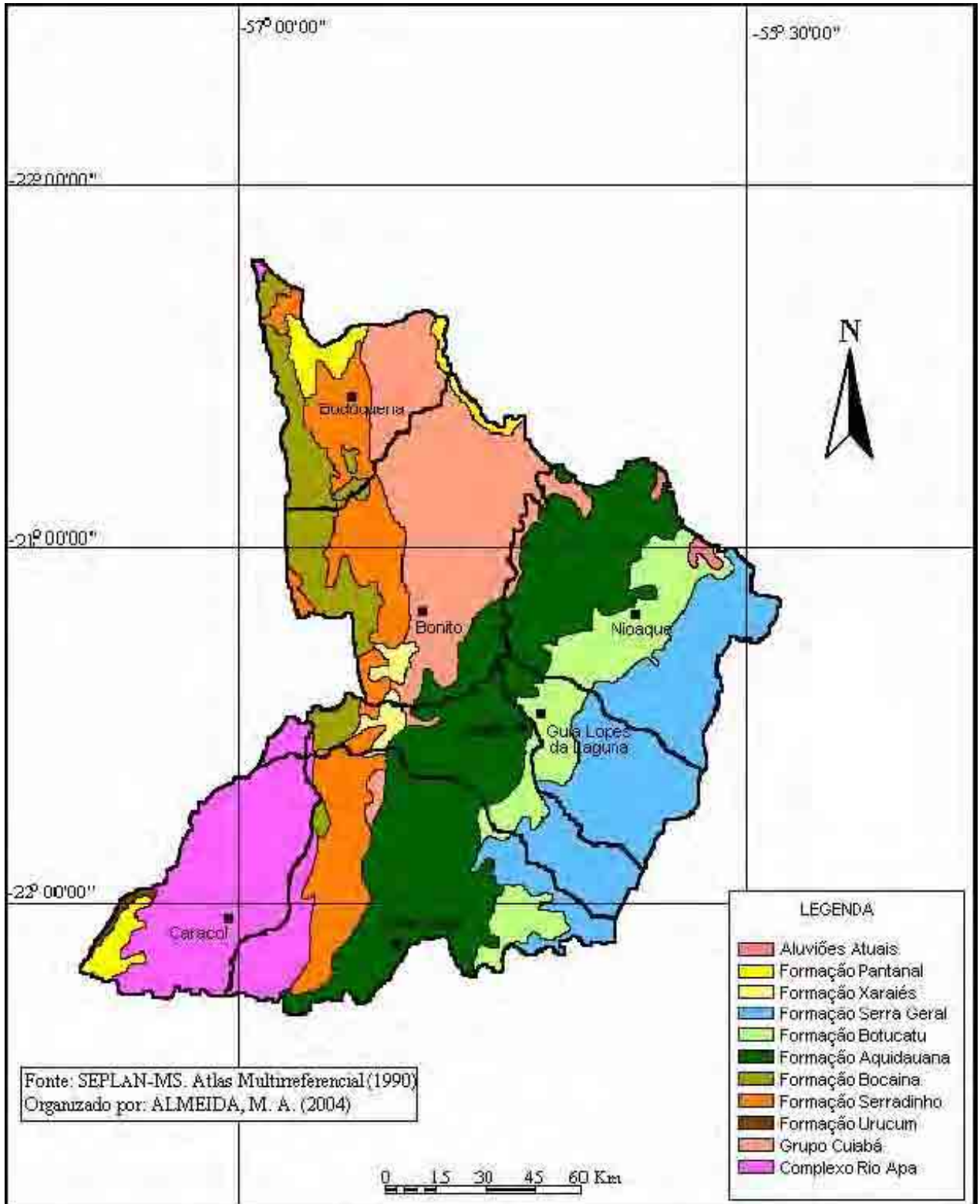


Figura 10 – Arcabouço geológico da Microrregião de Bodoquena e a área da Bodoquena



Grupo São Bento, Formação Serra Geral e Formação Botucatu, Grupo Itararé, Formação Aquidauana em maior dimensão. Outras ocorrências são do Proterozóico, Grupo Corumbá, Formação Serradinho e Formação Bocaina e Formação Xaraiés do Pleistoceno.

Destacam-se no Estado de Mato Grosso do Sul, fisionomias distintas no relevo. A parte oriental compreende um relevo alçado constituído por planaltos, patamares e chapadões inseridos na *Bacia Sedimentar do Paraná*. De sua borda ocidental em direção oeste estende-se vasta superfície rebaixada recoberta por sedimentos quaternários - a região do *Pantanal Mato-Grossense* e a *Depressão do Alto Paraguai*. Em meio a essas regiões rebaixadas erguem-se relevos elevados da serra da Bodoquena e as morrarias do Urucum-Amolar.<sup>234</sup>

O território sul-mato-grossense apresenta duas unidades geográficas, o Planalto Sedimentar da Bacia do Rio Paraná e a Baixada Paraguaia. O *Planalto Sedimentar da Bacia do Rio Paraná*, situado a leste, possui aproximadamente 176.000 km<sup>2</sup> de área, relevo de topografia suave (variando de 200 m a 600 m), clima quente (ainda que com inverno bastante frio no extremo Sul) e semi-úmido (com máxima de precipitação no verão e mínima no inverno); solos predominantemente arenosos em suas porções nordeste, leste e sul, recobertos pelo cerrado, e mais férteis, de origem basáltica a terra roxa, em sua área a sudoeste, nas bacias dos rios Brilhante, Dourados e Vacaria.<sup>235</sup>

A *Baixada Paraguaia*, situada a oeste, com cerca de 180.000 km<sup>2</sup> de superfície e feições planas (altitude variando de 100 m a 300 m), sua parte inundável - o Pantanal - nas cheias pode ficar recoberta por lençol d'água contínuo de até 25 km de largura. Também de clima quente e úmido, tem primavera e verão muito quentes, e o inverno, sob a ação de massas polares, pode

---

<sup>234</sup>. A origem e a evolução das diferentes fisionomias do relevo regional acham-se intimamente relacionadas a movimentos de compensação isostática muito antiga, como o soerguimento dos Andes e da Bacia Sedimentar do Paraná, e o abatimento entre os dois, onde se instalou a atual bacia do Paraguai. MATO GROSSO DO SUL. **Atlas multirreferencial do estado de Mato Grosso do Sul**, 1990, p. 12-13.

<sup>235</sup> MATO GROSSO DO SUL. **Diagnóstico sócioeconômico de Mato Grosso do Sul**, 1999, p. 5.

apresentar temperatura de 0°C. Em sua maior parte, seus solos são argilosos e arenosos nas áreas mais altas, podendo ser derivados de rochas calcárias e xistosas nas elevações isoladas.<sup>236</sup>

A microrregião de Bodoquena, no aspecto geomorfológico, apresenta, conforme a figura 11, em maior área de abrangência o Planalto de Maracaju na porção leste e o Planalto da Bodoquena. Na borda destes planaltos voltados para a planície, afloram litologias distintas.<sup>237</sup> O planalto de Maracaju é sustentado por rochas Paleozóicas e Mesozóicas da Bacia Sedimentar do Paraná e o Planalto da Bodoquena por espesso e extenso maciço de rochas carbonáticas do Grupo Corumbá, Neoproterozóico.

A região da Depressão do Alto Paraguai, como a Depressão de Bonito, Depressão de Miranda, Depressão de Aquidauana-Bela Vista e Depressão do Apa e, em menor extensão o Pantanal do Apa-Amanguijá-Aquidabã também são identificadas na microrregião.

Vale ressaltar que o Planalto da Bodoquena tem maior destaque nesta análise por ser representada por uma das maiores reservas de calcário do estado. É formado por um conjunto de serras residuais distribuídas entre a depressão Paraguaia e os prolongamentos da região do Pantanal Mato-Grossense. De acordo com Boggiani (1998) “nestas unidades geomorfológicas e no Maciço do Urucum, em Corumbá, é que se concentram os recursos minerais metálicos e não-metálicos de Mato Grosso do Sul.”<sup>238</sup>

Para Boggiani e Clemente (1999), o Planalto da Bodoquena está localizado na borda do Pantanal do Nabileque, onde se localizam as cidades de Bonito e Bodoquena e parte dos municípios de Jardim, Guia Lopes da Laguna,

---

<sup>236</sup> MATO GROSSO DO SUL. **Diagnóstico sócioeconômico de Mato Grosso do Sul**, 1999, p. 5.

<sup>237</sup> BOGGIANI, P. C. et al. Recursos minerais não-metálicos do Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, **Revista do Instituto Geológico**, 1998, p. 31.

<sup>238</sup> Ibid., p. 31.

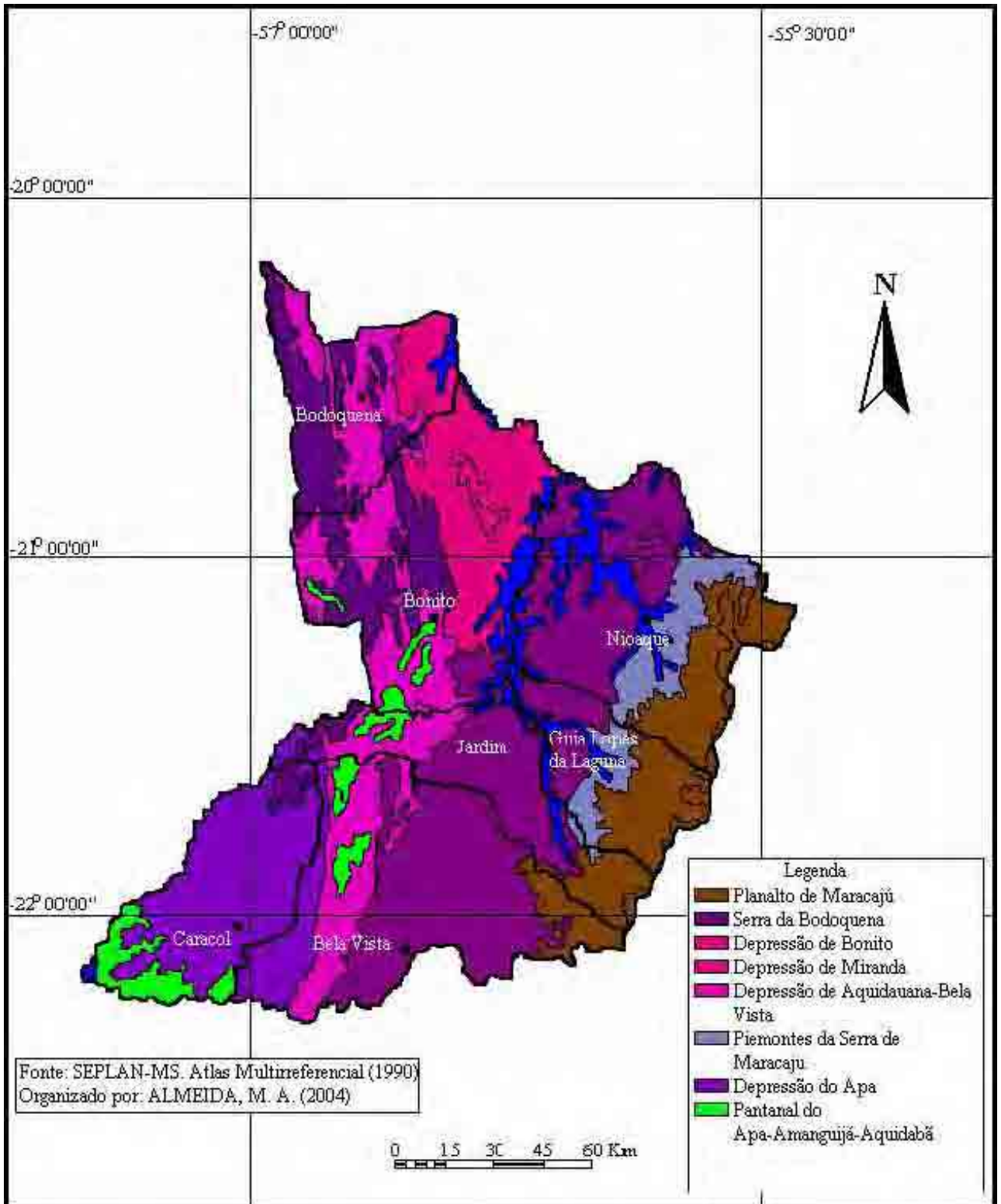


Figura 11 - Esboço geomorfológico da Microrregião de Bodoquena e a área da Bodoquena

Porto Murtinho e Miranda. Apresenta forma alongada, na direção norte-sul, como 200 km de comprimento e largura variando de 10 a 70 km.<sup>239</sup>

Boggiani e Clemente (1999), identifica o Planalto da Bodoquena no território sul-mato-grossense

inclinado para leste, tendo em sua borda oeste escarpa de 200 m de desnível, voltada para o Pantanal. No centro do Planalto há um maciço rochoso onde se localizam as maiores altitudes que atingem por volta de 759 m. Neste maciço, denominado Maciço do Rio Perdido, as rochas são aflorantes, onde se desenvolveu densa floresta ainda preservada. Para leste, as altitudes diminuem gradativamente, passando para a altitude de 330 m na cidade de Bonito, onde o Planalto se limita com a Planície do rio Miranda que tem altitude variando entre 200 e 300 m.<sup>240</sup>

Nas reservas de rochas carbonáticas (calcários e dolomitos) do estado, com extensas e espessas exposições no Planalto da Bodoquena e no Maciço do Urucum, a paisagem na região é formada por várias cavernas, dolinas, e demais feições do relevo cárstico. Nestas rochas pertencentes ao Grupo Corumbá, de acordo com Almeida (1965a, 1965b), Boggiani et al (1993, 1996) apud Boggiani et al. (1998), são extraídos calcários calcíticos (Formação Tamengo) em Corumbá e Bodoquena para fabricação de cimento, além da exploração desse material, em Bodoquena, para indústria química e fabricação de cal.<sup>241</sup> Em Bonito, Jardim e Bela Vista, dolomitos da Formação Bocaina são lavrados para uso como corretivo de solo. Há também, calcários calcíticos quaternários extraídos de antigos depósitos de meandros do rio Formoso para a produção de ração animal.<sup>242</sup>

---

<sup>239</sup> BOGGIANI, P. C.; CLEMENTE, J. A questão do licenciamento ambiental de empreendimentos turísticos no Planalto de Bodoquena – Mato Grosso do Sul, **Revista de Geografia**, 1999, p. 25.

<sup>240</sup> Ibid., p. 25.

<sup>241</sup> BOGGIANI, et al. Recursos minerais não-metálicos do Estado de Mato Grosso do Sul, **Revista do Instituto Geológico**, 1998, p. 34.

<sup>242</sup> Ibid., p. 34. Resultam da precipitação carbonática fluvial relacionada à atividade algácea formando depósitos calcíticos de elevada pureza e facilidade de extração.

Na paisagem desenvolvida no Planalto da Bodoquena, de grande valor cênico, temos o complexo turístico de Bonito, destacando-se as correntezas dos rios Formoso (120 km de extensão), Sucuri e Peixe (esta, com cachoeira homônima); as grutas do Mimoso e do Lago Azul (esta, com cerca de 100 m de largura e 60 m de comprimento e lago com 100 m de profundidade), além do aquário do rio Baía Bonita (lago natural),<sup>243</sup> que são intensamente procurados como atrativo turístico.

Segundo Boggiani et al. (2002), a região do Planalto da Bodoquena, diante das características da paisagem identificou-se que

neste maciço rochoso elevado [...], praticamente não ocorreu desenvolvimento de solo. O substrato rochoso é coberto por um dos últimos remanescentes de vegetação do Planalto, caracterizado por matas estacionais semidecíduas, motivo pelo qual foi criado em 21/09/2000 o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, com área de 76.400 hectares.<sup>244</sup>

A área sugerida pelo Ibama para criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, é o que restou de floresta nativa em área que apresenta relevo acidentado onde a rocha é aflorante, não sendo apropriada à agricultura e nem à pecuária. Esta região foi preservada em função da dificuldade de acesso e estão excluídos os assentamentos agrícolas, com exceção de uma pequena parte do Assentamento Canaã, município de Bonito.

Encontra-se ao sul da serra da Bodoquena numerosas dolinas. Aí o calcário subjaz aos arenitos arcóseos da Formação Aquidauana, que sofrem abatimentos em razão da dissolução das rochas carbonáticas. Esse é o caso do Buraco das Araras, localizado no município de Jardim, uma imensa dolina com prováveis 80 metros de profundidade e 100 metros de diâmetro (figura 12 e 13).

---

<sup>243</sup> IBGE. **Anuário estatístico do Brasil 2000**, 2001, CD-ROM.

<sup>244</sup> BOGGIANI, P. C. et al. Tufas calcárias da Serra da Bodoquena. In: BRASIL. DNPM. **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**, 2002, p. 250.



Figura 12 - Vista aérea do “Buraco das Araras” localizado no município de Jardim na BR-267, a 35 km na saída para Porto Murtinho. Fonte: Centro de Atendimento ao Turista (CAT) do município de Jardim (2003)



Figura 13 - Vista das paredes internas do Buraco das Araras. Fonte: Behr (2001)

Kohler (1991) classifica a Serra da Bodoquena em *topos planos*, superfícies aplainadas por erosão e ocupadas por atividade agro-pastoril, ocorrendo em todo o setor central do maciço (figura 14); *paredões abruptos*, encontrados nas proximidades do distrito de Morraria (município de Bodoquena), nos bordos de descida para o Pantanal; *morros arredondados*, que dominam nos altos cursos dos rios Salobra e Perdido (figura 15); *poljés*, vastas áreas planas e abertas recobertas por sedimentos carbonáticos quaternários inconsolidados, distinguidas pela cobertura de gramíneas.<sup>245</sup>

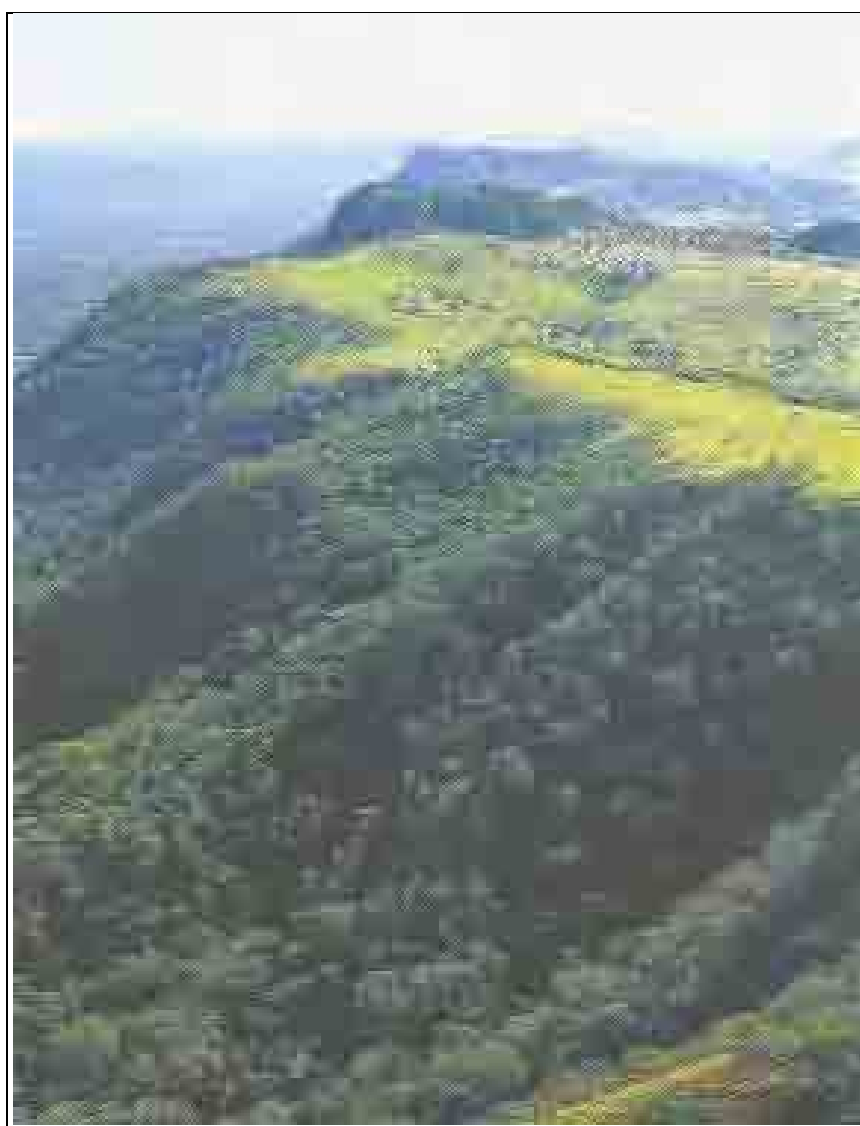


Figura 14 - Topos planos da Serra da Bodoquena na área da Bodoquena. Fonte: Behr (2001)

---

<sup>245</sup> KOHLER, H. C. et al. O relevo cárstico da porção centro-norte da Serra da Bodoquena-MS. In: SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA. *Anais...*, 4., 1991, p. 255-256.



Figura 15 -Vista parcial da Serra da Bodoquena no município de Bodoquena e os morros arredondados. Fonte: Petrutechelli (2003)

Nesse contexto, concordamos com Ab'Saber (1969) apud Kohler (1991), que “a compartimentação topográfica cumpre importante papel para as ações de planejamento,”<sup>246</sup> quando observamos que as formas atuais do modelado calcário da serra da Bodoquena encontram-se em estágio bastante avançado de esculturação. A inserção da área ao recente avanço da fronteira agrícola acelerou esse processo em face da fertilidade dos solos oriundos da decomposição dos calcários.

Os solos existentes no estado se constituem num instrumento importante para o planejamento de uma exploração econômica, especialmente na produção de grãos, como a soja produzida no Estado de Mato Grosso do Sul. Diante disso, Souza (1997) enfatiza que,

os resultados advindos da utilização do solo estarão sempre limitados pelas características com maior grau de limitação neles presentes. Assim, solos que possuam elevados níveis de fertilidade natural apresentarão restrições para uso agrícola, caso algumas de

---

<sup>246</sup> KOHLER, H. C. et al. O relevo cárstico da porção centro-norte da Serra da Bodoquena-MS. In: SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA. *Anais...*, 4, 1991, p. 255-256.



suas outras características ou do meio ambiente mostrem-se desfavoráveis.<sup>247</sup>

Ao analisarmos os diferentes tipos de solos na microrregião de Bodoquena, temos como solo predominante o Latossolo Vermelho-Escuro e Latossolo Roxo, que constituem uma das mais importantes classes de solos para utilização agrícola; o Podzólico Vermelho-Amarelo Latossólico, que tem maior predominância de pastagens; e Rendizina e Regossolo, que são considerados pouco desenvolvidos; além de outras classes de solos existentes.<sup>248</sup> Observa-se na figura 16, que na área da Bodoquena são encontrados diferentes tipos de solos.

No município de Bodoquena, encontra-se o Rendizina, resultante da decomposição dos calcários a oeste, o Podzólico Vermelho-Escuro e o Brunizém Avermelhado na porção central, e o regossolo a leste; no município de Bonito, encontra-se na porção norte/nordeste o predomínio do Regossolo Álico, de textura média, cascalhenta, associando solos Litólicos e Podzólicos Vermelho-Amarelo, de baixa fertilidade, na porção centro-sul, há ocorrência de Podzólico Vermelho-Escuro eutrófico latossólico, de textura muito argilosa e alta fertilidade natural; e, no município de Jardim na porção oeste predomina os solos Podzólicos Vermelho-Amarelo, arenoso e baixa fertilidade, na porção central e a leste, há o Latossolo Roxo, argiloso e Solos Litólicos, ambos de elevada fertilidade, entretanto, muito rasos, com afloramento de rochas.

Em sua maioria são característicos de solos potenciais para a agropecuária, com limitações em áreas mais elevadas do Planalto da Bodoquena, em decorrência da pedregosidade, rochosidade, topografia escarpada e solos rasos.

---

<sup>247</sup> SOUZA, C. G. Solos: potencialidades agrícolas. In: IBGE. **Recursos naturais e meio ambiente: uma visão do Brasil**, 1997, p. 75.

<sup>248</sup> MATO GROSSO DO SUL. **Atlas multirreferencial do estado de Mato Grosso do Sul**, 1990, p. 14-15.

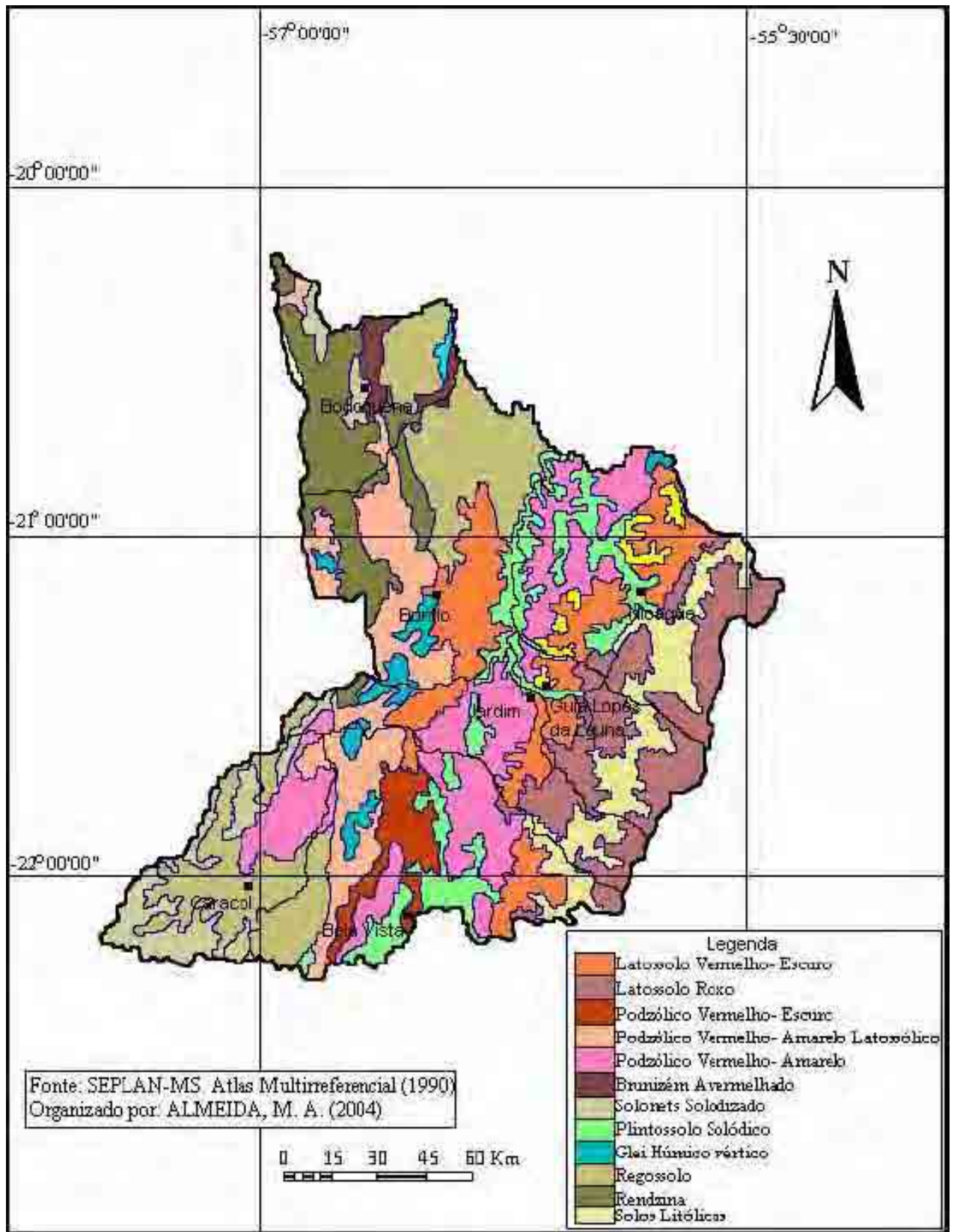


Figura 16 - Tipo de solos na Microrregião de Bodoquena e na área da Bodoquena

Outro aspecto da paisagem refere-se à distribuição da cobertura vegetal, como mostra a figura 17. Observa-se que na microrregião da Bodoquena é bastante heterogênea e dispersa. A combinação clima/relevo/geologia/solo permitiu uma diversificada cobertura vegetal, de tal forma que a vegetação do Estado de Mato Grosso do Sul resulta do contato e a interpenetração de três províncias florísticas: Amazônica, Chaquenha e da Bacia do Paraná, resultando em paisagens fitogeográficas muito diversificadas. Suas formações naturais geram uma associação mista de campos limpos, completamente destituídos de árvores, cerrados e florestas exuberantes.<sup>249</sup>

Na área da Bodoquena, o município de Bonito, apesar de ser expressiva a área de pastagem plantada, o domínio da vegetação é de espécies nativas da Floresta ou da Savana, nas fisionomias Arbórea Densa (Cerradão), Arbórea Aberta (Campo Cerrado) e Gramíneo-Lenhosa (campo). No caso do município de Jardim, a cobertura vegetal predominante é também, a pastagem plantada, encontrando-se em menor proporção a vegetação natural da Savana (Cerrado), nas fisionomias Arbórea Densa (Cerradão) e Gramíneo Lenhosa (Campo); Floresta Estacional, além de áreas disjuntas que se contactam entre a Savana com a Floresta.

A análise da vegetação do município de Bodoquena revela o domínio da savana (cerrado) nas fisionomias arbórea densa, gramíneo-lenhosa e contato com floresta estacional e floresta estacional decidual. Com o passar do tempo, esta vegetação natural vem sendo descaracterizada em razão de ações antrópicas, cedendo lugar às atividades agropecuárias, ampliando o domínio da pastagem, como se pode observar na figura 18.

---

<sup>249</sup> MATO GROSSO DO SUL. **Diagnóstico socioeconômico de Mato Grosso do Sul**, 1999, p. 8.

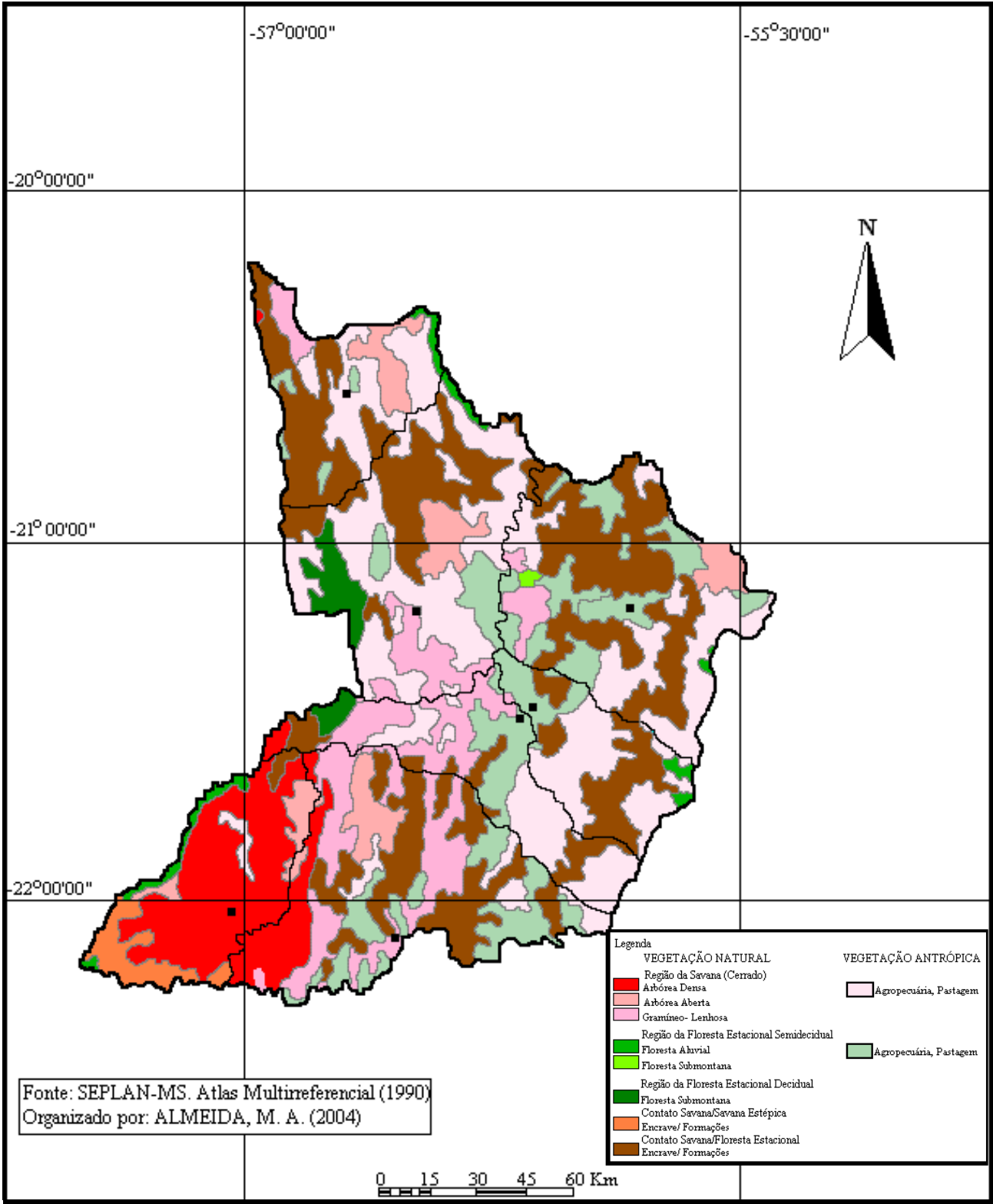


Figura 17 - Distribuição da cobertura vegetal na Microrregião de Bodoquena e na área da Bodoquena



Figura 18 – Região serrana descaracterizada por intenso uso do solo para agricultura familiar, no trecho entre a fábrica de cimento e a cidade de Bodoquena. Foto: Almeida (2004)

Desde o início do processo de povoamento e ocupação do território sul-mato-grossense o desmatamento ocorreu lentamente. Isso se dá em decorrência do desenvolvimento da agropecuária ocupar regiões campestres naturais, como os “Campos de Vacaria.”<sup>250</sup> Com a implantação das Colônias Agrícolas nas áreas florestais, a redução dessa cobertura vegetal tornou-se mais acelerada.

Grande parte da cobertura vegetal natural encontra-se bastante alterada, tanto pela derrubada das matas em áreas que vão sendo sistematicamente incorporadas à atividade agropecuária, quanto pelas madeireiras e carvoarias. Isso se reflete em todo território nacional, como afirma Brazão e Santos (1997) que

a ação do homem no tocante à devastação da cobertura vegetal primitiva, que teve início com a colonização do Brasil, é marcante nas Regiões Sul, Sudeste, Nordeste e parte do Centro-Oeste do país. Já na Região Norte, esta ação devastadora é mais recente

---

<sup>250</sup> Esses campos se estendiam de Campo Grande à Ponta Porã e cobriam toda a extensão do Pantanal.

(década de 60, com maior incremento nos anos 70 e 80) e, por esta razão, mantém a maior parte da sua vegetação primitiva conservada, porém algumas áreas já são motivos de preocupação, como, por exemplo, Rondônia, oeste do Tocantins e sul do Pará.<sup>251</sup>

Numa análise da cobertura vegetal, cerca de vinte anos atrás, havia um pequeno predomínio das formações naturais sobre as áreas antropizadas. Nessa época, cerca de 56% do território estadual sul-mato-grossense mantinham-se com cobertura original ou apenas ligeiramente alterada. A razão deste fato prende-se à existência de extensa planície pantaneira, as quais se mantêm com aspectos primitivos devido ao longo período de inundação, dificultando a sua ocupação.<sup>252</sup> No entanto, em alguns locais, os desmatamentos e a própria substituição de campos naturais por gramíneas exóticas está pondo em risco a estabilidade ambiental.

No aspecto climático da paisagem regional,<sup>253</sup> observamos que a microrregião da Bodoquena e a área da Bodoquena o tipo característico predominante do clima regional é úmido, como mostra a figura 19. Nesse tipo climático o índice efetivo de umidade tem valores anuais variando de 40% a 60%. A precipitação pluviométrica anual varia entre 1750 e 2000 mm anuais, excedente hídrico de 1200 a 1400 mm durante sete a oito meses e deficiência hídrica de 200 a 350 mm durante três meses.

No aspecto hidrográfico, no Estado de Mato Grosso do Sul destacam-se duas grandes bacias hidrográficas que somada a extensão dos principais rios destas bacias temos cerca de 9.200 km, dos quais 38% navegáveis por embarcação comercial, com profundidade mínima de 2,10 m. Os rios afluentes

---

<sup>251</sup> BRAZÃO, J. E. M.; SANTOS, M. M. Vegetação. In: IBGE. **Recursos naturais e meio ambiente: uma visão do Brasil**, 1997, p. 111.

<sup>252</sup> MATO GROSSO DO SUL. IPLAN. **Diagnóstico socioeconômico de Mato Grosso do Sul**, 1999, p. 8.

<sup>253</sup> MATO GROSSO DO SUL. **Atlas multirreferencial do estado de Mato Grosso do Sul**, 1990, p. 26.

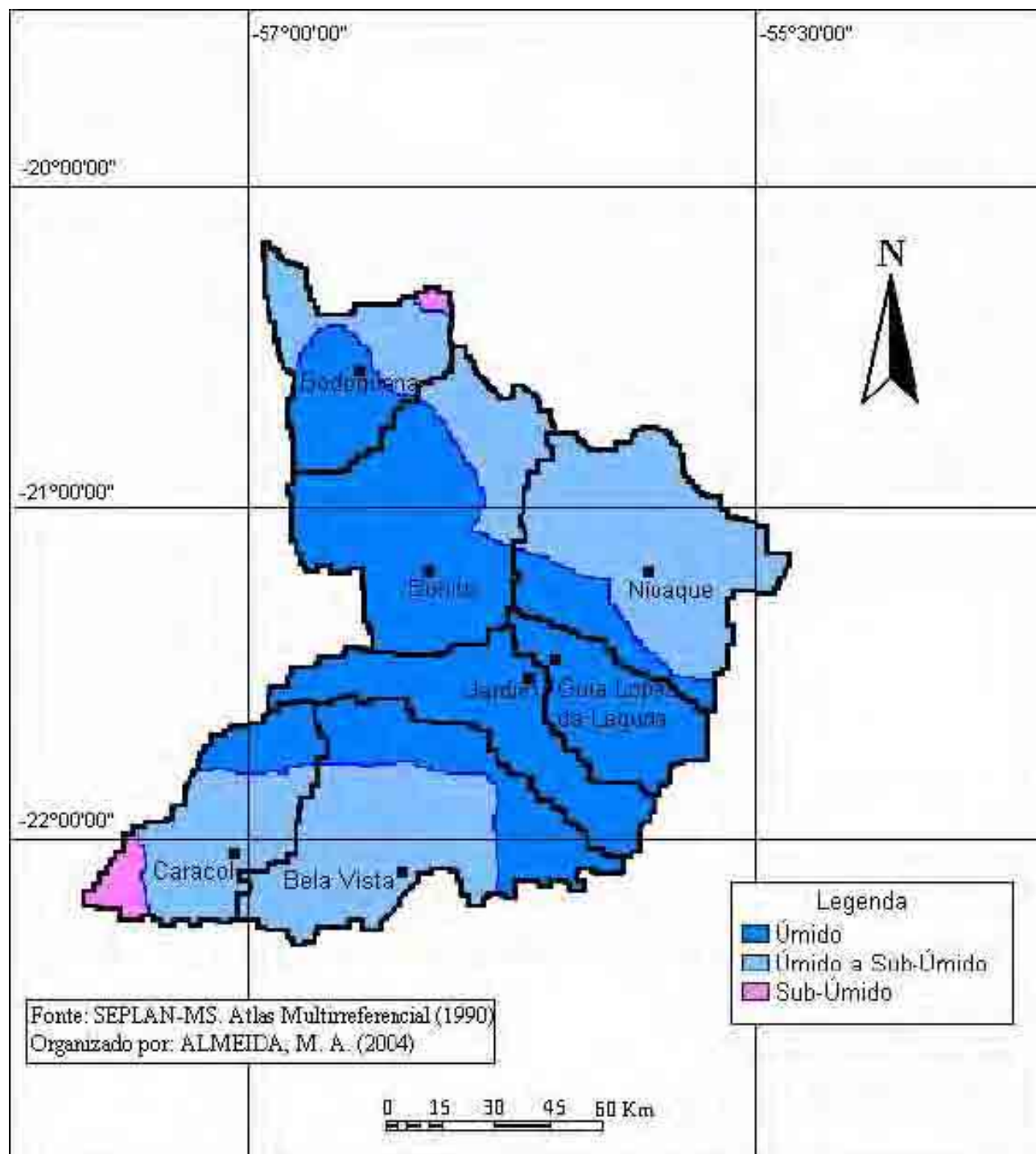


Figura 19 - Aspecto climático da Microrregião de Bodoquena e da área da Bodoquena em Mato Grosso do Sul

apresentam um pequeno potencial hidrelétrico, mas, em contrapartida, enorme potencial pesqueiro e turístico, especialmente no Pantanal.

Estas bacias dividem-se em Bacia Hidrográfica do Paraná, a leste, e Bacia Hidrográfica do Paraguai, a oeste. Na figura 20 a Bacia do Rio Paraná abrange as sub-bacias do rio Iguatemi, Amambaí, Ivinhema, Pardo, Verde, Sucuriú, Quitéria, Santana, Aporé ou do Peixe; a Bacia do Rio Paraguai abrange as sub-bacias do rio Correntes, Taquari, Miranda, Negro, Nabileque, Apa e margem direita do rio Paraguai. O divisor das águas compreende a Serra das Araras, a Serra de Camapuã e parte da Serra de Maracaju. Entre as duas bacias há um pronunciado desnível e o contato se dá por meio dessas escarpas.<sup>254</sup>

A Bacia Hidrográfica do Paraná é constituída de chapadões, planaltos e vales, com altitudes variando de 250 m a 850 m. A rede hidrográfica é composta pelo rio Paraná e seus afluentes, destacando-se os rios Aporé, Sucuriú, Verde, Pardo, Ivinhema, Amambai e Iguatemi. Possui um imenso potencial hidrelétrico, em parte já aproveitado, como é o caso do rio Pardo, onde está implantada a Usina de Salto Mimoso. No rio Paraná, na região fronteira com o Estado de São Paulo, está implantado as Usinas de Jupiá e Ilha Solteira, integrando o Complexo Urubupungá e Usina de Porto Primavera.<sup>255</sup>

A Bacia Hidrográfica do Paraguai é constituída de patamares, depressões e depressões interpatamares, esculpidos em rochas do pré-cambriano e parte em litologias paleozóicas e mesozóica, tendo ainda uma grande área de sedimentos holocênicos e pleistocênicos, representada pelas regiões Chaquenha e Pantaneira - estas duas últimas formando o Pantanal mato-grossense. O potencial hidrelétrico é pequeno, comparado com a bacia do Paraná.<sup>256</sup>

---

<sup>254</sup> MATO GROSSO DO SUL. *Atlas multirreferencial do estado de Mato Grosso do Sul*, 1990, p. 26, p. 10.

<sup>255</sup> *Ibid.*, p.11.

<sup>256</sup> MATO GROSSO DO SUL. *Diagnóstico socioeconômico de Mato Grosso do Sul*, 1999, p.11.





Figura 20 – Bacia Hidrográfica do Paraná e do Paraguai no Estado de Mato Grosso do Sul e sub-bacia do rio Miranda na área da Bodoquena

Os rios que banham os municípios da área da Bodoquena fazem parte da bacia do rio Paraguai e da sub-bacia do Rio Miranda. Na figura 21 podemos destacar o Salobra, Betione e Chapena, principais rios do município de Bodoquena; o rio do Peixe, Mimoso, Formoso, Miranda (compreende o limite entre os municípios de Miranda, Anastácio, Nioaque e Guia Lopes da Laguna), da Prata (compreende o limite entre o município de Jardim), principais rios do município de Bonito; e o rio Perdido, da Prata, dos Velhos e Miranda são os principais rios do município de Jardim.

Por sua posição fisiográfica, a alinhar-se ao longo de toda borda leste do Pantanal, a serra da Bodoquena adquire virtual importância no comando dos processos regionais efetuado através da rede de drenagem que demanda o maciço em direção à depressão, como os afluentes do rio Miranda, sentido sudeste (Salobra, Mimoso, Formoso, Chapena, Prata) e do rio Perdido, sentido noroeste e seus tributários que fluem para o rio Apa.<sup>257</sup>

Considerando-se a fragilidade dos ecossistemas dessa região e a qualidade da água nos municípios da área da Bodoquena, tem ocorrido um aumento da poluição nesses rios, notadamente da descarga de esgotos domésticos, do solo transportado por processos erosivos, além de contaminações decorrentes de depósitos de lixo nas proximidades dos cursos d'água. Todos esses fatores contribuem para a degradação no meio ambiente, sendo necessário que se adotem diretrizes políticas, numa perspectiva integrada, independente de divisões de propriedades. Por ser um elemento indispensável à sobrevivência humana e, ao ser utilizado como recurso, o uso da água deve ser regido por normas de conservação bem definidas que permita o uso sustentável. Alvarenga (1997), ressalta que,

---

<sup>257</sup> A cristalinidade das águas existente nessa região cárstica é explicada pelo fato de ser o calcário uma rocha solúvel, não transportando materiais em suspensão. Em certas áreas se apresentam mais turvas devido a ação de material vegetal em oxidação. Lançamentos orgânicos antrópicos, como despejos de esgoto (doméstico) já são notados em áreas pontos mais populosos, ocasionando certa perda na cristalinidade das águas. (PÁDUA, H. B. **O sumiço e o aparecimento das águas - Bonito/MS-BR**. Disponível em <<http://www.bonito-ms.com.br>>. Acesso em: 10 dez. 2004.



há que se adotar programas de manejo integrados e adequados às bacias hidrográficas para que se promova o aproveitamento múltiplo, que visa à solução conjugada dos problemas de uso da terra e da água, e não o planejamento em função, apenas, de um ou outro recurso, uma vez que todos são interdependentes e devem, portanto, ser considerados em conjunto.<sup>258</sup>

No Pantanal Mato-Grossense de acordo com Adamoli (1995) apud Alvarenga (1997),

o regime hidrológico com inundações é o fator ecológico fundamental, que determina a diversidade dos principais processos abióticos e bióticos desta região, assim como os ciclos produtivos agropastoril, turístico, pesqueiro e de navegação.<sup>259</sup>

É importante ressaltar aqui a relação entre a hidrografia e a ocupação do espaço sul-mato-grossense, como vimos anteriormente, teve início nos primórdios do povoamento. A colonização se deu via utilização dos recursos hídricos, que utilizavam as principais vias fluviais para seu deslocamento, tendo maior projeção em décadas posteriores.

Hoje, os rios do território sul-mato-grossense são importantes vias de circulação e de elevado potencial energético (no caso do rio Paraná). Além disso, deve-se considerar sua importância como potencial turístico do estado, ressaltando a transparência de suas águas, notadamente na Sub-Bacia do Rio Miranda e de suas quedas d'água que tende a acentuar a sua importância na valorização socioeconômica da região.

Em síntese, tendo-se como referência a caracterização e o funcionamento dos elementos componentes dos sistemas ambientais físicos (geológica, geomorfológica, pedológica, climatológica, hidrológica) do território

---

<sup>258</sup> ALVARENGA, S. M. Unidade de relevo. In: IBGE. **Recursos naturais e meio ambiente: uma visão do Brasil**, 1997, p. 59

<sup>259</sup> *Ibid.*, p. 57.

sul-mato-grossense e da área da Bodoquena, o gerenciamento adequado do espaço deve prever uma atitude que interdite o uso incorreto dessas regiões calcárias, mas que não seja impeditivo aos programas de desenvolvimento regional.

Em sua formulação visando o desenvolvimento sustentável, econômico, social, político e ambiental, os programas devem considerar as potencialidades dos recursos naturais. Entretanto, o que observa na realidade é a existência de um discurso de defesa ambiental, mas com uma prática que privilegia os interesses econômicos.

Como exemplo, podemos citar o *Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Sudoeste*,<sup>260</sup> que propõe um zoneamento econômico-ecológico da região. Para isso, torna-se necessário legitimá-lo enquanto política institucional. Isso implica um processo de organização social autônoma para implantação de projetos que levem em conta as reais necessidades locais.

### **3.2.2 - Quadro econômico e a integração regional**

A dinâmica socioeconômica, as características naturais e as potencialidades do estado conferem, às atividades agropecuárias destaque, na economia sul-mato-grossense, na qual a agricultura é a atividade que mais se desenvolveu nos últimos vinte anos, embora a pecuária esteja consolidada tradicionalmente e inserida no contexto histórico de formação sócio espacial, concentrado na bovinocultura de corte.

Com o forte predomínio da agropecuária a economia sul-mato-grossense se caracteriza pelo potencial no fornecimento de matéria-prima para a agroindústria e pelo potencial mineral. Neste sentido, atualmente a situação produtiva potencial do estado define uma estrutura econômica organizada em

---

<sup>260</sup> MATO GROSSO DO SUL. Instituto de Estudos e Planejamento de Mato Grosso do Sul. **Plano de desenvolvimento sustentável da Região Sudoeste**. Campo Grande: AGIOSUL, 2002. 72p.

cinco áreas: pólo minero-siderúrgico, agroindústria, parques-pesquisas, papel celulose e pólo industrial (figura 22).<sup>261</sup>

Na microrregião de Bodoquena, dentre as estruturas econômicas apresentadas no estado, destacamos o pólo minero-siderúrgico que abrange também, áreas da microrregião do Baixo Pantanal. Essas áreas têm potencial para exploração do turismo ecológico, eventos rurais, pesca, serviços portuários, mineração, mármore, ferro, granito, calcário, manganês e cimento.

O escasso recurso destinado aos investimentos em infra-estrutura dificultou o processo de desenvolvimento econômico do estado. Somente a partir de 1979 as transformações no centro dinâmico da economia internacional acentuaram o processo de industrialização substituidora de importações no estado. No entanto a incorporação ao capital industrial tem sido realizada tomando-se por base capitais externos, vindos de outros Estados. Essa fase é marcada pela entrada das grandes indústrias do setor alimentar, as agroindústrias.

Além disso, a participação do Estado no âmbito estadual e federal, como afirma Le Bourlegat (2000), contribuiu para a dinamização da industrialização, surgindo investimentos no setor agrícola, com destaque para a soja, na instalação de unidades de esmagamento.<sup>262</sup> De fato, esse processo favoreceu que os grãos fossem esmagados internamente, permitindo a acumulação regional.

Na pecuária, o processo de industrialização passou a ocorrer, não nos mesmos moldes da agricultura. Os custos elevados do transporte rodoviário estão favorecendo a instalação de unidades de abate nas áreas de engorda. Segundo Le Bourlegat (2000), esta situação é mais intensificada com os incentivos

---

<sup>261</sup> Organização definida pela Secretaria de Estado de Produção e Desenvolvimento Sustentável, Superintendência de Indústria e Comércio e Divisão do Departamento de Indústria e Comércio. Cf. MATO GROSSO DO SUL. **Diagnóstico socioeconômico de Mato Grosso do Sul**, 1999, p. 43.

<sup>262</sup> LE BOURLEGAT, C. A. **Mato Grosso do Sul e Campo Grande**: articulações espaço temporais, 2000, p. 339. Outros investimentos também vieram diversificando o setor agropecuário como sucro-alcooleiras, papel e celulose, calçados, abatedouros de aves, alimentícios etc.

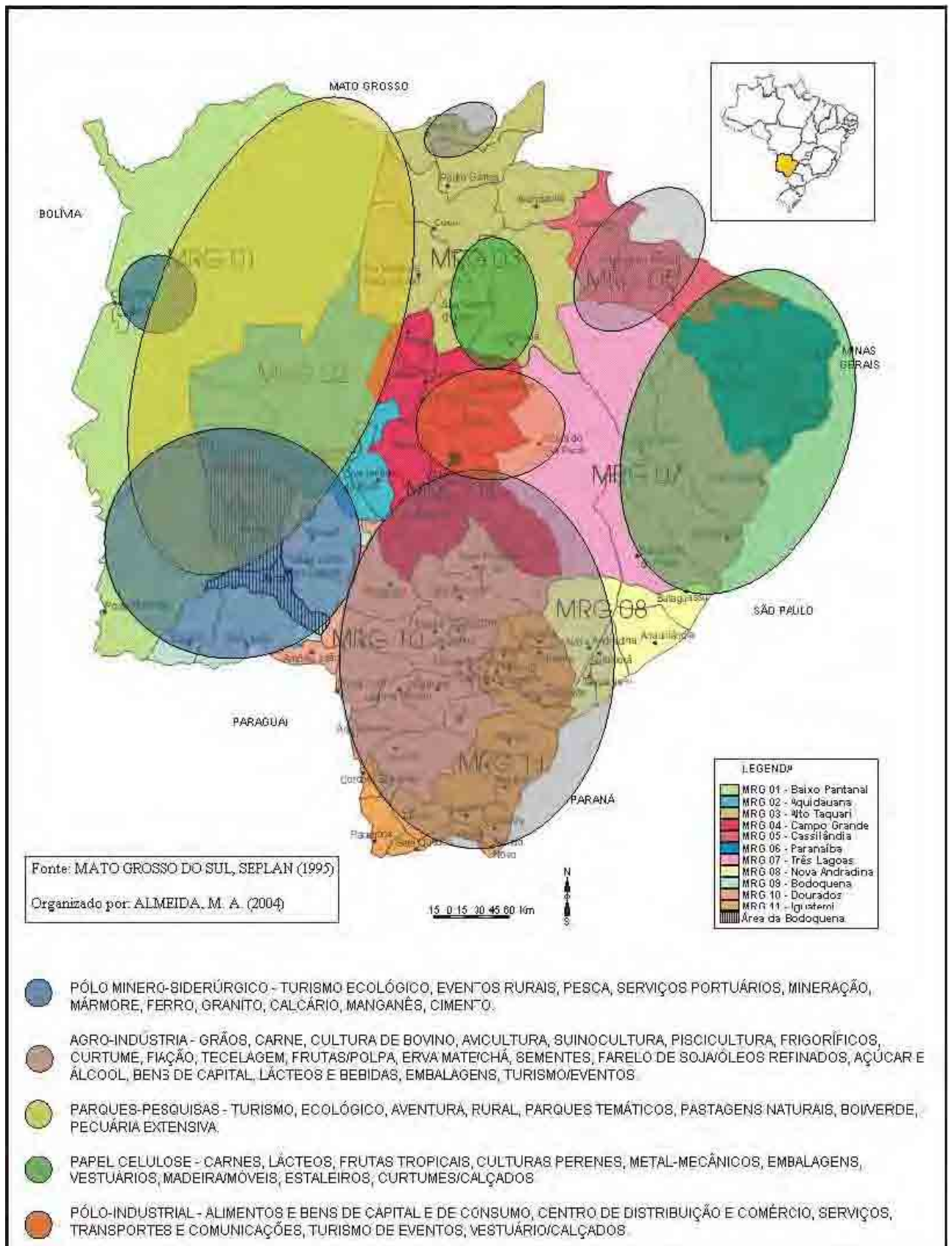


Figura 22 - Potencialidades econômicas do Estado de Mato Grosso do Sul e da área da Bodoquena

fiscais, a partir da década de 1990.<sup>263</sup> Estas unidades estão concentradas nas Microrregiões de Campo Grande, Dourados, Iguatemi, Aquidauana e Bodoquena, em função da proximidade da área de engorda e das vias de acesso ao mercado consumidor do Estado de São Paulo.

No tocante ao setor da mineração, a década de 1990 é marcada pelo aumento do consumo no mercado internacional, sobretudo do ferro e do aço, tornando os preços mais atrativos para o setor. Le Bourlegat (2000) acrescenta que

em Mato Grosso do Sul, desde 1974, novos empreendimentos surgiram em Corumbá. A partir de 1988, através do II PSN – Plano Siderúrgico Nacional do Governo Federal, tentou-se nortear o desenvolvimento do setor para o estado, projetando-se três pólos siderúrgicos ao longo da ferrovia (Corumbá, Campo Grande e Ribas do Rio Pardo), vinculando-os aos outros recursos já existentes no estado, calcário (Bodoquena) e carvão vegetal.<sup>264</sup>

Lamoso (2001) complementa, também, que

a exploração mineral em Mato Grosso do Sul ganhou relevância no contexto nacional na segunda metade da década de noventa, em 1995, quando a Companhia Vale do Rio Doce tornou-se a única proprietária da Urucum Mineração, que passou a ser sua empresa coligada.<sup>265</sup>

No Estado de Mato Grosso do Sul a área de maior abrangência desse potencial mineral que mais se destaca é o sudoeste do estado e a região do Pantanal, em virtude, sobretudo, da exploração de ferro, manganês e calcário.

---

<sup>263</sup> Cf. LE BOURLEGAT, C. A. **Mato Grosso do Sul e Campo Grande**: articulações espaço temporais, 2000, p. 337-345.

<sup>264</sup> *Ibid.*, p. 346.

<sup>265</sup> LAMOSO, L. **A exploração do minério de ferro no Brasil e no Mato Grosso do Sul**, 2001, p. 205. Para maiores detalhes sobre esta aquisição cf. p. 243-249 da obra citada.



Conforme os registros do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, Brasil (2002), as principais reservas<sup>266</sup> destes minérios no estado estão estimadas em um bilhão de toneladas de ferro (terceira maior reserva do país), 253 milhões de toneladas de manganês (segunda maior reserva nacional), 30 bilhões de toneladas de calcário, com destaque para os municípios de Bodoquena e Miranda, e 149 milhões de m<sup>3</sup> de mármore concentrado, no município de Bonito. (tabela 2 e figura 23).

Tabela 2 - Potencialidades econômicas das reservas minerais de Mato Grosso do Sul - 2002

MINERAIS	RESERVAS MINERAIS
Ferro	1,0 bilhão de ton.
Manganês	253 milhões de ton.
Calcário	30 bilhões de ton.
Mármore <sup>267</sup>	149 milhões de m <sup>3</sup>

Fonte: BRASIL. DNPM (2002).

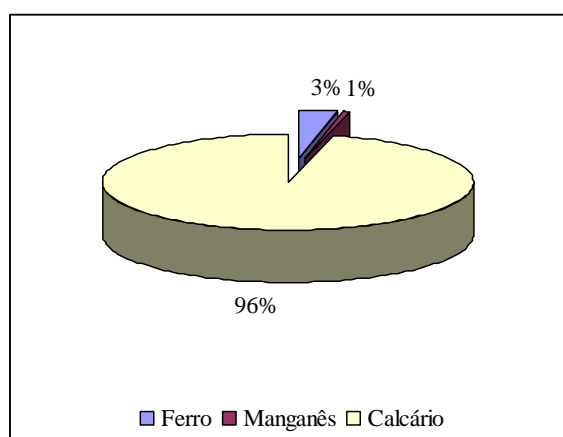


Figura 23 - Potencialidades econômicas das reservas minerais de Mato Grosso do Sul - 2002

Na tabela 3 e figura 24, notadamente a produção de ferro bruto é uma das maiores no setor mineral de Mato Grosso do Sul com 44% e em menor proporção o manganês com 8% exploradas nas jazidas minerais de Corumbá. A produção de calcário bruto, com 25% é maior que a de produção de cimento que fica com 23% do total.

<sup>266</sup> BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2002.

<sup>267</sup> A exclusão no gráfico do mármore se deve ao valor diferenciado (m<sup>3</sup>) em relação aos outros minerais.

Tabela 3 - Potencialidades econômicas da produção mineral de Mato Grosso do Sul - 2002

MINERAIS	PRODUÇÃO MINERAL
Ferro Bruto	1,8 milhão de ton.
Manganês Bruto	300 mil ton.
Calcário Bruto	1,0 milhão de ton.
Cimento	900 mil ton.

Fonte: BRASIL. DNPM (2002).<sup>268</sup>

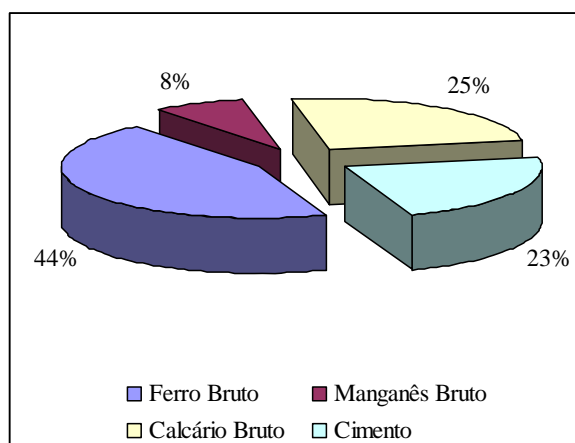


Figura 24 - Potencialidades econômicas da produção mineral de Mato Grosso do Sul - 2002

No Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo os registros do Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (BRASIL, 1997),

a mineração, principalmente a relacionada ao calcário, possui uma área de dinamização maior. A partir de Corumbá, passando por Miranda, Bodoquena, Bonito e estendendo-se até Bela Vista e Porto Murtinho existem atividades de mineração. Embora essas atividades abranjam um número maior de municípios do que a agricultura, seu efeito dinamizador se restringe praticamente aos municípios onde são desenvolvidas.<sup>269</sup>

Na tabela 4 e figura 25 observamos que houve, dentro do período citado, crescimento significativo de extração de ferro em maior proporção, com

<sup>268</sup> BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2002.

<sup>269</sup> BRASIL. MMA. **Plano de conservação da Bacia do Alto Paraguai - PCBAP**, 1997, p. 604.

queda apenas nos anos de 1992 e 1993. Enquanto a extração de manganês sofreu reduções. A produção de calcário bruto teve ligeira queda e, crescimento mais significativo de produção de cimento, em especial nos anos de 1997 e 1998.

Tabela 4 - Volume produzido dos principais minerais em Mato Grosso do Sul no período de 1990 a 1998

PERÍODO	SUBSTÂNCIAS MINERAIS EXTRAÍDAS			
	ferro bruto (t)	manganês bruto (t)	calcário bruto (t)	cimento (t)
1990	1.487.026	486.869	904.091	305.385
1991	1.572.144	418.978	777.104	283.990
1992	833.889	447.603	1.152.495	230.847
1993	609.258	395.589	1.227.372	324.969
1994	1.304.237	290.471	1.291.582	465.009
1995	1.926.055	219.805	1.066.010	497.276
1996	1.958.656	259.594	1.161.297	591.702
1997	2.336.474	278.450	1.561.667	816.707
1998	2.456.260	284.014	1.492.403	787.615

Fonte: BRASIL. DNPM (1998).<sup>270</sup>

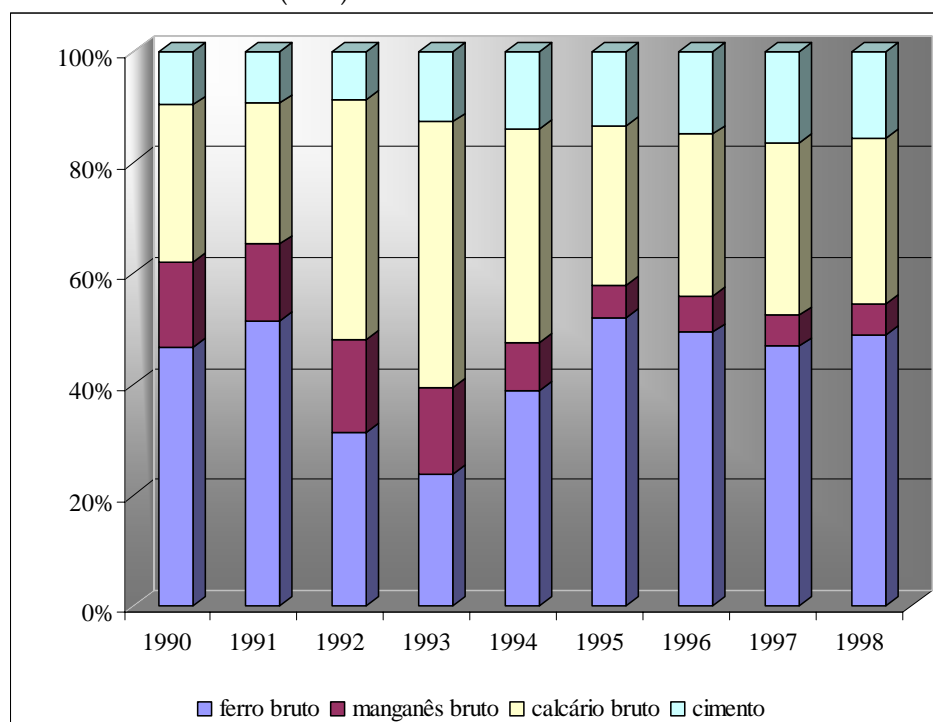


Figura 25 - Volume produzido dos principais minerais em Mato Grosso do Sul no período de 1990 a 1998

<sup>270</sup> BRASIL. DNPM. Anuário mineral brasileiro, 1998.

Neste contexto, considerando-se a organização territorial do Estado de Mato Grosso do Sul podemos avaliar que suas potencialidades, especialmente dos recursos minerais metálicos e não-metálicos, têm contribuído para um processo de expansão das atividades econômicas, ligadas a este setor, direta ou indiretamente. No entanto, devemos entender como se deu esse processo e qual a relação entre as políticas de desenvolvimento e a organização do espaço regional, notadamente, em relação à indústria cimenteira na área da Bodoquena.

A atividade de mineração de minerais não-metálicos ou minerais industriais, em relação ao potencial mineral existente no Estado de Mato Grosso do Sul, ainda é incipiente. Isso se dá por causa da reduzida demanda industrial e da construção civil pouco desenvolvida.

Apesar disso, Mato Grosso do Sul encontra-se em posição geográfica favorável em relação às regiões consumidoras. O incremento da atividade mineral em Mato Grosso do Sul pode-se dar com a Hidrovia Tietê-Paraná e Paraguai e pelo incremento energético do Gasoduto Bolívia-Brasil e termoelétricas.

Toda essa infra-estrutura de circulação se reflete no dinamismo do processo de produção e da industrialização, cada vez mais diversificada no estado. Na perspectiva de Santos e Silveira (2001), pode ser entendida quando afirmam que

a criação de fixos produtivos leva ao surgimento de fluxos que, por sua vez, exigem fixos para balizar o seu próprio movimento. É a dialética entre a frequência e a espessura dos movimentos no período contemporâneo e a construção e modernização dos aeroportos, portos, estradas, ferrovias e hidrovias.<sup>271</sup>

---

<sup>271</sup> SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**, 2001, p. 167.

Com economia centrada na agropecuária, as reservas minerais de Mato Grosso do Sul estão entre as maiores do país. Apesar disto, o setor da mineração não exerce contribuição expressiva na vida econômica do estado, ressentindo-se da falta de implantação de um pólo siderúrgico, o que estimularia a criação de um mercado local para os minérios de ferro e manganês.

A extração mineral no estado engloba desde a garimpagem de diamantes ao aproveitamento de rocha para brita, argila para a indústria cerâmica e oleira, areia e cascalho, materiais de ampla utilização na construção civil. Neste caso, tem-se a lavra das rochas carbonatadas pertencentes a associações de rochas do Grupo Cuiabá (parcial), e que sustentam o corpo principal do Planalto da Bodoquena, formada por rochas calcárias, tanto para aplicação direta e indireta na construção civil na forma de brita, cal, *petit pavê* para calçamento, mármore para revestimento, ornamentação e também na produção de cimento.<sup>272</sup>

Há também na área drenada pelo médio curso do rio Miranda, cujo substrato é constituído por rochas metamorfizadas do Grupo Cuiabá (quartzitos, xistos, filitos e calcários), a lavra de bens minerais de aplicação na construção civil como brita, cascalho, cal, areia e argila. Os cascalhos quartzosos dessa unidade não só se prestam ao uso da construção civil, como também são empregados nos altos fornos de ferro-liga sediados em Corumbá.

Na região fronteira com a Bolívia, na forma de um aglomerado de morros que compõem o Maciço de Urucum, nas imediações de Corumbá e a Serra do Amolar, mais ao norte, predominam as rochas do Grupo Jacadigo (Formação Urucum e Santa Cruz), que encerram as mais importantes jazidas minerais do estado: manganês e ferro, concentradas nos municípios de Corumbá e Ladário.

---

<sup>272</sup> MATO GROSSO DO SUL. SEPLAN. FIPLAN. **Macrozoneamento geoambiental do Estado de Mato Grosso do Sul**, 1989. p. 64.

Diante disso, considerando esse potencial mineral (ferro, manganês e calcário) existente no estado, foram implantados alguns empreendimentos voltados ao setor mineral, dos quais podemos destacar a Mineração Urucum, Companhia Ferro Ligas e a Cimento Itaú do grupo Votorantim em Corumbá e, várias mineradoras de produção de calcário corretivo de solos e a indústria de cimento de capital nacional Camargo Corrêa Cimentos, situada nas jazidas de calcário do maciço da Bodoquena.

Outro aspecto que devemos destacar e que vem ocorrendo em Mato Grosso do Sul e em vários estados do país, e tem contribuído para a ampliação do parque industrial é a chamada guerra fiscal. Souza (1995) evidencia que

praticamente todos os estados concedem, presentemente, incentivos fiscais para estimular a implantação e expansão fabril. Governos estaduais (e municipais) estão desencadeando uma autêntica guerra fiscal na disputa por novos investimentos, notadamente em relação ao ICMS, sua principal fonte de receita.<sup>273</sup>

Na abordagem apresentada por Santos e Silveira (2001), os incentivos fiscais são identificados como novos fatores determinantes na localização industrial das empresas no Brasil. Afirmam que, “em função da política territorial de uma empresa e da promessa de objetos modernos que chegarão, os lugares entram em guerra. Um combate por oferecer os melhores dados técnicos e políticos às firmas.”<sup>274</sup>

Podemos constatar uma guerra de lugares para atração dos novos investimentos industriais, em que essa disputa não é mais determinada pelas antigas vantagens comparativas como localização e proximidade com mercado consumidor e matérias-primas, e sim pelos incentivos fiscais e vantagens

---

<sup>273</sup> SOUZA, A. O. **Distrito industrial de Dourados-MS: intenções, resultados e perspectivas**, 1995, p. 160.

<sup>274</sup> SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**, 2001, p. 113.

comparativas dadas às empresas, a renúncia fiscal e empréstimos subsidiados patrocinados pelos governos estaduais, municipais e federal, investimentos em infra-estrutura e formação de mão-de-obra qualificada. Consta-se que as empresas buscam além das vantagens locacionais tradicionais, outras vantagens relacionadas a esses benefícios, determinando as decisões locacionais.<sup>275</sup>

Neste sentido Mato Grosso do Sul, segundo Vagner Bertolli, Consultor Econômico da FIEMS constata que,

o setor industrial, ao contrário do comércio, está em franca expansão no estado. [...] os incentivos fiscais concedidos pelo Governo e pelas prefeituras estão garantindo a atração de inúmeras empresas. [...] a expansão tem se dado principalmente no setor têxtil...<sup>276</sup>

A guerra fiscal que ocorre entre os estados e municípios são verdadeiras competições em busca de investimentos de empresas, ganhando aquele que oferece mais benefícios para o setor privado. Sabemos que a guerra fiscal não decorre da vontade isolada de um ou outro estado, mas da disputa instalada entre todos em busca da competitividade de suas respectivas economias.

Santos e Silveira (2001), fazem uma crítica à esse respeito, mostrando que

do ponto de vista das empresas, o mais importante mesmo é a guerra que elas empreendem para fazer com que os lugares, isto é, os pontos onde desejam instalar-se ou permanecer, apresentem um conjunto de circunstâncias vantajosas do seu ponto de vista. Trata-se, na verdade, de uma busca de lugares “produtivos”.<sup>277</sup>

---

<sup>275</sup> SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**, 2001, p. 112-116.

<sup>276</sup> Parque industrial de Mato Grosso do Sul está crescendo. **Correio do Estado**, Campo Grande, 7 ago., 2000, p. 13<sup>A</sup>.

<sup>277</sup> SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. Op cit., p. 296.

Cabe destacar que as empresas, sobretudo as de grande porte, têm planejamento de longo prazo e, dessa forma, a decisão de investir ou não em uma determinada região deve-se a diversos fatores, além das políticas de incentivos fiscais, tais como: a proximidade com o mercado consumidor ou matéria-prima, a qualidade da mão-de-obra, a qualidade dos serviços públicos, as condições de infra-estrutura (em particular de transporte e comunicação) e qualidade de vida das regiões.

Analisando a atual situação do estado, em relação à infra-estrutura, observamos que a implantação de infra-estrutura de circulação, como Ferrovia do norte S.A. – Ferronorte, as hidrovias Tietê-Paraná e Paraná-Paraguai, o Gasoduto Bolívia-Brasil - Gasbol têm permitido o escoamento da produção<sup>278</sup> a um menor custo e geração de energia<sup>279</sup> capaz de atender às necessidades do setor industrial.

Os investimentos em infra-estrutura, com destaque no setor de transporte e energia vêm dinamizando novos investimentos na indústria. No caso das rodovias, como mostra a figura 26, os eixos de integração regional e de captura econômica são constituídos por rodovias federais e ferrovias. E as rotas viárias avançam em especial para áreas deprimidas, da faixa de fronteira, oeste e sudoeste do estado, até o Paraguai e Bolívia e norte do país. Tais condições foram favorecidas pelo Plano *Brasil em Ação*.<sup>280</sup>

De acordo com a explanação de Leme (2003),

o “Brasil em Ação” abarca uma série de investimentos em infra-estrutura, definidos em função de sua capacidade de reduzir custos de produção e comercialização. [...] os eixos buscam

---

<sup>278</sup> A implantação de corredores multimodais, integrando hidrovias, rodovias e ferrovias, garante o escoamento mais eficiente da produção local e, com isso, o desenvolvimento do estado.

<sup>279</sup> O gasoduto Bolívia-Brasil, que corta todo o Estado, da fronteira com a Bolívia até São Paulo, tem papel importante na mudança da matriz energética em curso no País.

<sup>280</sup> Do conjunto de projetos do “Brasil em Ação” com impacto no Mato Grosso do Sul têm-se no transporte um trecho da Ferronorte e na área de energia o Gasoduto Bolívia-Brasil.



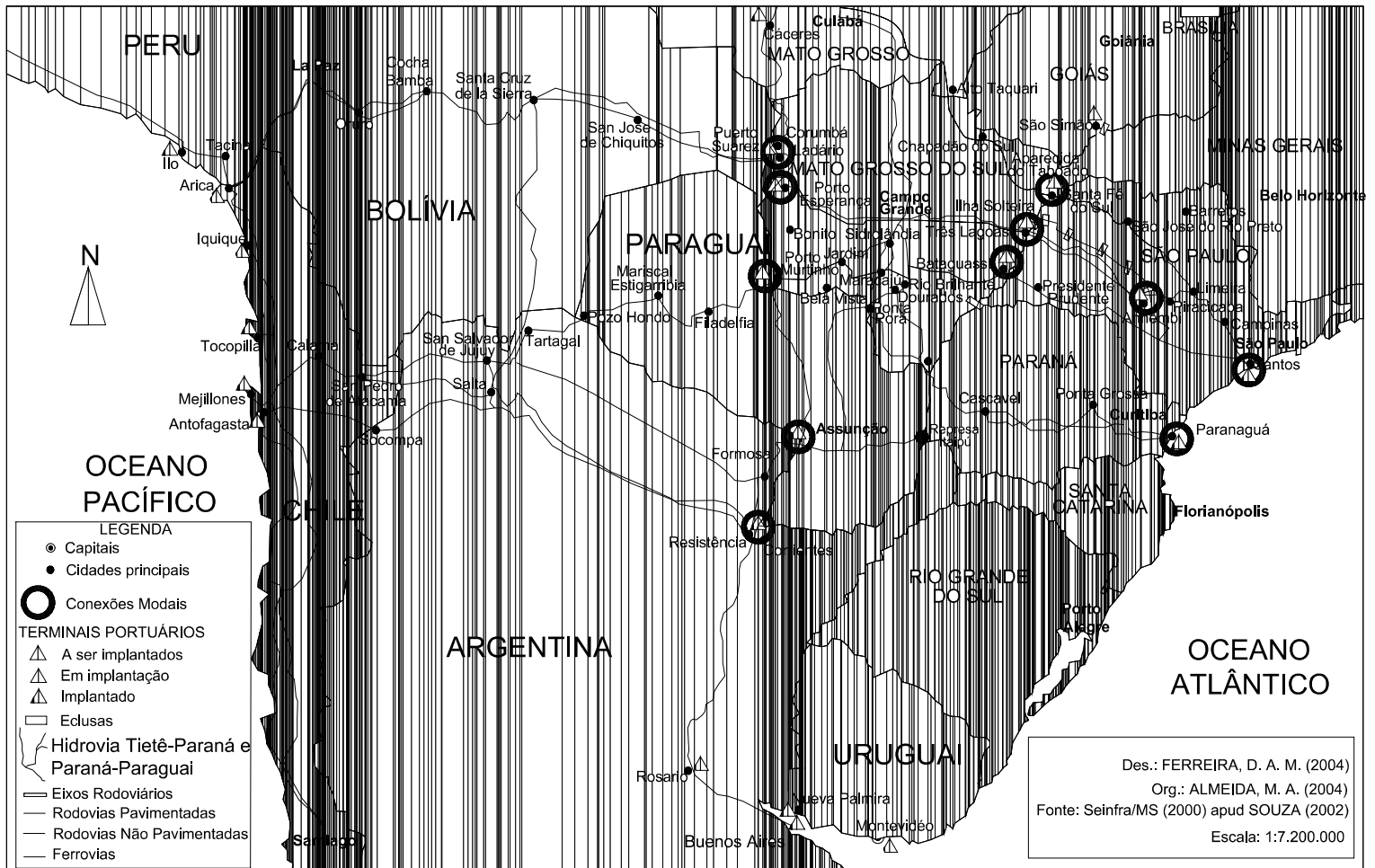


Figura 26 - Conexões modais, eixos rodoviários e portuários e a hidrovia da Bacia Hidrográfica do Paraná e Paraguai

responder aos fluxos de bens e serviços já delineados pela atividade produtiva, e a intervenção do poder público resume-se a remover obstáculos e a abrir novos horizontes à acumulação privada.<sup>281</sup>

Diante disso, concordamos com o autor, quando na realidade, seu caráter seletivo e a tendência a se concentrar em áreas que já são as mais dinâmicas e integradas, visam apenas o aumento da competitividade e crescimento da taxa de investimento do setor privado, ou seja, a “integração competitiva.” Para o autor, esse plano “não leva em conta os desdobramentos inter-regionais nem os impactos sobre o sistema urbano,”<sup>282</sup> o que, conseqüentemente, leva à fragmentação.

Quanto às ferrovias do Estado de Mato Grosso do Sul, a privatização desde 1996, sob domínio da Novoeste, contribuiu para o sucateamento das linhas férreas e dos vagões de cargas. Hoje, por causa do descumprimento de acordos econômicos e dissentimentos com os trabalhadores do setor, está em negociação a devolução de 400 km<sup>283</sup> à União, trecho entre Campo Grande e Corumbá, que serão usados pelo Trem do Pantanal. Outro trecho entre Campo Grande e Bauru deve ser incorporado pela Ferroban.<sup>284</sup>

Com a inauguração da Ferronorte,<sup>285</sup> no trecho entre o terminal de Alto Taquari (390 km ao sul de Cuiabá) até o porto de Santos (SP), a produção de grãos, especialmente soja, passou a ter redução nos custos de transporte, tornando-se mais lucrativa. No documento da Mercoeste (2002) é ressaltada a

---

<sup>281</sup> LEME, H. J. C. A espacialidade do desenvolvimento: as cidades na região Centro-Oeste. In: GONÇALVES, M. F; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**, 2003, p. 630.

<sup>282</sup> *Ibid.*, p. 630-631.

<sup>283</sup> Após sete anos, Novoeste devolve parte da ferrovia. **Correio do Estado**, Campo Grandes, 25 jun., 2003, p. 13<sup>A</sup>. Os 400 km referentes ao trecho Campo Grande a Corumbá, serão entregues a Valec Engenharia a responsabilidade pela reforma da malha. O custo está estimado em R\$ 240 milhões.

<sup>284</sup> Empresa que faz parte da holding Brasil Ferrovias, juntamente com a Novoeste e Ferronorte.

<sup>285</sup> A construção da Ferronorte começou em 1996, com o trecho de 400 km entre Aparecida do Taboado (MS) e Alto Taquari (MT), concluído e inaugurado em agosto de 1999. Agora seus trilhos rumam na direção de Rondonópolis e Cuiabá no Estado de Mato Grosso.

importância da ferrovia com “perspectiva de contar com uma ótima malha ferroviária de transporte, com os projetos de malha ferroviária bioceânica.”<sup>286</sup> Neste documento é destacada a importância para o Estado de Mato Grosso do Sul, da

*Ferronorte*, o projeto prevê a implantação de 5.000 km interligando Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, São Paulo (Santos), Minas Gerais, Goiás, Rondônia e Pará, dos quais 500 km estão implementados.[...] *Ferrovia Novoeste* interliga São Paulo e Mato Grosso do Sul, passando pelo Porto de Santos e alcançando o corredor bioceânico do país. *Ferrovia Ferroeste*, que interliga o Paraná, Paraguai e Mato Grosso do Sul, com possibilidade de se ligar com a Novoeste em Dourados (MS).<sup>287</sup>

A importância da infra-estrutura de transporte no setor ferroviário (figura 27)<sup>288</sup> está na integração das regiões Centro-oeste e Sudeste, contribuindo para o escoamento da produção regional, em direção aos mercados do Sudeste e Sul do país e internacionais. “O corredor bioceânico interligando Santos à Arica (Chile) reduz em oito mil quilômetros o transporte dos produtos para a Ásia.”<sup>289</sup>

Em relação ao Gasoduto Bolívia-Brasil no Mato Grosso do Sul,<sup>290</sup> a utilização de gás natural para a geração de energia elétrica, visa contribuir para reduzir os problemas de déficit para o sistema Sul-Sudeste-Centro-Oeste, em face do crescimento das demandas do mercado.

Inaugurado em 1998, se fundamenta no suprimento do gás natural produzido nos campos de Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, para os grandes

<sup>286</sup> MERCOESTE. **Perfil competitivo do estado de Mato Grosso do Sul**, 2002, p. 37.

<sup>287</sup> Ibid., p. 37.

<sup>288</sup> Considerando a representação cartográfica do complexo ferroviário do Brasil, apesar de ter sido divulgado, alguns trechos apontados no mapa como se existissem, ainda não se concretizou. Como exemplos, oeste de Santa Catarina (Ferroeste), o trecho entre Anápolis (GO) e Estrela (TO) (Ferrovia Norte-Sul) e oeste do Nordeste (Transnordestina).

<sup>289</sup> MERCOESTE, op cit.,p. 37.

<sup>290</sup> Para maiores detalhes do processo de implantação do gasoduto no Estado, Cf. SOUZA, A. O. **A estratégia dos distritos industriais como instrumentos de desenvolvimento regional e sua aplicabilidade em Mato Grosso do Sul**, 2002, p. 361-395.

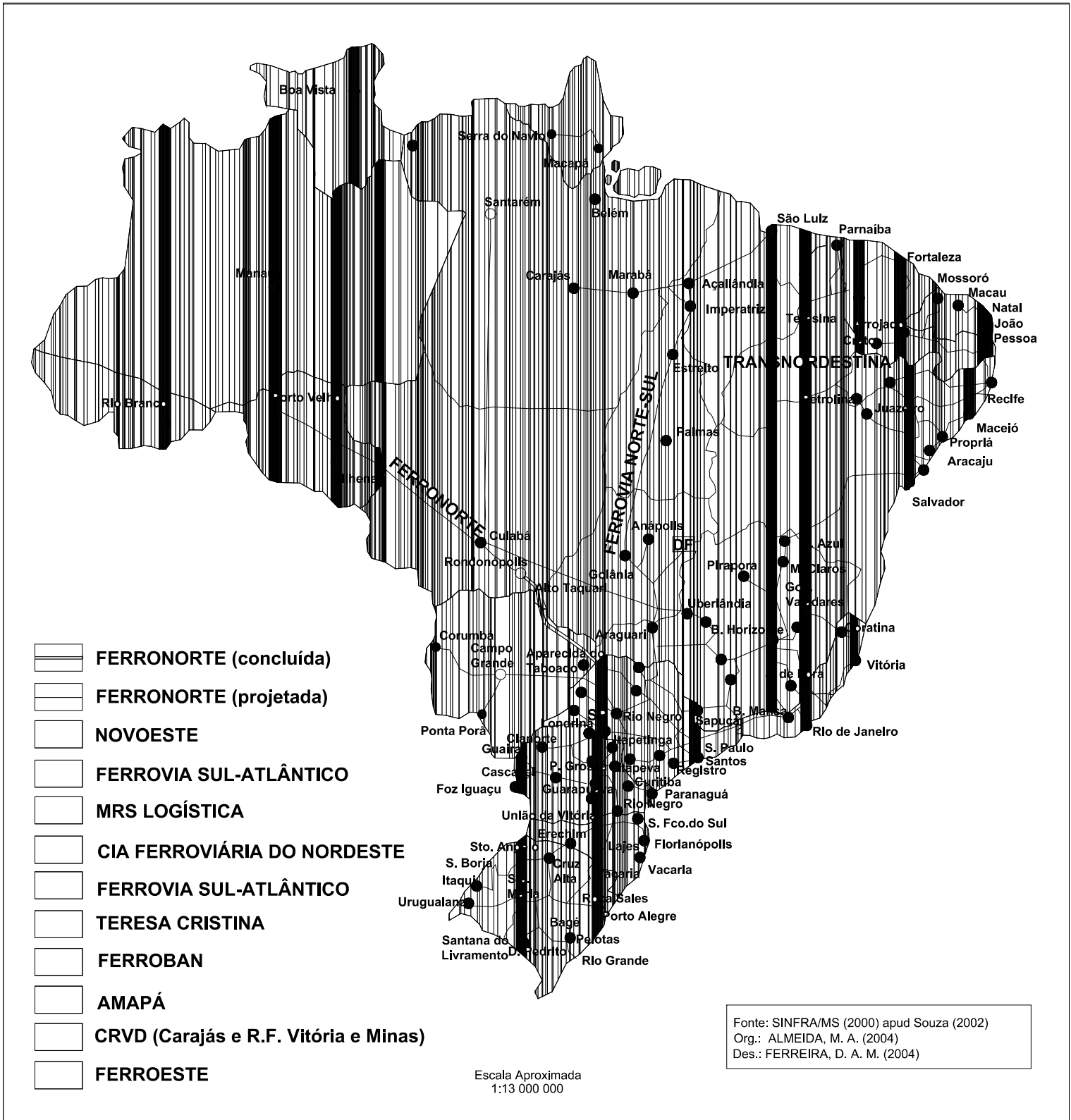


Figura 27 - Complexo ferroviário do Brasil e a ferrovia no Mato Grosso do Sul

centros consumidores do Brasil, abrindo um importante mercado para as reservas bolivianas existentes de gás natural e, paralelamente, incorporando uma fonte adicional de energia ao país. O gasoduto Bolívia-Brasil, que corta todo o estado, da fronteira com a Bolívia até São Paulo, tem papel importante na mudança da matriz energética em curso no país.

O traçado do Gasoduto inicia-se em Rio Grande, localizado a 40 km de Santa Cruz de La Sierra, passando pelas cidades de Puerto Suarez (Bolívia), Corumbá (MS), Campo Grande (MS), Três Lagoas (MS), Campinas (SP), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), terminando em Canoas (RS), no território brasileiro (figura 28).

Segundo Ito (1998),

sua passagem pelo Estado de Mato Grosso do Sul suscita grande esperança de transformar-se em alavanca de desenvolvimento econômico, pois em função do aumento da oferta de energia que propiciará ao estado e seu trajeto cortando áreas de exploração de minério de ferro e manganês das jazidas de Urucum o Governo Federal tem projeto de construir o Pólo Siderúrgico de Corumbá.<sup>291</sup>

Souza (2002) enfatiza que, “há um entendimento de que o gás vai servir para reestruturar o parque industrial sul-mato-grossense, introduzindo uma nova concepção de crescimento econômico.”<sup>292</sup> Na verdade, é notória a expectativa do desenvolvimento econômico a partir do beneficiamento das matérias-primas produzidas no estado, com ênfase à extração mineral.

Para o Estado de Mato Grosso do Sul, o Gasoduto Bolívia-Brasil pode ser visto como “um marco divisor na história do seu desenvolvimento

---

<sup>291</sup> ITO, C. A. **A consolidação do Mercosul: mito e perspectivas de impactos em Mato Grosso do Sul**, 1998, p. 166.

<sup>292</sup> SOUZA, A. O. **A estratégia dos distritos industriais como instrumento de desenvolvimento regional e sua aplicabilidade em Mato Grosso do Sul**, 2002, p. 365.

econômico, ampliando significativamente as suas possibilidades de geração de

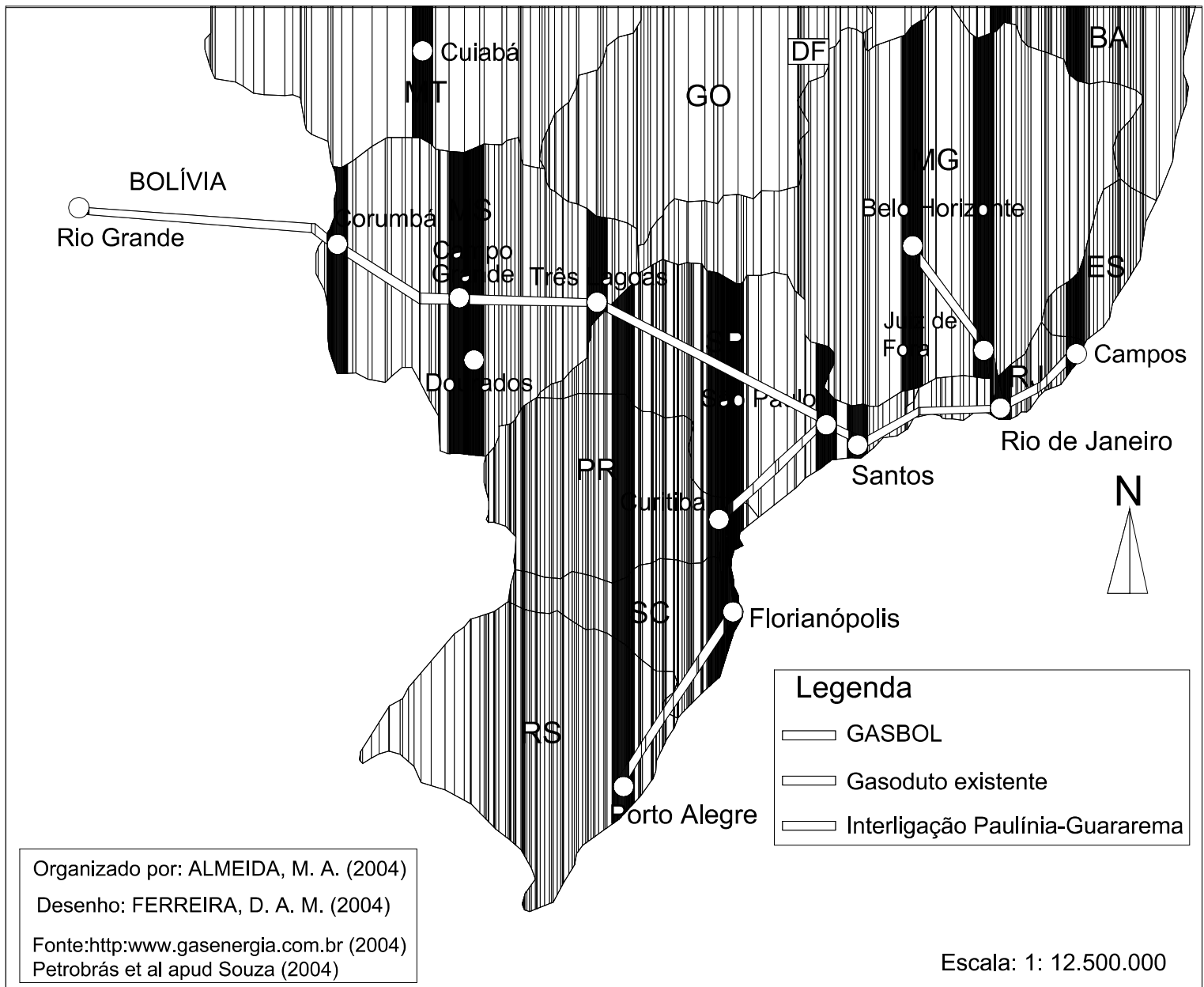


Figura 28 - Traçado do Gasoduto Bolívia-Brasil no Centro Sul do Brasil

infra-estrutura básica de apoio à diversificação econômica.”<sup>293</sup>Ou seja, mais uma vez, esse discurso desenvolvimentista não consolida o desenvolvimento regional. Passados sete anos, ainda é incipiente a participação do segmento industrial no aproveitamento do potencial energético, implementado pelo gasoduto.

Em seu percurso em território sul-mato-grossense, nas cidades-pólo de Corumbá, Campo Grande (figura 29) e Três Lagoas foram implantadas usinas termelétricas. Na esfera política e empresarial o fornecimento de energia abundante e barata é um dos maiores incentivos ao desenvolvimento econômico regional.



Figura 29 - Usina Termelétrica Willian Arjona em Campo Grande. Fonte: [www.agenciapopulardenoticias.com.br](http://www.agenciapopulardenoticias.com.br)

O Jornal Correio do Estado (2000) aponta que,

com a plena operação das três usinas o consumo será de 5,6 milhões de m<sup>3</sup> de gás/dia, o estado será auto-suficiente em geração de energia e ainda poderá exportar o excedente da produção para municípios do interior de São Paulo.<sup>294</sup>

---

<sup>293</sup> MATO GROSSO DO SUL. SUPLAN. DIPLAN. **Gasoduto Bolívia-Brasil - GASBOL**, 1998, p. 15.

<sup>294</sup> Gás começará a ser distribuído em MS no próximo ano, **Correio do Estado**, Campo Grande, 31 mai., 2000, p. 13<sup>A</sup>.



No mesmo Jornal Correio do Estado (2000), em entrevista com o diretor técnico-comercial da MS-Gás, Joaquim Gabriel Chaves de Melo, afirmou que,

as indústrias que potencialmente podem consumir gás natural [...] em Campo Grande foi diagnosticado um potencial consumo de 125 mil m<sup>3</sup>/dia. Os clientes seriam as indústrias de esmagamento de soja, frigoríficos, indústrias de alimentação, cerâmicas, fundições, laticínios e curtumes. [...] Em Três Lagoas será adquirido principalmente pela indústria de papel Champion, frigoríficos e cerâmicas, num total de 140 mil m<sup>3</sup>/dia. [...] No município de Bodoquena, o principal consumidor industrial será a fábrica de cimento Camargo Corrêa, com consumo estimado de 130 mil m<sup>3</sup>/dia.<sup>295</sup>

Isto significa que a expectativa de maior impulso industrial e sua relação com a geração de empregos tem que ser vistos de dois lados. Primeiro que os grandes empreendimentos de capital tecnológico automatizado, não absorvem muita mão-de-obra. Exemplificando, a Camargo Corrêa Cimentos de Bodoquena, segundo Ferreira (1999), no último levantamento feito em 1999, revelou-se a existência de reduzido número de empregados, 35 funcionários e contratados por outras empresas, 100 funcionários.<sup>296</sup>

Para Lamoso (1999), isto não significa que o gás não seja importante. Para a autora,

é fundamental para ampliar a matriz energética no estado e oferecer uma estabilidade no fornecimento, atraindo indústrias que antes não poderiam planejar suas instalações. Mas não significa que se possa esperar um aumento considerável na criação

---

<sup>295</sup> Gás começará a ser distribuído em MS no próximo ano, *Correio do Estado*, Campo Grande, 31 mai., 2000, p. 13<sup>A</sup>.

<sup>296</sup> FERREIRA, M. A. A. M. *Perspectivas da indústria do cimento no Mato Grosso do Sul*, 1997, p. 54.

de empregos dependendo desse fator, pois outros estados também terão gás e já oferecem outras vantagens, como maior mercado consumidor e melhor infra-estrutura de transportes.<sup>297</sup>

Outro aspecto que merece análise é a implantação da Hidrovia Paraguai-Paraná. Para uns, fator de integração do Mercosul e barateamento no custo do transporte, especialmente da soja. Para outros, no entanto, assustadora ameaça ao ecossistema do Pantanal e um empreendimento que trará pouco benefício para a economia brasileira e de toda a região.

Segundo Hugo (1997), cortando quase metade da América do Sul, são 3.442 km de hidrovia contínua, partindo da cidade de Cáceres (MT) até Buenos Aires, na Argentina. Do total, 2.202 km são percorridos ao longo do rio Paraguai, de Cáceres até a confluência com o rio Paraná e 1.240 km por este até a capital da Argentina, em águas de corrente livre, sem barragens ou obstáculos para a navegação, ligando o interior do continente ao Oceano Atlântico e servindo a cinco países: Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai.<sup>298</sup>

Os impactos ambientais, gerados pela hidrovia, são uma questão polêmica. Acreditamos que deva ser tratada de forma relacionada entre os lucros para os capitalistas e prejuízos para o ambiente, porque investimentos capitalistas podem refletir-se em novas dinâmicas de desenvolvimento econômico. Tal questão merece ser tratada procurando equilibrar entre custos e benefícios, considerando a rapidez com que a integração global/local tem ocorrido e as externalidades que envolvem o processo, o qual Moretti e Moretti (1998) destacam que,

um local como o Pantanal, almejando alcançar o 'desenvolvimento', 'aceita' a transformação das relações sociais produtoras de uma relação com a natureza própria deste local

---

<sup>297</sup> LAMOSO, L. P. Transformações recentes no território sul-mato-grossense, **Revista de Geografia**, 1999, p. 34.

<sup>298</sup> HUGO, M. Hidrovia Paraguai-Paraná: um projeto sinônimo de polêmica, **Rumos**, 1997, p. 10.

para inserir-se no global. Em nome do progresso, formas de produzir e de viver com poucas externalidades são substituídas por atividades que permitem maior competitividade no mercado, mas são produtoras de externalidades que alteram a constituição do ambiente natural.<sup>299</sup>

Por outro lado, a hidrovia oferece menor custo de transporte, contribuindo para a redução do frete no Mercosul e do tráfego de cargas no trecho rodoviário entre Campo Grande e Corumbá, pela proximidade do rio Paraguai.

Destacamos também a Hidrovia Tietê-Paraná (figura 30), com 2.400 km que interligam São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, com potencial de ligar estes estados ao Paraguai, Argentina e Uruguai,<sup>300</sup> tem provocado efeitos positivos como elemento de integração na economia regional. É nesse contexto que se tem de considerar a implantação dos diversos projetos de infra-estrutura na região, evidenciando a importância das Hidrovias Paraguai-Paraná e Tietê-Paraná, juntamente com os demais sistemas de fluxos da Ferronorte, ampliação e recuperação de rodovias. Pode-se perceber a ampliação de acessibilidade na área, embora tenham características de apenas fortalecer ainda mais a função de “passagem”.

Não resta dúvida de que a existência de vias mais eficientes de escoamento e abastecimento, baseadas em maior “multimodalidade” nos transportes, contribui indubitavelmente para abrir possibilidades de novos empreendimentos, além de gerar a integração territorial entre o norte, o centro-oeste, o sul, o sudeste do país e com os países do Mercosul.

---

<sup>299</sup> MORETTI, E. C.; MORETTI, S. A. L. O global, o local e a relação da sociedade com a natureza, **Revista Geopantanal**, 1998, p. 35.

<sup>300</sup> MERCOESTE. **Perfil competitivo do estado de Mato Grosso do Sul**, 2002, p.37.

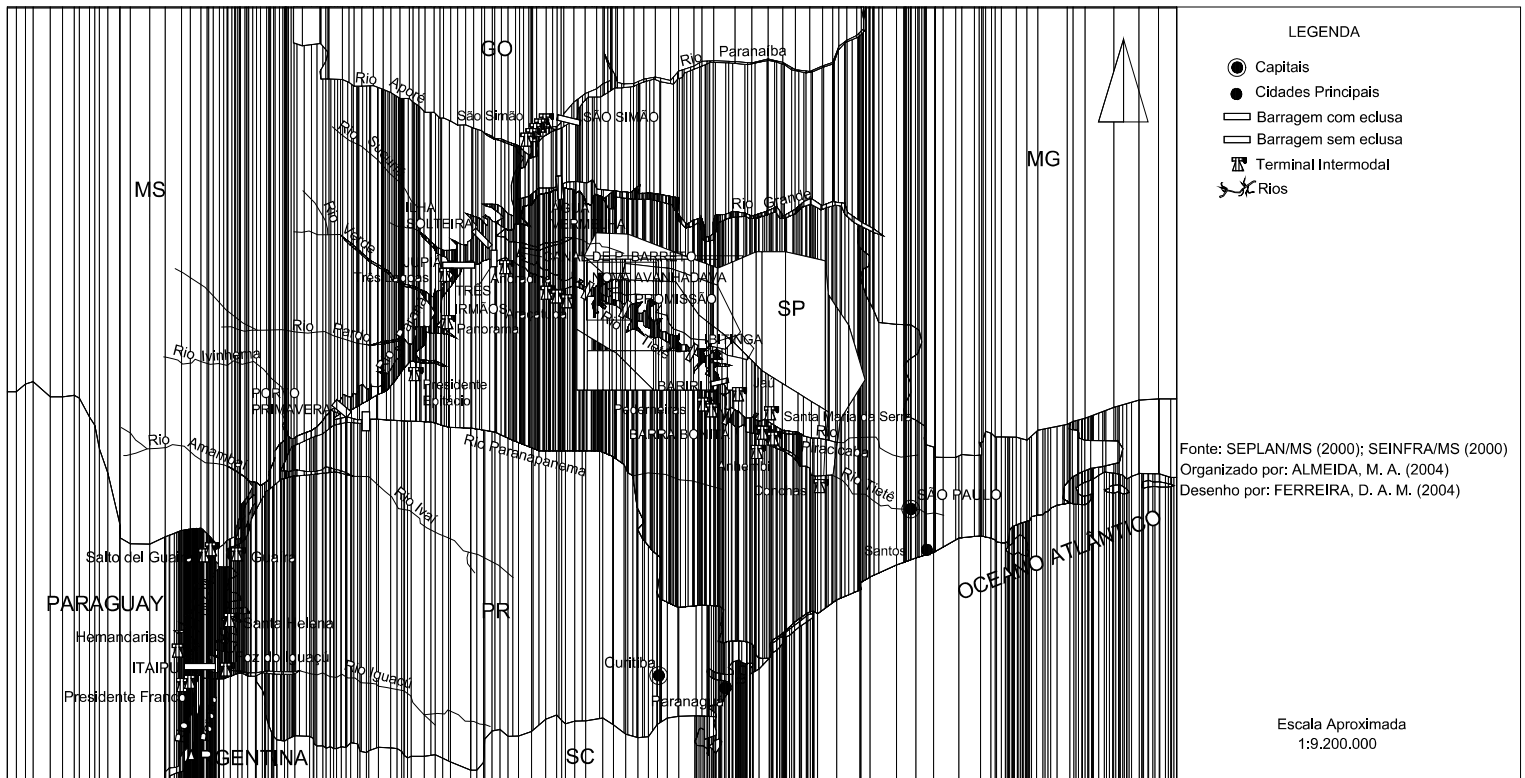


Figura 30 - Estrutura da Hidrovia Tietê-Paraná

Enfim, como nota Xavier (2001), “essa fluidez do território [...] aumenta a acessibilidade física-financeira dos indivíduos e aprofunda a distribuição produtiva, beneficiando a ação das grandes corporações.”<sup>301</sup>

Do ponto de vista do desenvolvimento regional, é preciso que sejam identificados os relacionamentos existentes, entre essa característica (melhora da acessibilidade) e outros projetos passíveis de serem implantados, e as unidades industriais instaladas no estado. Neste sentido, concordamos com Santos (1997), ressaltando que,

com a produção do meio técnico-científico-informacional, os círculos de cooperação instalam-se em um nível superior de complexidade e numa escala geográfica de ação bem ampla. Hoje não basta produzir. É indispensável pôr a produção em movimento, pois agora é a circulação que prescinde à produção. Os fluxos daí decorrentes são mais intensos, mais extensos e mais seletivos.<sup>302</sup>

Souza (2002) tece algumas críticas à esse processo de integração multimodal nos projetos de infra-estrutura de transportes, denotando que,

trata-se de uma operação de transformação do ambiente natural em consonância com as necessidades impostas pelo desenvolvimento econômico. É mais uma busca desesperada de unificação da racionalidade que visa à construção de instrumentos de ação que assegurem a implantação generalizada da fluidez a serviço do pragmatismo econômico. Daí o delírio da rapidez, do qual a desobstrução da hidrovía é um exemplo.<sup>303</sup>

---

<sup>301</sup> XAVIER, M. Os sistemas de engenharia e a tecnicização do território. O exemplo da rede rodoviária brasileira. In: SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**, 2001, p. 339.

<sup>302</sup> SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**, 1997, p. 219.

<sup>303</sup> SOUZA, A. O. Integração e desenvolvimento em Mato Grosso do Sul: o papel atribuído a “Hidrovía do Mercosul”. In: ENCUESTRO INTERNACIONAL HUMBOLDT. **Anais eletrônicos...**, NCeHu 1905/04, <humboldt@eListas.net>. Acesso em: 04 dez. 2004.

Percebe-se que o desenvolvimento técnico-científico presente nos nossos dias, assim como as formas sociais, se impregna da lógica da organização industrial e funcionam cada vez mais de acordo com ela. Daí cabe ao Estado, que tem como ideologia política o crescimento econômico eficiente, financiar a construção de grandes sistemas técnicos, como o sistema de transportes, com a idéia de maximizar a produção.

Nesse contexto, estamos diante de um modelo de desenvolvimento, capaz de aprofundar a diferenciação e especialização dos lugares. No Estado de Mato Grosso do Sul, os caminhos da política de integração econômica, mediante a modernização dos recursos e equipamentos do território, acabam por aprofundar as diferenças regionais.

Assim, a expansão do meio técnico-científico-informacional na formação socioespacial sul-mato-grossense se dará com variações, no tempo e no espaço, decorrentes de decisões políticas do Estado e das empresas. O resultado disso são densidades técnicas desiguais, com assinala Santos (1996), havendo “áreas opacas” - menos densas em conteúdo técnico, e as “áreas luminosas”<sup>304</sup> - todas, entretanto, subordinadas a uma mesma lógica.<sup>305</sup>

Presenciamos assim, um período de Estado ágil, mas engajado e a serviço da economia dominante colaborando com a política das grandes empresas, investindo em sistemas de mobilidade geográfica para o grande capital. Conseqüentemente, concordamos, nas palavras de Cataia (2003), que “as regiões e as cidades especializam-se em atividade exógenas e tornam-se compartimentos territoriais de um mundo globalizado.”<sup>306</sup>

---

<sup>304</sup> SANTOS, M. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*, 1996.

<sup>305</sup> “Essa lógica estaria embutida nos circuitos espaciais de produção e nos círculos de cooperação que envolve diversas empresas e ramos e, também, diversos níveis (local, nacional, internacional).” ARROYO, M. Território brasileiro e mercado externo: uma leitura dessa relação na virada do século XX. In: SOUZA, M. A. A. et al. (Org.). **Território brasileiro: usos e abusos**, 2003, p.454.

<sup>306</sup> SILVEIRA, M. L. A região e a invenção do território. In: SOUZA, M. A. A. et al. (Org.). **Território brasileiro: usos e abusos**, 2003, p. 415.

Para refletir sobre a política de desenvolvimento, no caso do Estado de Mato Grosso do Sul e suas implicações na estruturação do espaço regional, propomos no próximo capítulo, a análise de um compartimento desse território, a área da Bodoquena.

#### 4 - AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA ÁREA DA BODOQUENA

O recorte territorial estudado situa-se no sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul e está centrado em três municípios (Bodoquena, Bonito e Jardim), considerando-se suas dimensões locais e regionais e as relações com o conjunto do estado e do país. A escolha dos municípios da área da Bodoquena se dá pela importância econômica que eles representam para essa região do estado, em razão da atividade industrial desenvolvida em Bodoquena, na produção de cimento, e da atividade turística desenvolvida nessa área, potencializada pelos seus atrativos naturais.

Além disso, o fato de ter-se escolhido a área da Bodoquena como cenário à realização deste trabalho situa-se na importância histórica e econômica e nas peculiares características que a mesma apresenta, aspectos relevantes para este estudo e figuram como alguns pontos determinantes desta escolha.

Uma análise particular da área da Bodoquena desempenha importante papel na compreensão da dinâmica territorial e dos processos de transformação. Para isso, devem-se levar em consideração as estruturas econômicas, geográficas,<sup>307</sup> sociais e políticas. Neste caso, essa área representa um campo de observações da interação destas estruturas.

O ponto de partida de nossa análise são as políticas de desenvolvimento regional no cenário atual, implementadas através da iniciativa do governo federal e estadual. Estas propostas têm com principal objetivo o fortalecimento da economia regional, e valorização das potencialidades existentes.

Neste sentido, as políticas de desenvolvimento têm demonstrado maior interesse em incrementar a atividade turística com melhor opção para a

---

<sup>307</sup> Essas estruturas referem-se, por exemplo, a distribuição da população, da infra-estrutura, das atividades econômicas, das instituições.



região. Segundo o Governador do Estado José Orcírio Miranda dos Santos, “a diversificação da base econômica, com a consolidação do ecoturismo, é outra arma que nosso governo usará para mudar o perfil social e melhorar a qualidade de vida.”<sup>308</sup>

Diante dessa premissa, concordamos com Cardoso e Ribeiro (2002) quando enfatizam que

a redistribuição da atividade econômica é um dos principais objetivos (meios) de política regional, que dirige os seus esforços particularmente no sentido da intervenção nas decisões de localização empresarial.<sup>309</sup>

Como crítica a esse tipo de planejamento territorial regional, o controle exercido pelo Estado escamoteia os conflitos sociais internos, porque o faz na satisfação de interesses estranhos à coletividade regional, ou seja, a ação do Estado reflete a racionalidade da “lógica instrumental de acumulação.”<sup>310</sup>

Nesse aspecto, vale ressaltar que tanto a produção de novos espaços turísticos como o consumo, são hegemônicos. Para instalação de infraestrutura é necessário grande volume de investimentos de capital e, as empresas privadas, como as hoteleiras e de equipamentos de lazer estão voltados para as classes mais abastadas, sobretudo com vistas à demanda externa. Para isso, o papel do Estado é decisivo, expresso pelos planos e programas regionais.

Diante do exposto, o Estado elaborou um documento, sustentado pelos princípios<sup>311</sup> definidos na Agenda 21, aprovada na conferência Rio 92, que definiu diretrizes políticas e metodológicas para o trabalho com desenvolvimento.

---

<sup>308</sup> Pensamos o Estado como indutor do desenvolvimento, **Agência Popular de Notícias**, 2001.

<sup>309</sup> CARDOSO, T.; RIBEIRO, J. C. Economia para o homem e desenvolvimento regional: contribuição para um pensamento e uma política regional alternativos. In: BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. **Respostas regionais aos desafios da globalização**, 2002, p. 84.

<sup>310</sup> Os termos são de Becker (1995). É o mesmo sentido da expressão “modelo civilizatório capitalista”, utilizado por Souza (1996).

<sup>311</sup> Estes princípios estão ancorados na triologia: prudência ecológica, eficiência econômica e justiça social.

Este documento tornou-se referencial para os Planos Regionais de Desenvolvimento elaborados no estado que, segundo o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul,

este documento permitirá aos diversos segmentos da sociedade definirem melhor os seus papéis; identificar ameaças potenciais; aproveitar as oportunidades que se oferecem e adotar, com maior segurança, as decisões estratégicas que constituirão o seu futuro.<sup>312</sup>

A metodologia adotada se fundamentou no conceito de desenvolvimento local sustentável, entendido como “um processo endógeno de melhoria de qualidade de vida e da equidade social, aumento da eficiência econômica e conservação ambiental, resultado da organização e da capacidade dos atores sociais envolvidos.”<sup>313</sup>

A importância da sociedade civil e das relações sociais é, com a mesma ênfase, defendida por muitos pesquisadores do desenvolvimento endógeno. Segundo Godard et al (1987),

uma das chaves do desenvolvimento local reside na capacidade de cooperação entre seus atores. Também é conveniente particularizar a análise das formas de cooperação institucional ou voluntária que se produzem entre eles contanto que o objetivo seja o desenvolvimento local.<sup>314</sup>

Vázquez Barquero (1988), argumenta que o desenvolvimento regional endógeno, ao considerar e dar relevância à sociedade civil local e aos seus processos de organização e relação social permite que a região atinja um

---

<sup>312</sup> MATO GROSSO DO SUL. SEPLANCT. MS-GÁS. **Cenários e estratégias de longo prazo - MS 2020**, 2000, p.13.

<sup>313</sup> Cf. BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**, 1999.

<sup>314</sup> GODARD, O. et al. Desarrollo endógeno y diferenciación de espacios de desarrollo: un esquema de análisis para el desarrollo local, **Estudios Territoriales**, 1987, p. 139.

crescimento equilibrado e sustentado no longo prazo, sem entrar em conflito direto com a base social e cultural da região. Em suas palavras,

a forte identidade da cultura local tende a assimilar as novas realidades produtivas e os novos esquemas de relações sociais, e os novos valores encontram um eco favorável nas zonas de desenvolvimento local. [...] Tendem a integrar-se com um mínimo de custos sociais e culturais, já que são respostas viáveis aos problemas locais.<sup>315</sup>

O destaque dado aqui para a importância da sociedade civil não está inserido no debate da relação entre a sociedade e o Estado, sua maior ou menor participação, ou entre a sociedade e o mercado. Baseado em um enfoque distinto, trata-se da compreensão de que o desenvolvimento regional está diretamente ligado às características da organização social e das relações cívicas encontradas na região.

A *endogenização do desenvolvimento regional*, como já salientado, quer caracterizar um processo de desenvolvimento originado no interior da região, que contempla as necessidades e aspirações da coletividade regional. É o que reconhece Dallabrida (2000) quando afirma que um processo de desenvolvimento regional

é uma resistência à macroanonimização cultural e à autonomização do econômico, impostas pela globalização. É, ao mesmo tempo, oportunidade de potencialização dos recursos – humanos, materiais e não-materiais-locais, na busca de um projeto de desenvolvimento coletivo e controlado localmente, da politização do território, enfim, de libertação dos excluídos, tanto econômica, como social e culturalmente.<sup>316</sup>

---

<sup>315</sup> VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desarrollo local**: una estrategia de creación de empleo, 1988, p. 90.

<sup>316</sup> DALLABRIDA, V. R. Sustentabilidade e endogeneização: novos paradigmas para o desenvolvimento regional. In: BECKER, D. F; BANDEIRA, P. S. **Determinantes e desafios contemporâneos**, 2000, p. 219.

Neste sentido, o desenvolvimento regional proposto pelo plano regional deve ser o resultado da capacidade de organização dos atores sociais, em torno de um projeto coletivo. Para isso, um processo amplo e abrangente de mudança social e elevação das escolhas e das oportunidades da sociedade deve ser buscado de modo a compatibilizar no tempo o crescimento econômico, a equidade social, a conservação do meio ambiente e a integridade cultural de sua população.

Dentro desta premissa, para elaboração do plano regional o estado foi dividido em oito regiões:<sup>317</sup> Alto-Pantanal, Bolsão, Central, Grande Dourados, Leste, Norte, Sudoeste<sup>318</sup> e Sul-Fronteira (figura 31), que propõe a criação de competência técnica em planejamento do desenvolvimento regional em cada município da região, incorporando os novos conceitos de desenvolvimento e técnicas de planejamento participativo.

O plano regional de desenvolvimento, proposto para o estado, teve a participação de técnicos do governo do estado em parceria com as universidades privadas e públicas e lideranças de cada um dos municípios do Mato Grosso do Sul e executado diretamente com os representantes das prefeituras municipais e da sociedade civil organizada, tendo com referência as regiões de planejamento, e discutindo os problemas e potencialidades, oportunidades e ameaças, respeitando-se as dimensões econômica, ambiental e sociocultural de cada município e região.

Da mesma forma, busca capacitar profissional e técnicos das prefeituras locais na metodologia e técnicas de planejamento regional sustentável, assessorar na montagem do sistema institucional de organização e representação da sociedade regional e contribuir para a implementação de um amplo processo

---

<sup>317</sup> Essa divisão geopolítica foi organizada pelo IPLAN-MS, segundo critérios de ordem geográfica, econômica, histórica e social para efeito de trabalho com o desenvolvimento regional sustentável. Cf. MATO GROSSO DO SUL. IPLAN. **Plano regional de desenvolvimento sustentável da região sudoeste**, 2002.

<sup>318</sup> A área da Bodoquena está inserida nesta região da qual fazem parte todos os municípios da Microrregião de Bodoquena e o município de Porto Murtinho.

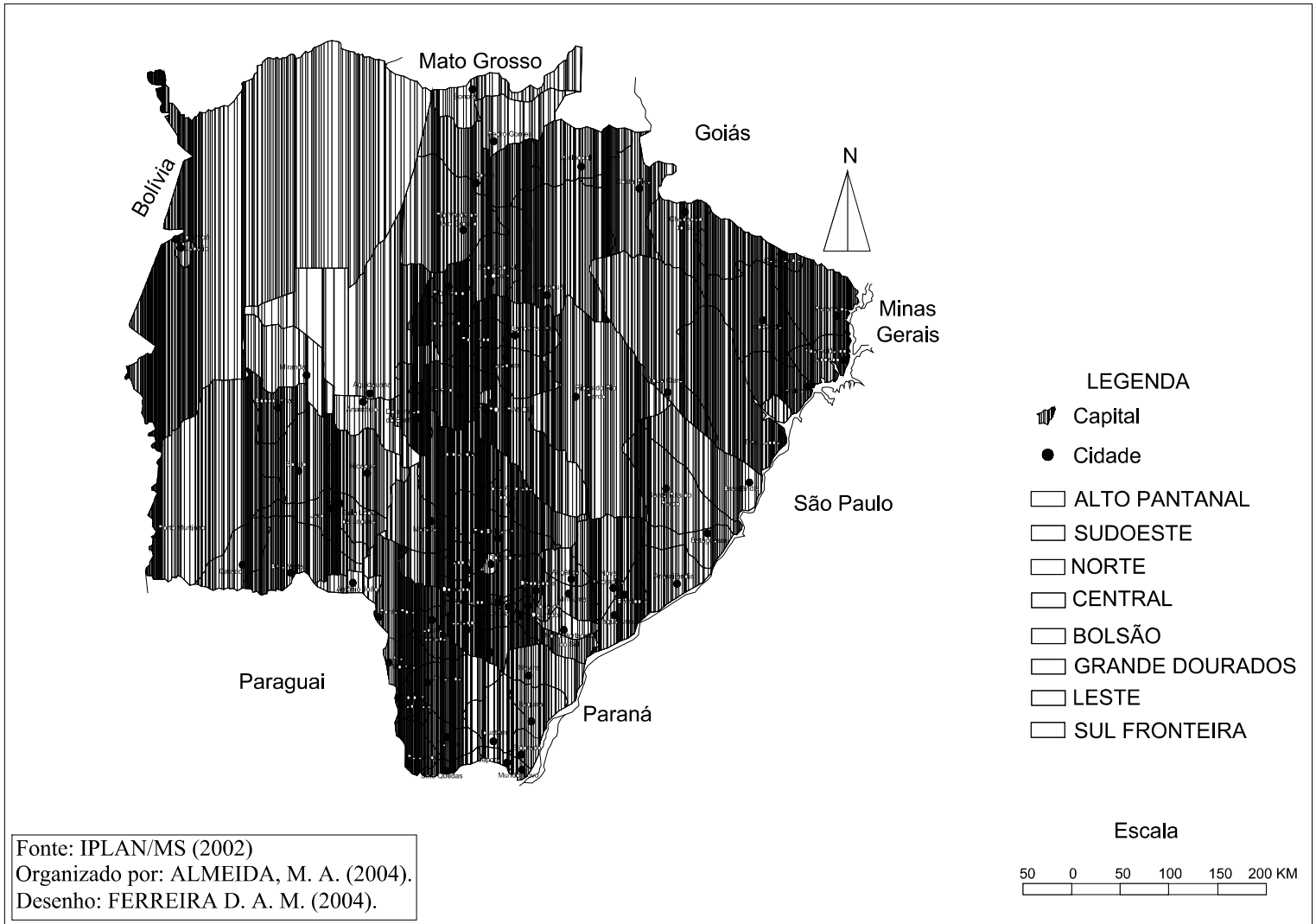


Figura 31 - Divisão política do desenvolvimento regional do Estado de Mato Grosso do Sul

de descentralização das ações e políticas públicas estaduais, com o fortalecimento das ações de âmbito regional.

A fim de apresentar um projeto de desenvolvimento para a região Sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul foi elaborado em todos os municípios (microrregião de Bodoquena e município de Porto Murtinho) um diagnóstico de avaliação para a elaboração de um plano de desenvolvimento sustentável.<sup>319</sup>

O diagnóstico dos municípios da Região Sudoeste foi elaborado pela instituição capacitadora em conjunto com o Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável de cada município, tendo sido coordenado e sistematizado pela equipe gestora do fórum. O trabalho contou com a participação da sociedade, além da participação dos representantes dos mais diversos setores da sociedade local na oficina de diagnóstico, para a discussão e elaboração efetiva do diagnóstico do fórum.

Para fazer gestão do plano regional foi criado, em março de 2002, o Estatuto que regulamenta o Conselho de Desenvolvimento Sustentável – Coredes da Região Sudoeste.

Nos termos do Art. 3º do Estatuto, tem como objetivo, dentre outros,

I- promover a integração das instituições públicas e privadas que representam a comunidade organizada da região, [...];

[...]

III- acompanhar, propor e fiscalizar a implantação de ações, programas e projetos previstos no Plano de Desenvolvimento Regional, [...];

---

<sup>319</sup> MATO GROSSO DO SUL. IPLAN. **Plano regional de desenvolvimento sustentável da região sudoeste**, 2002, p. 1.

IV- promover a divulgação das potencialidades e oportunidades que a região oferece, visando atrair novos empreendimentos e investimentos [...];

[...].<sup>320</sup>

Assim como na região sudoeste e, em outras regiões do Estado de Mato Grosso do Sul os Conselhos Regionais de Desenvolvimento parecem estar encaminhados para afirmarem-se como importantes instrumentos de articulação da sociedade civil às ações de promoção do desenvolvimento regional.

No entanto, apesar dos resultados positivos já alcançados, como a elaboração dos planos regionais, ainda existe uma longa trajetória a ser percorrida antes que se possa afirmar que as potencialidades dos Coredes como instrumentos para a articulação dos atores sociais das regiões e como intermediários entre as comunidades e a administração pública está sendo adequadamente explorada. No caso da região sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, sua atuação ainda é precária.

As funções atribuídas aos Coredes implementados em vários Estados do país são definidas como um espaço de articulação e negociação, tendo caráter consultivo em relação às decisões do governo do estado. De acordo com Bandeira (1999), suas funções são as seguintes:

- identificar os grandes problemas e estrangulamentos da região, bem como as suas causas e as alternativas para solução;
- identificar as potencialidades e as alternativas para seu aproveitamento em benefício do desenvolvimento sustentável da região;
- identificar as ações ou os investimentos prioritários para o desenvolvimento regional, a serem desenvolvidos pelo governo do estado, pelas prefeituras municipais, por consórcios de

---

<sup>320</sup> MATO GROSSO DO SUL. IPLAN. **Plano regional de desenvolvimento sustentável da região sudoeste**, 2002, p.67.

- municípios, pelas comunidades e pelo esforço compartilhado do estado e dos municípios;
- identificar as demandas da região no tocante à atuação do governo do Estado, oriundas da classe política, dos municípios, das comunidades e da sociedade civil organizada;
  - priorizar as ações do governo na região, inclusive as demandas de diversas origens;
  - constituir espaço de negociação para as ações governamentais na região;
  - acompanhar as ações do governo na região;
  - estabelecer metas prioritárias a serem perseguidas na região, em áreas como educação, saúde, preservação ambiental, emprego, etc.<sup>321</sup>

Dessa forma, parece evidente a consolidação de organizações que ajude na identificação das principais necessidades de atendimento no que se refere às ações da alçada do governo do estado e fiscalize a qualidade dos serviços prestados pelas diferentes esferas da administração pública na região.

Para a elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Sudoeste, Estado de Mato Grosso do Sul, inicialmente, foi organizada uma oficina de diagnóstico, através da metodologia participativa dos atores sociais.

Assim, foram levantadas discussões sobre os assuntos relacionados aos municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim, e definidos pela sociedade local, tais como a elaboração da *visão de futuro*; definição das *vocações*; priorização da vocação, ou definição do *eixo propulsor*; definição das *potencialidades*; e, apuração dos *problemas* que bloqueiam o desenvolvimento da área da Bodoquena (quadro 3, 4 e 5).

---

<sup>321</sup> BANDEIRA, P. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional, **Texto para discussão**, 1999, p.51.



Quadro 3 - Plano de desenvolvimento regional do município de Bodoquena (Diagnóstico)

<p>- <b>Potencialidades</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Solo apresentando diversas características de fertilidade, favorecendo a agropecuária;</li> <li>- Existência de várias festas tradicionais e comidas típicas favorecendo a diversidade cultural;</li> <li>- Município rico em matéria-prima para a produção de artesanato;</li> <li>- Recursos hídricos com potencial para desenvolvimento para piscicultura;</li> <li>- Natureza propícia para atividade de apicultura;</li> <li>- Geografia privilegiada com cachoeiras, águas cristalinas, cavernas e clima, fauna e flora abundante, favorecem o desenvolvimento do turismo e a prática de esportes radicais;</li> <li>- Boa disponibilidade de ervas medicinais;</li> <li>- Disponibilidade de fontes de água mineral e de recursos minerais;</li> <li>- Parque Nacional da Serra da Bodoquena;</li> <li>- Número de assentamentos que favorecem ao desenvolvimento da agricultura familiar;</li> <li>- Pecuária de corte bem desenvolvida e pecuária leiteira favorecendo a agricultura familiar;</li> <li>- Existência da Rádio Comunitária no município;</li> <li>- Possibilidade de desenvolvimento de novos assentamentos.</li> </ul>
<p>- <b>Problemas</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cidade com infra-estrutura deficiente;</li> <li>- Contaminação dos leitos dos rios e córregos, assoreamentos e devastações das matas ciliares;</li> <li>- Coleta deficiente e destino inadequado de resíduos agrotóxicos no meio rural e lixo no meio urbano;</li> <li>- Saneamento básico deficitário e insuficiente na área urbana e rural, além de inexistência de galerias pluviais;</li> <li>- Inexistência da exploração turística nos assentamentos e informações e sinalizações turísticas deficientes;</li> <li>- Fiscalização ambiental deficiente e a população com pouco conhecimento quanto à importância da preservação ambiental;</li> <li>- Tratamento e distribuição insuficiente das águas potáveis;</li> <li>- Maquinários insuficientes para a manutenção das estradas dificultando o escoamento da produção fluxo de pessoas;</li> <li>- Déficit habitacional e estrutura hoteleira insuficiente;</li> <li>- Várias ruas sem pavimentação asfáltica e iluminação pública precária, inexistência de uma rodoviária e urbanização precária;</li> <li>- Insuficiência na oferta de trabalho;</li> <li>- Acompanhamento, apoio técnico e crédito deficiente na agricultura;</li> <li>- Implementos agrícolas insuficientes para atender os pequenos agricultores;</li> <li>- Propriedades rurais próximas à cidade, dificultando o progresso e inexistência de um abatedouro municipal;</li> <li>- Capacitação e treinamento profissionais insuficiente;</li> <li>- Inexistência do ensino médio na zona rural;</li> <li>- Equipamentos hospitalares e profissionais da área de saúde insuficiente para atender a demanda;</li> <li>- Prostituição infantil, e existência de tráfico de drogas e Deficiência na segurança pública;</li> <li>- Difícil acesso ao ensino superior, em função da distância e transporte e transporte escolar deficitário;</li> </ul>

Fonte: MATO GROSSO DO SUL. Planos Regionais, 2002, <<http://www.iplan.ms.gov.br>> Acesso em 8 mai. 2002.

Quadro 4 - Plano de desenvolvimento regional do município de Bonito (Diagnóstico)

<p>- <b>Potencialidades</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quantidade e diversidade de recursos naturais (rios, grutas, matas, biodiversidade e recursos pesqueiros, etc.);</li> <li>- Recursos minerais abundantes (calcário, fósforo, mármore, ardósia, etc.);</li> <li>- Manchas de terras de alta fertilidade para produção diversificada;</li> <li>- Grande quantidade de pequenos e médios agricultores com potencialidade para produção diversificada;</li> <li>- Conhecimento tradicional - a arte de trabalhar barro, couro, fiar, madeira, fibras e sementes;</li> <li>- Rede hoteleira privilegiada e organização no setor turístico associações, conselhos, ONG's e outros;</li> <li>- Comodidade, tranqüilidade, baixo índice de violência;</li> <li>- Beleza cênica da região com atrativos turísticos estruturados;</li> <li>- Clima favorável para o turismo, agropecuária, piscicultura, fruticultura e apicultura;</li> <li>- Legislação turística municipal implantada e em evolução;</li> <li>- Parque Nacional da Serra da Bodoquena e balneário municipal.</li> </ul>
<p>- <b>Problemas</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pequenos produtores não têm acesso à tecnologia;</li> <li>- Inadequação do sistema de coleta e tratamento de esgoto e lixo e coleta tratamento e distribuição inadequada da águas;</li> <li>- Expectativa muito alta da comunidade em relação ao turismo, aspectos econômicos;</li> <li>- Pouco investimento da difusão da tecnologia na agropecuária e poucas opções de renda para o pequeno produtor;</li> <li>- Produção local não tem condição de ser comercializada por inadequação à legislação;</li> <li>- Infra-estrutura viária inadequada para atender os locais turísticos;</li> <li>- Desmatamentos e queimadas irregulares e manejo inadequado das pastagens nas propriedades com solo arenoso;</li> <li>- Estrutura inadequada para exploração turística em alguns atrativos;</li> <li>- Pouca orientação e apoio ao pequeno empresário e informalidade que prejudica o acesso ao crédito;</li> <li>- Eventos de médio e grande porte sem espaço adequado;</li> <li>- Alto índice de analfabetismo e infra-estrutura física das escolas é insuficiente para atendimento de várias áreas pedagógicas (informática, laboratórios, salas de aula, etc.);</li> <li>- Equipamentos hospitalares e especialistas insuficientes para atendimento da comunidade e atendimento precário nos postos de saúde e hospitais principalmente para população carente;</li> <li>- Desorganização da política de moradia (paternalismo, comércio ilegal de moradias);</li> <li>- A cultura dos indígenas não é aproveitada para o turismo por problemas de estrutura e acesso (Aldeia São João);</li> <li>- A visão da política de pesca no estado não tem preocupação com o pescador ribeirinho empobrecendo-o dia-a-dia (inversão da questão da cota para controle sobre o tamanho do peixe);</li> <li>- Despreparo de algumas pessoas para exercício dos cargos públicos;</li> <li>- Desarticulação entre as várias ações do poder público;</li> <li>- Acomodação da sociedade, aguardando tudo do poder público;</li> <li>- Município de Bonito tendo despesas públicas com parte do Campo dos Índios (Aldeia Kadiwéu do município de Porto Murtinho), sem ter compensação orçamentária;</li> <li>- Prejuízo das ações dos conselhos municipais, pela tentativa de domínio autoritário do poder público;</li> <li>- Exclusão de diversos setores da sociedade no processo produtivo e político (comunidades rurais, indígenas e periferia);</li> <li>- Ineficiência do poder público, na arrecadação de impostos locais;</li> <li>- Impacto ambiental da drenagem irregular dos banhados;</li> <li>- Grandes obras previstas para o município antes do planejamento regional, do plano diretor e sem avaliação de seus impactos sociais e ambientais. (aeroporto e grandes hotéis);</li> </ul>

Fonte: MATO GROSSO DO SUL. Planos Regionais, 2002, <<http://www.iplan.ms.gov.br>> Acesso em 8 mai. 2002.

Quadro 5 - Plano de desenvolvimento regional do município de Jardim (Diagnóstico)

<b>Potencialidades</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Situação geográfica favorável: fácil acesso, entroncamento de rodovias;</li> <li>- Polarização das atividades comerciais e serviços da região;</li> <li>- Condições climáticas e solo favorável ao cultivo de hortifrutigranjeiros;</li> <li>- Garantia de acesso e qualidade do ensino fundamental;</li> <li>- Ensino superior gratuito / UEMS;</li> <li>- Atrações naturais para passeios e esportes (buraco das araras, cachoeiras do rio perdido, rios, relevo, grutas, balneários, matas, etc.);</li> <li>- Atrações histórico-culturais (monumentos, Cemitério dos Heróis, ponte velha sobre o rio Miranda), carnaval de rua;</li> <li>- Fazendas aptas para desenvolver atividades de turismo rural e ecoturismo;</li> <li>- Aeroporto municipal;</li> <li>- Grande rebanho bovino.</li> </ul>
<b>Problemas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número insuficiente de professores qualificados no ensino fundamental, médio e superior;</li> <li>- Monopólio do meio de transporte municipal e intermunicipal;</li> <li>- Assoreamento dos rios;</li> <li>- Caça e pesca predatória abusiva;</li> <li>- Desmatamento de matas ciliares;</li> <li>- Destinação inadequada de resíduos;</li> <li>- Lixo jogado nas ruas, pontos turísticos, rodovias, etc.;</li> <li>- Custos elevados dos estudos, instalações e manutenção requeridos pela legislação ambiental para fins de turismo;</li> <li>- Infratores de alto poder aquisitivo são protegidos pelo poder público;</li> <li>- Índice de desemprego elevado;</li> <li>- Mão-de-obra desqualificada;</li> <li>- Financiamento para moradias não atende população de baixa renda;</li> <li>- Quantidade excessiva de terrenos urbanos baldios;</li> <li>- Estrutura deficiente para atender turista (hotéis, restaurantes e serviços gerais);</li> <li>- Alto índice de alcoolismo e drogas;</li> <li>- Jovens desmotivados para as opções de educação e trabalho;</li> <li>- Policiamento precário;</li> <li>- Concentração fundiária;</li> <li>- Desorganização associativista por parte dos pequenos e microempresários e produtores rurais;</li> <li>- Ausência de assistência técnica aos produtores;</li> <li>- Pouca cultura empreendedora (empresários/trabalhador);</li> </ul>

Fonte: MATO GROSSO DO SUL. Planos Regionais, 2002, <<http://www.iplan.ms.gov.br>> Acesso em 8 mai. 2002.

Conhecer os problemas e potencialidades<sup>322</sup> da região é um passo fundamental no processo de construção do projeto de desenvolvimento sustentável. Eles conformam uma base em que os atores sociais e técnicos atuarão para, de um lado, diminuir ou eliminar a incidência dos problemas e, de outro, aproveitar eficazmente as potencialidades.

Nas palavras de Leite (1994),

<sup>322</sup> Os problemas devem ser entendidos como uma realidade indesejada ou fatores que emperram ou dificultam o desenvolvimento da região e, potencialidades devem ser entendidas como os fatores existentes na realidade que podem ajudar ou facilitar no desenvolvimento futuro da região.

aos muitos lugares e aos elementos que compõem o processo de desenvolvimento são atribuídos valores específicos que mudam constantemente acompanhando a evolução dos padrões culturais. Esses estão, por sua vez, fortemente enraizados nos processos interagentes, conferem forma e individualidade aos lugares. Os ritmos de produção, transporte e consumo, por exemplo, interagem com os ritmos climático, hidrológico e biológico para moldar uma paisagem cujos padrões de produção e utilização variam de acordo com o contexto específico da sociedade.<sup>323</sup>

Diante do exposto pela autora, os quadros<sup>324</sup> revelam forma e individualidade aos municípios da área da Bodoquena. Sua análise resultou na definição de opções estratégicas para a Região Sudoeste, incluindo a área da Bodoquena (quadro 6), que são:

a diversificação e verticalização da atividade agropecuária, manejo e preservação de recursos naturais, fortalecimento da cadeia do turismo, modernização democrática e fortalecimento da autogestão, melhoria e modernização do sistema de saúde e fortalecimento do sistema educacional."<sup>325</sup>

Dessa forma, diante dos planos propostos para a região, abrem-se condições para se contrapor: potencialidades às necessidades; o futuro desejado ao presente dado; o sonho à realidade; as idéias aos interesses; a qualidade à quantidade; as alternativas de soluções aos problemas; as possibilidades às dificuldades; as oportunidades às ameaças.

---

<sup>323</sup> LEITE, M. A. F. P. **Destruição ou desconstrução?** questões da paisagem e tendências de regionalização, 1994, p. 7.

<sup>324</sup> Os quadros foram elaborados seguindo a metodologia de pesquisa Delfos, através de duas rodadas de entrevistas que foram desenvolvidas pelos atores, lideranças e especialistas por meio de cento e trinta questionários para captar a percepção dos mesmos sobre os principais fatores capazes de estimular ou inibir o desenvolvimento regional (problemas e potencialidades). Cf. BUARQUE, S. C. **Metodologia do planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**, 1999, p. 74.

<sup>325</sup> MATO GROSSO DO SUL. IPLAN. **Plano regional de desenvolvimento sustentável da região Sudoeste**, 2002, p. 39-40.

Quadro 6 – Plano de desenvolvimento regional da Região Sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul (Diagnóstico)

<p><b>- Potencialidades</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Condições ambientais favoráveis para agropecuária, hortifrutigranjeiros, piscicultura, apicultura e suinocultura;</li> <li>- Recursos naturais de grande beleza cênica;</li> <li>- Existência de matéria-prima para agroindustrialização (couro, osso, carne, leite e etc);</li> <li>- Fauna e flora diversificadas;</li> <li>- Fazendas com potencialidades ecoturísticas;</li> <li>- Existência de grande número de pequenas propriedades e assentamentos com produção diversificada;</li> <li>- Diversidade de atrativos históricos –culturais;</li> <li>- Produção artesanal diversificado;</li> <li>- Riqueza de recursos hídricos;</li> <li>- Atrativos turísticos estruturados;</li> <li>- Festas tradicionais e exposições agropecuárias;</li> <li>- Recursos minerais abundantes;</li> <li>- Talentos artísticos locais;</li> <li>- Argila de alta qualidade para cerâmica;</li> <li>- Riqueza da cultura indígena com aldeias produtivas.</li> </ul>
<p><b>- Problemas</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desorganização e desarticulação das instituições da sociedade civil;</li> <li>- Poluição, contaminação e assoreamento dos recursos hídricos (cursos d'água, mananciais e banhados);</li> <li>- Dificuldade de acesso às linhas de crédito e financiamentos dificultando a diversificação da produção agropecuária;</li> <li>- Poucos atrativo-incentivos para novos investimentos agroindústrias;</li> <li>- Saneamento básico precário: coleta e disposição inadequada do lixo urbano e rural; distribuição irregular da água;</li> <li>- Instalações de novos empreendimentos sem estudos e relatórios de impacto ambiental;</li> <li>- Recursos tecnológicos insuficientes com dificuldade de acesso para aproveitamento e industrialização da produção local;</li> <li>- Infra-estrutura urbana insuficiente e precária - esgoto, moradia, água, lixo, iluminação pública, asfalto;</li> <li>- Insuficiência de recursos humanos especializados na área de saúde e de equipamentos adequados para atender a demanda da população (postos e hospitais);</li> <li>- Dificuldades no transporte e comercialização da produção agropecuária;</li> <li>- Insuficiência de assistência técnica e de estudos de viabilidade do solo para os produtores;</li> <li>- Baixo nível de escolaridade da população;</li> <li>- Caça e pesca predatória; desequilíbrio da fauna;</li> <li>- Desmatamento irregular e descontrolado: reservas florestais e matas ciliares;</li> <li>- Baixo poder aquisitivo da maioria da população;</li> <li>- Ineficiência das políticas de geração de emprego;</li> <li>- Despreparo, resistência e acomodação dos produtores e empresários aos novos métodos produtivos e tecnológicos;</li> <li>- Descontinuidade das políticas públicas;</li> <li>- Insuficiência de hotéis e restaurantes;</li> <li>- Insuficiência de contingente policial;</li> <li>- Pouco envolvimento da classe empresarial e política com questões sociais;</li> <li>- Queimadas indiscriminadas;</li> <li>- Descumprimento da legislação ambiental; fiscalização ambiental insuficiente e discriminatória;</li> <li>- Alto índice de consumo de álcool e drogas ilegais, prostituição infantil e exploração sexual;</li> <li>- Estrutura física, recursos humanos e pedagógicos deficitário na zona rural e urbana;</li> <li>- Infra-estrutura viária inadequada nas áreas urbana e rural;</li> <li>- Poucas alternativas de lazer e incentivo aos talentos no esporte e cultura;</li> <li>- Baixo valor agregado da produção;</li> <li>- Sistema de transporte insuficiente e deficitário nas áreas urbana e rural;</li> <li>- Mão-de-obra desqualificada;</li> <li>- Infra-estrutura rural deficiente;</li> <li>- População acomodada dependente das ações do poder público;</li> <li>- Corporativismo político partidário.</li> </ul>

Fonte: MATO GROSSO DO SUL. Planos Regionais, 2002, <<http://www.iplan.ms.gov.br>> Acesso em 8 mai. 2002.

Por outro lado, não há como pensar o processo de desenvolvimento de uma região sem se considerar as condições sociais, políticas, econômicas, de estruturação e organização das comunidades locais. É o que afirma Leite (1994), quando diz que

isso sem dúvida, só pode ser alcançado pela participação social no processo de decisão e construção regional, garantindo a adaptação rápida às constantes mudanças provenientes do dinamismo global [...]. Essa participação é, entretanto, um processo formativo lento, uma recuperação coletiva da capacidade de organizar e construir uma região que implica não cortar opções ou, melhor, não levar os diversos segmentos da sociedade a situações indesejadas [...] por absoluta falta de opções.<sup>326</sup>

Embora se reconheça que existam limites à participação social, através das suas organizações e entidades, nos processos decisórios, ainda há muito a se fazer para rompes com esses limites.

É necessário, no entanto, um esforço permanente a fim de distanciar as práticas participativas de ações promocionais que possam ser associadas a motivações eleitorais. Só assim será possível evitar que sua credibilidade seja desgastada por polêmicas relacionadas com a defesa de interesses partidários.

Convém rever aqui, que o próprio processo de desenvolvimento regional, nas proposições de Kumar (1997), faz com que cidades e regiões tenham agora que concorrer entre si para firmar posições nos fluxos globais [...] *de capitais e dos investimentos diretos* ou ficarão fora dos fenômenos mais dinâmicos<sup>327</sup> do desenvolvimento atual.

---

<sup>326</sup> LEITE, M. A. F. P. **Destruição ou desconstrução?** questões de paisagem e tendências de regionalização, 1994, p. 26.

<sup>327</sup> KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à sociedade pós-moderna**, 1997, p.133.

Renova-se, com isso, o papel dos governos regionais e locais, no território sul-mato-grossense, com o objetivo de atuarem como organizadores de um espaço produtivo, em que grande parte da infra-estrutura necessária depende das ações efetivas de políticas públicas locais, fortalecendo ainda mais a competitividade. No entanto, não se deve ver o território somente à luz dessa política. É preciso considerar o seu conteúdo, revelado pelo seu uso.

Com efeito, nos últimos anos os planejamentos municipais<sup>328</sup> foram influenciados pelos planos diretores e planos de desenvolvimento participativos. O plano diretor baseia-se em leis e regulamentos que define as funções urbanas e buscam orientar o crescimento das cidades. O planejamento participativo passou a vigorar com o desenvolvimento dos movimentos sociais urbanos, tomando-se por base exemplos de experiências inovadoras e bem sucedidas de governos municipais com participação de suas comunidades nas decisões e na solução de problemas.

Diante disso, de acordo com Turra (2003),

as atribuições do poder municipal, antes consideradas de menor relevância quando comparadas aos poderes estadual e nacional, afiguram-se na atualidade como elemento central na medida em que as condições de expansão do meio técnico-científico-informacional permitem que as empresas, suas técnicas e suas políticas possam prescindir do que constituía os chamados fatores locais.<sup>329</sup>

O planejamento participativo é apoiado em consultas populares a partir da ação cooperativa da comunidade e da vontade política de descentralizar o poder decisório. O intuito de trazer a comunidade para o processo de planejamento centrado na questão representativa de base, ou seja, no

---

<sup>328</sup> Cf. OLIVEIRA, D. S. **Planejamento municipal**, 1989. p. 43.

<sup>329</sup> TURRA, Juleusa Maria Theodoro. Formação socioespacial, território e seus usos. Milton Santos e os instrumentos de pensar com os olhos no futuro: compromisso com o Brasil profundo. In: SOUZA, M. A. A. (Org.). **Território brasileiro: usos e abusos**, 2003, p. 388.

envolvimento daquelas pessoas envolvidas nos diversos problemas nos mais variados setores econômicos e de infra-estrutura.

No entanto, este envolvimento da comunidade apresenta limitações. Segundo Gondim (1991),

[...] na grande maioria dos casos, a comunidade está mais interessada em pressionar o poder público para obter melhorias concretas e imediatas para as suas condições de vida, do que em participar de um processo que exige visão de longo prazo, ordenamento de prioridades e capacidade de formular propostas para a cidade como um todo.<sup>330</sup>

Outro ponto a ser lembrado é que os processos participativos só se constituirão em práticas efetivamente democráticas se forem abrangentes e possibilitarem a expressão dos interesses legítimos de todos os segmentos afetados, direta ou indiretamente, pelas questões em discussão.

Ressaltando a discussão sobre os atores sociais e o papel do Estado enquanto agente regulador das relações sociais, em seu livro “Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico”, Sposito (2004) apresenta uma análise empírica dos princípios básicos de governabilidade.<sup>331</sup> Nessa discussão, são considerados os seguintes:

- 1) *Descentralização*: esse princípio deve ser compreendido quando a decisão é tomada no nível mais próximo possível da população interessada. [...]
- 2) *Papel mobilizador* da administração local: esse princípio considera a necessidade de organizar forças sociais em torno dos grandes objetivos da comunidade em médio e longo prazo. [...]

---

<sup>330</sup> GONDIM, L. M. A prática de planejamento dentro das burocracias públicas: um novo enfoque dos papéis desempenhado pelos planejadores, **Revista de Administração Pública**, 1991, p. 19-20.

<sup>331</sup> SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico, 2004, p. 149. A discussão proposta pelo autor é baseada em Dowbor (1996, p. 28-30).



- 3) Organização dos *atores sociais* na cidade em forma de foros de discussão e no incentivo ao aparecimento de parcerias. [...]
- 4) O enfoque da *inovação* pode ser compreendido pela “máxima”: inovar e experimentar novas tecnologias e *modus operandi*. [...]
- 5) A utilização *racional de recursos* pode compreender exercícios de identificação dos recursos e formação de “capital social”, buscando sempre obedecer à necessidade de sustentabilidade das operações de intervenção. [...]
- 6) [...] os *eixos críticos de ação* mediante ações que desencadeiam a mobilização dos grupos sociais desprovidos de base socioeconômica própria. [...]
- 7) [...] trabalhar a *matriz* de decisões ultrapassando a oposição estatização/planejamento *versus* privatização/mercado, mediante políticas de integração. [...]
- 8) As políticas públicas devem [...] centrar atividades nos *objetivos humanos*, partindo do teorema: mercado = meio, desenvolvimento humano = fim [...]
- 9) [...] focar a comunicação e a informação como possibilidades de acesso, por parte de todos os grupos sociais, ao conhecimento [...]<sup>332</sup>

Diante dessas premissas apresentadas pelo autor, é importante considerar esses princípios como um todo para uma efetiva política de desenvolvimento. Além disso, é ressaltada a necessidade da avaliação dos projetos elaborados para verificar “a eficácia, eficiência e efetividade dos gastos públicos.”<sup>333</sup> Sem o mesmo, o esquecimento é inevitável, projetos que têm importância significativa para melhorar a qualidade de vida da população de uma região, notadamente, quando está em condições menos favorecidas que as outras.

O grande desafio talvez seja o de conseguir uma lógica do desenvolvimento e planejamento do território que imponha uma forma de

---

<sup>332</sup> SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico, 2004, p. 149-152.

<sup>333</sup>Ibid., p. 152.

entendimento das diferenciações regionais, provocadas pela diferenciação do desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional. Fica evidente a relevância dos estudos regionais e a necessidade de analisar a produção da diversidade territorial, seja uma região ou uma área que determinamos para os recortes que ela produz.

#### **4.1 - Organização do território e as diferenças socioespaciais na microrregião de Bodoquena e na área da Bodoquena**

Para uma análise das políticas de desenvolvimento regional do território vamos apontar, primeiramente, como está estruturado e como se dá a organização do espaço regional da área da Bodoquena. De acordo com o IBGE (2002), esta área de estudo faz parte da microrregião de Bodoquena e abrange os municípios de Bodoquena, Bonito, Jardim, Guia Lopes da Laguna, Nioaque, Bela Vista e Caracol (figura 32).

A microrregião de Bodoquena limita-se ao norte, com Corumbá, Miranda e Anastácio; ao nordeste, com Anastácio e Maracaju; ao leste, com Maracaju e Ponta Porã; ao sudeste com Ponta Porã e Antônio João; ao sul e a oeste, com o Porto Murtinho e a Noroeste com Corumbá.

A distribuição da população na microrregião de Bodoquena é bastante heterogênea, como mostra a tabela 5. A seguir vamos verificar como se apresenta essa distribuição.<sup>334</sup> Pudemos verificar que o município com menor número de habitantes é Caracol e de maior concentração populacional é Jardim. O mesmo ocorre com relação à densidade demográfica, sabendo-se que sua classificação em relação à área total é a 6<sup>a</sup> na microrregião. Por ser um município pequeno, caracteriza um adensamento populacional muito maior.

Ainda nesta tabela, a área da Bodoquena, constituída pelos municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim abrange uma área territorial de 9.643,2

---

<sup>334</sup> IBGE. Banco de dados do estado de Mato Grosso do Sul, 2002. Várias páginas.

km<sup>2</sup>, o que representa 2,69% da área total do estado (358.158,7 km<sup>2</sup>). A população da área da Bodoquena é de 47.865 habitantes, representando 2,30% da população total do estado (2.078.001 habitantes) e, uma densidade demográfica de 4,96 hab/km<sup>2335</sup>.

Tabela 5 - População, área e densidade demográfica dos municípios da área da Bodoquena e microrregião de Bodoquena no Estado de Mato Grosso do Sul - 2000

ÁREA GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO TOTAL	ÁREA TOTAL (KM <sup>2</sup> ) (1)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB./KM <sup>2</sup> )
Bela Vista	21.764	4.895,40	4,45
<i>Bodoquena</i>	8.367	2.507,20	3,34
<i>Bonito</i>	16.956	4.934,30	3,44
Caracol	4.592	2.938,70	1,56
Guia Lopes da Laguna	11.115	1.210,40	9,18
<i>Jardim</i>	22.542	2.201,70	10,24
Nioaque	15.086	3.923,80	3,84
<b>Área da Bodoquena</b>	<b>47.865</b>	<b>9.643,2</b>	<b>4,96</b>
<b>microrregião de Bodoquena</b>	<b>100.074</b>	<b>22.611,5</b>	<b>4,43</b>
<b>Mato Grosso do Sul</b>	<b>2.078.001</b>	<b>358.158,7</b>	<b>5,80</b>

Fonte: IBGE. Banco de Dados do Estado de Mato Grosso do Sul, 2002.

(1) Valores incluindo as águas interiores.

Na tabela 6, notadamente o município de Jardim tem maior destaque quanto à concentração populacional na área urbana, e, na maioria dos outros municípios os índices revelam que mais da metade da população estão na área urbana, com exceção do município de Nioaque em que a população se concentra na zona rural.

Entre os municípios da área da Bodoquena, Jardim destaca-se com maior número de habitantes com 22.500 habitantes. Em seguida temos o município de Bonito, com 16.827 habitantes, e Bodoquena, com 8.362 habitantes. Ao mesmo tempo, Jardim apresenta um alto grau de concentração urbana, com 92,07%, seguido de Bonito, com 76,04% e, por último, Bodoquena, com 59,18% da população vivendo na área urbana, de acordo com o IBGE (2002). A população na área da Bodoquena é predominantemente urbana, com 81,70% das pessoas

<sup>335</sup> IBGE. Banco de dados do estado de Mato Grosso do Sul, 2002. Várias páginas.

residindo em áreas urbanas, confirmando, uma tendência verificada em todo Brasil.

Tabela 6 - População residente e situação de domicílio da área da Bodoquena e microrregião de Bodoquena no Estado de Mato Grosso do Sul em valores absolutos - 2000

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO RESIDENTE	
		URBANA	RURAL
Bela Vista	21.764	18.023	3.741
<i>Bodoquena</i>	8.367	5.223	3.144
<i>Bonito</i>	16.965	12.928	4.028
Caracol	4.592	2.760	1.832
Guia Lopes da Laguna	11.115	9.061	2.054
<i>Jardim</i>	22.542	20.953	1.589
Nioaque	15.086	6.081	9.005
<b>Área da Bodoquena</b>	<b>47.865</b>	<b>39.104</b>	<b>8.761</b>
<b>microrregião de Bodoquena</b>	<b>100.074</b>	<b>75.029</b>	<b>25.393</b>
<b>Mato Grosso do Sul</b>	<b>2.078.001</b>	<b>1.747.106</b>	<b>330.895</b>

Fonte: IBGE. Banco de Dados do Estado de Mato Grosso do Sul, 2002.

(1) Exclui a população residente nas áreas urbana isoladas.

Embora a migração não seja tipicamente constituída por pessoas que vieram da área rural, e tenha contribuído para esse dinamismo no processo de expansão populacional urbana, não há dúvidas de que o êxodo rural foi um alimentador fundamental da concentração urbana na área da Bodoquena.

Por outro lado, a escassa densidade de população rural, na área da Bodoquena e na microrregião, pode ser em decorrência de um uso do território que não exige uma numerosa população rural. Isso se dá em decorrência da mecanização e, depois, os avanços da ciência e da informação contribuíram para a queda da participação da população rural na população total, como acontece em relação ao Estado de Mato Grosso do Sul e ao país.

#### 4.1.1 - A dinâmica populacional e sua inserção nas atividades econômicas

Tendo em vista o propósito de nossa pesquisa, delimitamos como campo de análise a área da Bodoquena na qual se inserem os municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim, considerando-se como área de maior influência dentro da microrregião de Bodoquena em relação à participação ativa dos

processos ligados à Camargo Corrêa Cimentos e do setor de turismo. Portanto, é oportuno apontar todos os elementos que integram a formação socioeconômica e espacial desses municípios.

Dentre os municípios da área da Bodoquena, observamos na tabela 7 que a maior taxa de crescimento populacional anual, no período de 1980/1991, foi a de Bonito, com 3,18%, seguida de Jardim, com 3,09%. Em 1980, Bodoquena era um distrito e estava incorporada ao município de Miranda.

Tabela 7 - População e taxas anuais de crescimento no período de 1980 a 2000 dos municípios da área da Bodoquena no Estado de Mato Grosso do Sul - 2000

ÁREA GEOGRÁFICA	1980		1991		2000		Taxa Média Anual	
	Hab.	%*	Hab.	%*	Hab.	%*	Hab.	%*
<b>Bodoquena</b>	-	-	8.120	0,46	8.367	0,40	-	0,33
Urbana**	-	-	4.125	50,80	5.223	62,42	-	2,66
Rural**	-	-	3.995	49,20	3.144	37,58	-	-2,63
<b>Bonito</b>	11.014	0,80	15.543	0,87	16.956	0,82	3,18	0,97
Urbana	5.110	46,40	10.322	66,41	12.928	76,24	6,60	2,53
Rural	5.904	53,60	5.221	33,59	4.028	23,76	-1,11	-2,84
<b>Jardim</b>	13.822	1,01	19.325	1,09	22.542	1,08	3,09	1,73
Urbana	11.038	79,86	17.601	91,08	20.953	92,95	4,33	1,96
Rural	2.784	20,14	1.724	8,92	1.589	7,05	-4,26	-0,90
<b>Área da Bodoquena</b>	29.885	2,18	42.988	2,41	47.865	2,30	3,36	1,20
Urbana	18.094	60,55	32.048	74,55	39.104	81,70	5,33	2,24
Rural	11.791	39,45	10.940	25,45	8.761	18,30	-0,68	-2,24
<b>Mato Grosso do Sul</b>	1.369.567	100,00	1.780.373	100,00	2.078.001	100,00	2,41	1,73
Urbana	919.123	67,11	1.414.447	79,45	1.747.101	84,08	4,00	2,37
Rural	450.444	32,89	365.926	20,55	330.895	15,92	-1,87	-1,11

Fonte: IBGE. Censos: 1980, 1991, 2000.

(\*) Valores percentuais em relação ao total de Mato Grosso do Sul.

(\*\*) Relação à distribuição interna de cada área geográfica.

Nesta tabela podemos destacar que o ritmo de crescimento populacional no período de 1991 a 2000 registrou uma desaceleração em relação à década anterior. Jardim foi o município que apresentou a maior taxa de crescimento no período, (1,73%), seguido de Bonito (0,97%) e Bodoquena (0,33%). Analisando esse crescimento, apontamos que a expansão da atividade turística em Jardim e Bonito deve ter favorecido para o crescimento da população, já que tais

municípios são divulgados pela mídia através de vários documentários sobre a região desde o início da década de 1990.

Por outro lado, ao analisarmos o indicador de qualidade de vida de cada município, o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH,<sup>336</sup> podemos comparar as variações deste índice entre 1991 e 2000, constatando algumas mudanças, como mostra a tabela 8.

Ao se comparar os índices dos três municípios entre 1991 e 2000, constatou-se que Bodoquena e Jardim, praticamente, mantiveram as mesmas colocações, isto é, de 66<sup>a</sup> para 69<sup>a</sup>, e da 14<sup>a</sup> para 13<sup>a</sup> respectivamente. A variação significativa dos índices foi constatada no município de Bonito, que saiu da 30<sup>a</sup> no estado em 1991 para 18<sup>a</sup> colocação em 2000.

Para efeito de comparação, em 1970, conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apud Mato Grosso do Sul (2003) o IDH da região sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul - microrregião Geográfica de Bodoquena e município de Porto Murtinho -, o índice regional era de 0,443 e, em 1991, esse índice chega a 0,627, um crescimento de 41,73%.

Além da educação, também podemos apontar, como fatores que contribuíram para melhorarem os índices de desenvolvimento humano nos municípios, as melhorias verificadas nas dimensões de esperança de vida ao nascer, expectativa de vida, renda, e, conseqüentemente da renda *per capita*.

#### **4.1.2 - A dinâmica econômica**

O desenvolvimento econômico da área da Bodoquena está baseado na agropecuária consolidada desde o início do processo de ocupação e povoamento dos municípios. No entanto, pela diversidade de recursos naturais existentes em sua área territorial, apresenta potencialidade para a atividade turística. Entretanto, as principais atividades econômicas desenvolvidas nos

---

<sup>336</sup> O IDH consiste na agregação de três variantes básicas: educação, renda e longevidade.

Tabela 8 – Índice de desenvolvimento humano (IDH) por município da área da Bodoquena em Mato Grosso do Sul – 1991 e 2000

MUNICÍPIOS	Esperança de vida ao nascer		Taxa de alfabetização o de adulto		Taxa bruta de freqüência escolar		Renda per capita (R\$ 1,00)		Índice de esperança de vida		Índice de Educação		Índice de PIB		Ranqing no Estado de Mato Grosso do Sul	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
<b>Bodoquena</b>	65,17	65,40	74,49	82,70	50,27	81,11	2.243,00	3.349,60	0,669	0,673	0,664	0,822	0,561	0,628	66 <sup>a</sup>	69 <sup>a</sup>
<b>Bonito</b>	67,21	72,26	77,45	87,49	53,67	74,02	3.183,00	4.638,40	0,704	0,788	0,695	0,830	0,619	0,682	30 <sup>a</sup>	18 <sup>a</sup>
<b>Jardim</b>	65,27	68,91	84,44	87,68	71,28	82,49	3.470,40	5.840,40	0,671	0,732	0,801	0,866	0,633	0,720	14 <sup>a</sup>	13 <sup>a</sup>

Fonte: ONU, 2001.

municípios estão concentradas em outros segmentos. Em Bonito e Jardim têm destaque o comércio e em Bodoquena, a indústria.

No município de Bodoquena, a indústria de cimento da Camargo Corrêa Cimentos é a principal contribuinte do ICMS no setor secundário; Jardim e Bonito têm maior concentração de contribuintes de ICMS no setor terciário, destacando o segmento do comércio, que também pode estar relacionada ao incremento da atividade turística, notadamente em Bonito. Nota-se, conforme a tabela 9, que a maior arrecadação está concentrada no município de Bodoquena em decorrência da fábrica de cimento.

Nitidamente, fica evidenciado que na área da Bodoquena há fortes desequilíbrios com relação à importância do ICMS na geração de recursos no nível dos municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim.

Tabela 9 - Arrecadação de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) e participação municipal (%) dos municípios da área da Bodoquena no Estado de Mato Grosso do Sul - 1998 - 2002

ÁREA GEOGRÁFICA		ARRECADAÇÃO (R\$)				
		1998	1999	2000	2001	2002
Bodoquena	Arrecadação	1.890.983	3.962.826	6.008.427	8.109.955	11.974.798
	<b>Participação municipal %</b>	<b>0,39</b>	<b>0,67</b>	<b>0,86</b>	<b>0,65</b>	<b>0,90</b>
Bonito	Arrecadação	683.495	722.548	1.015.521	1.318.189	1.311.109
	<b>Participação municipal %</b>	<b>0,14</b>	<b>0,12</b>	<b>0,15</b>	<b>0,11</b>	<b>0,10</b>
Jardim	Arrecadação	1.320.492	1.680.649	1.956.695	1.989.928	2.190.300
	<b>Participação municipal %</b>	<b>0,27</b>	<b>0,29</b>	<b>0,28</b>	<b>0,16</b>	<b>0,16</b>
<b>Estado</b>		<b>484.586.390</b>	<b>589.581.246</b>	<b>699.913.936</b>	<b>1.243.930.710</b>	<b>1.329.094.288</b>

Fonte: MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Receita e Controle, 2003.

Nas tabelas 10, 11 e, 12 apresentamos a arrecadação por atividade econômica dos três municípios da área da Bodoquena e, constatamos que neste cenário há diferenciação de arrecadação e do índice de participação. Como podemos perceber na tabela 10, no município de Bodoquena a atividade industrial têm maior índice de participação, chegando a 90,07% do total da arrecadação do ICMS em 2002.



Tabela 10 - Arrecadação de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) por atividade econômica do município de Bodoquena no Estado de Mato Grosso do Sul - 1998 - 2002

ICMS	ARRECADAÇÃO (R\$)					PARTICIPAÇÃO (%)				
	1998	1999	2000	2001	2002	1998	1999	2000	2001	2002
Comércio	138.333	92.865	106.528	133.747	1.059.021	7,32	2,34	1,77	1,65	8,84
Indústria	1.578.029	3.569.730	5.782.672	7862.225	10.786.216	83,45	90,09	96,94	96,94	90,07
Pecuária	103.052	131.311	74.882	65.356	53.128	5,45	3,31	1,25	0,81	0,44
Agricultura	47.201	38.113	33.804	27.927	49.144	2,50	0,96	0,56	0,34	0,41
Serviços	1.008	360	1.741	744	349	0,05	0,01	0,03	0,01	0,01
Eventuais	23.310	130.447	8.800	19.956	26.940	1,23	3,29	0,15	0,25	0,23
<b>Total</b>	<b>1.890.933</b>	<b>3.962.826</b>	<b>6.008.427</b>	<b>8.109.955</b>	<b>11.974.798</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Receita e Controle, 2003.

Na tabela 11, o índice de participação de Bonito está concentrada no segmento do comércio, com 70,44% e da pecuária, com 15,92% em 2002. No segmento do comércio esse índice se reflete na dinâmica econômica da atividade de turismo. Se compararmos os períodos anteriores, nota-se que desde 1998, o comércio está em expansão, ao contrário da pecuária, que tem sofrido declínio na arrecadação.

Tabela 11 - Arrecadação de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) por atividade econômica do município de Bonito no Estado de Mato Grosso do Sul - 1998 - 2002

ICMS	ARRECADAÇÃO (R\$)					PARTICIPAÇÃO (%)				
	1998	1999	2000	2001	2002	1998	1999	2000	2001	2002
Comércio	354.918	467.022	736.792	921.693	923.589	51,93	64,64	72,55	69,92	70,44
Indústria	48.338	35.351	62.659	38.502	13.858	7,07	4,89	6,17	2,92	1,06
Pecuária	207.093	141.859	75.403	167.762	208.716	30,30	19,63	7,43	12,73	15,92
Agricultura	12.634	12.660	63.627	75.634	67.469	1,85	1,75	6,27	5,74	5,15
Serviços	20.572	14.557	15.526	556	1.362	3,01	2,01	1,53	0,04	0,10
Eventuais	39.940	51.099	61.514	114.043	96.115	5,48	7,07	6,06	8,65	7,33
<b>Total</b>	<b>683.495</b>	<b>722.548</b>	<b>1.015.521</b>	<b>1.318.189</b>	<b>1.311.109</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Receita e Controle, 2003.

Na tabela 12, o índice de participação do município de Jardim está concentrada no segmento do comércio, com 79,24%. A pecuária, em menor índice tem 8,25% do total da arrecadação, com crescimento pouco significativa se

comparada ao comércio que sempre esteve elevada. Diante disso, o município é considerado o pólo regional na comercialização de produtos e insumos na região.

Tabela 12 - Arrecadação de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) por atividade econômica do município de Jardim no Estado de Mato Grosso do Sul - 1998 - 2002

ICMS	ARRECADANÇA (R\$)					PARTICIPAÇÃO (%)				
	1998	1999	2000	2001	2002	1998	1999	2000	2001	2002
Comércio	1.151.692	1.305.399	1.563.312	1.654.345	1.735.555	87,22	77,69	79,90	83,14	79,24
Indústria	9.147	4.291	2.189	5.164	9.191	0,69	0,26	0,11	0,26	0,42
Pecuária	79.264	234.690	290.852	100.209	180.644	6,00	13,96	14,86	5,04	8,25
Agricultura	39.392	81.403	62.886	96.833	113.723	2,98	4,84	3,21	4,87	5,19
Serviços	17.919	22.699	21.404	19.801	19.235	1,36	1,35	1,09	1,00	0,88
Eventuais	23.078	32.161	16.052	113.575	131.952	1,75	1,91	0,82	5,71	6,02
<b>Total</b>	<b>1.320.492</b>	<b>1.680.649</b>	<b>1.989.928</b>	<b>2.190.300</b>	<b>2.190.300</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Receita e Controle, 2003.

Analisando a tabela 13 sobre a distribuição da população de 10 anos ou mais, ocupada, segundo a atividade econômica no Estado de Mato Grosso do Sul, o setor terciário, em 1980, absorvia 46,87% do total de pessoas acima de 10 anos ocupadas, seguido do setor primário, com 35,53%. Em 1991, o setor terciário saltou para 58,46%, ao passo que o setor primário caía para 25,03%. Em 2000, o setor terciário continuou expandindo, passando para 61,64%, ao passo que no setor primário continuou reduzindo, registrando 17,50%.

Em que pesem, os dados do município de Bodoquena, demonstrados na tabela 13 apontam que em 1991 o setor primário era predominante, com 42,06% da mão-de-obra ocupada, seguido do setor secundário, com 30,56% e do setor terciário, com 27,38%. Já em 2000, ocorre significativa mudança, e o setor terciário passou para 50,08% da mão-de-obra ocupada, ao passo que o setor primário passou para a segunda colocação, com 35,16%, e o setor secundário, reduziu quase pela metade, ficando na última colocação com 14,03%.

Tabela 13 – Distribuição da população de 10 anos ou mais, ocupada, segundo a atividade econômica nos municípios da área da Bodoquena no Estado de Mato Grosso do Sul: 1980 - 2000

ÁREA GEOGRÁFICA	1980	%	1991	%	2000	%
<b>Bodoquena</b>	<b>0*</b>	<b>0,00</b>	<b>2.922</b>	<b>100,00</b>	<b>3.279</b>	<b>100,00</b>
Primário	0*	0,00	1.229	42,06	1.153	35,16
Secundário	0*	0,00	893	30,56	460	14,03
Terciário	0*	0,00	800	27,38	1.642	50,08
Não determinado	0*	0,00	0	0,00	24	0,73
<b>Bonito</b>	<b>3.926</b>	<b>100,00</b>	<b>5.673</b>	<b>100,00</b>	<b>7.379</b>	<b>100,00</b>
Primário	2.239	57,03	2.583	45,53	1.802	24,42
Secundário	496	12,63	810	14,28	1.370	18,57
Terciário	1.191	30,34	2.280	40,19	4.116	55,78
Não determinado	0	0,00	0	0,00	91	1,23
<b>Jardim</b>	<b>4.874</b>	<b>100,00</b>	<b>6.588</b>	<b>100,00</b>	<b>8.543</b>	<b>100,00</b>
Primário	1352	27,74	1.607	24,39	1.348	15,78
Secundário	881	18,08	892	13,54	1.556	18,21
Terciário	2.641	59,19	4.089	62,07	5.440	63,68
Não determinado	0	0,00	0	0,00	199	2,33
<b>Área da Bodoquena</b>	<b>8.800</b>	<b>100,00</b>	<b>15.183</b>	<b>100,00</b>	<b>19.201</b>	<b>100,00</b>
Primário	3.591	40,81	5.419	35,69	4.303	22,41
Secundário	1.377	15,65	2.595	17,09	3.386	17,63
Terciário	3.832	43,55	7.169	47,22	11.198	58,32
Não determinado	0	0,00	0	0,00	314	1,64
<b>Estado de Mato Grosso do Sul</b>	<b>495.767</b>	<b>100,00</b>	<b>695.783</b>	<b>100,00</b>	<b>844.261</b>	<b>100,00</b>
Primário	176.126	33,53	174.179	25,03	147.734	17,50
Secundário	87.289	17,61	114.839	16,61	167.186	19,80
Terciário	232.252	46,84	406.765	58,46	520.435	61,64
Não determinado	0	0,00	0	0,00	8.906	1,05

Fonte: IBGE. Censos: 1980, 1991, 2000.

(\*) O município de Bodoquena, em 1980, ainda era Distrito do município de Miranda.

Apesar de haver maior índice de arrecadação de ICMS, no setor secundário, no município de Bodoquena, constata-se o menor índice de mão-de-obra empregada. Comprovando assim, que o setor, por utilizar um grau mais alto de capital intensivo, inclusive automação, como é o caso da fábrica de cimento, não apresenta empregabilidade significativa para a área da Bodoquena.

Sobre o mercado de trabalho formal no Estado de Mato Grosso do Sul e na área da Bodoquena, no período de 1998 a 2001<sup>337</sup> os dados estatísticos da tabela 14 demonstram que o setor com maior número de estabelecimentos foi o da agropecuária. No entanto, os números não são na mesma proporção ao estoque de emprego e, comparando com os subsetores do setor terciário, é o que menos emprega. O subsetor que tem maior concentração de empregados é o comércio varejista e serviços de alojamento e alimentação, apesar de ter menor número de estabelecimentos, representa 64% mais empregos que a agropecuária no ano de 2001.

No período analisado, o maior empregador no estado foi a Administração Pública. Na tabela 14, observa-se que este segmento apontou queda entre 1998 e 2000, voltando a crescer no ano de 2001, representando 29,25% do total de vínculos empregatícios. Outros segmentos com índices elevados de emprego, apontados na tabela no ano de 2001, são o comércio varejista, com 14,91%, a agropecuária, com 13,88% e os serviços de alojamento e Alimentação, com 7,87% do total de empregos.

A análise dos dados dos municípios da área da Bodoquena em relação ao número de estabelecimentos, apresentados na tabela 15, evidencia em Bodoquena o predomínio da atividade agropecuária, com 32,24% do total dos estabelecimentos em 2001, seguido do comércio varejista com 9,28%. Entretanto, a atividade que mais absorve mão-de-obra no município é a administração pública, a exemplo do que ocorre no estado responsável por 36,89%, seguido da agropecuária, com 32,21% do total de empregos.

---

<sup>337</sup> As informações dos empregos formais foram obtidas através do Ministério do Trabalho e Emprego, segundo levantamento da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS do número de estabelecimentos e vínculos empregatícios em trinta e um de dezembro de cada ano por área geográfica e atividade econômica.

Tabela 14 – Número de estabelecimentos e estoque de emprego, por subsetor de atividade econômica da área da Bodoquena e do Estado de Mato Grosso do Sul – 1998 - 2001

Atividade Econômica	1998		1999		2000		2001	
	Área da Bodoquena	Estado de Mato Grosso do Sul	Área da Bodoquena	Estado de Mato Grosso do Sul	Área da Bodoquena	Estado de Mato Grosso do Sul	Área da Bodoquena	Estado de Mato Grosso do Sul
Construção Civil	Estab.	835	5	935	5	1.011	8	1.050
	Empr.	11.446	5	8.313	60	10.708	85	13.266
Comércio Varejista	Estab.	9.029	170	9.620	190	10.501	225	11.039
	Empr.	37.820	528	41.095	638	45.155	694	47.908
Educação	Estab.	472	6	483	7	497	11	510
	Empr.	7.939	58	7.236	46	8.105	107	8.563
Administrativo/Técnico/Profissional	Estab.	2.101	27	2.169	25	2.286	34	2.421
	Empr.	15.592	107	15.952	76	18.035	83	17.828
Transporte e Comunicação	Estab.	982	22	991	26	1.051	26	1.135
	Empr.	11.023	79	10.467	99	10.852	89	11.315
Alojamento	Estab.	2.712	68	2.864	77	3.061	89	3.216
	Empr.	23.172	284	24.312	463	24.507	504	25.273
Médicos Odontol. Veterinário	Estab.	1.502	17	1.595	19	1.690	23	1.730
	Empr.	9.422	76	9.424	84	9.622	97	9.463
Administração Pública	Estab.	222	7	249	7	253	6	245
	Empr.	81.419	1.082	85.250	1.078	74.945	1.263	93.985
Agropecuária	Estab.	13.181	342	14.136	374	14.781	402	15.218
	Empr.	36.976	891	39.157	945	42.598	1.040	44.596
Outros	Estab.	3.463	53	3.476	53	3.549	60	3.673
	Empr.	40.949	221	42.148	272	46.430	334	49.064
Total	Estab.	34.499	717	36.518	783	38.680	884	40.237
	Empr.	275.758	3331	283.354	3.761	290.957	4.296	321.261

Fonte: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE/RAIS, 2002.

No município de Bonito, observando-se os dados da tabela 15, no ano de 2001 a administração pública apresenta maior estoque de emprego, com 29,45%, seguida da agropecuária, com 27,09%, alojamento e alimentação, com 16,16% e o comércio varejista, com 13,22%. Ressalta-se que o número de estabelecimentos do segmento de alojamento e alimentação e o comércio varejista apresentam-se inferior ao do segmento da agropecuária, no entanto, aqueles empregam muito mais.

Já no município de Jardim, em 2001, como mostra a tabela 15, o subsetor da agropecuária apresentou maior número de estabelecimentos, 35,89%, seguido do comércio varejista com 34,52% e do subsetor de alojamento e alimentação, com 6,85%. Quanto ao número de empregados, o subsetor do comércio varejista apresentou maior estoque de emprego. Isto confirma a importância de Jardim como entreposto comercial da região. Somando-se o estoque de emprego nestes três subsetores citados, temos 50% do estoque de emprego em Jardim, além de terem o maior número de estabelecimentos.

Em relação ao rendimento médio da área da Bodoquena, nota-se na tabela 16, que a desigualdade de rendimento médio mensal é elevada, de acordo com o levantamento do IBGE (vários anos), entre os períodos de 1980 a 2000.

Analisando o Estado de Mato Grosso do Sul e a área da Bodoquena no período em questão, observa-se na tabela 16, que o rendimento da população até cinco salários mínimos teve aumento gradativo. Em 2000 representou 50% da população empregada. Em contrapartida, a população sem rendimentos vem paulatinamente diminuindo, passando de 47,93% para 40,31% em 2000.

Quando se observa na tabela 16, a distribuição da população segundo rendimento médio mensal no período *supra* citado, constata-se que nos municípios da área da Bodoquena, no ano de 2000, que em Bodoquena e Jardim, a

Tabela 15 – Número de estabelecimentos e estoque de emprego, por subsetor de atividade econômica dos municípios da área da Bodoquena no Estado de Mato Grosso do Sul – 1998 - 2001

Atividade Econômica	1998				1999				2000				2001			
	Bodoquena	Bonito	Jardim	Bodoquena	Bonito	Jardim	Bodoquena	Bonito	Jardim	Bodoquena	Bonito	Jardim	Bodoquena	Bonito	Jardim	
Construção Civil	Estab.	01	02	05	00	02	03	00	03	02	03	00	00	05	3	
	Empr.	00	01	07	00	02	03	00	02	19	41	00	00	64	21	
Comércio Varejista	Estab.	09	45	94	10	63	97	15	67	108	17	82	126			
	Empr.	20	109	334	17	162	349	36	207	395	34	252	408			
Ensino	Estab.	00	02	04	00	03	03	00	02	05	00	00	3	8		
	Empr.	00	09	24	00	08	50	00	06	40	00	00	14	93		
Administrativo/Técnico/Profissional	Estab.	04	09	11	04	08	15	03	09	13	04	11	19			
	Empr.	35	20	31	42	24	41	23	32	21	26	31	26			
Transporte e Comunicação	Estab.	02	12	09	02	13	07	03	16	07	03	17	6			
	Empr.	06	22	69	06	16	57	35	22	42	07	41	41			
Alojamento	Estab.	03	34	17	05	43	20	06	47	24	08	56	25			
	Empr.	16	194	46	16	219	49	18	282	163	56	308	140			
Médicos Odonito.	Estab.	02	05	09	02	05	10	01	07	11	01	8	14			
	Empr.	07	40	54	02	36	38	02	40	42	02	39	56			
Administração Pública	Estab.	02	02	02	02	02	03	02	02	03	02	02	2	2		
	Empr.	227	428	334	233	438	411	222	444	412	252	561	460			
Agropecuária	Estab.	55	182	85	54	186	102	60	197	117	59	212	131			
	Empr.	204	440	200	191	455	245	203	496	246	220	516	304			
Outros	Estab.	05	24	24	05	24	24	05	21	27	09	20	31			
	Empr.	56	77	79	57	72	92	91	78	103	96	79	159			
Total	Estab.	83	317	260	84	349	284	95	371	317	183	416	365			
	Empr.	571	1.340	1.178	564	1.432	1.335	636	1.648	1.483	683	1.905	1.708			

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE/RAIS, 2002.

população com rendimento médio mensal até cinco salários mínimos, representam 47,10% e 49,07% respectivamente, ao passo que no município de Bonito este índice ultrapassou mais da metade da população, com 54,89%.

Tabela 16 - Distribuição da população segundo o rendimento médio mensal nos municípios da área da Bodoquena e no Estado de Mato Grosso do Sul nos anos de 1980, 1991 e 2000

Ano	Área Geográfica		Faixa de Rendimento (em salários mínimos)							Nd	Total
			até 2,00	2,1 a 5,0	5,1 a 10,0	10,1 a 20,0	mais de 20	S/ rend.			
1980	Bodoquena	Nº abs	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Bonito	Nº abs	2.869	746	170	121	41	3.756	19	7.722	
		%	37,15	9,66	2,20	1,57	0,53	48,64	0,25	100,00	
	Jardim	Nº abs	4.012	906	293	121	40	4.841	-	10.213	
		%	39,29	8,87	2,87	1,18	0,39	47,40	-	100,00	
	Área da Bodoquena	Nº abs	<b>6.881</b>	<b>1.652</b>	<b>463</b>	<b>242</b>	<b>81</b>	<b>8.597</b>	<b>19</b>	<b>17.935</b>	
		%	<b>38,37</b>	<b>9,21</b>	<b>2,58</b>	<b>1,35</b>	<b>0,45</b>	<b>47,93</b>	<b>0,11</b>	<b>100,00</b>	
	Estado	Nº abs	<b>363.124</b>	<b>103.872</b>	<b>28.713</b>	<b>13.919</b>	<b>7.409</b>	<b>466.856</b>	<b>3.276</b>	<b>987.169</b>	
		%	<b>36,79</b>	<b>10,52</b>	<b>2,91</b>	<b>1,41</b>	<b>0,75</b>	<b>47,29</b>	<b>0,33</b>	<b>100,00</b>	
1991	Bodoquena	Nº abs	2.493	478	33	28	14	3.017	79	6.142	
		%	40,59	7,78	0,54	0,46	0,22	49,12	1,29	100,00	
	Bonito	Nº abs	4.814	941	338	134	56	5.332	73	11.688	
		%	41,19	8,05	2,89	1,15	0,48	45,62	0,62	100,00	
	Jardim	Nº abs	5.471	1.260	609	127	125	7.087	146	14.825	
		%	36,90	8,50	4,11	0,86	0,85	47,80	0,98	100,00	
	Área da Bodoquena	Nº abs	<b>12.778</b>	<b>2.679</b>	<b>980</b>	<b>289</b>	<b>195</b>	<b>15.436</b>	<b>298</b>	<b>32.65</b>	
		%	<b>39,13</b>	<b>8,20</b>	<b>3,00</b>	<b>0,89</b>	<b>0,60</b>	<b>47,27</b>	<b>0,91</b>	<b>100,00</b>	
	Estado	Nº abs	<b>501.376</b>	<b>166.579</b>	<b>56.155</b>	<b>22.399</b>	<b>12.647</b>	<b>588.601</b>	<b>5.779</b>	<b>1.353.536</b>	
		%	<b>37,04</b>	<b>12,31</b>	<b>4,15</b>	<b>1,65</b>	<b>0,93</b>	<b>43,49</b>	<b>0,43</b>	<b>100,00</b>	
2000	Bodoquena	Nº abs	2.372	697	229	99	14	3.106	-	6.517	
		%	36,40	10,70	3,51	1,52	0,21	47,66	-	100,00	
	Bonito	Nº abs	5.645	1.703	509	209	136	5.183	-	13.385	
		%	42,18	12,72	3,80	1,56	1,02	38,72	-	100,00	
	Jardim	Nº abs	6.085	1.923	960	425	299	7.374	-	17.786	
		%	38,26	10,81	5,40	2,39	1,68	41,46	-	100,00	
	Área da Bodoquena	Nº abs	<b>14.822</b>	<b>4.323</b>	<b>1.698</b>	<b>733</b>	<b>449</b>	<b>15.663</b>	<b>-</b>	<b>37.688</b>	
		%	<b>39,33</b>	<b>11,47</b>	<b>4,51</b>	<b>1,94</b>	<b>1,19</b>	<b>41,56</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>	
	Estado	Nº abs	<b>590.686</b>	<b>233.959</b>	<b>100.236</b>	<b>40.410</b>	<b>24.890</b>	<b>668.601</b>	<b>-</b>	<b>1.658.782</b>	
		%	<b>35,61</b>	<b>14,10</b>	<b>6,04</b>	<b>2,44</b>	<b>1,50</b>	<b>40,31</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>	

Fonte: IBGE. Censos: 1980, 1991 e 2000.

Já em relação à população sem rendimentos, no caso do município de Bonito, apresenta um dos menores índices da área da Bodoquena, com 38,72% em 2000. Apesar disso, analisando a situação nos outros municípios, na área da



Bodoquena e no estado, este índice é maior que os outros índices em todo o período analisado.

A conjuntura econômica da área da Bodoquena revela que o incremento do segmento terciário, na atividade turística, no caso do município de Bonito tem contribuído para a geração de postos de trabalho e renda.

#### **4.1.3 - A estrutura regional e a formação socioespacial da área da Bodoquena**

A estrutura regional da área da Bodoquena esteve influenciada por diversos fatores, aliada às políticas de desenvolvimento do governo estadual e federal. Segundo Ribeiro (1993),

em 1946, o estado teve a reincorporação da área do território federal de Ponta Porã, da qual o distrito de paz de Bonito fazia parte, e a recuperação da área ocupada pela Companhia Matte Laranjeira, em torno de dois milhões de terras agricultáveis.<sup>338</sup>

No governo de Getúlio Vargas foram implantados projetos de colonização no Estado de Mato Grosso do Sul, favorecendo a vinda de migrantes, originados do sul do país para o sul do estado. Esse processo migratório também é resultante da corrente expansionista do café abrangendo as terras do planalto da serra da Bodoquena.

O aumento do rebanho bovino da planície do Pantanal e a baixa capacidade de suporte das fazendas levaram os pecuaristas a estabelecerem propriedades nas bordas da planície alcançando os limites do planalto da Bodoquena, facilitando a ampliação do rebanho para recria e engorda.

Dentro deste contexto, os ajustes territoriais, a expansão da agropecuária e o movimento migratório, integrados à dinâmica econômica do país no pós Segunda Guerra Mundial teve reflexos na área da Bodoquena e em toda a

---

<sup>338</sup> RIBEIRO, L. R. E. F. **O homem e a terra**, 1993, p. 357.

borda meridional da bacia do Alto Paraguai, gerando modificações na estrutura do espaço regional, e o surgimento de vários povoados. Com isso vários municípios foram criados, entre eles o município de Bonito e Jardim.

Por outro lado, o incremento da atividade turística,<sup>339</sup> desde a década de 1980, com ênfase ao ecoturismo, também gerou transformações socioespaciais, não só para dinamizar a economia regional na área da Bodoquena, como para ampliar as opções de acessibilidades a elas quanto à infra-estrutura. Embora incipiente, quando comparada em nível nacional, essa atividade é crescente, especialmente no que se refere ao fluxo de turista em nível internacional e regional.<sup>340</sup>

Constata-se que o processo de ocupação turística do planalto da Bodoquena tem revelado uma combinação entre técnicas empíricas, locais que estão se esgotando no intenso processo de transformação das áreas turísticas e a transferência de tecnologias inapropriadas para as condições locais.

Enquanto o turismo se expande pelo Planalto da Bodoquena, Bonito já sofre as conseqüências de uma exploração desenfreada de seus recursos. Esta atividade precisa ser planejada, pois está subordinada às políticas públicas, à iniciativa privada ou à parceria de ambas, e deverá conciliar interesses variados e ações conflitantes para se efetivar como área social, ter na gestão territorial sua base de ação e na educação ambiental a garantia para as gerações futuras, da "imagem" destes sítios.

---

<sup>339</sup> O turismo com atividades aquáticas (mergulho, canoagem, rafting, passeio de barco, natação, canyoning) e outros como trilhas, rapel, vôo livre, passeio em grutas, além das compras na fronteira, constituem as mais importantes atrações para o turismo regional. Tendo a participação significativa dos Municípios de Bonito, Bodoquena, Jardim e Miranda.

<sup>340</sup> Segundo dados da Superintendência do Turismo do Mato Grosso do Sul (1995), a quantidade de turistas se movimentando regionalmente está praticamente na mesma proporção que a dos vindos de outros Estados.

A conscientização ambiental e a divulgação da riqueza natural do Estado de Mato Grosso do Sul favorecem a prática do turismo ecológico. Neste sentido a área da Bodoquena é beneficiada pela fauna e flora exuberante, pela abundância de recursos hídricos, pela existência de fazendas para a prática do ecoturismo e, também, pela diversidade de atrativos histórico-culturais. A tendência de crescimento do ecoturismo pode dinamizar o setor turístico regional.

Vale ressaltar ainda que, no início da década de 1980, a região da Serra da Bodoquena passou a ser destaque no cenário sul-mato-grossense por ser o maior potencial mineral, apontado pelos mapeamentos geológicos realizados pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM).<sup>341</sup> Ao longo desta década várias pesquisas desenvolvidas pelo governo do estado delimitaram, na região, jazidas de mármore,<sup>342</sup> até o momento inexplorado.

Ao final da década de 1980, é iniciada a construção da fábrica de cimento da Camargo Corrêa instalada no município de Bodoquena. Nesta fase inicial de implantação da fábrica, a população da cidade de Bodoquena passou a ter grandes expectativas de emprego e crescimento econômico.

A seguir apresentamos uma análise da organização do espaço dos municípios da área da Bodoquena identificada a partir do processo de colonização e povoamento do território, ressaltando-se as importantes transformações no espaço urbano e a sua inter-relação com a infra-estrutura local na dinâmica econômica. A partir dessa análise, a identificação do segmento mais significativo na organização do espaço local e regional. Nesta análise identificamos uma diversidade local quanto à formação socioespacial.

---

<sup>341</sup> Cf. CORREA J. A. et al. Geologia das regiões Centro e Oeste de Mato Grosso: projeto Bodoquena. In: BRASIL. DNPM/CPRM. **Série Geologia Básica**, 1979 e NOGUEIRA, V. L. et al. **Projeto Bonito-Aquidauana**: relatório final, 1978.

<sup>342</sup> Cf. SILVA, P. J.; GODOY, W. P. K.; CARUSO, L. G. Avaliação técnico-econômica dos mármorees da região de Bonito - Mato Grosso do Sul. In: **Anais** do Congresso Brasileiro de Geologia, 1986.

#### 4.1.3.1 - Organização do espaço na cidade de Bodoquena

O processo de organização do espaço da área da Bodoquena apresenta particularidades em cada município, ocorrendo em períodos diferenciados, como vamos verificar. A mais recente ocupação ocorreu no município de Bodoquena, quando em 1948, o governador do estado, implanta na região da serra da Bodoquena, a Colônia Agrícola Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo.

Bodoquena teve sua gênese de um assentamento rural.<sup>343</sup> Em 1948, pressionado por políticos de Miranda com a intenção de povoar a região, o governador de Mato Grosso, Arnaldo Estevão de Figueiredo, criou em terras do município de Miranda uma colônia agrícola com quarenta mil hectares, divididos em 859 lotes.

Surgiu daí um povoado chamado Vila da Amizade, local em que os colonos se reuniam socialmente, surgindo as primeiras casas comerciais. Mais colonos chegou, e o núcleo populacional foi aumentado em mais 1.160 hectares. As notícias dessas terras chegavam através de campanha de divulgação feita em 1950 pelo rádio, jornais e panfletos jogados de aviões sobre as colônias de café e algodão em São Paulo e outros estados.

A partir daí, o fluxo de migrantes vindos de várias regiões do país, especialmente do nordeste, contribuindo para o aumento populacional na área da colônia. Neste contexto, o núcleo populacional, também conhecido como Campão, começa a desenvolver diversas atividades comerciais. O povoado recebeu a denominação de Patrimônio do Campão. Contava com aproximadamente cinco mil habitantes, quando foi elevada a distrito pela Lei nº 2.079, de 14.12.1963, criava-se o Distrito Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo, época em que era considerado o maior produtor de milho, arroz e feijão do município de Miranda.

---

<sup>343</sup> Naquele tempo o assentamento rural era chamado de colônia agrícola.

Através de plebiscito realizado em 1980, o distrito desmembrou-se de Miranda passando a município de Bodoquena<sup>344</sup> pela Lei nº 87 de 13.05.1980, com sede própria instalada.

O município de Bodoquena, cuja latitude é 20°33'03"S, longitude 56°40'06"W está localizado na porção norte da microrregião de Bodoquena. A altitude na sede é de 285 metros (veja a área urbana na figura 33), tendo como área total 2.507,20 km<sup>2</sup> (MATO GROSSO DO SUL, 1995). Além do Distrito (sede), há também o Distrito de Morraria do Sul e três colônias, que tiveram origem em assentamentos, Sumatra, Canaã e Campina.



Figura 33 - Cidade de Bodoquena, destacando a Avenida Manoel Rodrigues de Oliveira, no centro e ao fundo a serra da Bodoquena. Fonte: Behr (2001)

Em geral sua topografia é ondulada, de solo predominantemente argiloso, com grande reserva de calcário. O clima da região é tropical úmido, com temperaturas médias em torno de 26° e a vegetação predominante são as matas e cerrados. Na figura 34, temos a definição do limite do município de Bodoquena, composta por uma rede hidrográfica da sub-bacia do rio Miranda, destacando-se

---

<sup>344</sup> O primeiro registro estatístico do município foi de 1985, em que havia 8.131 habitantes, cuja densidade demográfica era de 2,88% hab/km<sup>2</sup> (FIPLAN, 1989, p. 24)



Corumbá

Miranda

Porto Murtinho

Rio Salobra

Miranda

Rio

Rio

Rio

Rio

Rio

Rio

Rio

Rio

Rio

Rio

Rio

Rio

Rio

Rio

Rio

Rio

Rio

Rio

Rio

Rio

Rio

Rio

Rio

Correio Cascavel

Correio Campina

Correio Esmeraldo

Correio Salobrinha

Correio Salobrinha

Correio Salobrinha

Correio Salobrinha

Correio Salobrinha

Correio Salobrinha

Correio Salobrinha

Correio Salobrinha

Correio Salobrinha

Correio Salobrinha

Correio Salobrinha

Correio Salobrinha

Correio Salobrinha

Correio Salobrinha

Correio Salobrinha

Correio Salobrinha

Correio Salobrinha

Correio Salobrinha

Correio Salobrinha

Correio Salobrinha

Correio Salobrinha

Correio Salobrinha

Correio Salobrinha

Correio Salobrinha

Correio Salobrinha

Acampamento

Acampamento

Acampamento

Acampamento

Acampamento

Acampamento

Acampamento

Acampamento

Acampamento

Acampamento

Acampamento

Acampamento

Acampamento

Acampamento

Acampamento

Acampamento

Acampamento

Acampamento

Acampamento

Acampamento

Acampamento

Acampamento

Acampamento

Acampamento

Acampamento

Acampamento

Acampamento

Acampamento

Bodoquena

Bodoquena

Bodoquena

Bodoquena

Bodoquena

Bodoquena

Bodoquena

Bodoquena

Bodoquena

Bodoquena

Bodoquena

Bodoquena

Bodoquena

Bodoquena

Bodoquena

Bodoquena

Bodoquena

Bodoquena

Bodoquena

Bodoquena

Bodoquena

Bodoquena

Bodoquena

Bodoquena

Bodoquena

Bodoquena

Bodoquena

Bodoquena

Bodoquena

Bodoquena

Bodoquena

Bodoquena

Bodoquena

Bodoquena

Bodoquena

Bodoquena

Bodoquena

Legenda

● Sede Municipal

— Linha Seca

— Rio

Escala Gráfica

0 2.5 5 15 25 km

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, SEPLAN/CRN (1992)  
Organizado por: ALMEIDA, M. A. (2004)  
Desenhado por: FERREIRA, D. A. M. (2004)

Figura 34 - Área Geográfica do município de Bodoquena

os rios Miranda, Chapena, Betione e Salobra, sendo este último o mais importante por cortar o município de sul a norte e por estar com quase toda sua extensão dentro do município.

A população urbana é de 5.223 habitantes e a rural de 3.144 habitantes, totalizando 8.367 habitantes, segundo o IBGE (2002), cuja densidade demográfica é de 3,3 habitantes por km<sup>2</sup>.<sup>345</sup>

O principal acesso à cidade é pela rodovia BR-262 até Miranda, seguindo pela MS-339, pavimentada. A distância entre Miranda e Bodoquena é de 57 km. Alternativa de acesso, porém não pavimentada, é a MS-178, que liga Bonito a Bodoquena, com 75 km de distância.<sup>346</sup> As cidades vizinhas são, ao norte Miranda e Corumbá; ao sul Bonito e Porto Murtinho; a leste Miranda e Bonito e a oeste Porto Murtinho.

A ocupação urbana está limitada pela lei de uso do solo, através de loteamentos, que hoje se constituem em onze bairros, incluindo neste caso, projetos de habitação do governo do estado (figura 35 e 36), na construção de casas populares. Como se observa nas figuras, a população de baixa renda é contemplada com uma casa com rede de água e energia. Nesse pacote não é incluído o projeto de pavimentação das ruas, arborização e de áreas de lazer, cabendo ao proprietário o cercamento dos lotes.

Em alguns trechos, a ocupação irregular em áreas de preservação tem contribuído para a degradação ambiental, por falta de um projeto de reordenamento territorial,<sup>347</sup> como é o caso do córrego João Augusto, situado em

---

<sup>345</sup> A população no Distrito (sede) é de 6.691 habitantes e no Distrito (Moraria do Sul) é de 1.676 habitantes.

<sup>346</sup> Esta rodovia estadual de acordo com o Programa Pantanal (que ainda não foi executado), deverá receber pavimentação asfáltica e, no cronograma ocorreria este ano de 2004 o processo licitatório.

<sup>347</sup> Apesar de existirem projetos habitacionais, não é suficiente para remover a população que ocupa esses espaços.

área urbana, com ausência ou deficiência de saneamento básico e rede de esgoto, que contribui para a poluição do curso d'água.

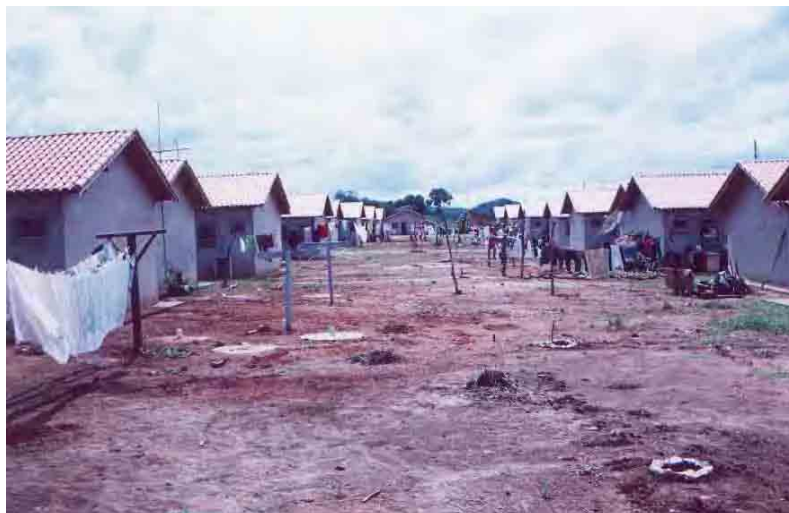


Figura 35 - Residencial Cohab Cherogami. Foto: Petrutechelli (2003)



Figura 36 - Casas populares Cohab Morar Melhor. Foto: Petrutechelli (2003)

Segundo a administração da prefeitura municipal de Bodoquena, o município participa de vários programas sociais e de desenvolvimento econômico, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa Nacional de



Municipalização do Turismo (Pnmt) e Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário (Prodesa).

Na verdade, são programas nacionais de ação local que dão subsídios à implementação de projetos que incentiva a melhoria da qualidade de vida da população. No entanto, tais programas, parecem ter cunho muito mais assistencialista que de incentivo ao desenvolvimento local.

Em decorrência do incentivo ao turismo,<sup>348</sup> e também da instalação da fábrica de cimento, houve uma expectativa para novos investimentos, sobretudo na ampliação dos serviços, como o comércio e hospedagens. No entanto, esse fato não aconteceu, e alguns empreendimentos que foram implantados na cidade, não foram concluídos (figura 37).



Figura 37 - Estrutura base das obras abandonadas do Hotel Spaik do empresário José Carlos Cassiano, com início em 2000.  
Foto: Petrutechelli (2003)

Como há uma expectativa para o desenvolvimento do turismo, nota-se que os espaços urbanos enfatizam a importância desta atividade, com a

---

<sup>348</sup> O município de Bodoquena, conforme disposições contidas na Lei n. 04/98, concede isenção total de impostos para os empreendimentos turísticos. Além disso, há também isenção parcial de 3% do ISS. Já para a movimentação de jazidas (terraplenagem), os incentivos dependem de negociações.

instalação de uma sede própria para o atendimento dos turistas que chegam à cidade, além disso, a prefeitura promove uma política de valorização social do idoso e dos artesões locais, instaladas nesta praça da cidade (figura 38).



Figura 38 - Praça da Liberdade - área central da cidade de Bodoquena e prédio do Centro de Atendimento ao Turista (CAT), Casa do Artesão, Projeto Conviver, Departamento Municipal de Imprensa, Departamento de Cultura e Eventos. Foto: Petrutechelli (2003)

O município de Bodoquena passou a desenvolver a atividade turística em meados de 1996. Suas belezas naturais despertaram interesses nos empresários do ramo investindo na construção de hotéis fazenda, estruturando passeios ecológicos com toda estrutura e infra-estrutura além de pousadas.

Segundo a Secretaria de Turismo do município, um dos investimentos desenvolvidos pelo poder público municipal, foi na preparação e conscientização da comunidade no projeto de transformação do nosso potencial em produto turístico, ressaltando a importância da preservação e conservação do ambiente natural. Neste sentido, foram realizadas várias parcerias com universidades, ONG's, entidades como o Sebrae, Pnmt, Pdtur, Cidema e Embratur, tornando possível a realização de mais de cinquenta cursos (voltados para as atividades turísticas), registrando-se mais de mil participantes.

A administração atual<sup>349</sup> tem como proposta política de desenvolvimento incentivar empresas comprometidas com o desenvolvimento do município na busca de melhoria de renda, bem como maior oferta de emprego. Esta é a política atual que vem se desenvolvendo no local.

No início do processo de consolidação da colônia agrícola teve uma grande expressão agrícola por suas terras calcárias e férteis, hoje como base predominante da economia destaca-se a indústria<sup>350</sup> e a pecuária. A agricultura, a pecuária e algumas indústrias localizadas na região são instrumentos básicos para o desenvolvimento regional. Atualmente o município possui dez empresas cadastradas pela Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul (FIEMS, 2002), conforme dados da tabela 17, na qual são indicadas suas atividades.

Tabela 17 - Distribuição das indústrias por ramo de atividade no município de Bodoquena - 1997 - 2001

Indústrias por Ramo de Atividade - 1997-2001					
Atividades	1997	1998	1999	2000	2001
Total	6	8	8	11	10
Minerais não metálicos	2	3	4	4	4
Madeira	2	3	1	3	3
Produtos Alimentícios	1	1	2	3	3
Diversas	1	1	1	1	-

Fonte: IBGE, Banco de Dados do Estado - BDE/MS, 2002.

A tabela 17 mostra a distribuição das indústrias por ramo de atividade no município de Bodoquena no período compreendido entre 1997 e 2001, com reduzida concentração industrial nessa área, destacando o ramo de atividade de minerais não metálicos na exploração de calcário em especial.

Ainda na tabela 17 observa-se que não houve aumento significativo no período analisado. O ramo de atividade de minerais não-metálicos destaca-se na produção de cimento, calcário e brita, destacando a Camargo Corrêa

<sup>349</sup> Gestão 2001-2004 do Prefeito Ramão Francisco Anis Martins (PMDB).

<sup>350</sup> Além da fábrica de cimento da Camargo Corrêa, há também duas mineradoras de calcário para produção de pedra brita, pó corretivo de solos.

Cimentos<sup>351</sup> e a Mineração Hori (figura 39 e 40). Outra atividade que se destaca é a exploração da madeira.<sup>352</sup>



Figura 39 - Vista panorâmica da unidade de produção de cimento da Camargo Corrêa em Bodoquena. Fonte: Behr (2001)

---

<sup>351</sup> No capítulo 5 trataremos sobre a Camargo Corrêa Cimentos.

<sup>352</sup> A quantidade de madeira explorada vem sendo paulatinamente reduzida. Isso pode estar relacionado ao avanço das pastagens, que deixam poucas áreas de matas.



Figura 40 - Unidade da Mineração Hori em Bodoquena.

Foto: Almeida (2004)

Antiga Mineração Miranda, que atuou durante quatorze anos e em 1991 foi adquirida por esse novo grupo. Tem sede em Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo. Seu potencial de extração é para produção de calcário e carbonato de cálcio. Produz de 400 a 500 toneladas por dia de calcário e carbonato de cálcio. O comércio é feito para todas as fábricas de sal mineral nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Além de ir também para o Estado de São Paulo (Álvares Machado e Presidente Prudente). Trabalham dezoito funcionários.

Em termos econômicos Bodoquena tem uma economia fraca na geração de emprego e renda. O maior empregador do município é a prefeitura, que tem feito contratações temporárias para vários tipos de prestação de serviço, e a participação mais significativa na economia do estado está na indústria de cimento, que além de ter isenções é o maior contribuinte na arrecadação.

No município de Bodoquena foi implantada, em agosto de 2001, uma pequena cooperativa de leite (figura 41), financiada pelo Pronaf com a contrapartida da prefeitura. Hoje são oitenta e quatro sócios cooperados e oito empregos gerados. Para viabilizar a implantação da cooperativa, segundo o presidente da Cooperquena (Cooperativa dos Produtores Rurais da Serra da Bodoquena),

em 2000 e 2001 foi feito um estudo sócio, técnico e econômico porque o nosso plano de desenvolvimento regional não constava nada de uma indústria, seria simplesmente um entreposto de leite. Nesse levantamento do potencial, chegou num valor médio de quatro mil litros/dia. [...] Hoje nós estamos trabalhando com cem mil litros/mês e para o próximo ano queremos trabalhar com duzentos e cinqüenta mil litros/mês.<sup>353</sup>



Figura 41 - Laticínio Serra da Bodoquena (Cooperquena), saída para Morraria do Sul. Foto: Petrutechelli (2003)

A comercialização do leite pasteurizado e da mussarela produzida no laticínio abrange os municípios de Bodoquena, Miranda, Aquidauana, Anastácio e sobretudo Corumbá, maior consumidor de mussarela. É importante ressaltar que há fornecedores de leite que não são cooperados e segundo Niehues Neto (2004),

são trinta produtores de leite não cooperados. A responsabilidade de entrar numa cooperativa é que como cooperado é sócio da parte boa e da parte ruim. Tanto pode dividir os lucros quanto pode dividir as perdas, se houver.<sup>354</sup>

<sup>353</sup> NIEHUES NETO, T. Presidente da Cooperquena-Bodoquena em entrevista, 2004.

<sup>354</sup> Ibid., 2004.

De acordo com o presidente da cooperativa, o empreendimento apresenta significativo potencial de expansão na ampliação do processo produtivo, trazendo benefícios aos produtores rurais do município, considerando que dentre os associados, apenas dez sócios cooperados são grandes proprietários, o maior benefício é o incentivo aos pequenos e médios produtores e criadores de gado. Para ampliar o número de associados, a cooperativa tem apresentado uma política de desenvolvimento, com uma administração transparente entre seus associados para que haja confiança mútua e, contribuindo para atrair novos associados.

Tendo essa visão de desenvolvimento local com base no associativismo, constata-se que é um processo lento para que seja incorporada uma nova perspectiva de mercado competitivo no segmento do leite. O pequeno produtor tem pouca capacidade de investimento em máquinas e equipamentos e em rebanho de melhor qualidade, o que afeta a produtividade.

De modo geral, a produção de leite na região pode ser caracterizada como de subsistência e pouco competitiva, muitas vezes, pelo fato de não haver conhecimento de técnicas gerenciais e de controle de custos, da falta de controle de doenças dos rebanhos, pequena escala de produção nas propriedades, baixa integração entre produtor e indústria, impossibilitando a articulação eficiente da cadeia produtiva.

É sabido que no Estado de Mato Grosso do Sul que as cooperativas de produção leiteira passam por um mau período. Há alguns anos já foram responsáveis por 70% da produção, mas hoje responde apenas por 20%, o que denota o atual estágio de desorganização da cadeia, bem como o descrédito de novos cooperados.

Vale dizer também que as cooperativas são muito importantes, apesar de ainda não estarem bem estruturadas no mercado competitivo do estado e da área da Bodoquena. Além de possibilitarem maior agregação de valor, podem

anexar plantas de beneficiamento do leite, melhoram a capacidade de comercialização dos produtores.

No cenário turístico, o principal produto turístico é representado no espaço geográfico da Serra da Bodoquena, onde, há nascentes de águas cristalinas como os rios Salobra (figura 42 e 43), Betione, Córrego Azul, Campina, Chapena e outros de pequeno porte. Apresenta centenas de cachoeiras uma com 156 metros de altura (Boca da Onça) e, em suas rochas calcárias mais de quarenta cavernas catalogadas, sendo oito delas favoráveis para exploração turística.



Figura 42 - Cachoeira da Fonte no rio Salobra, fundo da Fazenda Boca da Onça. Foto: Petrutechelli (2003)



Figura 43 - Vale do rio Salobra olhando da base do rapel da cachoeira Boca da Onça. Foto: Petrutechelli (2003)



A administração municipal tem apostado nos últimos anos em uma nova vocação para o município o turismo rural ecológico. Diante dessa premissa, o ecoturismo vem sendo uma alternativa de geração de emprego e renda, de acordo com a perspectiva da administração pública municipal.

No entanto, em áreas menos desenvolvidas, com pouco dinamismo econômico, como é caso do sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, cria empregos sazonais que, em longo prazo não se enquadra nos fundamentos para o desenvolvimento econômico e social nas regiões onde a atividade turística é a principal atividade.

Daí a importância do planejamento turístico que exige uma reflexão sobre as condições e repercussões econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais de um território. Neste sentido Mariani e Gonçalves (1996) afirmam que

um dos aspectos considerados importantes do planejamento turístico é o zoneamento, que constitui basicamente um planejamento territorial que permite organizar racionalmente o uso do espaço, e representar o resultado final do inventário e evolução dos recursos turísticos.<sup>355</sup>

No entanto, é sabido que as iniciativas para as atividades relacionadas ao turismo no município não tiveram uma orientação de um planejamento turístico. Essa a problemática é originada por duas situações. A primeira refere-se à não existência do plano diretor e tampouco um projeto de planejamento territorial que pudesse estabelecer um zoneamento de uso do solo para a atividade turística e, a segunda refere-se à não existência de um inventário turístico que contemple as potencialidades do município de Bodoquena.

---

<sup>355</sup> MARIANI, M. A. P.; GONÇALVES, H. C. Os impactos ambientais decorrentes das atividades turísticas no pantanal sul-mato-grossense. In: LEMOS, A. I. G. **Turismo: impactos socioambientais**, 1996, p. 84.

Conseqüentemente, os empreendimentos são estabelecidos a revelia, apenas cumprindo as exigências ambientais da Secretaria do Meio Ambiente do Estado (SEMA), que viabiliza uma licença prévia autorizando o funcionamento dos estabelecimentos. Mesmo assim, não há um rigor no monitoramento da qualidade ambiental, tendo em vista as dificuldades quanto a recursos humanos na fiscalização.

Apesar disso, é notório que os empreendimentos existentes atraem turistas da região, notadamente nos finais de semana e feriados prolongados, repercutindo no movimento do comércio local. Mas, se houvesse uma política que estabelecesse uma organização territorial do turismo incentivando os valores da cultura local, poderia incrementar a economia e o desenvolvimento socioespacial.

Para entender o funcionamento dessas atividades turísticas do município e sua importância para a geração de empregos, destacamos as principais características dos empreendimentos que apresentam estrutura de receptivo.

O primeiro, Boca da Onça Ecotur Ltda (figura 44 e 45), com aproximadamente 7.000 m<sup>2</sup> construídos, com pista de pouso, restaurante, bar, boutique, piscina com hidromassagens, caldeirão borbulhante, cavalgadas, *byke-tur*, passeios com quadriciclos, três quilômetros de trilhas as margens de um córrego e do rio Salobra, passando por seis cachoeiras, com possibilidade de gerar trinta empregos diretos desde gerenciamento, garçons, atendentes, recepcionistas, seguranças, guias turísticos e vigias.



Figura 44 - Receptivo da Fazenda Boca da Onça. Foto: Petrutechelli (2003).



Figura 45 - Cachoeira Boca da Onça na Fazenda Boca da Onça. Foto: Petrutechelli (2003)

O segundo é o Hotel Fazenda Betione (figura 46) com investimentos de um milhão de reais. Suas instalações têm restaurante, sala de lazer, bar, piscina, lavanderia, onze chalés sendo seis duplos e cinco simples, com capacidade para sessenta e quatro leitos.



Figura 46 - Receptivo do Hotel Fazenda Betione. Foto: Petrutechelli (2003)

Para atividades turísticas têm passeio ecológico em trilhas com quarenta e duas cachoeiras (figura 47), pontes suspensas, *decks* para descanso e fotografias com belíssimos visuais, *camping*, rapel, cabo submersos, *rafting*, caiaque, tirolesa, mergulho autônomo, cabo aéreo etc. Proporciona vinte empregos diretos, com capacidade de atender até cento e cinquenta pessoas por dia.



Figura 47 - Cachoeira do Pedrossian no Hotel Fazenda Betione. Foto: Petrutechelli (2003)

Segundo o gerente do Hotel Fazenda Betione, Fábio Luiz Garbulho, os investimentos na implantação de um hotel voltado para o turismo na cidade foi muito alto e, em consequência disso, a estrutura do hotel não teve a contrapartida do fluxo de turista, que só tem movimento em períodos curtos de alta temporada, feriados, período de férias, carnaval e outros. Hoje o empreendimento é arrendado por uma empresa do Estado do Paraná.

Além destes empreendimentos turísticos existem alguns balneários que, apesar de não ter uma infra-estrutura adequada, de acordo com as normas ambientais e de segurança aos banhistas, tem alvará de funcionamento da prefeitura e, estão, de acordo com os proprietários, em fase inicial de tramitação da documentação de licença prévia de funcionamento solicitado pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado.

Dentre os balneários, o Balneário Perseverança (figura 48) é um investimento de menor expressão econômica, embora um grande potencial natural, conta com espaço de três hectares em uma ilha, no rio Betione, totalmente coberto pela mata ciliar, recebe aproximadamente cento e cinquenta a duzentos e cinquenta banhistas nos finais de semana e feriados prolongados, que desfrutam além da paisagem, dezenas de cachoeiras, piscinas naturais.



Figura 48 - Balneário Perseverança. Foto: Petrutechelli (2003)

Como estrutura de apoio conta com uma lanchonete onde se serve lanches, porções e bebidas, dispõem também de churrasqueiras, vestiários e banheiros, além da oportunidade de conhecer um casarão estilo rural da década de 1960 e a energia elétrica produzida por turbinas hidráulicas instalada em 1963. O atrativo gera oito empregos diretos.

Outro destaque é o Passeio Ecológico do Córrego Azul (figura 49), em fase de licenciamento ambiental, localizado nas proximidades da fábrica de cimento. Trata-se de passeio aquático, contemplativo, por águas cristalinas sendo possível ver toda vegetação submersa, grande variedades de peixes, mata ciliar preservada, um verdadeiro aquário natural sob responsabilidade da administração pública, com possibilidade de gerar oito empregos diretos.



Figura 49 - Córrego Azul. Foto: Petrutechelli (2003)

A Gruta do Urubu Rei (figura 50), atrativo turístico, onde há grande concentração dessa espécie de ave de rapina, localiza-se a menos de 300 m. da estrada Bodoquena/Morraria. Foram mapeados apenas 600 m. de sua extensão, em forma de túnel com projeção horizontal, possui nascente de águas cristalinas que percorre toda sua extensão, formando várias piscinas com variedades de espécies de peixes e répteis, sua beleza é admirada desde as formações de estalagmites, estalactites, cortinas, colunas, fendas com águas e profundidades não exploradas. Em sua fachada frontal forma-se uma cascata em forma de véu, cujas águas descem formando pequenas piscina cercadas pelos travertinos, desaparecendo entre as fendas e surgindo um novo córrego a mais de 400 metros. Este passeio encontra-se em fase de elaboração do projeto de manejo ambiental, para posterior licenciamento e realização de passeios acompanhados de guias turísticos licenciados.



Figura 50 - Gruta do Urubu Rei, saída para Morraria. Fonte: [www.bonitoonline.com.br](http://www.bonitoonline.com.br)

O município de Bodoquena possui várias propriedades com potencial para exploração do turismo, porém, as elencadas apresentam estruturas prontas, em construção ou projetos em andamento. No entanto, para que o turismo possa ser considerado como motor do desenvolvimento é necessário, pelo menos que seja bem estruturado, com o apoio de ações estatais em investimentos na infra-estrutura, quadro que se configura no município de forma precária e insuficiente.

Observa-se, pelas visitas nos balneários do município, que a implantação e operação dos empreendimentos de turismo têm ocorrido de forma aleatória e desordenada (sem controle, fiscalização e monitoramento), o que tem trazido prejuízo ao ambiente, bem como à população local, ocasionando a degradação dos recursos naturais, sobrecarga na infra-estrutura básica dos municípios da área da Bodoquena. Em alguns casos a implantação desses balneários ocorre em áreas de uso restrito, de preservação permanente da mata ciliar, por exemplo.

Por outro lado, essa condição de exploração da atividade turística exige transformações nas relações sociais dos moradores locais. Daí a necessidade

de levar em consideração, para compreender a complexidade da atividade turística, que, como mostra Rodrigues, “ela implica várias ligações com a produção do lugar e a produção em geral, além da circulação de pessoas e mercadorias.”<sup>356</sup>

Neste caso, o turismo revela-se como um campo propício para a reprodução e a consolidação dos valores e interesses de grupos capitalistas privados e do Estado. São esses que definem o modelo de desenvolvimento turístico, isto é, o conjunto de estratégias desenhadas para alcançar objetivos determinados.

Todavia, torna-se imprescindível um trabalho de valorização de aspectos culturais locais, a fim de fortalecer a auto-estima das comunidades e de seus valores. O que é desejável é que se promova o turismo ecológico priorize a capacidade das forças locais em criar e sustentar o seu desenvolvimento, “agir local”. Para isso, é necessário que o governo municipal esteja inserido em um ambiente institucional que lhe dê o suporte técnico e político.

Neste sentido, o incremento do turismo e da indústria depende de vários fatores, como infra-estrutura e saneamento básico. É o mínimo que a prefeitura tenta fazer, além de viabilizar a formação de mão-de-obra na área de turismo,<sup>357</sup> tais como: cursos de treinamento de pessoas em hotelaria, arrumadeira, garçom, monitor e guia turístico especializado. A administração municipal (gestão 2000-2004), afirmava que

há certo antagonismo [...], que enquanto o turista não corre para cá em avalanche o empresário também não investe e enquanto o

---

<sup>356</sup> RODRIGUES, A. M. O mito da sustentabilidade da atividade turística. In: BANDUCCI JÚNIOR, A.; MORETTI, E. C. **Qual paraíso?:** turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal, 2001, p. 35.

<sup>357</sup> Há uma grande perspectiva de desenvolvimento da atividade turística no município. Para a administração municipal “é o grande filão de Bodoquena” procurando divulgar e viabilizar a exploração de atividades aprovadas pela SEMA.



empresário não investe o turismo também não vem o turismo, gerando certo impasse.<sup>358</sup>

Levando-se em consideração que o município é novo as demandas e as necessidades são muitas, ou seja, as necessidades crescem muito mais do que os recursos disponibilizados. Mas, apesar disso, de acordo com a administração municipal, têm se empenhado no apoio ao interesses de novos investidores tanto no segmento turístico quanto no industrial.

#### **4.1.3.2 - Organização do espaço na cidade de Bonito**

O núcleo habitacional que se transformaria na sede do município de Bonito, iniciou-se em terras da Fazenda Rincão Bonito em 1869, de propriedade do Sr. Luiz da Costa Leite Falcão. A fundação oficial do Distrito de Bonito ocorreu no dia 24.02.1927, vinculado ao município de Miranda. Bonito foi anexado ao Território Federal de Ponta Porã,<sup>359</sup> criado em 1943, sendo devolvido ao Estado de Mato Grosso pela constituição de 1946. Foi elevada a município pela Lei n. 145, de 02.10.1948.

O município de Bonito, cuja latitude é 21°07'16"S, longitude 56°28'55"W está localizado na porção norte da microrregião de Bodoquena. A altitude na sede é de 315 metros (veja a área urbana na figura 51), tendo como área total 4.934,30 km<sup>2</sup> (MATO GROSSO DO SUL, 1995). Além do Distrito (sede), há também o Distrito de Jabuti e duas colônias, que tiveram origem em assentamentos, Guaicurus e Santa Lúcia.

---

<sup>358</sup> MARTINS, R. F. A. Entrevista com ex-prefeito de Bodoquena. 6 fev. 2003.

<sup>359</sup> Segundo Campestrini e Guimarães (1995), "o Território Federal de Ponta Porã foi criado pelo decreto-lei de 13.09.1943, entre outros, ao longo das fronteiras do País, diante da necessidade de povoar essas regiões distantes. Era constituído pelos municípios de Porto Murtinho, Miranda, Nioaque, Bela Vista, Ponta Porã, Dourados, Maracaju e Bonito". CAMPESTRINI, H.; GUIMARÃES, A. V. **História de Mato Grosso do Sul**, 1995, p. 129.



Figura 51 - Vista panorâmica da cidade de Bonito, no entorno campos de pastagens.

Fonte: Behr (2001)

Caracteriza-se por uma topografia ondulada formada por rochas calcárias conglomeráticas, associados a solos litólicos de baixa fertilidade natural na porção norte/nordeste e latossólicos de alta fertilidade na porção centro-sul. Na figura 52, temos a definição do limite do município de Bonito, composta por uma rede hidrográfica da sub-bacia do rio Miranda, destacando-se os rios da Prata, Mimoso, Formoso e Miranda.

A distribuição espacial da população de Bonito, apresentou até a década de 1970, característica predominantemente rural. Segundo o IBGE (1971), em 1950 o município contava com uma população total de 4.360 habitantes, e na área considerada urbana havia 346 habitantes (IBGE, 1971). A partir desta década, essa distribuição começa a se transformar, adaptando-se às exigências da dinâmica econômica na região, refletindo na evolução de sua população.

A população urbana é de 12.928 habitantes e a rural de 4.028 habitantes, totalizando 16.956 habitantes, segundo o IBGE (2002), cuja densidade demográfica é de 3,4 habitantes por km<sup>2</sup>.<sup>360</sup>

---

<sup>360</sup> A população no Distrito (sede) é de 15.715 e no Distrito (Jabuti) é de 1241 habitantes.

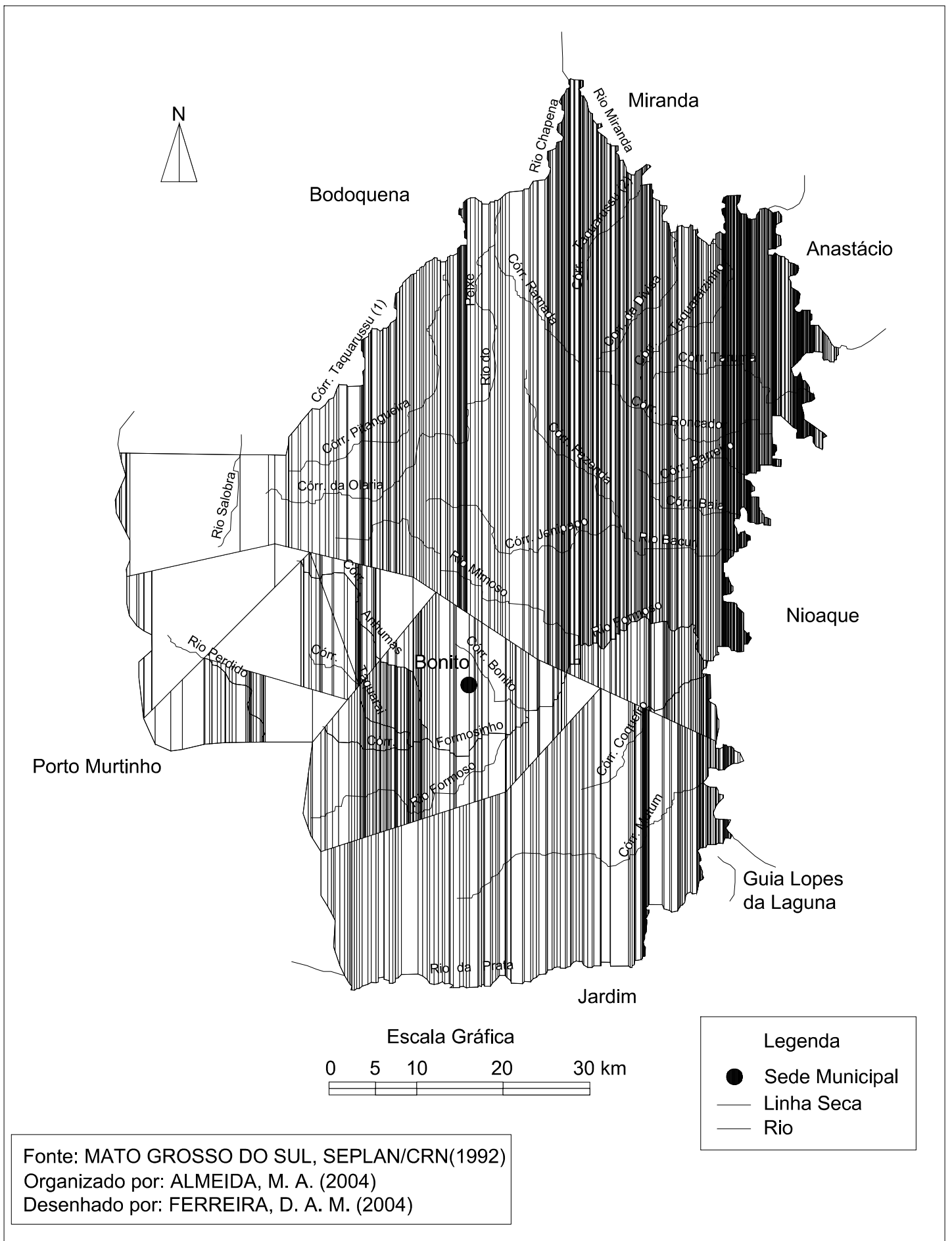


Figura 52 - Área geográfica do município de Bonito

A cidade de Bonito está interligada à Campo Grande e aos demais municípios do estado através de três rodovias principais, sendo elas as BR-262, MS-345 e MS-382. O principal acesso à cidade é pela BR-262 até Anastácio, seguindo pela BR-419, sentido Guia Lopes da Laguna. Há duas opções por esse itinerário: a primeira é tomando à direita no km 21, rodovia MS-345, implantada, com 103 km de extensão. A segunda opção é seguindo até a cidade de Guia Lopes da Laguna e tomando a rodovia MS-382 até a cidade de Bonito. A distância entre a capital do estado, Campo Grande e Bonito é de 319 km. As cidades vizinhas são, ao norte Bodoquena e Miranda; ao sul Jardim e Guia Lopes da Laguna; a leste Nioaque e Anastácio e a oeste Porto Murtinho.

O acesso a Bonito pode ser feito também seguindo pela BR-060 até o município de Sidrolândia, prosseguindo pela mesma, passando por Nioaque e Guia Lopes da Laguna, seguindo pela MS-382 totalizando 281 km de distância.

Bonito tem sua economia voltada para o setor primário. A agricultura, a pecuária e mais recentemente a atividade turística são elementos norteadores para o desenvolvimento regional. Atualmente o município possui 62 empresas cadastradas pela Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul (FIEMS, 2002).

Paulatinamente, com o desenvolvimento da atividade turística, e com a política habitacional do governo federal, o espaço urbano é ampliado, crescendo o número de loteamentos residenciais, hoje com onze bairros. Este processo causou mudança na distribuição populacional, que passa a adensar a área urbana do município de maneira quase equivalente ao adensamento existente na área rural em 1980.

Seguindo o ritmo de crescimento populacional, observamos uma tendência apresentada em todo território nacional, ou seja, a ampliação do processo de urbanização e o esvaziamento do campo. Tal situação é intensificada

com a modernização no campo, evidenciando o avanço do capital no espaço regional. Contudo, não há uma adequação da cidade através de uma infraestrutura suficiente para esse crescimento na cidade de Bonito.

Pode-se constatar que outro fator agravante na infra-estrutura, na cidade de Bonito, é o turismo, que de acordo com Vargas (2001):

dentre os novos habitantes há que se considerar a população flutuante que se forma em períodos de alta estação turística. A deficiência apresentada na infra-estrutura de Bonito afeta a todos, população local e turística. Em períodos de maior incidência de visitantes – feriados prolongados – a cidade vive momento críticos manifestados através de falta de água potável, mau cheiro exalado pelo esgoto a céu aberto, exposição de resíduos sólidos, [...] entre outros problemas comuns em localidades turísticas pouco estruturadas<sup>361</sup>.

Dentro deste contexto, identifica-se também a ineficiência de uma política social suficiente, para adaptar a população economicamente ativa ao mercado de trabalho no segmento turístico, sem qualificação profissional adequada. Isso gera mais problemas na organização da estrutura urbana, com a vinda de novos habitantes qualificados para atender a demanda.

Com a criação do Plano Diretor, a Lei Complementar nº 046 de 17.12.2002, tem como proposta promover uma política visando

orientar o desenvolvimento econômico, social e territorial do município, bem como consolidar as funções sociais da cidade e da propriedade, incentivando um desenvolvimento econômico e territorial socialmente justo e ambientalmente equilibrado, de forma a garantir o bem-estar dos munícipes.

---

<sup>361</sup> VARGAS, I. A. A gênese do turismo em Bonito. In: BANDUCCI JÚNIOR, A.; MORETTI, E. C. (Org.). **Qual paraíso?** Turismo e ambiente em Bonito e Pantanal, 2001. p. 136.

O Plano Diretor pretende fazer com que o município entenda e pratique o planejamento e a gestão urbana, proporcionando à cidade condições para o cumprimento de suas funções sociais, assegurando condições para o desenvolvimento das potencialidades do município, como é o caso do turismo. No entanto, ainda não se vê, na prática, se o Plano Diretor é utilizado como instrumento de ação, ou seja, o fator decisivo para que o plano tenha função depende das decisões políticas.

Bonito é uma cidade que se encontra escondida nos sopés dos maciços calcários da serra da Bodoquena, e caracteriza-se no cenário nacional e internacional como uma região turística importante (figura 53). Tem potencial para exploração dos recursos minerais, como o calcário e o mármore, além da atividade pecuária.

Considerando que sob o sistema capitalista de produção, a natureza é vista como fonte de recursos e seu potencial é determinante no processo de ocupação e exploração de seus recursos. Segundo Boggiani (2001), um dos fatores que contribuíram para o incremento da atividade turística são as belezas naturais. Para o autor,

na região de Bonito, em Mato Grosso do Sul, rica em atrativos naturais, a organização do turismo é marcada por forte componente ambiental[...]<sup>362</sup>

A região de Bonito é muito conhecida pelas suas grutas, rios e nascentes cristalinos, destacando-se a Gruta do Lago Azul e a Gruta Nossa Senhora Aparecida, além do Balneário Municipal, localizado no rio Formoso (figura 54 e figura 55), que está mais próximo da cidade e tem maior fluxo de banhistas moradores da região.

---

<sup>362</sup> BOGGIANI, P. C. Ciência, meio ambiente e turismo em Bonito: a combinação que deu certo?. In: BANDUCCI JÚNIOR, A.; MORETTI, E. C. **Qual paraíso?:** turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal, 2001, p. 151.

Verifica-se que o processo de ocupação turística do planalto da Bodoquena tem revelado entre técnicas empíricas, locais que estão se esgotando no intenso processo de transformação das áreas turísticas e a transferência de tecnologias inapropriadas para as condições locais.

Enquanto o turismo se expande pelo Planalto da Bodoquena, Bonito já sofre as conseqüências de uma exploração desenfreada de seus recursos. Esta atividade precisa ser planejada, já que está subordinada às políticas públicas, à iniciativa privada ou à parceria de ambas, e conciliar interesses e ações conflitantes para se efetivar como área social, ter na gestão territorial sua base de ação e na educação ambiental a garantia para as gerações vindouras destes ambientes.



Figura 54 - Balneário Municipal de Bonito e a formação de rochas calcárias no leito do rio Formoso. Foto: Almeida (2003)



Figura 55 - Leito do rio Formoso no Balneário Municipal de Bonito e os cardumes de piraputangas e dourados. Foto: Almeida (2003)

O ordenamento e normatização do turismo dentro dos padrões requeridos pela atividade terão que passar pelas etapas do desenvolvimento local na busca de sua sustentabilidade, com constante monitoramento dos impactos das atividades.

Considerando-se que a cidade de Bonito passou a ser rotulada como “santuário ecológico” muitos problemas infra-estruturais ainda estão por serem resolvidos. Há apenas uma reduzida área da cidade abrangida pela rede de esgoto, com menos de 30%. Em épocas de elevada temporada, o problema do lixo aumenta significativamente, já que não há ainda um plano efetivo de destinação do lixo urbano. De acordo com a administração da prefeitura da cidade, esses problemas poderão ser sanados com a implementação do Plano Diretor.

Para que o turismo seja uma atividade realmente promotora de desenvolvimento econômico e social, é fundamental que as políticas devam ser integradas e coordenadas de acordo com a capacidade de suporte do ecossistema, sendo de importância relevante o envolvimento de toda a comunidade local, para que realmente se estabeleça uma atividade sustentável.

Outro aspecto que deve ser ressaltado é o desenvolvimento da atividade industrial no município de Bonito. Na tabela 18, temos a distribuição das indústrias existentes, por ramo de atividade, destacando o ramo de minerais não-metálicos na produção de calcário, mármore, granito e brita, entre outras.

Tabela 18 - Distribuição das indústrias por ramo de atividade no município de Bonito - 1997 - 2001

Indústrias por Ramo de Atividade - 1997-2001					
Atividades	1997	1998	1999	2000	2001
<b>Total</b>	29	28	33	28	29
<b>Minerais não metálicos</b>	10	7	11	9	11
<b>Madeira</b>	5	7	7	7	5
<b>Mobiliário</b>	1	1	-	-	-
<b>Couros, Peles e Prod. Similar</b>	1	-	-	-	-
<b>Produtos Alimentícios</b>	8	7	10	10	10
<b>Editorial e Gráfica</b>	6	4	6	5	5
<b>Diversas</b>	1	4	1	1	1

Fonte: IBGE, Banco de Dados do Estado - BDE/MS, 2002.



No ramo da indústria de minerais não-metálicos no município de Bonito, destacam-se a Calfor, Calcário Xaraés, Calcário Enny, dentre outras. Explorando calcário a céu aberto (figura 56 e 57) produz calcário para as indústrias de sal mineral e ração, indústria de transformação, produzindo 50% de calcário e 50% de carbonato, com 500 toneladas por mês. O mercado consumidor está na região de Bonito, Jardim, Guia Lopes da Laguna, Maracaju, Dourados, Campo Grande e São Paulo. A Marajá Mineração extrai mármore via sistema de cabo de aço, e sua extração ocorre na Fazenda Paraíso e levados para uma indústria localizada em Porto Murtinho.



Figura 56 - Área de extração de calcário a céu aberto. Fonte: Rebêlo Júnior (1997)



Figura 57 - Área de extração de mármore no município de Bonito. Fonte: Rebêlo Júnior (1997)

Enfim, o desenvolvimento do município de Bonito está muito mais arraigado ao incremento da atividade turística do que nos outros segmentos da economia. Mas, é notável o desempenho econômico da produção de minerais não-metálicos na região. Neste sentido, é importante considerar o planejamento de ordenamento territorial quanto a esse tipo de direcionamento no processo de transformação socioespacial do território.

Considerando que a atividade turística pode se caracterizar muito mais em um modelo concentrador de capital, contribuindo para a desterritorialização de pequenas cidades, como está acontecendo com os municípios da área da Bodoquena, em especial no município de Bonito.

Isso mostra a real necessidade de se avaliar a modalidade do turismo praticado na área da Bodoquena, bem como a maneira como a relação homem-meio tem reproduzido o espaço do homem no decorrer da “história territorialmente materializada,”<sup>363</sup> como diz Moreira (1987). Ainda mais quando consideramos que vivemos numa “era da instantaneidade,” quando as metamorfoses do “espaço que testemunha a realização da história, sendo, a um só tempo, passado, presente e futuro”<sup>364</sup> segundo Santos (1996) são processadas em uma velocidade nunca antes presenciada.

A questão é o *modus* como a “necessidade” de implantação e implementação de políticas de desenvolvimento em nível macro e microrregional que ainda continuam sendo impostas de “fora para dentro” nas localidades, como nessas pequenas cidades do interior do Estado de Mato Grosso do Sul, como se vê nos municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim, sem que a especificidade dos lugares seja considerada em primeira instância nos discursos dos planejadores e gestores que vêm, na maioria das vezes, o turismo, somente como um empreendimento de cunho econômico.

#### 4.1.3.3 - Organização do espaço na cidade de Jardim

A origem de Jardim, antigo distrito de Bela Vista está ligada ao desbravamento e conseqüente povoamento das terras da Fazenda Jardim,<sup>365</sup> de propriedade de Fábio Martins Barbosa. Para criar melhores condições de tráfego<sup>366</sup> na região, o 6º Batalhão de Engenharia do Exército Brasileiro foi transferido de Aquidauana para as cercanias do povoado de Jardim em 27.11.1938, que passou a ser chamado de Comissão de Estradas de Rodagem, um departamento de administração sob a chefia do Major Alberto Rodrigues da Costa, gerando melhores condições de moradia de civis e militares.

---

<sup>363</sup> MOREIRA, R. **O discurso do avesso**: para a crítica da Geografia que se ensina, 1987, p. 53.

<sup>364</sup> SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica, tempo, razão e emoção, 1996, p. 124.

<sup>365</sup> Hoje, dois municípios possuem terras da antiga fazenda – à margem esquerda do rio Miranda está o município de Jardim e à direita o de Guia Lopes da Laguna.

<sup>366</sup> Devido aos constantes reparos nas estradas que demandavam da fronteira até a cidade de Aquidauana, foi criado ao longo das mesmas sub-unidades.

Em março de 1945, o Batalhão foi extinto e criada a CER-3 (Comissão de Estradas e Rodagens nº 3), assumindo o comando, da mesma, o Major Alberto Rodrigues da Costa, que ao inteirar-se das condições precárias em que viviam os funcionários civis e militares, resolveu adquirir, por compra do fazendeiro Fábio Martins Barbosa, em gleba, 39 hectares em frações, para lotear e vender aos referidos funcionários, que em 14.05.1946 foram comercializadas, ficando esta data como a fundação do povoado de Jardim.

Com o crescimento populacional no povoado, foi elevada a distrito pela Lei n. 119, de 13.09.1948 incorporado ao município de Bela Vista. A emancipação político-administrativa ocorreu através da Lei n. 677, de 11.12.1953.

A cidade de Jardim está interligada à Campo Grande e aos demais municípios do estado através de duas rodovias principais. São elas BR-262, BR-060. Tomando Campo Grande como ponto referencial, o acesso à Jardim pode ser feito através da BR-262 até Anastácio, seguindo pela BR-419 até Guia Lopes da Laguna, numa distância de 264 km. Outro caminho é pela BR-060 até Sidrolândia, prosseguindo até Nioaque e Guia Lopes da Laguna e se estende até Jardim, percorrendo assim 227 km.

O município de Jardim, cuja latitude é  $21^{\circ}28'49''S$ , longitude  $56^{\circ}08'17''W$  está localizado na porção central da microrregião de Bodoquena. A altitude na sede é de 268 metros (destaque do centro da cidade na figura 58), tendo como área total 2.201,70 km<sup>2</sup> (MATO GROSSO DO SUL, 1995). Os municípios vizinhos são, ao norte Bonito e Guia Lopes da Laguna, ao sul Bela Vista e Caracol, a leste Ponta Porã e a oeste Porto Murtinho.



Figura 58 – Vista panorâmica da cidade de Jardim, destacando a Avenida Duque de Caxias. Fonte: Behr (2001)

A definição da topografia no município é marcada por superfícies aplainadas, formada por rochas detríticas, como o arenito e solos podzólicos vermelho-amarelo, de textura arenosa e baixa fertilidade natural. Há ocorrência de solos férteis na porção central e a leste, mas como pouca profundidade, ocorrendo afloramentos rochosos. O clima da região é tropical úmido de altitude, com temperaturas médias de 30°C e a vegetação predominante são as pastagens plantadas e em menor proporção o cerradão e campos. O limite do município é marcado por uma rede hidrográfica da sub-bacia do rio Miranda, com destaque para os rios Miranda e rio da Prata (figura 59).

A distribuição populacional indica uma população de 20.953 habitantes na área urbana, e na rural de 1.589 habitantes, num total de 22.542 habitantes, segundo dados do IBGE (2002), com densidade demográfica de 10,24 habitantes por km<sup>2</sup>.<sup>367</sup>

---

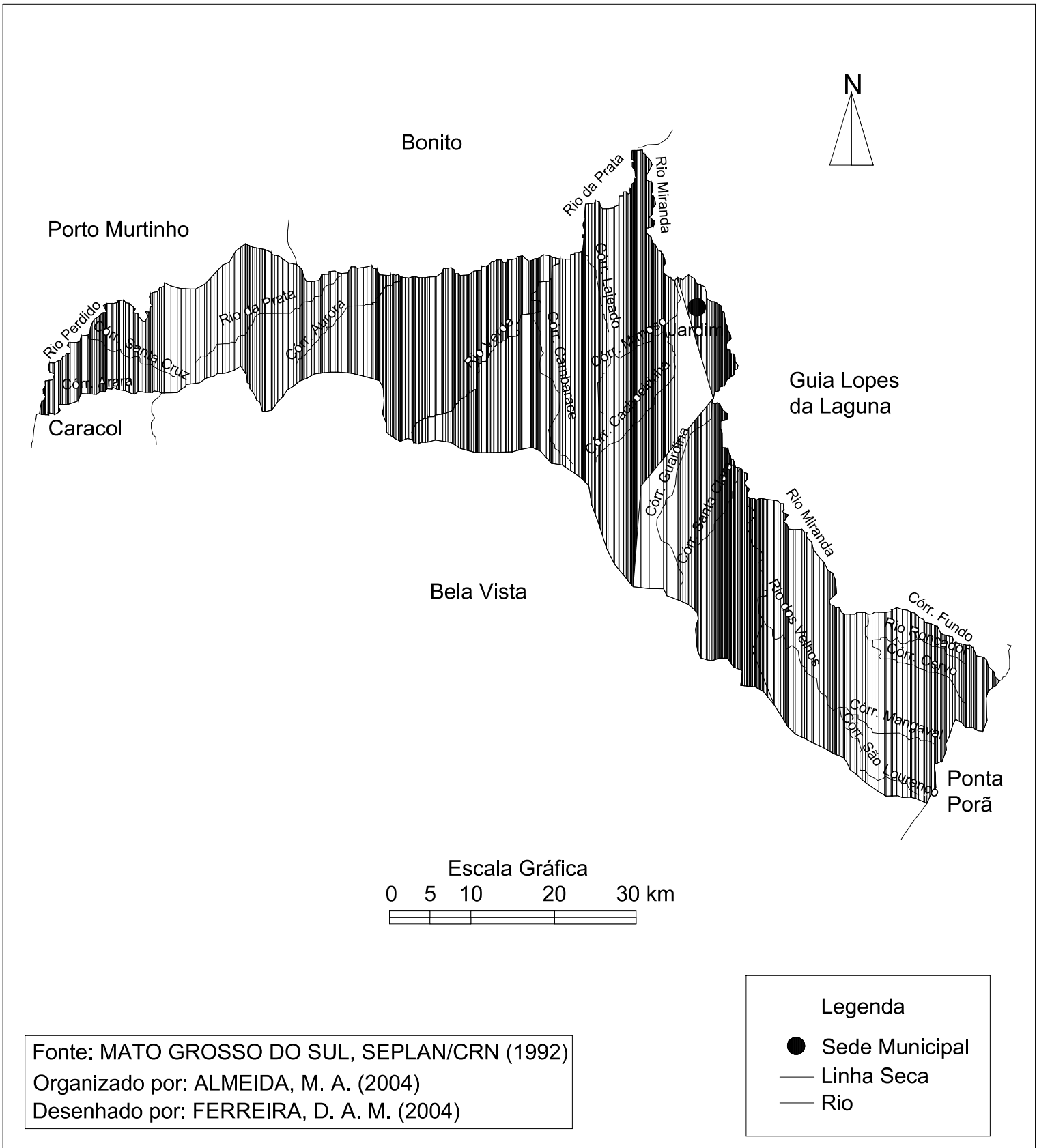
<sup>367</sup> A população no Distrito (sede) é de 21.821 habitantes e no Distrito (Boqueirão) é de 721 habitantes.

Jardim dispõe de Lei de Uso do Solo para a implantação de loteamentos urbanos. Na área urbana, há quatro sub-bacias hidrográficas que drenam o deflúvio precipitado. No entanto, não há um sistema de escoamento superficial na condução das águas pluviais.

As belezas naturais de que dispõe Jardim (rios, praias, lagoas, quedas d'água, grutas, cavernas, depressões etc.), tem favorecido o desenvolvimento da atividade turística, como o turismo de aventura, o turismo rural, o turismo náutico, o turismo cultural e o ecoturismo.

No cenário turístico, destacam-se Buraco das Araras, Gruta Lagoa Misteriosa, Lagoa Grande, Balneário Municipal do Rio da Prata, Cachoeiras do Rio Perdido, Balneário do Anicesio, Monumento Histórico dos Heróis da Retirada da Laguna, e vários outros. O Buraco das Araras, situado a 26 km da sede do município, trata-se de uma depressão em arenito de 126 m de profundidade, 160 m de diâmetro e 500 m de circunferência, tendo em sua base um lago rico de plancton. É possível a observação de diversas espécies de pássaros e animais da fauna local. Tratando-se de uma das maiores dolinas do mundo, foi descoberto em 1912.

Outro atrativo, o Cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna (figura 60) está situado a 2 km da sede do município de Jardim, é local histórico onde estão sepultados o Comandante Cel. Camisão e sua tropa, Cel. Juvêncio e o Guia Lopes, da batalha da Retirada da Laguna do ano de 1867, que até faleceram enfraquecidos da batalha e contaminados pela Cólera. Encontra-se próximo ao local, o Passo Camisão, onde alguns sobreviventes atravessaram o rio Miranda para fuga.



Fonte: MATO GROSSO DO SUL, SEPLAN/CRN (1992)  
 Organizado por: ALMEIDA, M. A. (2004)  
 Desenhado por: FERREIRA, D. A. M. (2004)

**Legenda**

- Sede Municipal
- Linha Seca
- Rio

Figura 59 - Área geográfica do município de Jardim



Figura 60 - Cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna no município de Jardim. Fonte: Behr (2001)

No que tange ao desempenho da atividade industrial no município de Jardim (tabela 19), temos um comportamento diferenciado em que se tem o predomínio da atividade de produtos alimentares, ficando em segundo o número de indústrias por ramos de atividades no período que vai de 1997 a 2001.

Tabela 19 - Distribuição das indústrias por ramo de atividade no município de Jardim - 1997 - 2001

Indústrias por Ramo de Atividade - 1997-2001					
Atividades	1997	1998	1999	2000	2001
<b>Total</b>	26	22	24	25	26
Mínerais não metálicos	5	2	3	6	6
Madeira	4	4	4	3	4
Mobiliário	1	1	-	-	-
Couros, Peles e Prod. Similar	1	-	-	-	-
Produtos Alimentícios	8	7	10	10	10
Editorial e Gráfica	6	4	6	5	5
Diversas	1	4	1	1	1

Fonte: IBGE, Banco de Dados do Estado - BDE/MS, 2002.

No município, diferente do que acontece nos outros municípios da área da Bodoquena, a prefeitura tem no plano de desenvolvimento um zoneamento que estabelece uma área para implantação de unidades industriais, visando fomentar o desenvolvimento industrial do município de Jardim. Ainda

está em tramitação a regulamentação da lei de incentivos fiscais para instalação de agroindústrias.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Local Integral e Sustentável (PDLIS) de Jardim (MS) organizado pelo IBRAD (2002), “a vocação principal para o município, escolhida de acordo com suas potencialidades, é o agronegócio. Isso permite viabilizar que a atividade rural, o comércio e indústria fossem trabalhados em conjunto, procurando o aproveitamento das matérias-primas como a agroindustrialização, a comercialização e o aproveitamento para o turismo, sem interferência ou corte em seu desenvolvimento.”<sup>368</sup>

Cabe nessa afirmação, concordarmos com Turra (2003), ressaltando que

o poder municipal estará marcado não apenas pela gestão de serviços ou pelo estabelecimento de normas de funcionamento da cidade com as quais age como política administrativa [...] constitui-se em uma esfera que detém os instrumentos para transformar as condições de uso do território, transformar o que é considerado rural em urbano, ampliar sua extensão e sua densidade.<sup>369</sup>

Ainda segundo Turra (2003),

para que o território – todo ele, o município como modalidade de território característico da formação socioespacial [...] e o lugar em qualquer dimensão – possa ser a “sede da resistência da sociedade civil,” é necessário que seja continuamente construída a condição de compreensão desses processos, caminho que é iluminado por

---

<sup>368</sup> IBRAD. Instituto Brasileiro de Administração para o Desenvolvimento. **Plano de desenvolvimento local integrado e sustentável**, 2002, p.11.

<sup>369</sup> TURRA, J. M. T. Formação socioespacial, território e seus usos. In: SOUZA, M. A. A. (Org.). **Território brasileiro: usos e abusos**, 2003, p. 388.



um conjunto coerente de conceitos que têm como foco o espaço, a humanidade que está, que é presente.<sup>370</sup>

Neste sentido, há uma proposta, ainda em estudo, segundo a Gerência de Turismo de Jardim, que o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil e Mato Grosso do Sul (PRODETUR-SUL),<sup>371</sup> da criação do Plano Diretor para Jardim e Bodoquena (Bonito já tem um Plano Diretor). Diante desta proposta, o plano servirá como instrumento básico da política de desenvolvimento de expansão urbana que irá ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana que garantirá o bem estar da sociedade local.

Do ponto de vista da administração municipal o desenvolvimento local dos municípios da área da Bodoquena é fundamental tomando-se por base articulações políticas com os municípios vizinhos, em encontros e reuniões como vem ocorrendo entre os municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim numa proposta de desenvolvimento regional do sudoeste. Nessa análise veremos no próximo capítulo a relação entre empresa e Estado, no caso da formação socioespacial do espaço regional, a Camargo Corrêa Cimentos e os municípios da área da Bodoquena no território.

---

<sup>370</sup> TURRA, J. M. T. Formação socioespacial, território e seus usos. In: SOUZA, M. A. A. (Org.). **Território brasileiro: usos e abusos**, 2003, p. 392.

<sup>371</sup> O Estado de Mato Grosso do Sul possui numerosos e diversificados atrativos turísticos que possibilitam o desenvolvimento do turismo. Diante deste potencial para o turismo, o Estado se insere no PRODETUR-SUL, cuja finalidade é a ampliação destes potenciais também existentes nos Estados que o compõe (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul).

## 5 - A CAMARGO CORRÊA CIMENTOS E SUA ORGANIZAÇÃO NO ESPAÇO DE BODOQUENA

Para analisar a organização espacial da indústria de cimento na área da Bodoquena, remetemo-nos à dinâmica dessa atividade na organização espacial brasileira. Para tanto, faremos inicialmente uma síntese do desenvolvimento industrial cimenteiro em alguns momentos da história econômica do país.

O desenvolvimento da atividade de produção cimenteira teve como marco inicial o ano de 1926. Apoiada pela visão empreendedora e pelo pioneirismo de empresários de diversas partes do Brasil, a produção local de cimento serviu para substituir a sua importação. A partir daí, a indústria brasileira do cimento iniciou um consistente processo de consolidação e crescimento. Em 1933 a produção nacional começava a ultrapassar as importações.<sup>372</sup>

Com as dificuldades de importação, em decorrência da Segunda Guerra Mundial, as empresas brasileiras tiveram crescimento da produção. Após a guerra, por causa dos investimentos estrangeiros e estatais, o Brasil entrou em um acelerado processo de desenvolvimento industrial e, conseqüentemente, de sua infra-estrutura caracterizando uma sociedade urbana e industrial.

Os investimentos realizados pela indústria do cimento no Brasil foram fundamentais para se consolidar e ampliar o circuito produtivo, refletido no aumento do número de novas fábricas cimenteiras. Dentre as várias unidades produtivas que foram sendo implantadas sobretudo no sudeste e sul do país, em 1955 é inaugurada a primeira fábrica de cimento no então Estado de Mato Grosso, município de Corumbá, da Companhia de Cimento Portland Itaú, hoje do Grupo Votorantim. Mesmo assim, o crescimento da demanda interna era maior que a

---

<sup>372</sup> Cf. FERREIRA, M. A. A. **Desenvolvimento regional do Mato Grosso do Sul: o caso do cimento**, 1999, p.90-110.

produção, exigindo-se, ainda, a importação. Somente em 1956 o país se tornou auto-suficiente.<sup>373</sup>

Nos anos iniciais da década de 1960 a economia brasileira passava por uma fase de declínio da economia que, conseqüentemente, há reflexos na indústria de cimento. Entre 1963 e 1966 nenhuma nova unidade industrial foi inaugurada, tendo retorno de investimentos somente a partir de 1967. Com a retomada do crescimento econômico a partir de 1968, a produção de cimento não foi suficiente para atender a crescente demanda, sendo necessária, mais uma vez, a importação do produto.<sup>374</sup>

Já na primeira metade da década de 1970, o segmento do cimento teve grande impulso, em conseqüência dos investimentos governamentais em obras de infra-estrutura monumentais, por exemplo, ponte Rio-Niterói. Nesse mesmo período, em 1974, a Camargo Corrêa coloca em operação uma fábrica de cimento em Apiaí (SP), além de outras novas unidades de produção implementadas pelos grandes empreendedores do cimento, como o grupo Votorantim e a Lafarge.<sup>375</sup>

Na década de 1980 inicia-se um novo ciclo da economia, denominada “Década Perdida”, marcada por acentuada recessão, resultando em pouca atividade para o segmento da construção civil. As indústrias de cimento no país passam a ter elevada capacidade ociosa e têm como conseqüência a queda da demanda. No entanto, os investimentos no setor ampliam o número de unidades de produção.

Ainda nas décadas de 1990 e 2000, a economia brasileira é marcada por variações de perdas e ganhos, refletindo de maneira negativa no

---

<sup>373</sup> Cf. MELEIRO, R. A. L. **A indústria cimenteira no Brasil**, 1996, p.41-48.

<sup>374</sup> PROCHNIK, V. **A dinâmica da indústria de cimento no Brasil**, 1983, p.106-117.

<sup>375</sup> Nesse período, o crescimento da indústria de cimento foi marcado pela diversificação dos grupos, com a entrada de novos competidores em outras partes do Brasil que não a região Sudeste.

segmento cimenteiro. Havia a expectativa de transformações políticas e econômicas, com a eleição de Fernando Collor de Mello, no pleito de 1989.

Entre 1992 e 1993, o cenário político com o *impeachment* do presidente, impediu que o setor mostrasse qualquer recuperação. No entanto, nessa fase foi implantada a segunda unidade produtiva de cimento da Camargo Corrêa Cimentos, em julho de 1993, em Bodoquena, Mato Grosso do Sul.

Na década de 1990, importantes mudanças ocorrem no segmento cimenteiro a primeira foi a liberação dos preços do produto, depois de décadas do controle do governo federal<sup>376</sup>, e a segunda refere-se ao processo de reestruturação do setor, estimulada pelos investimentos de grupos multinacionais.

Após a implantação do Plano Real, em 1994, a indústria do cimento nacional começa imediatamente a sentir os efeitos da estabilização da economia e do aumento do poder aquisitivo da população. Isso se refletiu na consolidação do setor de cimento e no grande crescimento da demanda.

No Brasil, a distribuição do consumo de cimento, de acordo com o tipo de comprador, apresentou significativas mudanças nos últimos anos, como pode ser observado na figura 61. Segundo Cunha e Fernandes (2003),

os consumidores industriais aumentaram sua participação de 18% para 28% entre 1991 e 2002, enquanto os consumidores particulares reduziram sua participação em aproximadamente 7,5%. Apesar dessa queda, tal segmento representa o maior consumidor no mercado de cimento no Brasil.<sup>377</sup>

---

<sup>376</sup> Cf. SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE CIMENTO. **SNIC 50 anos**, 2004. Disponível em: <<http://www.snic.com.br>>. Acesso em 12 mai. 2004. Esses controles eram exercidos de 1968 pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP).

<sup>377</sup> CUNHA, L. M. S.; FERNANDES, C. Y. H. A indústria de cimento: perspectivas de retomada gradual, **BNDES Setorial**, 2003, p. 6-7.

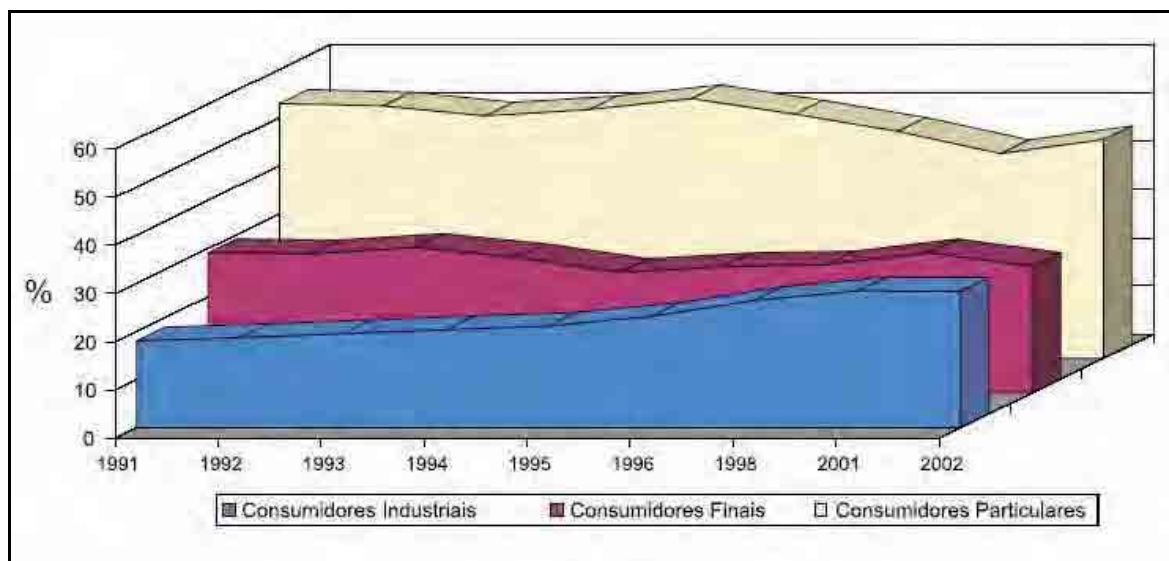


Figura 61 - Porcentagem de fluxo e segmentação do mercado de cimento no Brasil entre 1991 e 2002. Fonte: Cunha e Fernandes (2003)

Os consumidores particulares, também denominados de *consumidor-formiga*, compram o cimento em saco através de revendedores, enquanto os consumidores finais e os consumidores industriais<sup>378</sup> compram o cimento a granel diretamente da indústria, sendo o produto, nesse caso, beneficiado para revenda.

Já o início dos anos 2000 caracteriza-se pela crise econômica mundial e pela falta de investimento na infra-estrutura nacional. Na área da Bodoquena, por exemplo, podemos constatar as precárias condições das estradas que dão acesso à fábrica de cimento (figuras 62 e 63).

Atualmente, no Brasil, o setor cimenteiro concentra apenas dez grupos empresariais, agregando cinquenta e sete unidades de produção distribuídas por quase todo território nacional.<sup>379</sup> De acordo com o SNIC (2004), a maior concentração está no Estado de Minas Gerais, o maior produtor nacional,

<sup>378</sup> O segmento que representa os *consumidores industriais* são as concreteiras (maior representação do mercado), fibrocimento, pré-moldados, artefatos e argamassas e o segmento que representa os *consumidores finais* são as construtoras e empreiteiras (maior representação do mercado), órgãos públicos e estatais e prefeituras.

<sup>379</sup> Exceto os estados do Amapá, Roraima, Acre, Rondônia e Tocantins.

com 22,3%, seguido de São Paulo, com 17,3%, do Paraná, com 10,9%, do Rio de Janeiro, com 7,1%, e do Distrito Federal, com 5,1%.<sup>380</sup>



Figura 62 - Fluxo de caminhões carregados de cimento da Camargo Corrêa na estrada de acesso à fábrica. Foto: Almeida (2004)



Figura 63 - Infra-estrutura viária em péssimo estado de conservação. Foto: Almeida (2004)

---

<sup>380</sup> CUNHA, L. M. S.; FERNANDEZ, C. Y. H. A indústria de cimento: perspectivas de retomada gradual, **Bndes Setorial**, 2003, p. 158.

A distribuição dessa produção entre os principais grupos empresariais pode ser observada na figura 64, em que se percebe a predominância dos grupos nacionais Votorantim com 41,6% do mercado e Nassau (João Santos), com 12,4%. A Camargo Corrêa, na quinta posição, está com 8,0% do mercado. Do total da produção nacional, cerca de 30% são produzidos por grupos estrangeiros o português Cimpor, o suíço Holcim e o francês Lafarge, maior produtor mundial de cimento.<sup>381</sup>

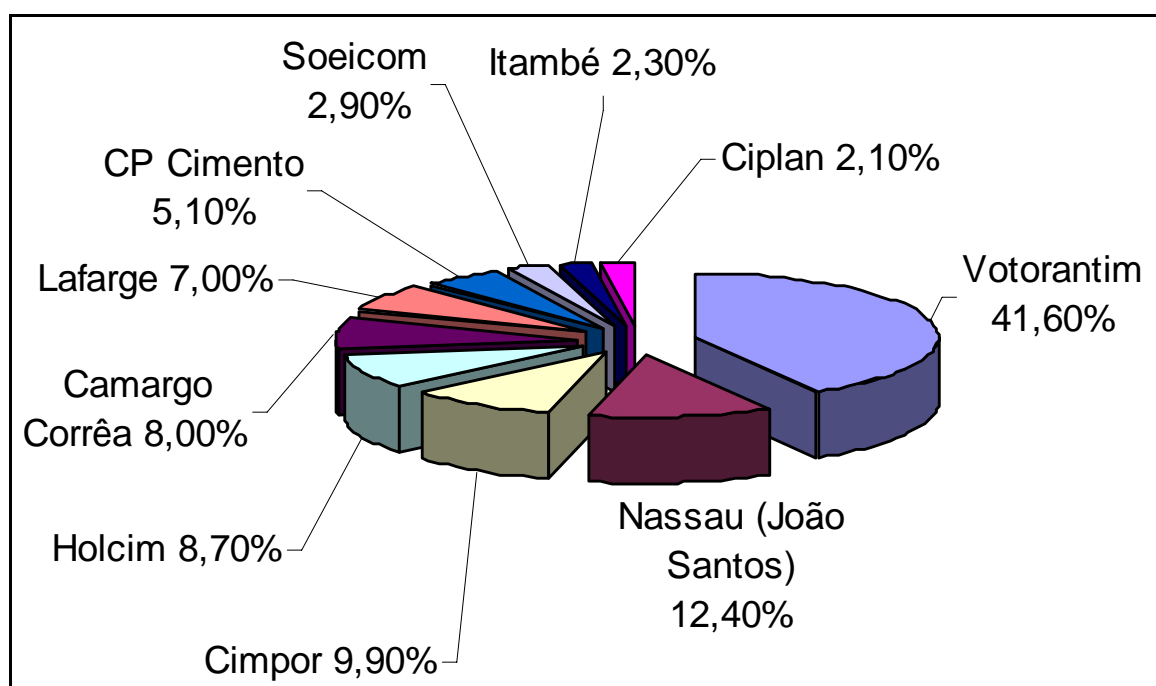


Figura 64 - Porcentagem da participação dos grupos empresariais no Brasil em 2002.

Fonte: BRASIL. DNPM (2002)

Vale considerar que o atual índice de concentração da indústria cimenteira nacional, apesar de alto, não está distante da média mundial, uma vez que o setor apresenta características típicas de um oligopólio. Segundo Simonsen (1988), "o mercado de cimento constitui exemplo clássico de oligopólio puro, em que um número restrito de concorrentes oferece o mesmo produto homogêneo."<sup>382</sup>

<sup>381</sup> Ibid., p.158. Para maiores detalhes sobre o processo de consolidação da indústria de cimento no Brasil, Cf. ANDRADE, M. L. A.; CUNHA, L. M. S; SILVA, M. C. Desenvolvimento e perspectivas da indústria de cimento, **Bndes Setorial**, 2002.

<sup>382</sup> SIMONSEN, M. H. **Teoria microeconômica**: teoria da concorrência perfeita, teoria da concorrência imperfeita, 1988, p.133.

A necessidade de grande volume de investimentos, os ganhos de escala da produção, o acesso restrito à matéria-prima, próxima dos grandes centros consumidores, a disponibilidade de energia barata e abundante e os altos custos de transporte e de armazenamento, devido ao baixo valor relativo do produto e por ser perecível, constituem barreiras à entrada de novas empresas no mercado.

No Estado de Mato Grosso do Sul, a produção de cimento é superior à demanda, o que permite o comércio com os países e estados vizinhos tanto da Votorantim, situada em Corumbá quanto da Camargo Corrêa situada em Bodoquena.<sup>383</sup> Conforme Ferreira (1999),

a localização dos empreendimentos cimenteiros no Estado de Mato Grosso do Sul, contribui significativamente ao desenvolvimento econômico do espaço regional mediante alterações que provoca na organização do espaço sul-mato-grossense, de maneira mais destacada a partir da divisão do estado.<sup>384</sup>

Neste sentido, enfocando a área de estudo desta pesquisa, a área da Bodoquena, na qual se localiza a unidade de produção de cimento da Camargo Corrêa, deve ser analisada a fim de avaliarmos a sua relação com as políticas de desenvolvimento regional da citada área e a repercussão na estruturação do espaço regional.

### **5.1 - A questão da lógica locacional do empreendimento cimenteiro**

Numa perspectiva de organização do espaço, a análise da relação do empreendimento cimenteiro com o desenvolvimento regional na área da Bodoquena permite-nos verificar se há influência da unidade fabril localizada no

---

<sup>383</sup> Cf. FERREIRA, M. A. A. M. **Desenvolvimento regional do Mato Grosso do Sul: o caso do cimento**, 1999.

<sup>384</sup> *Ibid.*, p. 114-115.



município de Bodoquena e seu comportamento como elemento que integra o ambiente social, físico, econômico e político na organização territorial.

Diante disso, refletimos sobre a questão locacional da indústria, que se refere, basicamente, aos fatores determinantes nas decisões empresariais, ou seja, na escolha do sítio para a implantação de uma unidade fabril. Além disso, consideramos as tendências da localização vistas de forma agregada.

Nas últimas décadas, grandes transformações têm caracterizado a evolução da atividade industrial no mundo. Nos estabelecimentos, tem ocorrido racionalização da produção, mudanças tecnológicas, multiplicação de produtos, sofisticação de processos. Nas empresas, a estrutura organizacional tornou-se mais complexa, especialmente com a formação de grandes corporações que controlam múltiplas unidades de produção dispersas por diferentes países no mundo.

No plano espacial, ocorreu a emergência de um sistema mundial de produção industrial (baseado na difusão das grandes corporações multinacionais e possibilitado pelos avanços simultâneos ocorridos nos meios de transportes e de comunicações), e a definição de novos padrões de distribuição das indústrias (com a reorganização dos espaços industriais nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos) incorrendo numa nova divisão regional e internacional do trabalho e da produção.

As empresas que se ordenam territorialmente seguindo estratégias geográficas estão ligadas às questões relacionadas com os sistemas técnicos e às questões socioespaciais ou, nos dizeres da Escola de Regulação, aos sistemas de produção e ao modo de regulação que vigoram no momento.<sup>385</sup>

Teoricamente, os fatores de localização possibilitam a territorialização industrial em determinados sítios, provocando uma distribuição desigual dessa atividade no espaço, uma vez que estão sempre próximos das vias

---

<sup>385</sup> Cf. LIPIETZ, A.; LEBORGNE, D. O pós-fordismo e seu espaço, *Espaço & Debates*, 1988, p.14.

de transportes, do mercado consumidor, do mercado de trabalho, das fontes de matérias-primas e da distribuição da energia, principais fatores da localização industrial.

A teoria clássica de localização industrial tem como nome referencial Alfred Weber que desenvolveu sua teoria da lógica locacional utilizando o preço dos transportes, a disponibilidade da mão-de-obra e o processo de aglomeração e desaglomeração como fatores-chave para explicar a formação do espaço industrial.<sup>386</sup>

Para Weber, o custo dos transportes será um dos fatores decisivos para a implantação de uma planta industrial numa região, o que propiciará o custo mínimo do produto e a ampliação dos lucros. A variabilidade desse custo está relacionada ao peso do produto e à distância percorrida, o que estabelece o ponto ótimo de localização. Para explicar a localização ótima, ele propôs a elaboração de um triângulo locacional (figura 65), cujos vértices constituem a distribuição das fontes de matérias-primas, a posição das vias de acesso e aos mercados.<sup>387</sup> Segundo Manzagol (1985),

para fabricar um produto que incorpora duas matérias-primas, localizadas em  $S^1$  e  $S^2$  e a ser distribuída ao mercado determinado  $M$ , é preciso encontrar o ponto ótimo ( $O$ ) onde situar a fábrica, conhecendo-se o peso de cada uma das matérias-primas necessárias à fabricação de uma unidade de peso do produto, as distâncias separando  $S^1$  e  $S^2$  e  $M$ , e sabendo-se que o custo do transporte varia com a distância. Duas vias levam ao objetivo.<sup>388</sup>

Portanto, é inquestionável que os custos de transporte aparecem subjacentes e dominantes na problemática da acessibilidade e a solução da

---

<sup>386</sup>MANZAGOL, C. **Lógica do espaço industrial**, 1985, p.26. Outros autores deram sua contribuição para a ampliação da teoria da lógica locacional weberiana. São eles A. Lösch, enfocando o papel do mercado, e W. Isard, analisando a interdependência dos fatores locacionais e as condições de mercado.

<sup>387</sup> Ibid., p.26.

<sup>388</sup> Ibid., p.26.

localização assentaria na minimização dos custos. Se  $S^1$  e  $S^2$ , no triângulo locativo, forem as localizações das matérias-primas localizadas em um mercado, o conhecimento dos custos de transporte por unidade de peso e de distância, as quantidades de matérias-primas necessárias e o peso do produto final resultante permite a solução do problema da localização.

Dependendo do tipo de matéria-prima utilizada, do seu peso, assim como do peso da mercadoria final, e dos custos que estes aspectos proporcionam ao transporte, poderá ser mais vantajosa a localização perto da fonte de matéria-prima, do mercado consumidor ou num ponto do território que signifique custo mínimo no transporte da matéria-prima até a empresa e do produto acabado até o mercado, como se reflete no caso da unidade fabril de produção de cimento.

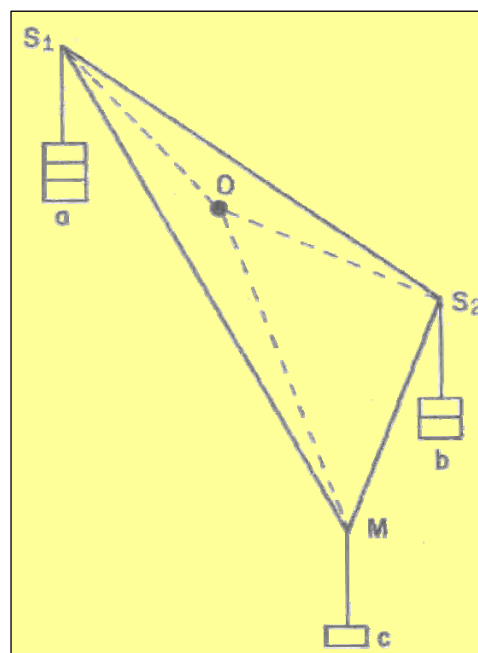


Figura 65 - O triângulo de Weber (solução Varignon)<sup>389</sup>

Outro aspecto analisado por Weber, na identificação do ponto ótimo, se refere à mão-de-obra. Para este fator, o que se busca é o preço relativamente barato da sua reprodução, na sua relação com o custo total de transporte. Ou seja, o gasto com a mão-de-obra compensa o gasto com o

<sup>389</sup> MANZAGOL, C. *Lógica do espaço industrial*, 1985, p. 27.

transporte. Desta forma, torna-se mais vantajoso, para a empresa, numa análise diferencial com os demais fatores regionais de localização industriais, a sua localização perto do mercado de mão-de-obra.

No caso da fonte de matérias-primas há uma relação entre a força de atração exercida pelo local onde o custo de mão-de-obra é mais barato e o peso do produto, como na análise referente às indústrias que se orientam pelo transporte, onde a localização mais conveniente do território signifique custo mínimo no transporte da matéria-prima até a empresa e do produto acabado até o mercado. A lógica locacional vai ser guiada para o ponto onde seja menos oneroso para a empresa.

Segundo Manzagol (1985), a indústria de cimento exemplifica a atração do mercado:

produto de baixo valor, obtido de matérias-primas ubíquas (argila e sobretudo calcário), das quais não pode afastar-se, onerado por forte consumo energético, o cimento não suporta fretes elevados de transporte, daí admitir-se que o raio de distribuição de uma fábrica de cimento não exceda duzentos quilômetros [...].<sup>390</sup>

A construção teórica de Weber, posta ao público em 1909, recebeu muitas críticas e reformulações a partir de 1950, possibilitando novas propostas de análise da lógica locacional e a identificação do ponto ótimo de localização fabril, ligadas a um padrão fordista de acumulação. Na linha das preocupações de Weber, Lopes (1995) faz referência aos trabalhos de Hoover que imprimiu ao de Weber maior realismo, dispensando a hipótese de custos de transporte diretamente proporcionais à distância e ao peso e “passando a considerá-los variáveis de acordo com as distâncias, a carga e a sua composição e passando a

---

<sup>390</sup> MANZAGOL. C. *Lógica do espaço industrial*, 1985, p. 43.

considerar também os fatores institucionais que influem nas decisões locais.”<sup>391</sup>

A localização empresarial, na busca do lucro máximo, deve-se ajustar no nível da produção, da combinação dos insumos (inclusive transporte), da localização da empresa e do preço do produto final. Esta é uma análise totalizadora, que busca identificar o ponto ótimo, mas não toma isoladamente cada fator locacional, buscando integrá-los para que a construção teórica geral seja mais condizente com a realidade empírica.

Segundo Santos e Silveira (2001),

com forte dependência dos fatores técnicos de localização, mas também do mercado, a indústria cimenteira no Brasil, que já passou por uma fase de internacionalização, está hoje fortemente concentrada em mãos de grupos nacionais.<sup>392</sup>

Nos estudos desenvolvidos por Ferreira (1999) sobre teorias de localização, “as teorias de localização trazem uma importante contribuição à compreensão do mecanismo de tomada de decisões locais por parte dos agentes econômicos.”<sup>393</sup>

No período atual, de acordo com Santos e Silveira (2001), o funcionamento das grandes empresas “deve regular seus processos produtivos - hoje dispersos no território -, sua circulação, sua contabilidade, etc.”<sup>394</sup> Em relação ao empreendimento cimenteiro, a organização de suas atividades cria circuitos espaciais de produção.

Neste sentido, definem-se e se redefinem as localizações ótimas

---

<sup>391</sup> LOPES, A. S. **Desenvolvimento regional**: problemática, teoria, modelos, 1995, p. 183.

<sup>392</sup> SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI, 2001, p.152.

<sup>393</sup> FERREIRA, M. A. A. M. **Desenvolvimento regional do Mato Grosso do Sul**: o caso do cimento, 1999, p. 48.

<sup>394</sup>Ibid., p. 153.

dos processos produtivos. Para Santos e Silveira (2001),

isso significa, de um lado, a existência de imperativos microeconômicos, internos à firma, capazes de vincular, por exemplo, áreas de cultivo e lugares de elaboração dos seus produtos e das embalagens necessárias, e, de outro, a existência de imperativos macroeconômicos, como sua participação mais ou menos explícita na fixação de tarifas de serviços e insumos. Esse imperativo supõe a permanente negociação da empresa com o poder público e com outras empresas, para redefinir seu comportamento político e os setores e lugares que lhe interessam.<sup>395</sup>

Assim, a relevância dos custos de transportes no preço final do produto é importante e decisiva, em que a localização mais conveniente será encontrada no ponto em que os custos conjuntos de transporte de matérias-primas vindas das suas várias origens e os de colocação do produto final sejam mínimos.

As decisões empresariais, na escolha do sítio para a implantação de uma unidade fabril, estão ligadas também às questões mais amplas, como os sistemas técnicos, isto é, do conhecimento tecnológico, da rede de informação e às questões socioespaciais, que diz respeito à relação entre as empresas prestadoras de serviços, mercado de trabalho, infra-estrutura e facilidades do poder público, como os incentivos fiscais (figura 66).

---

<sup>395</sup> FERREIRA, M. A. A. M. **Desenvolvimento regional do Mato Grosso do Sul: o caso do cimento**, 1999, p.153.



Figura 66 – Placa indicativa da Camargo Corrêa Cimentos incentivada por meio de benefícios fiscais pelo governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Foto: Almeida (2004)

Na área da Bodoquena, observa-se que nos estudos preliminares para instalação da fábrica de cimento da Camargo Corrêa foi proposta, inicialmente, a possibilidade de ser instalada na região de Bonito, em função da existência de grandes reservas de calcário. No entanto, essa idéia não seguiu adiante, posto que a região sofreria pressões de ambientalistas. Isso foi comprovado em 1993, quando foi protocolado na Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) um EIA/RIMA para mineração de calcário nas proximidades do rio Perdido.<sup>396</sup>

A população foi contra a instalação do empreendimento, a exemplo do que ocorreu no município de Bodoquena, comparando-se que o município de Bonito tem se destacado na economia regional com a atividade de turismo, o que não se verificou em Bodoquena, com a instalação da fábrica de cimento.

Conforme, relato da gerência da fábrica da Camargo Corrêa, foi

---

<sup>396</sup> O rio Perdido está situado à vinte e quatro quilômetros à oeste da cidade de Bonito.

constatado, quando do início do processo de instalação, após vários estudos geológicos e ambientais no município de Bodoquena foi encontrada uma grande reserva de calcário e filito (figura 67), matéria-prima para a produção do cimento. Por outro lado, a viabilidade de instalação da fábrica de cimento no município de Bodoquena, de acordo com os estudos preliminares solicitados pela Camargo Corrêa, era inconcebível, por diversos fatores, tais como a ausência total de infraestrutura nos sistemas de transportes, fornecimento de energia e até mesmo de mão-de-obra para o processo inicial de construção, além da distância dos principais centros consumidores do estado e fora dele.

No entanto, a decisão final foi dada pelo proprietário da empresa, o Dr. Sebastião Ferraz (*in memorian*), que decidiu enfrentar o desafio. A fábrica de cimento estaria localizada numa das mais importantes fronteiras econômicas em processo de ocupação. A consolidação deste processo de ocupação está intimamente vinculada à implantação de um sistema que articule as redes de escoamento de produção aos diferentes mercados, tanto em território nacional como em países vizinhos.



Figura 67 - Vista panorâmica do entorno da fábrica e a extração de calcário e filito. Foto: Almeida (2001)



A fábrica de cimento foi implantada no município de Bodoquena, situada em área rural,<sup>397</sup> distante dez quilômetros do perímetro urbano. Está localizada num “braço” da serra da Bodoquena, confinado entre os vales do córrego Cascavel (ou Campina) e do córrego Escondido, na bacia do rio Salobra. As coordenadas do ponto central da área são 20° 28’ de latitude sul e 56°43’ de longitude oeste, aproximadamente.

No início do processo de instalação da fábrica (figura 68), houve problema quanto ao fornecimento de energia, uma vez que não havia extensão de energia elétrica até a fábrica, situação que só foi resolvida com os acordos entre a Camargo Corrêa e o então governador do estado Pedro Pedrossian, que definiu a extensão da rede de energia do município de Miranda até a fábrica de cimento.



Figura 68 – Início do processo de implantação da fábrica de cimento da Camargo Corrêa Cimentos. Fonte: Behr (2001)

Por outro lado, um dos impactos mais significativos que ocorreu na área da Bodoquena, especialmente em Bodoquena, foi quando da implantação da fábrica, que segundo Okaneko (2004),

foi a elevada oferta de emprego, havendo a contratação de muitas pessoas, sendo que mais de mil e quinhentas pessoas vieram de

---

<sup>397</sup> As novas localizações industriais muitas vezes, impulsionadas, promovem a dispersão da atividade industrial para regiões onde a força de trabalho seja menos combativa ao privilegiar as zonas rurais ou semi-rurais, ocupadas pela agricultura e pequena indústria, ocasionando a dispersão da atividade industrial para regiões onde a força de trabalho seja menos combativa.

fora [...] e, isso teve uma arrancada muito grande com relação à economia do município.<sup>398</sup>

Durante a fase de implantação da fábrica de cimento, por estar situada numa área de formação calcária, de acordo com o Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama, foi necessária a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA. Entretanto, a preocupação com a proteção de cavernas na região de instalação da fábrica, cuja presença havia sido ignorada no EIA realizado, fez com que alguns ambientalistas acionassem a promotoria pública.<sup>399</sup>

Por essa razão, a Camargo Corrêa deveria fazer um levantamento das cavidades subterrâneas e análise do impacto ambiental que o uso de explosivos na extração de calcário provocaria sobre as mesmas. Para atender a solicitação da Coordenação da Curadoria do Meio Ambiente, a empresa apresentou um levantamento espeleológico, elaborado por técnicos especializados.

Esse levantamento resultou na identificação e mapeamento de seis cavidades em área de cinco quilômetros ao norte do empreendimento, cujo risco de destruição, por parte das detonações, foi descartado, o que possibilitou a continuidade das obras de construção da fábrica de cimento, paralisada pela promotoria pública.<sup>400</sup>

Atendendo as normas ambientais, a Camargo Corrêa Cimentos também implementou, na unidade produtiva, tecnologias avançadas nos sistemas para controle de emissão de poluentes instalando filtros eletrostáticos para captação de particulados gerados no processo, sistemas de filtros de mangas em todas as transferências, cargas e descargas de correias transportadoras, além de

---

<sup>398</sup> Funcionário público municipal que na época da instalação da fábrica de cimento era vereador. Entrevista concedida na Câmara Municipal de Bodoquena em abril de 2004.

<sup>399</sup> Entidades ambientalistas do Estado de Mato Grosso do Sul como a Ecologia e Ação (ECOA) tiveram participação ativa no movimento de preservação de cavernas na região da Serra da Bodoquena quando da implantação da fábrica de cimento da Camargo Corrêa.

<sup>400</sup> O fato repercutiu na imprensa local e nacional como, por exemplo, nos jornais O Globo de 30.09.1989, Correio do Estado de 29.09.1989 e Diário da Serra de 29.09.1989.

tratamento de resíduos sanitários através de tanques de tratamento biológico.

Através dos critérios sugeridos pelo Conama, Ibama, Sema, a Camargo Corrêa desenvolve alguns programas ambientais, tais como o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), Sistema de Monitoramento da Qualidade do Ar e da Água (SMQAA) e Produção de Mudanças de Espécies Nativas (PMEN).

Em 1988, quando foi iniciado o processo de instalação da fábrica de cimento em Bodoquena, a Camargo Corrêa contratou a empresa Promon Engenharia e Consultoria Ambiental, com sede no Rio de Janeiro, para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental. A partir desses instrumentos de avaliação ambiental definiram-se parâmetros de monitoramento da qualidade da água, do ar e das condições atmosféricas.

Esse monitoramento refere-se às adjacências da fábrica e dos índices de poluentes (material particulado) que saem da chaminé. Através das orientações do EIA/RIMA foram definidas as condicionantes para elaboração dos critérios de operação criando um sistema de proteção ambiental. Através de um estudo espeleológico foram definidas todas as cavernas existentes nessa área da Camargo Corrêa, todas mapeadas e devidamente catalogadas junto à Secretaria do Meio Ambiente, todas preservadas.

Em visita à Camargo Corrêa Cimentos, obtivemos informações sobre o funcionamento da fábrica de cimento, baseada numa entrevista (Anexo C) concedida pela gerência do empreendimento. Nesta entrevista, abordamos as características intra-empresa e entre empresas (fornecedores, subcontratado, terceirizados, clientes, concorrentes, outras empresas, instituições de suporte, associações, federações, relação com e percepção do estado, administração municipal, governo estadual e integração com a comunidade local). É o que apresentamos a seguir.

A área de extração de calcário abrange uma parte do morro Cascavel que, de acordo com o estudo é uma área isenta de cavernas, vegetação predominantemente rasteira com árvores que se desenvolvem nas fendas da rocha. Para exploração existe uma autorização para desmatamento e a extração é autorizada através do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Além disso, existe uma área reservada para a criação de uma Reserva Particular de Preservação Natural (RPPN), localizada próxima ao córrego e nas encosta do morro.

A água utilizada para o processo de produção de cimento é captada no córrego Cascavel e passa por uma mini estação de tratamento para redução de concentração de calcário. Essa água é utilizada tanto para o consumo interno quanto para o consumo de parte da operação.

Estão em construção, tanques de decantação da água onde fica armazenada quando retorna ao córrego. O tratamento é feito para reduzir a concentração de cal, que é separado da água através do processo de decantação no leito de secagem. Com a separação, a cal retorna ao processo de produção de cimento e a água vai para o córrego sem qualquer impureza.

Quanto à emissão dos poluentes na atmosfera, a fábrica de cimento conta com vários dispositivos para fazer o controle de emissão de poluentes, com os eletrofiltros.<sup>401</sup> Por outro lado, podem ocorrer picos de energia e, isso afeta o sistema de filtragem porque o eletrofiltro continua armado, sendo necessário aliviar a pressão abrindo o sistema de filtragem. Neste caso, dentro da legislação do Conama existe um limite para emitir esses poluentes, formados basicamente por calcário e filito, diretamente na atmosfera.

---

<sup>401</sup> Nesse sistema de filtragem existe um campo elétrico que tem o poder de juntar as partículas de pó, com isso essas partículas ganham peso porque é uma corrente ascendente de ar. Quando cai é depositada numa placa onde cai o material residual que é lançado para o moinho novamente. Esse é o controle de material particulado.

Para manutenção da fábrica e do sistema de filtragem a fábrica trabalha três meses durante vinte quatro horas sem interrupções. A manutenção pode durar até trinta dias, com o silo cheio, com uma margem de segurança mantendo a venda do produto final.

Para o controle de segurança e saúde no trabalho, o quadro pessoal é formado por um coordenador e dois técnicos de segurança, saúde e meio ambiente, um auxiliar de enfermagem e um médico do trabalho. O médico do trabalho e o auxiliar de enfermagem fazem três visitas por mês e, nessas visitas é feito um diagnóstico de todas as pessoas que estão afastados pelo atestado médico, buscando informação relativa ao trabalho desses funcionários.

Nessas visitas há também os exames periódicos programados com os funcionários, em especial aqueles que estão mais expostos a altas temperaturas, que lidam com soldas. Os exames são a angiometria (exame de pulmão), eletrocardiogramas (exame do coração), eletro encefalograma (exame do cérebro), análise de sangue. Outros exames, feito no hospital da cidade é o raio X, coleta de sangue (enviada para análise laboratorial em Campo Grande). Todo esse tratamento é baseado na prevenção de acidentes no trabalho, fornecendo equipamentos adequados como capacetes, máscaras, luvas, roupas adequadas, minimizando os danos que podem ser provocados na área de trabalho.

Cabe destacar, na área social, que a Camargo Corrêa Cimentos, juntamente com o Instituto Camargo Corrêa, implantaram o Projeto Aroeira (figura 69), com a participação voluntária dos funcionários da fábrica de cimento, oferecendo cursos de capacitação técnica, além da conscientização ambiental e conservação.<sup>402</sup>

---

<sup>402</sup> Como forma de desenvolver a conscientização ambiental e conservação foi feito o plantio de mil mudas nativas da região na nascente do córrego João Augusto que passa pela cidade.



Figura 69 - Instalações do prédio do Projeto Aroeira. Foto: Almeida (2004)

Em relação a esse projeto implementado no município de Bodoquena,

inspirado na filosofia e na bem-sucedida experiência do Projeto Aroeira da comunidade de Jaborandi (SP), o Instituto Camargo Corrêa e o Instituto Serra de Bodoquena levam educação profissionalizante para os jovens da comunidade de Bodoquena (MS), onde está instalada uma das fábricas da Camargo Corrêa. A montagem de uma fábrica-escola de pré-moldados, de um viveiro de mudas e uma horta comunitária são algumas das ações realizadas.<sup>403</sup>

O Instituto Serra da Bodoquena promove, gratuitamente, a educação e o desenvolvimento cultural de crianças e jovens da comunidade local. O Projeto Aroeira propõe o desenvolvimento da auto-estima e capacitação profissional de adolescentes e jovens em situação de exclusão social, tendo como pano de fundo um **“modelo de desenvolvimento social e educacional sustentável”** (figura 70), impresso na entrada do prédio onde está sediado o Projeto.

<sup>403</sup> Instituto Camargo Corrêa. **Programas e Projetos:** Projeto Aroeira. Disponível em: <<http://www.camargocorrea.com.br/instituto>>. Acesso em: 19 jan. 2005.



Figura 70 - Placa de apresentação do Projeto Aroeira fixada na entrada do prédio. Foto: Almeida (2004)

O Instituto Camargo Corrêa destinou noventa mil reais para o Projeto Aroeira e a Camargo Corrêa Cimentos cedeu um terreno para a construção da sede do projeto e da fábrica-escola de pré-moldados. De acordo com o Instituto, há previsão de implantação de atividades de aperfeiçoamento técnico para a indústria de construção civil, prática de esportes, teatro e jogos pedagógicos.

O Projeto Aroeira tem recebido apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), da Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP), escolas públicas, empresas privadas, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), comerciantes locais, Pastoral da Criança, grupo de jovens da igreja católica, prefeitura e projetos públicos sociais - Renda Mínima, Bolsa Escola e Peti.

Neste projeto, também é dada relevância à participação da família dos alunos matriculados que, de acordo com Souza (2004),

é preciso ver no que o projeto pode estar ajudando essa família para ter maior autonomia financeira. Sabemos que essas famílias, que fazem parte do projeto, são famílias de baixa renda [...]. Mas para alcançar os objetivos do projeto, temos que estar alicerçados com uma pessoa disponível, que possa visitar as famílias e verificar como está a família e qual é a utilidade do Projeto Aroeira.<sup>404</sup>

Atualmente, o Instituto Camargo Corrêa apóia o projeto e fornece uma bolsa de estudos de quarenta reais por aluno, atendendo quarenta jovens e adolescentes, que fazem cursos variados, com destaque para a produção de tijolos e lajotas.<sup>405</sup> Segundo Souza (2004), na situação em que se encontra o projeto, é preciso realizar uma reestruturação no mesmo com a participação ativa da comunidade local, da prefeitura e dos comerciantes no gerenciamento e administração do projeto, incentivando na criação de cursos profissionalizantes. Neste sentido,

como esse projeto entrou fundamentado pela participação direta da Camargo Corrêa Cimentos, havia maior envolvimento dos funcionários da empresa. E, como algumas pessoas foram transferidas e outras foram saindo, enfraquecendo o grupo, não sendo substituídos por pessoas da comunidade local, que oferecesse disponibilidade técnica, para atuar no Projeto Aroeira.

Como forma de incentivar o projeto, a Prefeitura Municipal de Bodoquena tem comprado os produtos do Projeto Aroeira (lajotas e blocos) para o calçamento de ruas. Além disso, disponibilizou uma funcionária para trabalhar na coordenação pedagógica desse projeto.

---

<sup>404</sup> SOUZA, Lenier de. Funcionário da Camargo Corrêa Cimentos e responsável pelo Projeto Aroeira, em entrevista concedida no dia 9 set. 2004 na sede desse projeto.

<sup>405</sup> A Camargo Corrêa Cimentos fez a doação de uma máquina de fazer lajotas, mas ainda não foi possível oferecer um curso de treinamento, que tivesse a coordenação de um engenheiro civil, para que os alunos aprendessem a produzir as lajotas. Por enquanto, foram contratados ex-alunos para o processo de produção e que já tiveram cursos nos anos anteriores.



Neste sentido, podemos constatar o envolvimento da empresa no atendimento da comunidade local. Esse envolvimento não deve ser desprezado, uma vez que revela uma preocupação com os problemas sociais, uma predisposição em particular que pode e deve receber apoio e incentivo da sociedade como um todo. No entanto, o estendimento do papel da empresa privada às questões sociais merece ser aprofundado com o intuito de se identificarem os benefícios concedidos e as motivações do empresariado para ofertá-los. Ademais, seria interessante apreender os diversos fatores que estão por trás do papel social das empresas.

Outro aspecto que devemos ressaltar é a influência da fábrica de cimento no município e na área de Bodoquena. Diante disso, devemos entender que a atividade industrial moderna tem-se caracterizado como um dos agentes econômicos de maior atuação na organização do espaço.

Quanto às decisões locais de implantação da fábrica de cimento no município, assumidas no nível da empresa, afetam em diferentes graus de intensidade, a morfologia espacial e a estrutura de relações existentes nas áreas sobre as quais incidem, podendo resultar tanto em desenvolvimento econômico e aumento do bem-estar social como em poluição urbana e desequilíbrio ecológico.

Considerando que a variável localização industrial tem relação direta com o território, Francesconi (1996), afirma que o conceito econômico de localização industrial e o conceito de território apresentam diferenças relevantes. No primeiro, consideram-se as vantagens locais, as economias de escala, e, no segundo, considera-se o espaço físico apropriado, inscrito num campo de poder, aplicado à localização industrial. Segundo Francesconi (1996),

se a indústria define as variáveis econômicas, o Estado possui a soberania maior sobre o território e dispõe de meios de transformar sua destinação em escala macro. Se o processo de alocação máxima de fatores corresponde à racionalidade e ao

poder do capital, o comando da escala territorial cabe ao Estado, mesmo que, com objetivos convergentes. O caminho da localização das indústrias de cimento é pontualmente indicado pelas variáveis econômicas, mas o caminho geral pelo território decorre das tendências gerais da urbanização e da expansão territorial geral.<sup>406</sup>

A questão locacional de uma fábrica de cimento, dentre as variáveis econômicas definidoras da localização industrial – vantagens locais decorrentes da proximidade de matéria-prima, mercados, transporte, a localização das jazidas de calcário assumem grande significância pela particularidade relacionada a disponibilidade e proximidade do calcário.

O calcário, no processo de produção do cimento perde cerca de 40% do peso.<sup>407</sup> Portanto, a localização preferencial da fábrica é sobre jazidas. Diante disso, quanto à localização estão vinculadas à duração e possibilidade de aproveitamento da jazida. No caso da Camargo Corrêa em Bodoquena, essa possibilidade chega a quinhentos anos de exploração.

Se nesse aspecto não muda, no aspecto técnico o setor tem modificações variadas quanto à instalação de novas linhas de produção, novos moinhos, novos processos, novas especificações do produto. Além disso, há também as modificações organizacionais, todas vinculadas à centralização do capital.

No que concerne à capacidade tecnológica, existe uma grande dependência entre as empresas de engenharia pesada, produtoras de máquinas para a indústria de cimento, e as fabricantes deste insumo. O *know-how* é constituído nas fases de pesquisa e desenvolvimento levadas a cabo pelos grupos fabricantes e pode ser subdividido em técnicas relacionadas à fase de investimento à fase de operação do empreendimento.

---

<sup>406</sup> FRANCESCONI, L. **O Estado e o papel estratégico da indústria do cimento no Brasil**, 1996, p. 59.

<sup>407</sup> No processo de combustão o calcário é transformado em CO<sub>2</sub>, formando um pó cinzento despejado no ar, por ocasião da moagem e ensacamento.

Numa perspectiva de análise da problemática da localização industrial da fábrica de cimento, constata-se que ela vai além do limite econômico, uma vez que, o Estado tem seu papel de planejador e financiador, proporcionando em benefícios o desenvolvimento econômico.

Diante disso, a questão da localização das atividades produtivas configura-se como questão territorial como elemento das relações de poder gestada sobre o espaço, como afirma Raffestin (1993) que,

o território é também um produto “consumido,” ou se preferirmos, um produto vivenciado por aqueles mesmos personagens que, sem haverem participado de sua elaboração, o utilizam como meio. É então todo o problema da territorialidade que intervém permitindo verificar o caráter simétrico ou dissimétrico das relações de poder. A territorialidade reflete, com muita segurança, o poder que se dá ao consumo por intermédio de seus “produtos.”<sup>408</sup>

Nessa relação de poder é necessário mencionar os planos regionais e os programas setoriais que são complementares aos nacionais, implementados pelo Estado como proposta desenvolvimentista no país. O grande crescimento da produção do cimento no país se dá pela inserção da mesma no projeto político de expansão da acumulação a partir da expansão do capital industrial.

O desenvolvimentismo dos anos de 1950 e nas novas bases nos anos de 1970, como os governos militares, assentava-se em alguns pilares de crescimento econômico para os quais a produção do cimento era básica, estrategicamente no plano habitacional e na expansão da infra-estrutura de energia elétrica, incluída como está explicitado no I PND, “Estado, capital privado nacional e capital privado estrangeiro.”

Diante desse processo, o empresariado cimenteiro foi beneficiado

---

<sup>408</sup> RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**, 1993, p. 7.

pelo fortalecimento de alguns grupos empresariais nacionais inseridos no projeto de desenvolvimento brasileiro, tal qual se articula nos núcleos de poder do Estado brasileiro. Na verdade o cimento, como indústria oligopolizada representou área estratégica para o Estado nesse período, daí decorre do pressuposto de uma interação estreita com o poder.

A indústria do cimento cuja produção iniciou-se no Brasil em 1929<sup>409</sup> passou por diversos processos de modificação da tecnologia, seja do produto, seja do equipamento produtivo. Recentemente, tem se acentuado uma tendência para a reorganização de empresas, desativação de fábricas ou linhas de produção antigas e a tendência a concentrar numa única fábrica a produção de clínquer, instalando moagens complementares.

## **5.2 - A estrutura organizacional da Camargo Corrêa Cimentos e sua dinâmica econômica no Estado de Mato Grosso do Sul**

Para entendermos a relação entre a Camargo Corrêa Cimentos e a área da Bodoquena e sua dinâmica econômica no Estado de Mato Grosso do Sul, analisamos como se deu a sua implantação no município de Bodoquena e sua evolução. Para isso, Terron (2004)<sup>410</sup> e os funcionários da unidade de produção de cimento de Bodoquena forneceram dados sobre o funcionamento da fábrica.

Antes de chegar a Bodoquena, o grupo iniciou suas atividades no segmento da construção pesada, e a partir de 1964 começou a investir no ramo cimenteiro no Vale do Ribeira com a construção de dois pólos paralelos de Apiaí em São Paulo e outra em Bodoquena, iniciada em 1987.

---

<sup>409</sup> Cf. FERREIRA, M. A. A. M. **Desenvolvimento regional do Mato Grosso do Sul: o caso do cimento**, 1999, p. 91.

<sup>410</sup> TERRON, Nilton Bernardo. Entrevista sobre a fábrica de cimento de Bodoquena da Camargo Corrêa Cimentos. 8 set. 2004.

No entanto, as construções de Bodoquena foram interrompidas em 1989,<sup>411</sup> durante o período de um ano. Em 1991, é inaugurado o primeiro forno da fábrica de Apiaí, que estava com as construções mais adiantadas e, em junho de 1993, inaugura-se o segundo forno na fábrica de Bodoquena.

Quando a unidade de Bodoquena (figura 71) ficou paralisada, restou somente o pessoal que cuidava dos equipamentos que já estavam comprados. Para a construção desta fábrica, as pesquisas de avaliação sobre o potencial de calcário para a produção de cimento começaram no início da década de 1980, coincidindo com o processo de emancipação política do Distrito de Bodoquena.<sup>412</sup>

Os fatores determinantes da localização industrial da unidade cimenteira estão diretamente relacionados à existência de matéria-prima de qualidade, com elevado índice de pureza. Se depender da localização geográfica da fábrica, não é tão privilegiada quanto às outras indústrias de cimento existentes no Brasil, de maior proximidade com o mercado consumidor. O fator preponderante é a matéria-prima, instalando-se do lado da jazida de calcário.<sup>413</sup>

Neste contexto, se Mato Grosso do Sul tivesse uma economia que correspondesse ao potencial de produção e demanda, seria possível colocar mais dois ou três fornos nessa unidade cimenteira. A viabilidade de ampliação depende do incremento da economia regional, visto que a capacidade produtiva está ligada ao desenvolvimento econômico, especialmente da região.

---

<sup>411</sup> Período marcado pelo Plano Collor - política antiinflacionária de bloqueio das contas de poupança. Ocorreu um processo de abertura econômica e de mudanças na organização do processo produtivo nos diferentes setores da economia. Nesse período há uma redução sistemática do nível de emprego, gerada pela recessão econômica.

<sup>412</sup> Até então o Distrito de Bodoquena pertencia ao município de Miranda.

<sup>413</sup> De acordo com os estudos desenvolvidos pelos geólogos contratados pela Camargo Corrêa e do levantamento das amostras do material calcário em superfície e no subsolo da região da Serra da Bodoquena, há previsão de capacidade de exploração da matéria-prima de pelo menos quinhentos anos.

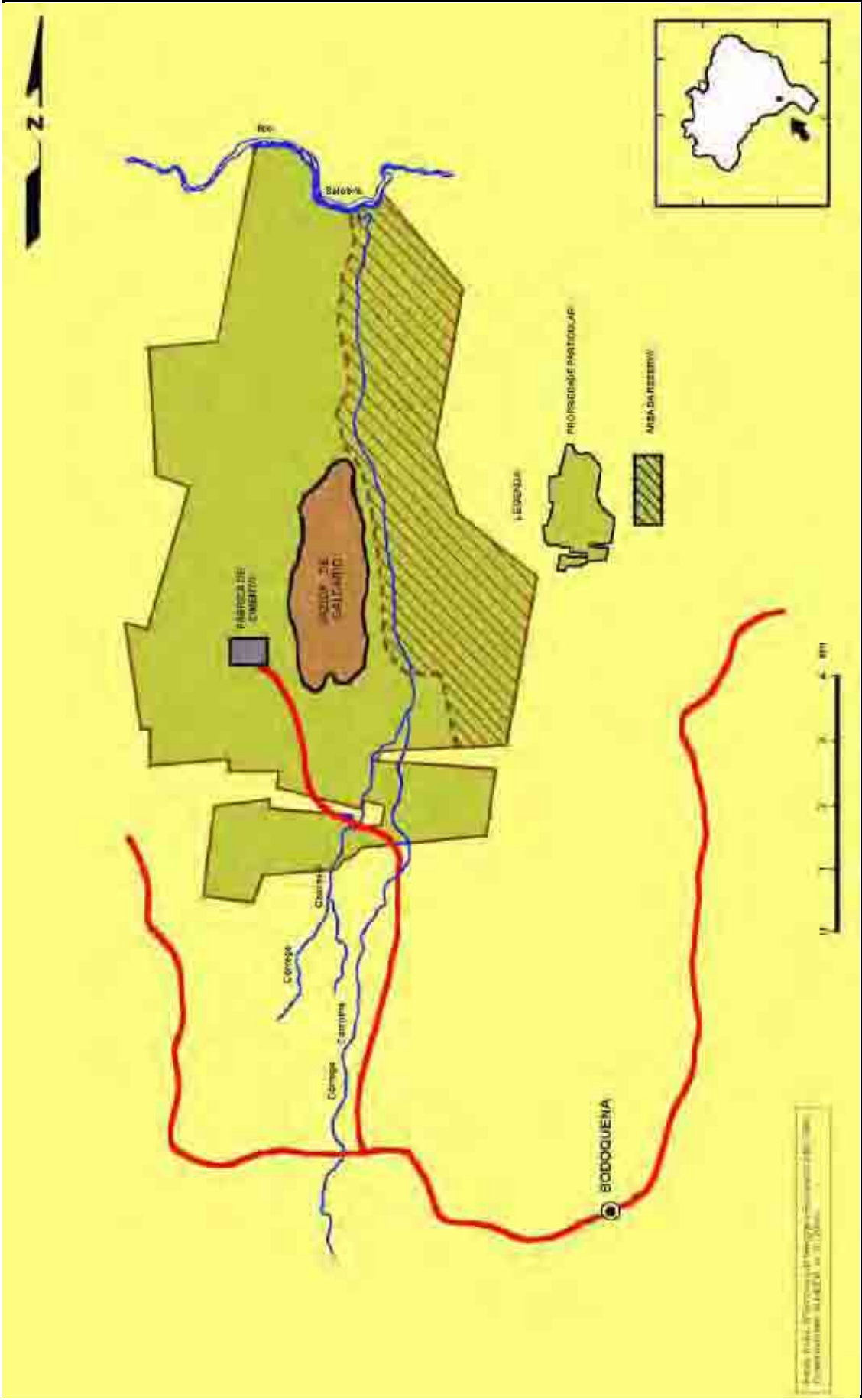


Figura 71 - Área da fábrica de cimento da Camargo Corrêa no município de Bodoquena.

Na região Sudeste, a situação é diferente. No caso da produção de cimento, tem havido um incremento da produção, com aumento da capacidade produtiva, acompanhando o crescimento da economia. Já no Mato Grosso do Sul a situação se inverte. A fábrica de cimento da Camargo Corrêa em Bodoquena ainda está longe de aumentar a capacidade.

Como consequência disso, a produção é limitada de acordo com a demanda, que é pequena. A fábrica não consegue manter os fornos funcionando o ano inteiro. É natural que numa fábrica de cimento tenha que haver a interrupção do processo produtivo para os serviços de manutenção, que dura em média trinta dias.<sup>414</sup> No entanto, na fábrica de Bodoquena ocorrem interrupções de até três vezes no mesmo ano e, dependendo do mercado, pode chegar a quatro meses.

A Camargo Corrêa Cimentos tem unidades de produção de cimento distribuídas em Mato Grosso do Sul, Bodoquena; em São Paulo, Apiaí; em Minas Gerais, Lavras e Pedro Leopoldo. Tem um gerente em cada fábrica e cada uma das unidades tem o diretor industrial, que responde ao diretor superintendente, o proprietário majoritário. Hoje a família Camargo constitui o conselho e a ação majoritária de capital nacional.

Em relação à distribuição da produção mensal, a Camargo Corrêa comercializa no Estado de Mato Grosso do Sul em torno de vinte e duas mil sacas de cimento, dez mil para Mato Grosso, três mil para São Paulo e duas mil sacas para o Paraguai.<sup>415</sup> O crescimento da produção é estável, no patamar de 40 milhões de toneladas por ano. Para o SNIC (2004), o ano passado ficou em torno 32 milhões de toneladas.<sup>416</sup> A redução dos investimentos em infra-estrutura e habitacional que impulsionava a indústria justifica a instabilidade.

---

<sup>414</sup> Neste período, que ocorre no período de menor consumo de cimento no mercado, há a armazenagem de clínquer nos silos passando pelos processos de moagem até o ensacamento.

<sup>415</sup> A exceção da Bolívia é por haver maior proximidade com uma fábrica de cimento Itaú da Votorantim em Corumbá que comercializa nesse país.

<sup>416</sup> SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE CIMENTO. **SNIC: 50 anos**. Disponível em: <<http://www.snic.com.br>>. Acesso em 12 mai. 2004.

Na década de 1970 o investimento do governo federal em construções habitacionais, de empreendimentos e obras gerava elevado consumo de cimento e, no contexto atual estacionou. Diante disso, a fábrica de cimento de Bodoquena vem acompanhando a dinâmica do mercado internacional, por exemplo, em 2000 e 2001 vendia em média de quarenta e duas mil toneladas por mês. Nos últimos anos fica na média de trinta e cinco mil toneladas por mês. No primeiro trimestre de 2004 é que a produção aumentou para uma média de quarenta mil toneladas por mês.

No que se refere ao desempenho da produção, a Camargo Corrêa de Bodoquena opera com capacidade ociosa. Dependendo do fluxo do mercado e, quando os silos de clínquer enchem a fábrica pára<sup>417</sup> de produzir e continua o processo final de produção (moagem do clínquer) até o ensacamento e vendendo de acordo com o fluxo do mercado.

Quanto à manutenção estabelece-se como meta 95% de tempo disponível de garantia da qualidade dos equipamentos, sendo prevista a *manutenção corretiva* que intervém nos problemas mais emergentes e a *manutenção preventiva* mais pesada com uma análise mais detalhada dos equipamentos e do tempo de troca necessário. A empresa tem um núcleo técnico, sistema de supervisão.<sup>418</sup> No segmento terceirizado os equipamentos são das empresas contratadas, responsáveis também pela manutenção dos mesmos.

Cabe à fábrica a responsabilidade de avaliar a produtividade e verificar os possíveis problemas quando ocorre a baixa produtividade. Para tanto, a unidade de produção tem um forno que tem capacidade de produção dentro do patamar normal de mil e quinhentas toneladas por dia, se há uma redução avalia-se a necessidade de alguma substituição e ou manutenção do equipamento para voltar ao patamar normal.

---

<sup>417</sup> Tem ano que pára três ou quatro meses dependendo da situação do mercado quando possibilita uma manutenção mais demorada.

<sup>418</sup> Nesse sistema permanentemente se busca no mercado o que existe de melhor e se propõe novos investimentos em tecnologia para melhorar o suporte técnico.



No aspecto que se refere à mão-de-obra utilizada, tendo em vista a modernização do processo produtivo do cimento, constata-se que quanto maior o investimento em tecnologia menos se emprega mão-de-obra contratada diretamente pela empresa. Por outro lado, tem-se observado aumento das contratações de outras empresas especializadas, ou seja, a geração de emprego é muito mais indireta do que direta.

A Camargo Corrêa tem passado por algumas variações no fluxo de mão-de-obra com a implantação de alguns processos de gestão quando a empresa implantou em 1999 o Sistema de Aperfeiçoamento de Pessoal (SAP), programa de gerenciamento interligado *on line*, onde uma pessoa em São Paulo faz toda a contabilidade das unidades produtivas, atividade incorporada em um só lugar, na sede da empresa. Neste caso é centralizada a responsabilidade dos papéis, documentos administrativos, contabilização e controladorias.

No segmento de produção houve pouca variação de mão-de-obra, por ter uma tecnologia com mais de dez anos.<sup>419</sup> Nas etapas do processo produtivo que utilizam empresas contratadas, também, há fluxo estável de contratação de mão-de-obra. As mudanças ocorridas nas contratações de empresas terceirizadas<sup>420</sup> são os contratos corporativos, buscando a diminuição de custos. Nestas condições, as empresas contratadas executam suas atividades em todas as unidades produtivas da empresa Camargo Corrêa através de apenas um contrato de serviço.

Por exemplo, a empresa contratada para limpeza e movimentação interna de insumos é de Minas Gerais, responsável por todos os contratos das unidades produtivas de cimento. Para as contratações de cada unidade existe um responsável técnico que faz os contratos de mão-de-obra das localidades próximas das fábricas, por ser uma área de serviço que não precisa de especialização, apenas

---

<sup>419</sup> Neste caso, a tecnologia é a mesma desde a instalação da fábrica. As mudanças no número de contratações foram maiores no segmento administrativo da fábrica.

<sup>420</sup> Todas as empresas contratadas, de limpeza, manutenção e mineração são de outros estados.

um treinamento para adequação ao ambiente de trabalho. Os impostos sobre serviços são recolhidos no município onde está localizada a unidade de produção.

Esse procedimento de contratos corporativos traz vantagem para a empresa cimenteira por se conseguir uma melhor negociação. O lado positivo desses contratos é que os serviços contratados são para todas as unidades. A negociação das operações apenas de Bodoquena é menos vantajosa do que se for uma negociação envolvendo todas as unidades de Bodoquena, Apiaí, Ijaci, Pedro Leopoldo, em que as vantagens são maiores.

Observa-se que de modo geral, as empresas intensificam a formação de uma nova estrutura, procurando diversificar suas plantas industriais e integrando, ao seu sistema produtivo, várias firmas especializadas, através das quais reestruturam seu complexo industrial, mantendo uma gestão integrada em que coordenam essas firmas.

A estrutura interna das empresas se dá tanto pela modificação de seu padrão de organização - transferindo para firmas especializadas parte significativa da produção de componentes necessários às mercadorias produzidas - quanto pela promoção de uma maior segmentação do processo de trabalho. São as formas encontradas para minimizar os custos e riscos, já que é possível especializar firmas para algumas etapas da produção ou de funções complementares às atividades industriais.

Segundo Lipietz e Leborgne (1988), por um lado, tal estrutura permite um controle mais estreito de custos e da qualidade, por outro promove uma "partilha dos riscos sobre a pesquisa e desenvolvimento, as imobilizações em alta tecnologia, e mais amplamente sobre a imobilização de capitais fixos, entre vários proprietários de capitais."<sup>421</sup> Mas, ainda assim "tal aprofundamento da

---

<sup>421</sup> LIPIETZ, A.; LEBORGNE, D. O pós-fordismo e seu espaço. *Espaço e Debates*, 1988, p. 22.

divisão social do trabalho entre as empresas não implica uma desconcentração paralela da hierarquia e do controle capitalista.”<sup>422</sup>

Portanto, a maior especialização e fracionamento das atividades por firmas especializadas são mais uma rede de subcontratação do que formações de capitais autônomos, do ponto de vista da valorização do capital, mesmo constituindo empresas juridicamente autônomas e não controladas diretamente pelas firmas que controlam o processo produtivo dos diferentes segmentos industriais.

Dos funcionários contratados diretamente pela empresa (setenta e cinco funcionários), apenas os que trabalham na gestão e na área técnica vieram de outras localidades, 80% do total dos funcionários contratados pela Camargo Corrêa são oriundos da área de Bodoquena. Na época quando da instalação da fábrica, tinha o gerente da fábrica, um gerente da industrial, um gerente intermediário, supervisão, pessoal de base, todos eram de outros estados. Apenas algumas pessoas eram de Bodoquena.

Hoje, o gerente da fábrica e o primeiro nível que é o de gestão são pessoal contratado de fora da área da Bodoquena. Os outros são contratados da área da Bodoquena. Isso acontece se pensarmos que a maior parte das pessoas que trabalham na fábrica tem mais de cinco anos de empresa, ou seja, têm mais experiência, desenvolveram o conhecimento sobre o funcionamento da fábrica. Muitos desses funcionários, com mais experiência de trabalho na fábrica, são transferidos para outras unidades, ocorrendo com muito mais frequência no nível de gestão.

Além dos setenta e cinco funcionários, existem outros setenta e oito trabalhando para as empresas terceirizadas, totalizando cento e cinquenta e três. Uma parte dos funcionários (administração, laboratório, inspeção técnica) tem horário comercial e outra parte que atua na área de extração e ensacamento,

---

<sup>422</sup> LIPIETZ, A.; LEBORGNE, D. O pós-fordismo e seu espaço. *Espaço e Debates*, 1988, p.23.

trabalha em turno; na área de produção uma parte tem turno outra não. Na expedição o horário de trabalho vai das seis da manhã até meia-noite.

Na distribuição por sexo, a maior parte dos trabalhadores é constituída pelo sexo masculino, até mesmo no segmento de limpeza, em que o efetivo de limpeza é fabril. Apenas duas mulheres fazem o serviço de limpeza na área administrativa contratadas pela empresa prestadora de serviço, totalizando dezoito pessoas nessa área. Quanto ao quadro de efetivos, duas secretárias trabalham no setor administrativo.

Quanto a fluxo de mão-de-obra, a maioria dos funcionários tem em média cinco anos de empresa e a política de remuneração diferenciada, com alguma variação por região, como qualquer outro emprego. Os funcionários mais novos têm cerca de um ano e meio, dois e, estão propensos a permanecer mais tempo mesmo para o pessoal de base (operadores do processo de produção). Na área da Bodoquena não há outra opção de emprego no mesmo nível que a fábrica de cimento.

Os gastos com treinamento são permanentes, variando de acordo com a demanda desde treinamento técnico até treinamento comportamental. O treinamento é feito conforme a demanda da fábrica, ou seja quando tem determinado equipamento novo ou problema recorrente em determinada área. O Núcleo de Suporte Técnico (NST) também oferecem treinamentos quando determinada área tem determinado problema, então um especialista do NST desenvolve treinamento. Quando não há especialista no NST, buscam-se no mercado alguns treinamentos como os oferecidos pelo SENAI, que frequentemente participa na empresa oferecendo treinamentos na área de indústria. Outra opção é o encaminhamento de funcionários para treinamento fora da fábrica, São Paulo, Rio de Janeiro ou nas outras fábricas de cimento.

Em relação à contratação de profissionais qualificados, toda empresa procura um profissional já qualificado. Normalmente a fábrica de

cimento forma sua própria mão-de-obra. Em Bodoquena, alguns projetos realizados junto à comunidade em parceria com a prefeitura de Bodoquena, resultaram na formação de vários profissionais qualificados como operadores polivalentes e, atualmente, fazem parte do quadro permanente de funcionários da fábrica.

Entretanto, os cargos que exigem maior qualificação profissional no processo produtivo ou de gestão a disponibilidade no mercado de trabalho está concentrada nos grandes centros urbanos fora do estado, como São Paulo e Minas Gerais, onde existe maior quantidade de indústrias no setor de produção de cimento. Por exemplo, quando se precisa de uma contratação de técnico de forno, não é possível haver a formação imediata, daí a necessidade de buscar essa especialidade em outra localidade. Quanto ao pessoal contratado que não exige maior qualificação, a maioria é da região de Bodoquena, sendo treinados na própria fábrica de cimento. Nesse aspecto, a empresa tem como política o aproveitamento interno, divulgando para o processo seletivo as vagas disponíveis aos interessados em todas as unidades de produção de cimento da empresa.

No processo de gestão da empresa procura-se valorizar cada vez mais os métodos de gestão, organização e estruturas funcionais e eficazes. Como se observa no fluxograma da fábrica de cimento de Bodoquena, num primeiro nível a gerencia e de gestão. No nível de gestão tem-se a base constituída pelos operadores, um meio intermediário com alguns técnicos, e a maioria é gestão integrada diretamente com a equipe. Na verdade, esse tipo de gestão direta é uma tendência mundial e a maioria das indústrias está seguindo esta vertente, também, influenciada pela implantação das controladorias *on line*, que antes era constituída pelo gerente de contabilidade e gerente financeiro. Se a empresa está inserida num mercado competitivo do cimento buscam-se inovações para maior rapidez do lucro.

Por apresentar uma característica peculiar de uma fábrica localizada junto à principal matéria-prima, o calcário, e por estar numa região

afastada dos grandes centros consumidores, constata-se que desde a implantação da fábrica de cimento em Mato Grosso do Sul o retorno dos investimentos é muito lento.

O maior problema para a fábrica de cimento da área da Bodoquena é ainda de não conseguir eliminar a capacidade ociosa. No Estado e Mato Grosso do Sul tem duas fábricas de cimento, uma em Corumbá e outra em Bodoquena. O mercado consumidor do estado não consegue consumir toda a produção interna, diferentemente do que acontece com São Paulo, estado onde se concentra maior número de fábricas de cimento, e mesmo assim, precisa importar de outros estados vizinhos.

Para ganhar o mercado consumidor competitivo dentro e fora do estado, além de estar permanentemente inovando em tecnologias<sup>423</sup> e gestão, a estratégia primordial é o relacionamento com o mercado sendo mais específico no trato com alguns segmentos do mercado de forma diferenciada o cliente do varejo e cliente da indústria. No varejo, a cliente precisa que o pedido seja atendido na hora ou um prazo muito bem firmado, ou seja, a pontualidade é a alma do negócio. Já no caso do cliente da indústria a preocupação maior é com a assistência técnica, melhor prazo de pagamento, um laudo de avaliação da qualidade do cimento, etc.

A empresa tem investido bastante na diferenciação do relacionamento com alguns segmentos do mercado. No Estado de Mato Grosso do Sul o comércio varejista representa o maior segmento na comercialização do cimento. Na fábrica de cimento da Camargo Corrêa de Bodoquena, a capacidade de produção está em média de duas mil toneladas por dia.

---

<sup>423</sup> Uma das inovações lançadas no mercado do cimento e que saiu da fábrica de Bodoquena foi o ensacamento do produto em embalagens de vinte e cinco quilos.

### **5.2.1. A relação entre a Camargo Corrêa Cimentos de Bodoquena e os fornecedores, subcontratados, clientes, mercado consumidor e outras empresas**

Além do calcário e do filito utilizado na produção do cimento<sup>424</sup>, a fábrica tem fornecedores<sup>425</sup> de outras matérias-primas: o gesso é fornecido por uma petroquímica de Uberaba-MG, o coque do petróleo importado dos Estados Unidos, combustível mais barato que o óleo residual de refinarias.<sup>426</sup> Em relação ao transporte de cimento, para uma parte da produção a entrega é feita por uma empresa,<sup>427</sup> contratada pela fábrica de cimento da Camargo Corrêa que entrega o produto ao consumidor final. Outra parte da produção é transportada pelo próprio cliente, que contrata uma empresa de transporte, a MS Transportes.

As empresas prestadoras de serviços da fábrica de cimento da Camargo Corrêa de Bodoquena atendem nos serviços de mineração, limpeza, restaurante, informática, apoio técnico e saúde ocupacional. Os contratos são feitos por tempo indeterminado, fazendo-se avaliações periódicas dos serviços prestados.

As empresas contratadas são: a Ietsaúde de Campo Grande (um funcionário), responsável pela área de saúde ocupacional; a Diet Light de Corumbá (cinco funcionários), atuando no ramo de restaurantes; a Produtiva de São Paulo (vinte seis funcionários), responsável pela mineração (extração do calcário); a Funcional Novex de Minas Gerais (treze funcionários), responsável pela limpeza movimentação de escombros; a Aeromontain de São Paulo (um funcionário), responsável pelas documentações e; a Stefanini de São Paulo (um funcionário), responsável pela área de informática.

---

<sup>424</sup> O custo maior na produção de cimento está no processo de clínquerização, onde se queima o combustível importado e o consumo de energia é maior.

<sup>425</sup> As empresas fornecedoras têm contratos prolongados, muitas vezes tem uma durabilidade de mais de cinco anos, passando por uma reavaliação, caso permaneçam como fornecedores.

<sup>426</sup> O que encarece o produto é o transporte, sai mais barato encher um navio do que pagar o frete de transporte rodoviário, sendo fornecido para todas as unidades de produção de cimento da empresa.

<sup>427</sup> A empresa contratada, denominada Cativa está sediada em Campo Grande-MS.

A maioria dos funcionários contratados por terceiros são originários da área da Bodoquena, até mesmo o pessoal da supervisão, com tempo de permanência muito alto, com baixa rotatividade. Apenas no setor de limpeza que já teve várias mudanças, hoje passou a ser uma só empresa que atua em todas as unidades, funcionando assim através de corporações.

Na relação entre cliente e mercado se destacam como principais clientes o mercado varejista. Para melhorar o atendimento, existe uma pesquisa de satisfação anual, para acompanhar a satisfação do cliente quanto à algumas metas, quanto aos prazos e qualidade dos serviços prestados. A partir daí, se tem uma idéia de que o índice de satisfação do cliente é muito alto. Além disso, a fábrica procura ampliar esse relacionamento, buscando metas na área comercial para aumentar o número de proposta, ou seja, a ampliação de novas relações comerciais.

Dependendo da distância entre a fábrica de cimento e o mercado consumidor, ocorrem algumas perdas do produto, mas em número controlado. Isso se dá devido às condições das estradas. Em relação à questão das vias de acesso até a fábrica, já houve várias articulações políticas de benefício entre o Estado e a Camargo Corrêa, além do incentivo. Um desses benefícios foi um possível acordo com a empresa para viabilizar vias de acesso adequadas.

A diretoria da Camargo Corrêa teve contato com a Agesul, empresa responsável pela manutenção da malha rodoviária do estado mas, não teve nenhum incentivo. No trecho de estrada que dá acesso até a fábrica está em péssimo estado de conservação. Segundo a gerência da fábrica de cimento, o trecho de estrada é muito ruim e até mesmo a empresa ofereceu cimento de graça para fazer o contrato. Seriam três milhões de reais que sobriam em cimento e mais a tecnologia e, em parceria com a prefeitura colocaria o maquinário para executar a mão-de-obra.



O Projeto Pantanal abrange toda a área da Bodoquena com a finalidade de trazer melhorias de infra-estrutura de acesso nas rodovias estaduais e municipais. Os benefícios trazidos com essas melhorias atenderiam também as necessidades dos proprietários rurais para acesso e transporte de mercadorias às cidades.

Quanto aos clientes do mercado exterior entre os países vizinhos, as relações comerciais se dão pelo *trading* através de uma empresa brasileira que vende para esses países. O cimento é comercializado para ser ensacado. A exportação ocorre por acesso à Ponta Porã.

As empresas que vendem cimento no Estado de Mato Grosso do Sul são de Minas Gerais, Goiânia. Há também cimento importado do Paraguai, (Valemi). As diferentes marcas do produto estão no preço, porque a qualidade não tem variação, por isso fornecedores ficam na dependência da fidelidade do mercado consumidor.

O mercado do cimento da Camargo Corrêa de Bodoquena abrange os Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso (até Cuiabá) e São Paulo e o Paraguai. Das cidades no Estado de Mato Grosso do Sul o maior mercado concentra-se na capital Campo Grande, destacando-se também nos maiores centros urbanos do estado (Dourados, Três Lagoas, Aquidauana, etc.).

Não há um centro de distribuição no Estado de Mato Grosso do Sul. Já no Estado de São Paulo encontra-se em Avaré e se estende para Apiaí e Grande São Paulo. Existem os distribuidores, que são os grandes clientes, como a MS Transportes<sup>428</sup>. A cidade de Campo Grande representa o principal mercado consumidor no Estado de Mato Grosso do Sul, incluindo as construtoras contratadas pelo Governo para a construção de casas populares.

---

<sup>428</sup> A distribuidora MS Transportes transporta o cimento direto da fábrica de Bodoquena, sendo armazenada em galpões em Campo Grande, distribui para as lojas especializadas no ramo da construção civil.

Em relação às instituições de suporte são estabelecidas parcerias com o Senai que oferece vários cursos sobre a área industrial, como os de automação. Para isso, existem caminhões móveis para oferecer cursos de treinamento na fábrica. Anualmente são oferecidos cursos que vão desde os mais genéricos até na área de elétrica e automação.

Entre as universidades do Estado de Mato Grosso do Sul, para o Instituto de Ensino Superior de Aquidauana – curso de Administração - e UFMS dá suporte para estágios e de pesquisas quando solicitado. Os funcionários que estão fazendo curso superior na cidade de Aquidauana (Administração) em universidade particular, através de alguns critérios definidos, recebem da Camargo Corrêa metade da bolsa de estudo para aqueles que estudam em universidade particular. A empresa também apóia mensalmente uma parte dos custos de transporte tanto os acadêmicos da empresa quanto aqueles que fazem parte da comunidade e estudam nas universidades de Aquidauana. No Sebrae são oferecidos cursos do IOB sobre legislação e fiscalização.

Para viabilizar o acesso à energia, a empresa compra da Hidrelétrica de Machadinho e usa a rede de transmissão da Enersul, isso porque a empresa Camargo Corrêa é sócia da Hidrelétrica de Machadinho, com um percentual da barragem, juntamente com um conglomerado de empresas. Desde quando a fábrica de cimento iniciou o processo de produção, a energia consumida vem do município vizinho, Miranda e, como é ponta de transmissão gera uma série de problemas de oscilações e queda de energia.<sup>429</sup>

Quanto aos serviços de comunicação, o sistema de telefonia é precário, ainda está no sistema analógico, sendo possível transmitir as informações apenas por via satélite. A administração municipal não vê as reais necessidades desse serviço, mesmo tendo recursos obtidos com a arrecadação. Se o interesse é da empresa, cabe a ela tomar a iniciativa de trazer tais recursos.

---

<sup>429</sup> O contrato de demanda de dez mil e quinhentos kilowatts tem um custo médio de trezentos mil reais mensais.

O abastecimento de água se dá pela captação direta do córrego Campina. Como a fábrica consome essa água no processo de produção, a empresa apresenta um relatório mensal de monitoramento da qualidade da água e das condições atmosféricas.<sup>430</sup> Esse controle deve obedecer ao limite de tolerância estabelecido pela legislação ambiental.

Na participação sindical a Camargo Corrêa Cimentos é filiada ao Sindicato Nacional das Indústrias de Cimento. No Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil<sup>431</sup> os funcionários da fábrica de cimento filiados pagam uma contribuição mensal em média de quinze reais, arrecadando cerca de dois mil e oitocentos reais mensais. Com uma representação sindical na cidade de Bodoquena, as reivindicações são encaminhadas para a empresa e, as negociações articuladas entre funcionários e empresa.

Não houve um relacionamento de parceria entre a administração municipal e a fábrica quando da implantação da fábrica de cimento. Do ponto de vista dos moradores da cidade de Bodoquena, havia uma expectativa na cidade de que depois que a fábrica fosse instalada instantaneamente o município seria de “Primeiro Mundo”. Na época que foi iniciada a instalação da fábrica veio muitas pessoas de outras localidades, gerando um inchaço da cidade. Com a saída da construtora responsável pela instalação, que contratou um grande volume de mão-de-obra, e o pessoal foi embora. Uma fábrica de cimento não gera muitos empregos como uma construtora que exige um contingente maior de mão-de-obra.

As mudanças ocorreram por causa da incorporação de novas estruturas habitacionais no espaço urbano da cidade de Bodoquena, com a

---

<sup>430</sup> Há um processo de filtragem que controla a emissão de poluentes atmosféricos. Os investimentos, no monitoramento da qualidade do ar e de troca dos filtros, demandam cerca de 30% dos investimentos da empresa.

<sup>431</sup> A sede do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil no Estado está sediada em Campo Grande, a partir do momento que foi instalada uma sede na cidade de Bodoquena, os funcionários passaram a contribuir no local e ainda não está totalmente estruturada. Somente em 2004 foi regulamentada para entrar em funcionamento no município.

construção do Hotel Eldorado (figura 72), do Instituto de Educação de Bodoquena<sup>432</sup> (figura 73 e 74) e um bairro residencial agregado juntamente com o clube recreativo (figura 75) dos funcionários da fábrica de cimento da Camargo Corrêa.



Figura 72 - Hotel Eldorado, construído pela Camargo Corrêa e atualmente arrendado por Itaia Gil Bispo. Foto: Petrutechelli (2003)



Figura 73 - Prédio do antigo Instituto de Ensino de Bodoquena, desativado. Foto: Petrutechelli (2003)

---

<sup>432</sup> Atualmente o hotel é terceirizado e a escola foi desativada e o prédio vendido para a prefeitura de Bodoquena pelo valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais).



Figura 74 - Atual escola municipal, adquirida por leilão pela Prefeitura Municipal de Bodoquena. Foto: Almeida (2004)



Figura 75 - Clube Recreativo dos funcionários da Camargo Corrêa Cimentos. Foto: Petrutechelli (2003)

Foram construídas vinte e três residências com a finalidade de beneficiar os funcionários contratados vindos de outras localidades. Quando há casas desocupadas, os funcionários, que moram na cidade e estão numa hierarquia funcional que dá o benefício, podem morar na vila da Camargo Corrêa. É cobrada uma tarifa, como um contrato de aluguel, sendo responsabilidade da Camargo

Corrêa Cimentos o pagamento do IPTU – Imposto Territorial Urbano. Além da tarifa o inquilino é responsável pelo pagamento do consumo de água, energia, telefone e condomínio.<sup>433</sup>

De acordo com a Camargo Corrêa, quando da construção da vila residencial no perímetro urbano de Bodoquena, a prefeitura como incentivo concedeu isenção do IPTU por um período de dez anos. No entanto, de acordo com a prefeitura, não há documentação dessa isenção de imposto para a empresa. Diante disso, está em tramitação na justiça o requerimento de pagamento dos impostos atrasados.

Apesar disso, a relação com a administração pública da prefeitura é de parceria, na promoção dos eventos e atividades festivas da cidade, apoio técnico para operação em máquina de fazer tijolos de cimento. Em 2003, o Instituto Camargo Corrêa, através da lei de incentivo fiscal, fez uma doação de vinte mil reais<sup>434</sup> ao Fundo Municipal de Assistência à Criança e ao Adolescente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Algumas sugestões quanto à viabilização de melhorias em infraestrutura, através de solicitações direta e coletiva à administração estadual, prefeitura, câmara dos vereadores, e administração da fábrica de cimento da Camargo Corrêa, não surtiu efeito positivo até o momento. Tais reivindicações ocorrem, oportunamente, até quando o governo do estado tem comparecido *in loco*, constatando os problemas apresentados na área da Bodoquena.

Assim, constata-se que a maioria dos responsáveis locais – econômicos ou políticos – gradualmente tomou consciência da necessidade, para a cidade, de acrescentar infra-estrutura, com a finalidade de criar as riquezas e empregos que só a indústria não consegue mais criar isoladamente.

---

<sup>433</sup> A cobrança de condomínio serve para limpeza, iluminação, sinalização das ruas, poda de árvores e coleta de lixo.

<sup>434</sup> Essa doação de vinte mil reais foi feita para as prefeituras onde existem as unidades da Camargo Corrêa, em lugar de pagar em impostos para o Estado. Além disso, há o acompanhamento de como os recursos foram investidos.

Uma proposta viável para qualquer município tem que partir do Plano Diretor, uma ferramenta que tem todo aparato legal e regulamentado para viabilizar as medidas e ações em benefício da comunidade local com uma política de desenvolvimento de suporte ao incentivo do desenvolvimento econômico e territorial.

Uma questão que se discute, para o desenvolvimento da área da Bodoquena, e, está na articulação política dos municípios dessa região é atrelar o desenvolvimento com o crescimento da atividade turística, sem pensar em alternativas de viabilidade econômica, de desenvolvimento local e sustentável.

Por outro lado, do ponto de vista da empresa, as relações entre a Camargo Corrêa e a administração estadual é favorável, especialmente, quando o Governo dá incentivos fiscais “para que continue sendo um investimento que o acionista queira manter.”

### **5.3 - A relação entre a fábrica de cimento de Bodoquena e a área da Bodoquena**

As tendências atuais das políticas de desenvolvimento da sociedade contemporânea e que se configura na área da Bodoquena revela que, muitas vezes há uma tendência maior para a dinâmica econômica do que para a valorização social. Neste caso, gerar as condições favoráveis ou mais atrativas para localizar os investimentos transformou-se em uma necessidade do próprio processo de desenvolvimento contemporâneo e muitas vezes, na única possibilidade. Sem dúvida, existe um movimento geral que se caracteriza pelo primado econômico, considerando as demais dimensões da sociedade com meio. Nesse processo, a direção está nas mãos dos capitalistas que determinam a lógica e dinâmica ao processo de valorização do capital.

Efetivamente, as políticas econômicas têm por principal clientela as empresas. Na área da Bodoquena, destacamos a empresa Camargo Corrêa Cimentos que representa um grande empreendimento com sede em São Paulo-SP,

configurando no território o que Santos (1997) denomina de “espaços derivados,” ou seja,

espaços cujos princípios de organização se devem muito mais a uma vontade longínqua do que aos impulsos ou organizações simplesmente locais. Pelo fato de serem derivados, esses espaços se organizam em relação a interesses distantes: sua organização é função de necessidades exógenas e depende de parâmetros impostos, tomados de empréstimo aos sistemas representativos desses interesses distantes.<sup>435</sup>

Assim, o capital acaba criando esses espaços, nos locais escolhidos para sua implantação. O território serve, política e tecnicamente, aos interesses hegemônicos e ao capital, deixando de ser usado para e pela população como um todo. Interesses econômicos ditam o ritmo e o modo de mudanças espaciais, que se concretizam com base nas formações sócioespaciais (Santos, 1977). Isso se reflete diretamente na produção e na produtividade do espaço.

Diante disso, a organização do território, compreendida como o conjunto de possibilidades de ação, dadas pela distribuição e arranjo, em cada momento, de elementos naturais e técnicos, obedece às estratégias dos agentes que podem atuar em escalas que vão além do lugar e da região. Neste caso, a área da Bodoquena representa um espaço vulnerável na política territorial dos interesses hegemônicos e do capital.

Os depoimentos dos moradores permitem levantar algumas discussões sobre o lugar que nos expõe o olhar ligado à história e à produção social e cultural daqueles que ali vivem. Com a chegada de uma grande fábrica de cimento na região, várias expectativas foram criadas. Além disso, o turismo passa a incorporar a dinâmica econômica do lugar, trazendo assim mudanças significativas na estrutura do território.

---

<sup>435</sup> SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**, 1997. p. 104-105.



Os primeiros contatos com a fábrica de cimento ocorreram no final dos anos 80, com a chegada de engenheiro e pesquisadores e estiveram nas propriedades para uma visita técnica. Solicitaram autorização para estudos do solo e coleta de material, fazendo perfuração no solo, coletando várias amostras de solo e rochas.<sup>436</sup> Ao final do levantamento completo da área, concluiu-se que não era viável a instalação de uma fábrica de cimento, por não apresentar infraestrutura adequada às necessidades da fábrica, vias de transporte e energia apesar de haver abundância de matéria-prima. A decisão da escolha desta área da Bodoquena foi do interesse do empresário, apesar das dificuldades que seriam enfrentadas.

Na época, entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, iniciou-se a venda dos lotes que estavam localizados na área da fábrica e, aos poucos foram vendendo para a empresa Camargo Corrêa, formando cerca de oito mil hectares de terras, que representa cerca de duzentos lotes.

Um dos motivos que incentivaram a venda desses lotes foi, segundo Simões Neto (2004), que “eles pagaram um pouco mais pelas terras do que ela valia e, deu para comprar gado, sabiam que era de uma empresa grande, aí que veio a notícia que ia vir uma fábrica.” Somente três proprietários não venderam, permanecendo até hoje, dentro da área da fábrica. “Quando se falava em Camargo Corrêa, o pessoal falava logo - ô que beleza, vem uma fábrica de cimento, vai nos dar muito emprego.”<sup>437</sup>

Para ele, comparando hoje e antes da chegada da fábrica,

trouxe melhor estrutura porque naquele tempo tinha muita gente desempregada e muitos passaram a trabalhar na construção da fábrica e com o dinheiro que ganhavam, construíram casas, então a

---

<sup>436</sup> Não houve nenhum interesse dos proprietários em conhecer as características do solo para a exploração econômica do terreno e tão pouco dos pesquisadores em divulgar o resultado das análises, por ser uma pesquisa voltada aos interesses da fábrica de cimento.

<sup>437</sup> SIMÕES NETO, José. Entrevista com morador na área da Bodoquena. 9 set. 2004.

cidade cresceu. Só que agora, depois que começou a produzir, vem diminuindo cada vez mais o número de empregados.<sup>438</sup>

Segundo Sena (2004), com o início da instalação da fábrica de cimento (entre 1998 e 1999), a população local, sitiantes e chacareiros, tiveram atritos com a empresa que impediu o acesso às propriedades por uma estrada próxima da fábrica por estar dentro da propriedade da fábrica.<sup>439</sup>

Essa estrada foi aberta pelos primeiros moradores da antiga Vila Campão, que dava acesso às propriedades. Segundo Sena (2004) “... não deixavam passar, puseram pedra, um conflito danado, veio a polícia [...] eles nem conversaram com os sitiantes, entraram na justiça porque era de direito.”<sup>440</sup>

Para resolver a situação, a prefeitura intercedeu e foi estabelecido um acordo entre os moradores e a fábrica, cabendo à fábrica a construção de uma nova estrada fora da propriedade desativando a antiga. Essa mudança era necessária porque a estrada antiga passava muito próximo à fábrica, aproximadamente 50 metros, recuado para 200 metros de distância da fábrica. Na verdade, o que se pretendia era interromper o tráfego nesta estrada. No entanto, quando a Camargo Corrêa adquiriu a área esta estrada já existia.

Para os sitiantes, que tem acesso às suas propriedades na mesma rodovia que dá acesso à fábrica de cimento, a construção do asfalto foi importante por oferecer melhores condições de acesso para diminuir a poeira levantada pelos caminhões das transportadoras do cimento. Mas, hoje, praticamente, não existe mais asfalto.

Na fase inicial de instalação da fábrica houve um fluxo de migrantes de outras cidades para o mercado de trabalho na área da construção, através das empreiteiras contratadas e a disponibilidade de pessoal na cidade era

---

<sup>438</sup> SIMÕES NETO, José. Entrevista com morador na área da Bodoquena. 9 set. 2004.

<sup>439</sup> SENA, Deraldino. Entrevista com morador na área da Bodoquena. 9 set. 2004.

<sup>440</sup> Idem.

incipiente. Nessa época a necessidade de mão-de-obra era maior e, apesar de haver contratação de muita gente de fora, toda disponibilidade de mão-de-obra na cidade foi ocupada. No entanto, segundo Sena (2004) “dos que vieram de fora não ficou ninguém. Então, pouca vantagem também teve em relação ao emprego de mão-de-obra.”<sup>441</sup>

Buscando novas alternativas de geração de emprego para a área da Bodoquena, a administração pública municipal tem desenvolvido uma política voltada para a valorização da atividade turística, ou seja, é notória uma mudança de paradigma, mas não de ideologia do desenvolvimento regional e local que valorizava a ampliação da atividade industrial e, agora numa outra roupagem o turismo é a palavra de ordem para o desenvolvimento regional e local. Para Sena (2004) o turismo é muito bom para a geração de emprego e renda, “traria mais emprego, a cidade venderia mais, chegaria mais gente, melhoraria muito, tem muita coisa bonita aqui.”<sup>442</sup>

No caso dos sitiantes da região da morraria no entorno da fábrica de cimento, a geração da renda basicamente está limitada na produção leiteira, fortalecida pela cooperativa leiteira. Quando não havia o laticínio muitos produziam e vendiam o queijo, outros o leite para o laticínio da cidade vizinha de Miranda. No entanto, segundo Sena (2004), “não atendia aos interesses dos produtores. Daí a criação do laticínio ajudou muito e, hoje a média de produção chega a 170 litros por dia.”<sup>443</sup> Para todos os sitiantes a cooperativa foi uma forma de fortalecer a produção leiteira e gerar renda aos produtores, por ser a opção que melhor traz retorno financeiro e a garantia de uma renda mensal capaz de subsidiar as despesas.

Analisando as perspectivas para o desenvolvimento da região, Dionízio (2004), acredita que

---

<sup>441</sup> SENA, Deraldino. Entrevista com morador na área da Bodoquena. 9 set. 2004.

<sup>442</sup> Idem.

<sup>443</sup> Idem.

o turismo é a grande mola propulsora do desenvolvimento local. Dentro de quatro ou cinco anos o turismo vai girar em torno de 70% a economia de todos os municípios da área da Bodoquena. Até porque a indústria ela gira também, mas é pouco, então afirmo com muita categoria, Bodoquena nos últimos dez doze anos cresceu muito e tem muito a crescer ainda.<sup>444</sup>

Para Martins (2004), sobre a relação entre a fábrica e a área da Bodoquena, afirma que,

com a promessa de a fábrica empregar 80% da população da área da Bodoquena a gente teve uma visão muito otimista, achando que resolveria a questão do desemprego. Isso aconteceu na época da construção, empregou muita gente mas, depois quando ela passou a funcionar já dependia de funcionários especializados, houve um desemprego muito grande, tanto da região quanto dos que vieram de fora.<sup>445</sup>

Do ponto de vista deste morador,

para expandir tem que trazer investidor de fora, porque se depender do recurso do município, o investimento do governo do estado a coisa está muito devagar, eu acho que tem que trazer investidor na indústria.<sup>446</sup>

Segundo Gomes (2004), nos últimos anos houve mudanças pouco significativas na área da Bodoquena, para a moradora da cidade de Bodoquena,

por ser um município pequeno, os recursos são poucos também e os administradores atualmente se não fazem mais porque não tem de onde tirar. A nossa cidade ainda não está estruturada está faltando muita coisa para o turismo, por exemplo, hotéis. Há

---

<sup>444</sup> DIONÍZIO, Eduardo dos Santos. Entrevista com morador na área da Bodoquena. 9 set. 2004.

<sup>445</sup> MARTINS, Vitalino. Entrevista com morador na área da Bodoquena. 10 set. 2004.

<sup>446</sup> Idem.

apenas dois hotéis. Acontece que o pessoal daqui é humilde, não sei se falta um incentivo para mostrar para o pessoal que futuramente isso vai melhorar que precisa preparar para o futuro, mas, as pessoas têm medo do investir e, com isso está vindo outras pessoas de fora investir aqui.<sup>447</sup>

Como proposta, a moradora afirma que,

falta um trabalho mais forte, na área de turismo, desenvolver um trabalho para o comerciante, para padeiro, enfim, seria uma proposta de trabalhar com o pequeno produtor envolver, o pequeno produtor, como no artesanato, pode surgir uma pequena fábrica como doces, pães, valorizar ou montar pequena cooperativa, mas, tem que mostrar para esse pessoal como deve ser feito, porque para termos mais investimentos próprios precisam de circulação de capital daqui.<sup>448</sup>

Uma das vantagens para os moradores mais próximos da fábrica de cimento é a possibilidade de acesso ao ônibus coletivo que transporta os funcionários que trabalham na fábrica. A moradora de um sítio localizado nas proximidades da fábrica disse que “compra o vale transporte na rodoviária da cidade, toda vez que precisa ir à cidade para receber a aposentadoria.”<sup>449</sup>

Há uma expectativa muito grande de expandir o turismo na área da Bodoquena. Para isso, é preciso um plano de desenvolvimento. Pensando nisso, sabemos que turismo não é feito do dia para noite e que o turismo por ser hoje uma das principais fontes de renda temos o apoio do executivo municipal. Procuramos incentivar, sobretudo na área rural, pequenos investidores. Para isso convidamos um consultor do Sebrae-MS para participar de um seminário,

---

<sup>447</sup> GOMES, Maria Edileuza. Entrevista com moradora na área da Bodoquena. 10 set. 2004.

<sup>448</sup> Idem.

<sup>449</sup> SANTOS, Lorinete Pereira dos. Entrevista com moradora na área da Bodoquena. 10 set. 2004. Segundo o relato da moradora, quando a fábrica começou a funcionar, o perigo na estrada passou a ser maior. Em consequência disso, a moradora perdeu um filho de oito anos, envolvendo uma carreta transportadora de cimento.

promovido pelas prefeituras da área da Bodoquena, para avaliar e discutir o potencial do turismo rural, ecoturismo, turismo de contemplação, turismo de aventura e, teve a participação dos proprietários rurais, inclusive dos assentamentos rurais da área da Bodoquena.

Para o presidente do Conselho Municipal de Turismo de Bodoquena, quando a prefeitura promove cursos de treinamento e orientação para incentivar o ecoturismo e o turismo rural, a fábrica de cimento, quando solicitada apóia no financiamento de recursos. De acordo com Cruz (2004),

temos parceria com a Camargo Corrêa e com a Mineração Hori, por exemplo, locação do lugar onde se realizam esses eventos, patrocínio para o *coffee brake*, material de divulgação, seminários na fábrica. A partir do momento que se buscam parcerias de patrocínio, fazem com que essas empresas sejam envolvidas no processo.<sup>450</sup>

De acordo com Cruz (2004), “temos consciência de que não queremos o grande empresário de fora tenha mais direitos, como o incentivo fiscal. Todos os municípios sabem que é melhor incentivar e capacitar os pequenos investidores locais.”<sup>451</sup>

Para o chefe do departamento de agricultura de Bodoquena,

no início da colonização de Bodoquena a agricultura foi muito forte. E hoje, a agricultura está sendo substituída pela criação de gado. Por quê? É muito simples, voltado ao passado, temos um solo virgem que começa a produzir muito, não há reposição dos nutrientes perdidos. Como é que esse solo pode produzir durante anos sem reposição desses nutrientes? A produtividade diminui. Isso acontece, exatamente porque não existe uma consciência do

---

<sup>450</sup> CRUZ, Luiz Marcolino da. Entrevista com o presidente do Conselho Municipal de Turismo de Bodoquena. 10 set. 2004.

<sup>451</sup> Idem.

produtor rural. É isso que tem que ser trabalhado, conscientizando e informando, como recuperar essa perda. Mas o que acontece? O produtor muda para pecuária ou vende a propriedade.<sup>452</sup>

É preciso também, haver a conscientização de que os rios e córregos devem ser preservados, porque se há uma tendência de expansão da atividade turística, tem que ser sustentável. Os córregos e rios dessa área da Bodoquena estão desprotegidos, não se faz uma preservação. O que pode ajudar é o apoio dos especialistas na área, como tem acontecido com a participação de várias universidades do estado, para apresentar propostas viáveis e adequadas à realidade da comunidade local, bem como a conscientização de que o desenvolvimento da área não depende só das políticas governamentais. É preciso haver o envolvimento da comunidade e a participação da sociedade civil na gestão regional.

Na verdade, através dos depoimentos apresentados, temos a percepção dos “de dentro” da área da Bodoquena desvelando a realidade tanto em termos econômicos quanto em espaço de trabalho. Sobrepõe-se nesse processo o poder do setor público sobre as políticas regionais.

Pelos comentários, a estruturação do espaço regional foi marcada por um processo histórico de povoamento e ocupação, desenvolvendo notadamente a agricultura, mas, que paulatinamente foi sendo substituída pela atividade pecuária. Hoje, configura-se como área, predominantemente, de pecuária extensiva. Paralelamente, a atividade turística, do ponto de vista dos moradores pode ser o melhor caminho para haver um incremento da economia local.

Dos moradores, alguns contestam a possibilidade de desenvolvimento regional pela via do turismo, ora em ampliação; outros se integram à luta pela preservação do patrimônio natural e para a ampliação da

---

<sup>452</sup> CRUZ, Luiz Marcolino da. Entrevista com o presidente do Conselho Municipal de Turismo de Bodoquena. 10 set. 2004.

infra-estrutura de sustentação do turismo local. As águas cristalinas, as grutas e cavernas, as festas regionais e a paisagem natural são as bandeiras levantadas para a sedimentação dessa atividade econômica.

De uma forma ou de outra, o que se percebe, olhando o processo como um todo, é que a importância do turismo para a área da Bodoquena, incentivado pela parceria entre os municípios, pode significar um grande passo como forma de superar as desigualdades regionais, pois deve ser vislumbrada e desenvolvida. Isto é, a necessidade de desenvolver ações integradas no turismo, tanto entre os setores de cada município, quanto entre os municípios.

Por outro lado, com base em depoimentos coletados em campo, direcionamos nossos estudos em busca de diferentes experiências vivenciadas pelos moradores da área da Bodoquena. Nessa busca, destacamos a percepção dos “de dentro”, da relação entre a fábrica de cimento da Camargo Corrêa Cimentos e a área da Bodoquena.

Embora o empreendimento cimenteiro tenha sido anunciado como uma melhoria da estrutura das cidades, assim como a possibilidade de crescimento econômico, geração de empregos, atração de outros empreendimentos, na verdade ele serviu aos propósitos de uma operação estratégica que expulsou<sup>453</sup> da área, onde está assentada a fábrica, os sitiantes e chacareiros, assentados há mais de quarenta anos, e suas atividades e os substituiu por atividade de alta intensidade de capital. A maioria dos antigos habitantes, ou mudaram-se para outro lugar ou foram para a cidade.

Para a implantação da fábrica de cimento, a necessidade de contratações de mão-de-obra, se constituiu em foco de desterritorialização de várias pessoas vindas de outras regiões, seja pela atração exercida para um trabalho normalmente transitório, seja pelo deslocamento forçado de suas terras e

---

<sup>453</sup> O sentido da expulsão é figurado, porque aqueles que quisessem vender tinham toda a liberdade. Mas, como a oferta de dinheiro era muito maior que o valor de mercado, dava opção de compra de outro lote de terra. O negócio era vantajoso do ponto de vista dos moradores.



moradias, da área escolhida para ser instalada. Desterritorialização essa que também pode ser referenciada à desorganização de estruturas socioprodutivas preexistentes à implantação de tal empreendimento que poucos benefícios trouxeram para o desenvolvimento local e regional.

O processo de implantação da fábrica de cimento nessa área apóia-se na tecnologia da informação para ocuparem áreas até então inóspitas ao capital industrial. Além disso, desfruta das inúmeras vantagens de tal opção de localização, que vão desde os benefícios governamentais oferecidos pelo Estado em forma de reduções/isenções fiscais, até a ausência de uma força sindical bem organizada, o que torna a regulação trabalhista bem mais flexível e tolerante.

Diante disso, não se pode afirmar que a indústria de cimento, com uso intensivo de capital, é necessariamente dinâmica para a área da Bodoquena. Ao mesmo tempo, as atividades terciárias (serviços públicos, comércio, turismo) assumem uma maior importância porque a indústria moderna, como é o caso da Camargo Corrêa Cimentos, é incapaz de oferecer empregos suficientes.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese pretendeu provar, ao longo do seu desenvolvimento, que a área da Bodoquena em Mato Grosso do Sul, teve nas políticas regionais o seu vetor de formação socioespacial. Esta particularidade está intimamente ligada às políticas de incentivo aos investimentos para ocupação territorial e sua exploração. Por outro lado, a atual estruturação do espaço regional teve muito menos influência da dinâmica industrial da Camargo Corrêa Cimentos do que da atividade turística, quando verificamos o comportamento destas atividades no ambiente econômico e social. Assim, refutamos a hipótese de que a formulação de políticas sub-regionais permite uma melhor redistribuição das atividades produtivas em benefício da sociedade, no sentido de gerar qualidade de vida.

Procurando entender este processo, foram abordados os paradigmas de desenvolvimento, analisando o discurso e a prática das políticas de desenvolvimento ocorridas em nível regional no Mato Grosso do Sul e local na área da Bodoquena. Constatamos que, as políticas de desenvolvimento regionais têm uma raiz e um significado histórico, devendo ser entendidas como um processo baseado na parceria construtiva entre todos os atores sociais.

Através da análise regional, observou-se, nesses últimos anos, profunda transformação, em virtude da reestruturação produtiva e espacial, assim como da emergência de novos paradigmas teóricos que encontram nas fontes internas da região (história, antecipações e ações dos agentes locais) as principais causas do desenvolvimento.

Com algumas variações, os teóricos da Geografia Regional e da Geografia Econômica são unânimes em atribuir peso importante à história das condições iniciais do desenvolvimento; assim como ao futuro, fruto da construção de atitudes e de antecipações presentes dos agentes.

Sob a ótica aqui discutida, a definição da questão regional é evidenciada como uma forte expressão das políticas de desenvolvimento regional. Nesse contexto, emerge a importância do estudo do território. Acreditamos que tudo o que é essencial hoje no mundo se faz a partir do conhecimento do território, ou seja, conhecer o território sul-mato-grossense por intermédio da formação socioespacial do estado com base em seus usos.

Atualmente, a discussão sobre desenvolvimento abarca as características locais. Conforme Hirschman (1971, 1996) apud Rodrigues (2003), existem dois tipos de projetos de desenvolvimento, os que assumem as características do contexto onde são realizados e outros que transformam as feições da realidade onde estão sendo implementados. Lembramos assim, que as experiências passadas de planejamento mostraram as limitações e as consequências da transformação abrupta de uma sociedade (características geográficas, econômicas e sociais). Conseqüentemente, a população envolvida, a cultura local e o meio ambiente são componentes fundamentais para a elaboração de políticas de desenvolvimento assumindo as características do território.

Sabemos que um dos principais objetivos (meios) de política regional é a expansão, diversificação e redistribuição da atividade econômica, através da intervenção nas decisões de localização empresarial por meio de apoios financeiros, como os incentivos fiscais, convencendo as empresas a localizarem-se ou a expandirem-se em certas regiões que, por apresentarem fraca dinâmica econômica acabam sendo o foco de interesse em termos de política regional. Na realidade seu impacto é reduzido na decisão da localização da empresa.

Diante disso, nos termos da concepção de desenvolvimento endógeno, as políticas regionais devem assentar-se nos potenciais reais da área da Bodoquena, ou seja, no aproveitamento e valorização dos recursos locais. Isto é, quer-se criar desenvolvimento sustentável e duradouro? Tem-se como objetivo atrair indústria, ou a promoção do espírito empreendedor e inovador? Então, deve-se investigar o que possui a região, deve-se educar a própria comunidade

local para identificar os objetivos que se pretende alcançar, descobrir que capital local existe e fazer até mesmo, desde que não seja abusivo, uso de incentivos financeiros. Ressaltando que o sucesso sustentado dessa área da região sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul está fundamentado na comunidade aí instalada.

Mesmo por referência ao contexto mais usual da captação de investimento de empresas de capital externo à área da Bodoquena, podemos concluir que, às vezes é desnecessário o recurso a políticas regionais elaboradas e onerosas. Ao contrário disso, seria recomendável, antes, seguir políticas de investimentos em estruturas de lazer e de entretenimento, em saúde, educação, saneamento básico, para que os investidores assimilem como sinônimos de bem-estar, tenham interesse em instalar aí a sua unidade produtiva.

Foi destacada a importância para a unidade da Camargo Corrêa Cimentos, situada na área da Bodoquena, da proximidade do calcário, principal matéria-prima do cimento. Em suma a distribuição das coisas, das pessoas, implica num cálculo com o objetivo de reduzir os custos. Temos dessa forma o espaço que Santos denomina de racional. A leitura da atividade industrial de cimento incluiu a análise de como são produtores e se reproduzem territorialmente, objetivando a redução de custos, centralização de poder e a descentralização de responsabilidades e atividades. Assim, parafraseando Souza et al (2003), considera-se que está em curso uma profunda transformação de usos e abusos do território de acordo com os interesses do capital.

Na análise da formação socioespacial da área da Bodoquena, isto é a especificidade do modo de produção e de seus sucessivos momentos, dadas as particularidades culturais, econômicas, históricas, políticas e territoriais, consolidam-se em espaços derivados ou alienados.

Atualmente, diante do mercado competitivo, as contradições socioespaciais não somente persistem como se agravam. A divisão territorial do trabalho se aprofunda, gerado pela inovação da técnica de produção e de fluxos,

disponibilizando o território muito mais aos interesses estratégicos das grandes empresas, configurando assim um uso corporativo do território. Isso faz com que o uso do território se torne irracional para a coletividade.

Em relação à infra-estrutura, constatou-se que ela mais acompanhou do que induziu as atividades econômicas, mas sua ampliação e melhoria constituem hoje pré-requisitos tanto para incrementar o que existe, como para viabilizar novos empreendimentos, incluindo-se aqui as atividades voltadas para o turismo.

Apesar da predominância da criação bovina na área da Bodoquena, baseada no latifúndio, observou-se reduzida geração de emprego, contribuindo para a reprodução de um modelo excludente e concentrador de renda. No entanto, foram destacadas outras atividades ligadas à indústria extrativa mineral, a extração de calcário. Neste ramo, a Camargo Corrêa Cimentos é o maior empreendimento na área da Bodoquena. Além disso constatou-se a expansão da atividade de turismo na área da Bodoquena.

Todavia, observou-se que a extração de calcário gera a devastação ambiental fazendo desaparecer as morrarias; os gases lançados à atmosfera pela indústria de cimento; a danificação da cobertura vegetal das margens dos rios, seja nas áreas de extração de calcário que aflora à superfície ou na região em que a extração na rocha se aproxima dos córregos e rios e; o calcário jogado nos rios, pelas empresas de extração.

Apesar das informações obtidas em entrevista, que são tomadas toda a medida de controle dos impactos ambientais provocados pela fábrica de cimento, constatou-se que não é suficiente, se não forem ações monitoradas e acompanhadas por órgãos competentes. Além disso, deve-se aprofundar o exame da capacidade poluidora das indústrias localizadas na área da Bodoquena, notadamente daquelas relacionadas à exploração e ao beneficiamento de minérios.

Portanto, é fundamental que haja maior rigor nas leis e fiscalizações mais eficientes, para que se possa ter um controle adequado sobre as atividades de maior impacto ambiental desenvolvido na área da Bodoquena, tendo em vista a possibilidade de ampliação das atividades nas empresas de extração mineral diante da magnitude das reservas.

Com relação a essas atividades é necessário maior ordenamento e controle, o que poderia ser obtido através de projeto técnico de adequação da exploração de recursos minerais à política de preservação ambiental. Para isso, sugere-se a realização de estudos técnicos do solo para uso e conservação ambientais, tendo como apoio o DNPM, CPRM e IPLAN, além dos governos e instituições regionais e locais.

No cenário atual, percebe-se que os modelos de desenvolvimento estão priorizando cada vez mais a capacidade das forças locais em criar e sustentar o seu desenvolvimento, tendência que vem se acentuando na área da Bodoquena, quando procuram incluir a questão do turismo na gestão pública dos municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim. Dessa forma, o município passa a ser o ponto focal das ações de desenvolvimento e um dos principais elos do pacto territorial local.

No entanto, é necessário que o desenvolvimento do turismo ocorra beneficiando as comunidades receptoras e que esteja comprometido com a conservação ambiental. Além disso, deve-se ter consciência da fragilidade dos ecossistemas e dos desequilíbrios que as ações antrópicas, também o turismo, podem causar, quando realizado de maneira desordenada.

Por isso, apresentou-se um esboço dos sistemas ambientais físicos existentes no cenário sul-mato-grossense e na área da Bodoquena. Essa abordagem relacional considera a atividade humana como fatores influenciando nas características e modificando o equilíbrio dos ecossistemas e geossistemas.

Fundamentalmente, a aplicação dos estudos de fisiografia, em particular os de geologia, geomorfologia e hidrologia, aos planos de desenvolvimento regional, devem ter em vista a definição das “ofertas” de recursos do ambiente físico passível de serem realmente utilizados, os quais, passando pelo processo de planejamento, permitem estabelecer diretrizes capazes de atender à tendência evolutiva das necessidades socioeconômicas que se inscreve como características da demanda social e regional.

No que diz respeito à esfera das articulações entre empresa e comunidade política e sociedade civil analisamos na área da Bodoquena a fábrica de cimento da Camargo Corrêa Cimentos, na qual se verificou algumas relações que podem ser ampliadas.

Para isso, propõe-se incentivá-la no estabelecimento das relações interpessoais positivas para o desenvolvimento regional. Enquanto organismo que dinamiza a economia regional, a empresa pode difundir um patrimônio de competências que oportunamente farão diferença em termos de desenvolvimento econômico da região. Além disso, pode implementar novas formas de colaboração interempresarial e interinstitucional, intercomunitárias e interpessoais, deixando de ser compartimentos estancos para serem agentes econômicos partilhando um horizonte comum.

Se a intervenção de política regional se fizer considerando a necessidade de estimular e conservar este tipo de relação poderá haver repercussões positivas em termos de estímulo ao desempenho econômico da área da Bodoquena e à criação de oportunidades maiores de geração de emprego. Dessa forma, é possível vislumbrar a necessidade e oportunidade de estabelecer um desenvolvimento e políticas regionais alternativas.

Isso pode parecer utópico, mas, atrevemo-nos a dizer que não, quando temos alguns exemplos de políticas voltadas para o desenvolvimento



territorial de valorização integrada de todas as competências oferecidas pelo território e voltadas para um desenvolvimento local coeso.

No caso da área de Bodoquena, temos como exemplo, ainda em fase de estudos, um projeto de ecoturismo regional. É um modelo competitivo como contribuição para o desenvolvimento local abrangendo os municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim. No cenário atual, constata-se que são limitadas as condições para que as populações locais possam engajar e se organizar de modo adequado no processo de desenvolvimento do turismo.

Assim, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), que considera a área da Bodoquena, denominada de Região da Serra da Bodoquena, como prioritária para o desenvolvimento do turismo no estado, de acordo com suas características e potencialidades e todos os elementos que a compõe.

Neste plano, analisou-se a inclusão do ecoturismo na gestão pública dos municípios envolvidos por ações integradoras entre os diversos segmentos da comunidade local, que possam desenvolver projetos de desenvolvimento regional. Para isso propõe-se, a estruturação de um corpo técnico com difusor do modelo e catalisador do interesse dos atores regionais, facilitando o processo de acúmulo de capital social e do pacto territorial em nível regional.

Tal modelo, focaliza a Região da Serra da Bodoquena, onde há identidades econômicas, social e cultural, que permite maiores possibilidades de ganhos competitivos. Sendo que, a capacidade de articulação social, maior acúmulo de capital social, corpo técnico mais capacitado só são possíveis por um estreito relacionamento dos municípios com as universidades regionais (UFMS, UEMS, UNIDERP, UCDB).

Há também, a preocupação em valorizar as características ambientais, econômicas, geográficas, sociais e culturais, respeitando e incentivando as sociedades locais, tornando-a mais ativa e autônoma no processo de desenvolvimento. O conjunto de ações propostas, foi planejado para dinamizar a economia regional e minimizar os impactos desse processo de crescimento do turismo, considerando as necessidades de correções dos procedimentos atuais.

Estas propostas só poderão ser implementadas, desde que haja o fortalecimento institucional e a qualificação profissional que contribuirão para uma melhor gestão turística e ambiental na área da Bodoquena. Tais ações devem estar articuladas valendo-se de uma visão de integração e conservação dos recursos necessários (naturais, culturais, sociais e econômicos) ao desenvolvimento regional.

Assim, a abordagem da política de desenvolvimento e estruturação do espaço regional na área da Bodoquena, utilizada nesta pesquisa identifica duas grandes limitações: a primeira, com a finalidade de ordenar o crescimento dos três municípios e propiciar a essas comunidades o cumprimento de suas funções socioeconômicas em relação ao ordenamento territorial, é fundamental a elaboração dos Planos Diretores Municipais, abrangendo as áreas urbanas e rurais.

A segunda limitação está no entendimento de que política de desenvolvimento não é setorial, mas regional. Ela pode se pautar em setores. Mas esses setores são aqueles que dialogam com a potencialidade de uma dada região e que só se desenvolverão se toda a cadeia produtiva, todos os serviços necessários à realização da produção, toda a tecnologia consolidada, todas as práticas produtivas forem disponibilizadas na região. O que implica mobilizar os mais diversos setores e segmentos sociais; o que significa conquistar a hegemonia social para um determinado projeto. Essa é a verdadeira chave do desenvolvimento.

É preciso superar o desenvolvimentismo a fim de que as concentrações econômicas regionais, estaduais ou locais não seja apanágio de um sucesso parcial que deixou por “debaixo do tapete” várias das condicionantes relevantes para a plena efetivação do desenvolvimento regional.

Não tivemos a pretensão de identificar plenamente os componentes essenciais da política de desenvolvimento regional, mas, consideramos que o “planejamento regional” renovado pode vir a ser uma ferramenta importante na costura de um novo projeto de desenvolvimento orientado pelas necessidades sociais e regionais e voltado objetivamente para a superação das desigualdades.

Com a discussão aqui feita, sabemos que o espaço geográfico não é neutro, cabendo a nós geógrafos, desvendá-lo. Por isso, o encaminhamento das possíveis soluções aos problemas gerados pelos usos e abusos do território – entendido como os municípios da área da Bodoquena e o lugar em qualquer dimensão – repousam na difusão do conhecimento, da informação. E, através do arcabouço teórico e metodológico, o conhecimento geográfico permite refletir sobre as relações sociais, o desenvolvimento e a dinâmica socioeconômica e política do território.

O desafio, para regiões como a área da Bodoquena, sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul está em mobilizar-se e articular-se, na construção de um projeto de desenvolvimento regional, porque as políticas públicas, por si mesmas, não podem solucionar o problema do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida. Para isto, é necessário um modelo socioeconômico e ambiental, com a participação da comunidade organizada.

Sobre o tema abordado, é claro que, muitas outras questões não suscitadas nesta tese poderiam ser levantadas e estudadas. Como não foram objeto deste estudo sugere-se que importantes temas relacionados ao fio condutor deste

trabalho sejam, posteriormente, estudados e trabalhados por outros pesquisadores.

Enfim, consideramos essas linhas apresentadas aqui, muito mais um ensaio final do conjunto deste trabalho do que conclusões definitivas.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, S. **Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense** – contexto, propósitos e contradições. 2001. 328 f.. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. L. B. (Org.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: Fundap/UNESP, 1995. (Federalismo no Brasil).
- AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. L. B. **A federação em perspectiva**. São Paulo: Fundap, 1995.
- AGENDA 21. **Resumo**. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Centro de Informações das Nações Unidas no Brasil e Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 1992.
- ALMEIDA, F. F. M. Geologia da Serra da Bodoquena (Mato Grosso), Brasil. **Boletim da Divisão de Geologia e Mineralogia**, Rio de Janeiro, DNPM, n. 219, p. 1-96, 1965.
- ALMEIDA, F. F. M. Geologia do sudoeste mato-grossense. **Boletim da Divisão de Geologia e Mineralogia**, Rio de Janeiro, DNPM, n. 116, p. 1-118, 1965.
- ALMEIDA, M. A. A. **Material fotográfico da área da Bodoquena**. 2003, 2004. 1 album. (9 fot.): color.; 17,5 x 13 cm.
- ALMEIDA, M. A. Perspectivas da indústria do cimento no Mato Grosso do Sul. **Revista Pantaneira**, Aquidauana, v. 1, n. 1, p. 36-50, jan./jun. 1999.
- ALMEIDA, M. A. Política de desenvolvimento regional e o Estado de Mato Grosso do Sul. **Revista Pantaneira**, Aquidauana, v. 2, n. 2, p. 82-88, jul./dez. 2000.
- ALVARENGA, S. M. Unidades de relevo. In: IBGE. **Recursos naturais e meio ambiente: uma visão do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. p. 51-73.
- AMARAL FILHO, J. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília: IPEA, n. 23, p. 261-285, jun. 2001.

- ANDRADE, M. C. **Espaço, polarização e desenvolvimento**: uma introdução à economia regional. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1987. 120 p.
- ANDRADE, M. L. A.; CUNHA, L. M. S.; SILVA, M. C. Desenvolvimento e perspectivas da indústria de cimento. **BNDES Setorial**, n. 15, p. 35-62, Rio de Janeiro, 2002.
- ARROYO, M. Território brasileiro e mercado externo: uma leitura dessa relação na virada do século XX. In: SOUZA, M. A. A. et al. (Org.). **Território brasileiro**: usos e abusos. Campinas: Territorial, 2003. p. 428-457.
- BANCO DO BRASIL. **Relatório de atividades desenvolvidas em Mato Grosso do Sul - novembro de 1989 a fevereiro de 1993**. Brasília: Banco do Brasil, 1993.
- BANDEIRA, P. S. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. **Texto para discussão**, Brasília, n. 630, fev. 1999, 89 p.
- BANDUCCI JÚNIOR, A.; MORETTI, E. C. **Qual paraíso?: turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal**. Campo Grande: UFMS, 2001.
- BECKER, B. et al (Org.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. Rio de Janeiro: Hucitec, 1995.
- BECKER, B. K. A Amazônia pós Eco-92: por um desenvolvimento regional responsável. In: BURSZTYN, M. (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense/ENAP, 1993. p. 129-143.
- BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. **Respostas regionais aos desafios da globalização**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002. (Desenvolvimento local-regional, v. 2)
- BEHR, M. F. V. **Serra da Bodoquena**: história, cultura, natureza. Campo Grande: Free, 2001.
- BOGGIANI, P. C. Ciência, meio ambiente e turismo em Bonito: a combinação que deu certo?. In: BANDUCCI JÚNIOR, A.; MORETTI, E. C. **Qual paraíso?: turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal**. Campo Grande: UFMS, 2001. p. 149-156.

BOGGIANI, P. C. et al. Recursos minerais não-metálicos do Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. **Revista do Instituto Geológico**, São Paulo, v. 19 n. 1 e 2, p. 31-41, jan./dez. 1998.

BOGGIANI, P. C. et al. Tufas calcárias da Serra da Bodoquena. In: BRASIL. Departamento Nacional da Produção Mineral. **Sítios geológicos e paleontológicos do Brasil**. Brasília: DNPM, 2002, p. 249-259.

BOGGIANI, P. C.; CLEMENTE, J. A questão do licenciamento ambiental de empreendimentos turísticos no Planalto de Bodoquena - Mato Grosso do Sul. **Revista de Geografia**, Dourados, n. 9, p. 24-32, jan./jun. 1999.

BOGGIANI, P. C.; FAIRCHILD, T. R.; COIMBRA, A. M. O Grupo Corumbá (Neoproterozóico-Cambriano) na região central da Serra da Bodoquena, Mato Grosso do Sul (Faixa Paraguaia). **Revista Brasileira de Geociências**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 301-305, 1993.

BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BND/ETENE, 1989. (Estudos Econômicos e Sociais, 36). p. 589-693.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. Departamento Nacional da Produção Mineral. **Anais do seminário Brasil - Canadá de mineração e meio Ambiente**. Brasília: DNPM, 1991.

BRASIL. Departamento Nacional da Produção Mineral. **Anuário mineral brasileiro**. Brasília: DNPM, 1998.

BRASIL. Departamento Nacional da Produção Mineral. **Código de mineração e legislação correlativa**. Brasília: DNPM, 1987.

BRASIL. Departamento Nacional da Produção Mineral. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2002.

BRASIL. Departamento Nacional da Produção Mineral. **Sítios geológicos e paleontológicos do Brasil**. Brasília: DNPM, 2002.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Desenvolvimento Regional. Departamento de Políticas Regionais. **Construção das Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional**. Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério do Interior. **I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (1985-1987)**. Brasília, 1985.

BRASIL. Ministério do Interior. **II PND: programa de ação do governo para a região Centro-Oeste - 1975/1979**. Brasília: SUDECO, 1975.

BRASIL. Ministério do Interior. **Plano de desenvolvimento regional do Centro-Oeste: organização territorial e funções econômicas do Centro-Oeste - compreensão das atividades produtivas**. Brasília, 1985.

BRASIL. Ministério do Interior. **Programas especiais de desenvolvimento regional no Centro-Oeste**. Brasília, 1981.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Plano de conservação da Bacia do Alto Paraguai - PCBAP/ Projeto Pantanal, Programa Nacional do Meio Ambiente**. Brasília: PNMA, 1997. 3 vol. em 7 t.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Sócio economia de Mato Grosso do Sul. In: BRASIL. MMA. **Plano de conservação da Bacia do Alto Paraguai - PCBAP/ Projeto Pantanal, Programa Nacional do Meio Ambiente**. Brasília: PNMA, 1997. 3 vol. em 7 t. v. II, t. V-B, p. 529-954.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos. **Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal**. Brasília, 2001.

BRASIL. Presidência da República. **Brasil em ação: investimentos para o desenvolvimento**. Brasília, 1996.



BRASIL. Presidência da República. **I Plano Nacional de Desenvolvimento**. Brasília: Secretaria de Planejamento. 1981.

BRASIL. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Projeto PNUD BRA/94/016: infra-estrutura e integração regional**. Brasília: Consórcio Sondotécnica-Crescente Fértil 1999. 92 p. (Relatório da Terceira Etapa).

BRASIL. Secretaria Especial e Políticas Regionais. **Bases para um programa de desenvolvimento integrado da região Centro-Oeste: ações do Governo Federal no Centro-Oeste**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 1997.

BRAZÃO, J. E. M.; SANTOS, M. M. Vegetação. In: IBGE. **Recursos naturais e meio ambiente: uma visão do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. p. 111-115.

BRITO, S. H. A. Culturas indígenas. In: BRASIL. MMA. **PCBAP: socioeconomia de Mato Grosso do sul**. Brasília: PNMA, 1997. v. II, t. V-B, p.856-954.

BRITTO, L. N. **Política e espaço regional**. São Paulo: Nobel, 1986. (Espaços).

BRUM, A. J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 20. ed. Ijuí: Unijuí, 1999.

BRUM, C. O. **Aspectos da cultura Kadiwéu: relatório de pesquisa**. Campo Grande: UFMS, 1995.

BRÜSEKE, F. J. **A lógica da decadência: desestruturação socioeconômica, o problema da anomia e o desenvolvimento sustentável**. Belém: Cejup, 1996.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável: material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal**. Brasília: MEPFE/INCRA/IICA, 1999.

CADERNOS IPPUR/UFRJ. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Planejamento e território: ensaios sobre a desigualdade**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, v. 15, n. 2, ago./dez. 2001; v. 16, n. 1, jan./jul. 2002.

CAMPESTRINI, H.; GUIMARÃES, A. V. **História de Mato Grosso do Sul**. 4 ed. Campo Grande: Gráfica e Papelaria Brasília, 1995.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930 – 1970**. São Paulo: Global, 1985.

CARDOSO, T.; RIBEIRO, J. C. Economia para o homem e desenvolvimento regional: contribuição para um pensamento e uma política regional alternativos. In: BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. **Respostas regionais aos desafios da globalização**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002. p. 69-89.

CARVALHO, S. M. S. Chaco: encruzilhada de povos e “melting pot” cultural – suas relações com a bacia do Paraná e o sul-mato-grossense. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: FAPESP, Companhia das Letras, 1992. p. 455-474.

CASTRO, A. B. Planejamento: avaliação crítica e redefinição institucional. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 5, n. 4, p. 13-17, out./dez. 1991.

CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CASTRO, I. E.; MIRANDA, M.; EGLER, C. A. G. (Org.). **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: FAPERJ, 2000.

CODEMS. Companhia de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul. **Potencialidades das empresas de mineração situadas no Estado de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, 1993. (Mimeografado).

CODEMS. Companhia de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul. **Principais reservas minerais de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, 1989. (Mimeografado).

CODEMS. Companhia de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul. **Setor mineral do Estado de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, 1994. (Mimeografado).

COMISSÃO MUNDIAL sobre MEIO AMBIENTE e DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CORRÊA FILHO, V. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

CORRÊA, J. A. Geologia das regiões Centro e Oeste de Mato Grosso. Projeto Bodoquena. In: BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM/CPRM. **Série Geologia Básica**, v. 3, 1979.

CORRÊA, L. S. **Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso 1870-1920**. 1980. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CORRÊA, L. S. **História e historiografia de uma região**. Corumbá: Centro Pedagógico de Corumbá - UFMS, 1985.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CORRÊA, R. L. Meio ambiente e a metrópole. In: IBGE. **Geografia e questão ambiental**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. p. 25-30.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986. (Princípios).

COSTA, W. M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1991. (Repensando a Geografia).

CUNHA, L. M. S.; FERNANDEZ, C. Y. H. A indústria de cimento: perspectivas de retomada gradual. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n.18, p.149-164, set. 2003.

CUNHA, M. C. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: FAPESP, Companhia das Letras, 1992.

CUNHA, S. B.; GUERRA, A. T. (Org.). **Geomorfologia do Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

DALLABRIDA, V. R. Sustentabilidade e endogenização: novos paradigmas para o desenvolvimento regional. In: BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. **Determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000. p. 187-228.

DOWBOR, L. Governabilidade e descentralização. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Sead, v. 10, n. 3, p. 21-31, 1996.

DUARTE, A. C. Estrutura do espaço regional. In: IBGE. **Geografia do Brasil: região Centro-Oeste**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989, p. 243-267.

DUARTE, A. C. O Centro-Oeste na organização regional do Brasil. In: BRASIL. IBGE. **Geografia do Brasil: região Centro-Oeste**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989, p. 15-20.

DUARTE, A. C. Regionalização: considerações metodológicas. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 10, n. 20, p. 5-32, 1980.

EGLER, C. A. G. A questão regional no Brasil. In: BECKER, B. et al. **Geografia e meio ambiente**. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 218-234.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 57-72.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Relatório de atividades de 2001. Campo Grande: FIEMS, 2002.

FERREIRA, I. M. Dinâmica locacional das indústrias e o desemprego. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 3, n. 1, p. 52-54, jan./dez. 2000.

FERREIRA, L. C. **A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1998. 154 p.

FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. (Org.). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Unicamp, 1996. 331 p.

FERREIRA, M. A. A. M. **Desenvolvimento regional do Mato Grosso do Sul: o caso do cimento**. 1999. 206f.. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

FERREIRA, M. A. A. M. **Perspectivas da indústria do cimento no Mato Grosso do Sul.** Aquidauana, 1997. 82f.. Monografia (Especialização em Geografia) – Departamento de Geociências, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana.

FIGUEIREDO, A. **A presença geoeconômica da atividade ervateira.** 1968. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

FRANCESCONI, L. **O Estado e o papel estratégico da indústria do cimento no Brasil.** 1996. 153f.. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

GALINDO, O.; SANTOS, V. M. Centro-Oeste: evolução recente da economia regional. In: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. L. B. (Org.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento.** São Paulo: FUNDAP – Ed. da UNESP, 1995. p.157-194.

GODARD, O. et al. Desarrollo endógeno y diferenciación de espacios de desarrollo: un esquema de análisis para el desarrollo local. **Estudios Territoriales.** Madrid, n. 24, 1987.

GOLDENSTEIN, L.; SEABRA, M.. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. **Revista do Departamento de Geografia,** n. 1, p. 21-47, 1982.

GOMES, H. **A produção do espaço geográfico no capitalismo.** São Paulo: Contexto, 1990.

GONÇALVES, C. W. P. Formação socioespacial e questão ambiental no Brasil. In: BECKER, B. et al (Org.). **Geografia e meio ambiente no Brasil.** Rio de Janeiro: Hucitec, 1995. p. 309-333.

GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, C. F. (Org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional.** São Paulo: UNESP: ANPUR, 2003. 728 p.

GONDIM, L. M. A prática de planejamento dentro das burocracias públicas: um novo enfoque dos papéis desempenhados pelos planejadores. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 25, v. 2, p. 17-38, abr./jul., 1991.

GUIMARÃES, S. H. O projeto da hidrovía Paraguai-Paraná: os atores sociais e seus pontos de vista. In: LITTE, P. E. (Org.). **Políticas públicas no Brasil: análises, instrumentos e experiências**. São Paulo: Peirópolis, 2003. p. 45-58.

HADDAD, P. R. et al (Org.). **Economia regional: teoria e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989. (Estudos Econômicos e Sociais, 36).

HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. **Geographia**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 15-39, jun. 1999.

HESPANHOL, A. N. A atuação do Estado no processo de desenvolvimento brasileiro. In: MENEGUETTE JUNIOR, M.; ALVES, N. (Org.). **FCT 40 anos, perfil científico-educacional**. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 1999. p. 21-41.

HESPANHOL, A. N. A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro-Oeste brasileiro à economia nacional. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 22, p. 7-26, 2000.

HESPANHOL, A. N. **Dinâmica agroindustrial: intervenção estatal e a questão do desenvolvimento da região de Andradina**. 1996. 273 f.. Tese (Doutorado em Geografia) – IGCE, Universidade Estadual de São Paulo, Rio Claro.

HUGO, M. Hidrovía Paraguai-Paraná: um projeto sinônimo de polêmica. **Rumos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 142, p. 10-14, nov. 1997.

IANNI, O. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. 320 p.

IBRAD. Instituto Brasileiro de Administração para o Desenvolvimento. **Plano de desenvolvimento local integrado e sustentável**. Jardim: IBRAD, 2002. (mimeo).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 60, 2001, 1 CD-ROM.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, vários anos.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Banco de dados do Estado de Mato Grosso do Sul**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. (Acervo Bibliográfico do IBGE-MS)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de Mato Grosso do Sul**. Rio de Janeiro: IBGE, n. 23, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000: mapa dos setores censitários/descrição dos setores censitários - Mato Grosso do Sul**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 2 CD-ROM.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000: mapa dos setores censitários/cartogramas e folhas para fins estatísticos - Mato Grosso do Sul**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 1 CD-ROM.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo industrial de Mato Grosso do Sul**. Rio de Janeiro: IBGE, vários anos.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Divisão do Brasil em mesos e microrregiões geográficas. **Boletim de Serviço n. 1763**, 1989, 4p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 35, 1958.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Geografia do Brasil: região Centro-Oeste**. v. 4, Rio de Janeiro: IBGE, 1977.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Geografia do Brasil**. v. 1, Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Geografia e questão ambiental**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: IBGE, n. 2, 2000. 195 p. (Estudos & Pesquisas - Informação Geográfica).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mato Grosso do Sul**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recursos naturais e meio ambiente**: uma visão do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. 208 p.

INSTITUTO CAMARGO CORRÊA. **Programas e Projetos**: Projeto Aroeira. Disponível em: <<http://www.camargocorrea.com.br/instituto>>. Acesso em: 19 jan. 2005.

ITO, C. A. **A consolidação do Mercosul**: mito e perspectivas de impactos em Mato Grosso do Sul. 1998. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

JÓIA, P. R. A indústria no Mato Grosso do Sul. **Revista Pantaneira**, Aquidauana, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, v. 1, n. 1, p. 31-35, jan./jun. 1999.

KOHLER, H. C. et al. O relevo cárstico da porção centro-norte da Serra da Bodoquena-MS. In: SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 4., 1991, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991. p. 252-259.

KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à sociedade pós-moderna**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LAMOSO, L. P. **A exploração do minério de ferro no Brasil e no Mato Grosso do Sul**. 2001. 304f.. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LAMOSO, L. P. Transformações recentes no território sul-mato-grossense. **Revista de Geografia**, Campo Grande, n. 10, p. 31-43, jul./dez. 1999.



- LE BOURLEGAT, C. A. **Mato Grosso do Sul e Campo Grande**: articulações espaço temporais. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual de São Paulo, Presidente Prudente.
- LEITE, M. A. F. P. **Destruição ou desconstrução?** questões de paisagem e tendências de regionalização. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1994.
- LEME, H. J. C. A espacialidade do desenvolvimento: as cidades na Região Centro-Oeste. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. **Regiões e cidades, cidades nas regiões**: o desafio urbano-regional. São Paulo: UNESP: Anpur, 2003, p. 621-634.
- LEMOS, A. I. G. (Org.). **Turismo**: impactos socioambientais. São Paulo: Hucitec, 1996.
- LENCIONE, S. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 1999. 224 p. (Acadêmica - 25).
- LEROY, J. P.; ACSELRAD, H. Novas premissas para a construção de um Brasil sustentável. In: RATTNER, H. (Org.). **Brasil no limiar do século XXI**. São Paulo: Edusp, 2000. p. 183-210.
- LIPIETZ, A.; LEBORGNE, D. O pós-fordismo e seu espaço. **Espaço e Debates**, São Paulo, v. 3, n. 25, p. 12-24, 1988.
- LOPES, A. S. **Desenvolvimento regional**: problemática, teoria, modelos. 4. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1995.
- MAGNOLIM, O. **Povos indígenas no Mato Grosso do Sul**: viveremos por mais 500 anos. Campo Grande: CIMI, 1993.
- MAMIGONIAN, A. A América Latina e a economia mundial: notas sobre o caso chileno, mexicano e brasileiro. **Geosul**, Florianópolis, n. 28, p. 139-151, 1999.
- MAMIGONIAN, A. A geografia e a “formação social como teoria e como método”. In: SOUZA, M. A. A. (Org.). **O mundo do cidadão - um cidadão do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 198-206.
- MAMIGONIAN, A. Inserção de Mato Grosso no mercado nacional e a gênese de Corumbá. **Geosul**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 39-58, 1986.

MAMIGONIAN, A. Teorias sobre a industrialização brasileira. In: **Seleção de Textos**, n. 4, Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1992. p. 1-16. (mimeografado).

MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

MANZAGOL, C. **Lógica do espaço industrial**. Tradução de Sílvia Selingardi Sampaio. São Paulo: Difel, 1985. 232p. Título original: Logique de l'espace industriel.

MARIANI, M. A. P.; GONÇALVES, H. C. Os impactos ambientais decorrentes das atividades turísticas no Pantanal sul-mato-grossense. In: LEMOS, A. I. G. (Org.). **Turismo: impactos socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 79-84.

MARKUSEN, A. R. Região e regionalismo: um enfoque marxista. **Espaço e Debates**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 63-100, 1981.

MARTINELLI, F.; SCHOENBERGER, E. Os oligopólios estão em boa saúde, obrigado: elementos de reflexão sobre a acumulação flexível. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Org.). **As regiões ganhadoras - distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras: Celta, 1994.

MARTINS, A. **Bodoquena ontem e hoje**. Campo Grande: Associação de Novos Escritores de Mato Grosso do Sul, 1996.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

MATO GROSSO DO SUL. **Anuário estatístico de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Fundação Instituto de Apoio ao Planejamento do Estado-FIPLAN, v. 2 (vários anos).

MATO GROSSO DO SUL. **Anuário estatístico de Mato Grosso do Sul: 1991/94**. Campo Grande: Fundação Instituto de Apoio ao Planejamento do Estado-FIPLAN, 1995.

MATO GROSSO DO SUL. **Atlas multirreferencial do Estado de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: SEPLAN-MS, 1990.

MATO GROSSO DO SUL. **Conselho de Desenvolvimento Industrial**. Campo Grande: CDI, 2002. Mimeografado.

MATO GROSSO DO SUL. **Diagnóstico socioeconômico de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: SEPLANCT-MS, 1999.

MATO GROSSO DO SUL. Fundação Instituto de Apoio ao Planejamento do Estado - FIPLAN/MS. **Perfil do município de Bodoquena**. Campo Grande: SEPLAN/MS, 1989.

MATO GROSSO DO SUL. Governo do Estado. Apresenta informações sobre a administração pública estadual e das secretarias de Estado. Disponível em: <<http://www.ms.gov.br>>. Acesso em: 14 jun. 2003.

MATO GROSSO DO SUL. Instituto de Estudos e Planejamento de Mato Grosso do Sul. **Plano de desenvolvimento sustentável da Região Sudoeste**. Campo Grande: AGIOSUL, 2002. 72 p.

MATO GROSSO DO SUL. Lei Complementar n. 093, de 5 de novembro de 2001. Institui o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, MS, 6 nov. 2001. n. 5.627, p. 1-7.

MATO GROSSO DO SUL. **Macrocenários e tendências mundiais nacionais e do Mato Grosso do Sul 1996/2010**. Campo Grande, 1996. 87 p.

MATO GROSSO DO SUL. **Mato Grosso do Sul: do ar, da terra, da água, das boas oportunidades**. Campo Grande: Agência Pública de Comunicação, 2000.

MATO GROSSO DO SUL. **Plano de desenvolvimento econômico e social de Mato Grosso do Sul - PDES-MS: cenário para o ano 2005**. Campo Grande, 1992. 215 p.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado da Fazenda. **Arrecadação de ICMS em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: SEFAZ, vários anos.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado da Produção e Desenvolvimento Sustentável. **Plano de Desenvolvimento Industrial de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, MS, 1999.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado da Produção e do Turismo. SEPROTUR. Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. FUNDTUR. **Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável - PDITS**. Campo Grande, 2003.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Superintendência da Indústria, Comércio e Turismo. **Indicadores econômicos selecionados dos municípios e incentivos industriais do Estado de Mato Grosso do Sul - 1995/1996**. Campo Grande, 1997.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia. Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - MSGÁS. **Cenários e estratégias de longo prazo - MS 2020**. Campo Grande, 2000.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia. Superintendência de Planejamento - SUPLAN. Diretoria de Planejamento - DIPLAN. **Gasoduto Bolívia-Brasil - GASBOL**. Campo Grande, 1998.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia. **Diagnósticos socioeconômico de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, 1999.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Planejamento e Ciência e Tecnologia. **Produto Interno Bruto de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, 1980 - 1997.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. SEPLAN-MS. Fundação de Apoio ao Planejamento do Estado. FIPLAN-MS. **Macrozoneamento geoambiental do Estado de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, 1989.

MATO GROSSO DO SUL. **Subsídio à formulação e execução de políticas de desenvolvimento sustentável de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, 1997.

MELEIRO, R. A. L. **A indústria cimenteira no Brasil**. 1996. 151f.. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MENDES, J. C. Grutas calcárias na Serra da Bodoquena, Mato Grosso. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 2, p. 34-49, 1957.

MERCOESTE. **Perfil competitivo do Estado de Mato Grosso do Sul**. Brasília: SENAI, 2002. 196 p. (Projeto Alavancagem do Mercoeste, do SENAI).

MICHELS, I. L.; OLIVEIRA, T. C. M. Bordas do Pantanal: ocupação, dinamismo e meio ambiente. **Geosul**, Florianópolis, v. 5, n. 30, p. 65-89, jul./dez. 2000.

MOREIRA, R. **O discurso do avesso: para a crítica da Geografia que se ensina**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987. 190p.

MORETTI, E. C.; MORETTI, S. A. L. O global, o local e a relação da sociedade com a natureza. **Revista Geopantanal**, Corumbá, v.1, n.1, p. 31-47, 1998.

NEVES, G. H. O município no Brasil: marco de referência e principais desafios. **Cadernos Adenauer 4: Os municípios e as eleições de 2000**. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, jun. 2000, p. 9-34.

NOGUEIRA, V. L. et al. **Projeto Bonito-Aquidauana: relatório final**. Goiânia: DNPM/CPRM, 14 v. (Relatório do Arquivo Técnico da DGM, 2744), 1978.

OLIVEIRA, A. L. **Grandes projetos de investimentos no Mato Grosso do Sul**. 1996. 163f.. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, A. U. A inserção do Brasil no capitalismo monopolista. In: ROSS, Jurandir Luciano Sanches. **Geografia do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998. p. 289-325.

OLIVEIRA, D. S. **Planejamento municipal**. Rio de Janeiro: IBAM, 1989.

OLIVEIRA, F. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

OLIVEIRA, T. C. M. **Agroindústria e reprodução do espaço: o caso soja no Mato Grosso do Sul**. 1993. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PÁDUA, H. B. **O sumiço e o aparecimento das águas - Bonito/MS-BR**. Disponível em <<http://www.bonito-ms.com.br>>. Acesso em: 10 dez. 2004.

PETRUTEHELLI, M. D. S. **Material fotográfico da área da Bodoquena**. 2003. 1album (14 fotos): color.; 17,5 x 13 cm.

POPPER, K. R. **Em busca de um mundo melhor**. 3. ed. Lisboa: Fragmentos, 1992.

PROCHNIK, V. **A dinâmica da indústria de cimento no Brasil**. 1983. 201f.. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATNNER, H. (Org.). **Brasil no limiar do século XXI: alternativas para construção de uma sociedade sustentável**. São Paulo: Edusp, 2000. 376 p. (Estante USP – Brasil 500 anos).

REBÊLO JÚNIOR, M. Aspectos econômicos. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Plano de conservação da Bacia do Alto Paraguai - PCBAP/ Projeto Pantanal, Programa Nacional do Meio Ambiente**. Brasília: PNMA, 1997. 3 vol. em 7 t. p. 530-618.

REIS, M. R. Os benefícios da criação de Mato Grosso do Sul. **Interior**, Brasília, v. 3, n. 20, edição especial, p. 4-5, 1977.

RIBEIRO, L. R. E. F. **O homem e a terra**. Campo grande: edição do autor, 1993.

RICHARDSON, H. W. **Economia regional: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional**. Tradução de Fausto G. Cupertino. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

RODRIGUES, A. M. O mito da sustentabilidade da atividade turística. In: BANDUCCI JÚNIOR, A.; MORETTI, E. C. **Qual paraíso?: turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal**. Campo Grande: UFMS, 2001. p.32-45.

RODRIGUES, O. D. Um modelo de ecoturismo competitivo como contribuição para o desenvolvimento local – o caso de Paraúna/GO. In: ALMEIDA, M. G. **Paradigmas do turismo**. Goiania: Alternativa, 2003. p. 37-49.

ROSS, J. L. S. Geomorfologia ambiental. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Org.). **Geomorfologia do Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 351-388.

SACHS, W. (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Tradutores: Vera Lúcia M. Joscelyne, Suzana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2000. 400 p. Título original: The development dictionary: a guide to knowledge as power.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. O retorno de território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. **Território**: globalização e fragmentação. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 15-20.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-99, 1977. (Traduzido por: Maria Encarnação Vasquez Beltrão).

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEABRA, M. F. G. Geografia(s)? **Orientação**. São Paulo, n. 5, p. 9-17, 1984.

SEBRAE. **Plano setorial estadual**: minerais não-metálicos. Campo Grande: SEBRAE, 1995. 67 p.

SILVA, P. J.; GODOY, W. P. K.; CARUSO, L. G. Avaliação técnico-econômica dos mármores da região de Bonito – Mato Grosso do Sul. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Geologia**, v.5, 1986.

SILVEIRA, M. L. A região e a invenção do território. In: SOUZA, M. A. A. et al. (Org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Territorial, 2003. p. 408-416.

SIMONSEN, M. H. **Teoria microeconômica**: teoria da concorrência perfeita, teoria da concorrência imperfeita. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DO CIMENTO – SNIC. **SNIC 50 anos**. Disponível em: <<http://www.snic.com.br>>. Acesso em: 12 mai. 2004.

SODRÉ, N. W. **Oeste**: ensaio sobre a grande propriedade rural. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1941.

SOUZA, A. O. **A estratégia dos distritos industriais como instrumento de desenvolvimento regional e a sua aplicabilidade em Mato Grosso do Sul**. 2002. 430 f.. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOUZA, A. O. **Distrito industrial de Dourados-MS**: intenções, resultados e perspectivas. 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SOUZA, A. O. Integração e desenvolvimento em Mato Grosso do Sul: o papel atribuído a “Hidrovia do Mercosul”. In: ENCUENTRO INTERNACIONAL HUMBOLDT, 6., 2004, **Anais eletrônicos...**, Villa Carlos Paz, Argentina, 2004. NCeHu 1905/04. Disponível em: <[humboldt@eListas.net](mailto:humboldt@eListas.net)>. Acesso em: 04 dez. 2004.

SOUZA, C. G. Solos: potencialidades agrícolas. In: IBGE. **Recursos naturais e meio ambiente**: uma visão do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. p. 75-109.

SOUZA, M. A. A. (Org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Ed. TERRITORIAL, 2003. 610 p.



SOUZA, M. A. A. A metrópole global? Refletindo sobre São Paulo. In: SOUZA, M. A. A. et al. (Org.). **Metrópole e globalização**. São Paulo: CEDESP, 1999.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-166.

SPOSITO, E. S. A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na geografia contemporânea. **Terra Livre**, São Paulo, n. 16, p. 99-112, 1. sem. 2001.

SPOSITO, E. S. A questão do método e a crítica do pensamento geográfico. In: CASTRO, I. E.; MIRANDA, M.; EGLER, C. A. G. (Org.). **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: FAPERJ, 2000. p. 347-359.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.

STEINBERGER, M. O significado da região Centro-Oeste na espacialidade do desenvolvimento brasileiro: uma análise geopolítica. In: GONÇALVES, M. F; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (Org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: UNESP: ANPUR, 2003. p. 609-620.

TAVARES, H. M. Políticas de desenvolvimento regional nos países do “centro” e no Brasil. In: CADERNOS IPPUR. **Planejamento e território: ensaios sobre a desigualdade**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, v. 15 e 16, n. 2 e 1, p. 229-248, ago-dez 2001 e jan-jul 2002.

TAVARES, M. C. **Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1998. 190 p. (30 anos de Economia, 8).

TENÓRIO, F. G.; ROZEMBERG, J. E. Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, Escola Brasileira de Administração Pública/FGV, v.7, 1997.

TURRA, J. M. T. Formação socioespacial, território e seus usos. Milton Santos e os instrumentos de pensar com os olhos no futuro: compromisso com o Brasil profundo. In:

SOUZA, M. A. A. (Org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Territorial, 2003. 380-394.

VAINER, C. B. Regionalismos contemporâneos. In: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. L. B. **A federação em perspectiva**. São Paulo: Fundap/UNESP, 1995, p. 438-470.

VALVERDE, O. Fundamentos geográficos do planejamento do município de Corumbá. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 49-144, jan./mar. 1972.

VARGAS, I. A. A gênese do turismo em Bonito. In: BANDUCCI JÚNIOR, A.; MORETTI, E. C. **Qual paraíso?: turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal**. Campo Grande: UFMS, 2001. p. 130-142.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desarrollo local: una estrategia de creación de empleo**. Madrid: Pirâmide, 1988.

XAVIER, M. Os sistemas de engenharia e a tecnicização do território. O exemplo da rede rodoviária brasileira. In: SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 329-343.

## ANEXO A

### **Roteiro de entrevistas aos representantes de organizações e entidades locais, estaduais e federais – Mato Grosso do Sul**

1. Identificação do entrevistado. Data da entrevista.
2. Qual o escopo de atividades desenvolvidas por esta instituição?
3. Qual o papel do seu órgão, em termos de desenvolvimento regional?
4. Quais os principais projetos em andamento?
5. Qual a estrutura econômica da região?
6. Quais as principais fontes de emprego e renda? Qual é a renda e o salário médio do trabalhador em cada setor da economia?
7. Em quais setores o emprego está crescendo e em quais o emprego está decrescendo?
8. Qual a sua opinião sobre a situação do setor primário?
9. Qual é o potencial mineral na região? E quanto ela é?
10. Qual a sua opinião sobre a situação do setor secundário (indústria)?
11. Qual a relação da indústria com o governo?
12. Qual a sua opinião sobre a situação do setor terciário (serviços)?
13. Quais são as parcerias para o treinamento de mão-de-obra?
14. O que já foi feito, em termos de projetos de desenvolvimento, e qual as causas de seus sucessos e/ou fracassos (atuais e futuros)?
15. Como atrair investimentos para a região?
16. Quais os programas de capacitação mais necessários?
17. Quais as prioridades em termos de infra-estrutura para desenvolvimento?
18. Que outros órgãos, pessoas, projetos e/ou estudos o Sr.(a) acha interessante conhecermos?
19. Outras questões específicas ao entrevistado.

## ANEXO B

### **Roteiro de entrevistas aos prefeitos dos municípios da microrregião de Bodoquena - Mato Grosso do Sul**

O roteiro de entrevista, apresentado a seguir, é uma forma de garantir uma padronização mínima entre as entrevistas a serem realizadas.

1. Identificação do entrevistado. Data da entrevista.
2. Qual o papel da Prefeitura, em termos de desenvolvimento regional?
3. Quais os principais projetos em andamento?
4. Qual a sua opinião sobre a situação competitiva do município?
5. Quais os pontos fortes e fracos do município, em termos competitivos?
6. Qual a estrutura econômica do local e região?
7. Quais as principais fontes de emprego e renda? Qual é a renda e o salário médio do trabalhador em cada setor da economia?
8. Em quais setores o emprego está crescendo e em quais o emprego está decrescendo?
9. Qual a sua opinião sobre a situação do setor primário?
10. Qual é o potencial mineral na região? E quanto ela é?
11. Qual a sua opinião sobre a situação setor secundário (indústria)?
12. Qual a relação da indústria com a administração local?
13. Qual a sua opinião sobre a situação do setor terciário (serviços)?
14. Quais são as parcerias para o treinamento de mão-de-obra?
15. Quais os principais setores de impulsionamento econômico no nível local?
16. O que já foi feito, em termos de projetos de desenvolvimento, e qual as causas de seus sucessos e/ou fracassos (atuais e futuros)?
17. Como está a economia informal? Como resolver este problema?
18. Como atrair investimentos para o município?
19. Quais os programas de capacitação mais necessários?
20. Quais as prioridades em termos de infra-estrutura para desenvolvimento?
21. O que o Sr.(a) faria prioritariamente para desenvolver competitivamente o município?
22. Que outros órgãos, pessoas, projetos e/ou estudos o Sr.(a) acha interessante conhecermos?
23. Outras questões específicas ao entrevistado.

## ANEXO C

### Roteiro de entrevista com a gerência, diretoria administrativa do setor fabril de cimento - Mato Grosso do Sul

#### **Intra-Empresa:**

1. Nome do Entrevistado e Data da Entrevista.
2. História da empresa.
3. Dono(s) da empresa, estrutura do grupo econômico.
4. Dados (vendas, investimentos, funcionários, exportações/ distribuição geográfica, referente aos últimos 10 anos 1992-2002).
5. Qual é a meta estratégica da empresa (por exemplo, participação no mercado, aumentar vendas, lucro, internacionalização, satisfação do cliente). Há uma meta explícita?
6. Qual é a estratégia em relação aos produtos (por exemplo: diversificação, especialização, produtos inovativos, marca)? Como a empresa estabelece vantagem competitiva? Como e onde a empresa obtém idéias para produtos inovadoras?
7. Como se apresenta a estrutura organizacional? Houve mudanças recentemente?
8. São aplicados conceitos de gestão como qualidade total, produção enxuta, zero defeito, *just-in-time*, *kan-ban*, gestão total de custos, trabalho em equipe, ISO 9000, ISO 14000? Como e onde a empresa obtém informações sobre novos conceitos de gestão?
9. São disponíveis dados não-financeiros sobre performance (como: tempo de trabalho, defeitos, custo de qualidade, rotação do estoque)?
10. Que parte das máquinas tem até 5 anos/ 5 - 15 anos/ mais que 15 anos? Como e onde a empresa obtém informação sobre novas máquinas e equipamentos? Como e onde são utilizados computadores?
11. Funcionários da fábrica: local de origem, tempo integral/parcial, distribuição segundo sexo, número de turnos, sistemas de incentivos, rotatividade, faixas salariais.
12. Gastos para treinamento de funcionários? Para que funcionários? Dentro/fora do horário de trabalho? Local de treinamento? Apoio financeiro, transporte, outro?
13. Integração vertical, mudanças nesse respeito?
14. Que mudanças importantes houve nos último 5 anos? Quais são previstos para os próximos 3 anos?
15. Tem projetos de novas fábricas dentro/fora da região? Critérios para escolher lugar para nova fábrica?

#### **Entre Empresas:**

##### **Fornecedores**

1. Quantos, para que produtos e serviços, avaliação deles, fornecedores *just-in-time*, condições de pagamento, câmbio de fornecedores, busca sistemática de novos fornecedores, dependência de fornecedores, mudanças nos últimos 5 anos.

##### **Subcontratados / terceirizados**

2. Para que e quais setores dentro da fábrica? Que tipo de contrato? Tendência de aumento ou redução, conflitos, pagamentos, Empresas contratadas, número de empregados, local de origem?

**Cientes**

3. Quem, segmentação, como avaliação de clientes? Canais de vendas, de marketing, estabilidade de clientes, quantos clientes conhece pessoalmente? Tratamento de reclamações, suporte por telefone, avaliação da satisfação dos clientes? Produção por demanda ou para estoque? Relações com clientes no exterior: dependente/independente, estável/instável? Qualidade diferente para exportações?

**Concorrentes**

4. Principais concorrentes, instrumentos de análise de concorrentes, vantagens e desvantagens em comparação com concorrentes principais?
5. Há, ou pode imaginar, cooperação com concorrentes, por exemplo, compra, transporte, exportação, desenvolvimento de fornecedores, treinamento, ensaios/testes, desenvolvimento de produtos/processos, melhoramento de infra-estrutura?

**Outras empresas**

6. Há, ou pode imaginar, cooperação com outras empresas, por exemplo compra, transporte, exportação, treinamento, melhoramento de infra-estrutura?

**Instituições de suporte**

7. Importância, qualidade, flexibilidade, agilidade, articulação de: formação profissional (SENAI, SENAC); universidades/ensino superior; tecnologia; FIEMS/SEBRAE; Bancos e outras instituições financeiras;
8. Serviços: manutenção e serviços técnicos, informação e consultoria, transporte, Software, outros.
9. Utilidades (eletricidade, gás, água, telecomunicação).
10. Papel no estímulo à atividade econômica local?
11. Mudanças nos últimos anos, situação daqui a três anos.

**Associações, federações, Relações com e percepção do Estado**

12. Participação em que? Porquê? Desde quando? Expectativa? Contribuição financeira? Mudanças nos últimos 5 anos? Estrutura interna de Associações e Federações: participação, democracia, receptividade a propostas? Influência e articulação política de Associações e Federações no nível local estadual e federal? Papel dos sindicatos trabalhistas.

**Administração municipal**

13. Contatos com que secretarias, avaliação, conflitos; expectativas/ propostas/ sugestões para atuação da prefeitura; como a administração atual fica em comparação com anteriores; política industrial/ desenvolvimento econômico/ atração de empresas? Para que ramos? Avaliação? Suporte para seu ramo?

**Governo estadual**

14. Contatos com que secretarias, avaliação, conflitos; expectativas/ propostas/ sugestões para atuação da prefeitura; como a administração atual fica em comparação com anteriores; política industrial/ desenvolvimento econômico/ atração de empresas? Para que ramos? Avaliação? Suporte para seu ramo?

**Tempo gasto com atividades relativas ao Estado**

15. Declaração para impostos; absorver mudanças de leis e regulamentações; fiscalização.

**Integração com comunidade local**

16. Papel na comunidade local, atividades para/com a comunidade, importância da integração junto à comunidade para a imagem externa da empresa, comunidade e funcionários, vantagens e desvantagens do local atual da produção.

## ANEXO D

### Lei Complementar n. 31 de 11 de outubro de 1977

**Cria o Estado de MATO GROSSO DO SUL e dá outras providências**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

#### Capítulo I

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - É criado o Estado de Mato Grosso do Sul pelo desmembramento de área do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - A área desmembrada do Estado de Mato Grosso, para constituir o território do Estado de Mato Grosso do Sul, situa-se ao sul da seguinte linha demarcatória: das nascentes mais altas do rio Araguaia, na divisa entre os Estados de Goiás e Mato Grosso, segue, em linha reta, limitando os municípios de Alto Araguaia, ao norte, e Coxim, ao sul, até às nascentes do córrego das Furnas; continua pelo córrego das Furnas abaixo, limitando, ainda, os Municípios de Alto Araguaia, ao norte, e Coxim, ao sul, até sua foz no rio Taquari; sobe o rio Taquari até a barra do rio do Peixe, seu afluente da margem esquerda, continuando por este até sua nascente mais alta, tendo os Municípios de Alto Araguaia, ao leste, e Pedro Gomes, ao oeste; segue daí, em linha reta, as nascentes do rio Correntes, coincidindo com a linha divisória dos Municípios de Alto Araguaia e Pedro Gomes; desce o rio Correntes até a sua confluência com o rio Piquiri, coincidindo com os limites dos Municípios de Itiquira, ao norte, e Pedro Gomes, ao sul; continua pelo rio Correntes, coincidindo com os limites dos Municípios de Itiquira, ao norte, e Corumbá, ao sul, até sua junção com o rio Itiquira; da junção do rio Correntes com o rio Itiquira, segue coincidente com a divisa dos Municípios de Barão de Melgaço, ao norte, e Corumbá, ao sul, até a foz do rio Itiquira no rio Cuiabá; da foz do rio Itiquira no rio Cuiabá, segue por este até a sua foz no rio Paraguai, coincidindo com a divisa entre os Municípios de Poconé, ao norte, e Corumbá, ao sul; da confluência dos rios Cuiabá e Paraguai sobe pelo rio Paraguai até o sangradouro da lagoa Uberaba, coincidindo com os limites dos Municípios de Poconé, ao leste, e Corumbá, ao oeste, da boca do sangradouro da lagoa Uberaba segue sangradouro acima até a lagoa Uberaba, continuando, por sua margem sul, até o marco Sul Uberaba, na divisa do Brasil com a Bolívia, coincidindo com os limites dos Municípios de Cáceres, ao norte, e Corumbá, ao sul.

Art. 3º - A cidade de Campo Grande é a Capital do Estado.



## ANEXO E

### **Pronunciamento quando da Criação do Estado de Mato Grosso do Sul**

Pronunciamento feito pelo Ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, em novembro de 1977

Desde 1975, em obediência à recomendação do Presidente Ernesto Geisel, o Ministério do Interior iniciou estudos visando à criação do Estado de Mato Grosso do Sul, pelo desmembramento de área do Estado de Mato Grosso.

A Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) foi encarregada de proceder a levantamentos e estudos básicos, compreendendo aspectos geográficos, econômicos, demográficos e administrativos, fazendo-o de maneira cuidadosa e reservada, de acordo com orientação transmitida pelo Ministério do Interior.

Ainda no limiar de sua gestão, o Presidente Ernesto Geisel fixou as diretrizes fundamentais que deveriam nortear a redivisão territorial do país: a) a aprovação de Lei Complementar que definisse as normas básicas do processo de criação de novos Estados e territórios; b) a fusão dos Estados de Rio de Janeiro e Guanabara, em plena consolidação; c) a divisão do Estado de Mato Grosso.

Em realidade, o estágio econômico e social do país, o avanço da fronteira agrícola no Centro-Oeste e na Amazônia, a situação especial dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara tornavam cada vez mais necessários dar início ao processo de divisão territorial do país.

Estudos efetuados no passado e outros mais recentes não haviam se concretizado, ora por timidez, ora por inoportunidade.

Razões diversas justificam a divisão do Centro-Oeste brasileiro. As próprias raízes históricas das regiões Sul e Norte diferenciam-nas. Mas o importante é levar em conta o momento atual e as perspectivas do futuro. A região Sul, com extraordinária potencialidade agrícola, de colonização relativamente recente, tendo como principais pólos Campo Grande, Dourados, Corumbá e Ponta Porã, liga-se aos grandes centros de produção da região Sudeste e ao Paraná e aos corredores de exportação de Santos e Paranaguá.

A região Norte apresenta características pré-amazônicas e reúne grandes possibilidades nas atividades agropecuárias, florestais e de mineração. O Estado de Mato Grosso após o desmembramento de parte de seu território, para formar o Estado de Mato Grosso do Sul, conserva cerca de 880 mil km<sup>2</sup>, uma vez e meia o Estado de Minas Gerais, e sua posição geográfica lhe confere importância vital para o desenvolvimento integrado da nação brasileira.

Portal da Amazônia, centro polarizador dos troncos rodoviários que demandam ao Norte, ao Oeste até as fronteiras, ao Sul e ao Sudeste, será, sem dúvida, um dos principais alicerces do desenvolvimento econômico e social do país.

A ambos os Estados o Governo Federal concederá o maior apoio possível durante o período necessário para que venham alcançar estágios de auto-sustentação.

Novos programas serão criados e desenvolvidos nas áreas urbanas e rurais ao lado do Polamazônico, do Polocentro, do Prodegran, que visem respectivamente ao desenvolvimento de pólos selecionados na área amazônica de Mato Grosso, ao aproveitamento, em larga escala, dos cerrados, a expansão da região da Grande Dourados e ao desenvolvimento do pantanal mato-grossense.

Durante a fase de elaboração do Projeto de Lei Complementar, encaminhado pelo Presidente Ernesto Geisel ao Congresso Nacional a 24 de agosto, vozes ouviram-se ora a favor, ora contra a divisão do novo Estado.

Ao Sul, o ambiente favorável, e até mesmo festivo pró-divisão refletia a antiga aspiração, cuja concretização se vislumbrava; ao Norte, a reação de minoria, era natural e justificável. Daria, realmente, o Governo Federal, o indispensável ao desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, após o desmembramento, de forma a permitir-lhe progresso e auto-sustentação?

A pouco e pouco abrandou a reação e desapareceu a dúvida, principalmente após a decisão final do Presidente Ernesto Geisel, ao encaminhar o Projeto de Lei Complementar ao Congresso Nacional.

O Estado de Mato Grosso passará a gozar dos benefícios dos incentivos em todo o seu território (antes se circunscrevia a área até o paralelo 16º). Já em 1979, no mínimo Cr\$ 1,4 bilhão será destinado ao Estado de Mato Grosso, para execução de projetos prioritários, o que representa importância superior a dez vezes a quota que lhe caberia do Fundo de Participação dos Estados, se não houvesse a divisão.

Essa cooperação do Governo Federal se estenderá pelo prazo de dez anos. Idêntico apoio, embora em escala um pouco menor, será proporcionado ao Estado de Mato Grosso do Sul.

Nasce nova Unidade da Federação, que tem por capital a bela cidade de Campo Grande. A data histórica de 11 de outubro de 1977 ficará gravada na memória de Mato Grosso do Sul, que se lembrará para sempre, do insigne Presidente Ernesto Geisel, cuja visão de estadista permitiu concretizar sonho de há muito acalentado.

(REIS, Maurício Rangel. Os benefícios da criação de Mato Grosso do Sul. **Interior**, 1977, p. 4-5).

## ANEXO F

### Lei Complementar n. 093 de 5 de novembro de 2001.

*Institui o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda (MS-EMPREENDEDOR) e dá outras providências.*

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

#### CAPÍTULO 1

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E GERAIS

Art. 1º. Fica instituído o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda, denominado MS-EMPREENDEDOR, em substituição à política de desenvolvimento industrial em vigor no Estado e ao programa "Ações para o Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul-PROAÇÃO".

Art. 2º. Ao MS-EMPREENDEDOR são cabíveis os benefícios ou incentivos, fiscais, financeiro-fiscais ou extrafiscais, compreendidos nas regras do Capítulo IV (arts. 6º a 14), que possam ser utilizados como instrumentos de política fiscal ou de fomento à industrialização do Estado e à circulação de bens econômicos em seu território, visando ao atingimento dos seguintes objetivos governamentais:

I - a instalação de novas empresas e a ampliação, modernização, reativação ou relocação das existentes, especialmente no sentido da interiorização dos empreendimentos econômicos produtivos e do aproveitamento das potencialidades econômicas regionais, obedecidos os interesses prioritários e adicionais (art. 3º, I e II) estão estabelecidos;

II - a transformação de produtos primários em produtos industrializados, favorecendo a integração e verticalização de cadeias produtivas e agregando valores a esses bens, observando o disposto no inciso anterior;

III - a diversificação das bases produtiva e circulatória de bens e serviços, dinamizando a economia e propiciando a geração de novos empregos estáveis, o aumento da renda *per capita* dos membros da comunidade sul-matogrossense e a melhor distribuição dos bens econômicos, com o conseqüente aumento generalizado da arrecadação de tributos;

IV - a melhoria aferível das condições de trabalho dos operários, inclusive a implantação de cursos profissionalizantes pelas empresas ou em parceria com estas;

V - a ampliação ou, no mínimo a manutenção dos postos de trabalho;

VI - o estímulo à parceria ou à troca de informações entre empresas e universidades, com ou sem a participação direta de órgãos governamentais nos projetos e atividades, nas áreas de pesquisa, desenvolvimento e difusão de novas tecnologias, concretamente aplicáveis aos empreendimentos locais, melhorando a produção e a circulação de bens e serviços;

VII - estímulo e fomento à instalação e desenvolvimento das micro e pequenas empresas instalados no Estado, por meio da concessão de financiamentos de projetos e de benefícios ou incentivos fiscais, inclusive redução indireta de carga tributária.

Parágrafo Único. Observando o disposto no inciso I, fica estabelecido como um dos interesses governamentais o estímulo aos empreendimentos econômicos produtivos (art. 3º, I e II) tecnologicamente avançados, que possam dar efetiva competitividade às empresas situadas no Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 3º. Para os efetivos desta Lei Complementar considera-se:

I – empreendimento econômico produtivo de interesse prioritário, aquele que direcionado para a atividade econômica de industrialização de produtos (inciso III), preencha requisito estabelecido no parágrafo único do art. 4º;

II – empreendimento econômico produtivo de interesse adicional, aquele que mediante recursos financeiros privados, a cargo do empreendedor, esteja voltado para a realização de investimentos de relevante interesse do Estado assim definido por ato do Governador, observando o disposto no parágrafo único;

III – industrialização, a operação ou o processo modificados da natureza, do funcionamento, do acabamento, da apresentação da finalidade de um determinado produto ou de seu aperfeiçoamento para o consumo, segundo as regras do art. 88, III *a a e*, da Lei de nº 1.810, de 22 de dezembro de 1.997 que dispõe sobre os tributos de competência do Estado;

IV – projeto de implantação de empreendimento econômico produtivo, aquele referente à instalação e operatividade de nova unidade produtiva industrial ou não;

V – projeto de ampliação de unidade produtiva industrial, o que se destina a implementar o aumento da capacidade produtiva de unidade industrial já instalada ou em fase avançada de instalação, seja pela ampliação das instalações físicas e aquisição de novas máquinas ou equipamentos, seja pela diversificação da linha de produtos;

VI – projeto de modernização industrial, aquele destinado a viabilizar a inovação ou racionalização dos processos produtivos existentes na empresa, mediante a aquisição de máquinas ou equipamentos mais modernos, ou com adoção de novidades tecnológicas, que, de qualquer forma:

*a)* aumentem a produtividade ou a qualidade dos produtos fabricados ou gerem novos produtos;

*b)* propiciem o aumento do bem-estar e da segurança dos operários e da população circunvizinha ao estabelecimento fabril;

VII – projeto de reativação de unidade industrial paralisada, o que vise a restabelecer o funcionamento de unidade industrial em parte ou totalmente desativada ou paralisada, desde que comprovada a suspensão dos fatores determinantes da desativação ou paralisação, por meio de laudo técnico previamente elaborado por técnicos credenciados pela autoridade administrativa competente;

VIII – projeto de relocação de unidade produtiva industrial, aquele destinado a propiciar a transferência justificada, total ou parcial, de unidade industrial, para área geográfica mais adequada ao seu funcionamento, ou para outro Município do Estado, desde que as máquinas e os equipamentos de produção se encontrem em condições normais de uso e não apresentem obsolescência tecnológica considerável;

IX – projeto de novidade na matriz industrial produtiva, o que corresponda à instalação e operatividade de indústria que se dedique à produção de produto sem similar no Estado, com inovação tecnológica.

Parágrafo único. Nas hipóteses do inciso II do *caput*, relevante interesse do Estado:

I – pode alcançar os casos de:

*a)* comercialização de bens e grande escala (atacado), desde que o empreendimento econômico produtivo propicie, efetivamente, a instalação ou ampliação de pólos regionais de desenvolvimento mercantil ou de prestação de serviços;

*b)* importações em geral destinados à comercialização no país, realizadas neste território e com a incidência do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS ocorrendo no âmbito da competência tributária de Mato Grosso do Sul;

II - fica limitado, quanto aos empreendimentos econômicos produtivos nas áreas de energia elétrica sob qualquer modalidade de geração, gás de qualquer espécie e telecomunicações, à possibilidade de dispensa da cobrança do ICMS incidente nas aquisições interestaduais ou do exterior do país de bens destinados ao ativo fixo da empresa (art. 14, 1, *a* e *b*), não podendo qualquer benefício ou incentivo disciplinado nesta Lei Complementar incidir, por consequência, sobre as operações relativas à circulação de energia elétrica e gás e sobre as prestações de serviços de telecomunicações.

## CAPÍTULO II

### DOS EMPREENDIMENTOS BENEFICIÁRIOS

Art. 4º. Observadas as regras do artigo anterior, pode usufruir dos benefícios ou incentivos estabelecidos nesta Lei Complementar o empreendimento econômico produtivo, qualificado como de interesse prioritário ou adicional para o desenvolvimento integrado e sustentável de Mato Grosso do Sul, em conformidade com as diretrizes governamentais, e que, preenchendo os requisitos legais e regulamentares, possa concretizar, de qualquer modo, o atingimento dos objetivos referenciados no art. 2º.

Parágrafo único. Independentemente da exigência de outros requisitos e da natureza de outros empreendimentos, fica qualificado como de interesse prioritário o empreendimento econômico produtivo industrial:

I - pioneiro ou inovador na economia local, capaz de gerar novas oportunidades mercadológicas e desencadear o surgimento de outras unidades produtivas, localizado preferencialmente no interior do Estado e que fabrique ou venha a fabricar produto sem similar no mercado local ou neste existente em quantidade insuficiente;

II - que promova o processamento ou aproveitamento integral, ou acentuado, da matéria-prima preferentemente local, inclusive dos subprodutos resultantes da industrialização, bem como e em sendo o caso o reaproveitamento dos resíduos industriais;

III - que utilize:

*a*) processo tecnológico-industrial mais avançado ou que mantenha convênio de cooperação com universidades ou entidades de pesquisa, ciência e tecnologia;

*b*) programas de qualificação profissional para a melhoria dos processos produtivos industriais;

*c*) gestão ambiental, ou que promova investimentos destinados à preservação do meio ambiente, sobretudo na recuperação dos ambientes naturais degradados;

V - que em sua implantação contrate obras civis, montagens, instalações industriais e serviços com empresas deste Estado;

VI - capaz de gerar excedentes exportáveis de bens, mercadorias e serviços;

VII - cujo projeto técnico econômico-financeiro, diante de estudos do mercado de previsão de retorno de investimentos, demonstre ser economicamente viável.

## CAPÍTULO III

### DOS EMPREENDIMENTOS EXCLUÍDOS

Art. 5º. Sem prejuízo da observância da limitação de interesse governamental estabelecida no art. 3º, parágrafo único, II, os benefícios ou incentivos disciplinados nesta Lei Complementar são aplicáveis aos empreendimentos econômicos produtivos industriais:

I - já implantados até esta data, salvo quanto aos projetos de ampliação, modernização, reativação, relocação ou de novidade na matriz industrial (art. 3º, V a IX);

II - que estejam produzindo ou venha a produzir:

*a*) álcoois derivados da cana-de-açúcar;

b) carne bovina ou bufalina, em estado natural ou simplesmente resfriados ou congelados, ainda que embalados a vácuo;

c) artefatos de madeira exceto móveis e outros produtos com elevado grau de industrialização;

d) café torrado, moído ou não, exceto produtos embalados a vácuo;

III – relativos à construção civil;

IV – cujas atividades compreendam:

a) o beneficiamento elementar ou primário de produtos de origem vegetal, animal e extrativa mineral ou vegetal;

b) a fabricação por encomenda e em pequena escala de móveis, esquadrias e utensílios de madeira (marcenarias), esquadrias e utensílios de metal (serralherias e de artefatos e lajes de cimento, concreto ou gesso);

c) a preparação local de partes ou peças empregadas nos processos de conserto, restauração ou recondicionamento de máquinas, aparelhos e objetos usados;

d) o preparo e o fornecimento, diretamente ao consumidor final, de produtos alimentares (bares, confeitarias, padarias, restaurantes, sorveterias e estabelecimentos similares);

Parágrafo único. Nos casos deste artigo, as exclusões de benefícios ou incentivos, ou as restrições às suas concessões:

I – não inviabilizam a dispensa da cobrança do ICMS, pela Secretaria de Estado de Receita e Controle, nas aquisições interestaduais ou no exterior do país de bens destinados ao ativo fixo de empresa, ou à redução de cargas tributárias incidentes sobre determinadas operações relativas à circulação de mercadorias ou prestações de serviços, nos termos do disposto no art. 14, I, II e III;

II – podem derivar de ser aplicadas à industrialização (beneficiamento) do arroz produzido neste Estado, e de aves, peixes e suínos, realizada por empreendimento produtivo industrial que utilize equipamentos e tecnologia modernos e avançados, visando à integração tecnológica, à competitividade, à verticalização e à sustentabilidade do processo produtivo (art. 2º, parágrafo único).

## **CAPÍTULO IV**

### **DOS BENEFÍCIOS OU INCENTIVOS**

#### **Seção I**

##### **Disposições Gerais**

Art. 6º. Aos empreendimentos econômicos produtivos que preencham os requisitos legais e regulamentares podem ser deferidos benefícios ou incentivos fiscais, financeiro-fiscais ou extrafiscais:

I – propostos pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial do Estado – CDI/MS e aprovados pelo Governador do Estado;

II – por delegação desta Lei Complementar à Secretaria de Estado de Receita e Controle, consoante as regras dos arts. 5º, parágrafo único, I; 7º, § 4º; 14, parágrafo único; 19; e 31, parágrafo único, III.

Parágrafo único. A negativa de proposição ou de aprovação de benefícios ou incentivos, inclusive quanto à prorrogações dos existentes, não gera direito adquirido ao requerente e não produz nenhum efeito jurídico oponível à Administração.

Art. 7º. Tratando-se de industrialização de produtos, o benefício ou incentivo terá como base de cálculo o saldo devedor do ICMS, apurado em determinado período, hipótese em que o valor pecuniário do benefício ou incentivo deve ser deduzido do saldo devedor que tenha resultado como efetiva e regularmente devido.

§ 1º Para os efeitos do disposto no *caput*:

I – é considerado saldo devedor do ICMS o valor resultante da escrituração regular dos débitos e créditos de natureza fiscal, na forma da lei e do regulamento, relativamente às operações com os produtos exclusivamente industrializados pela empresa, na etapa ou no processo industrial que tenha sido objeto de aprovação pelo Estado, observada a regra explicitadora do inciso seguinte;

II – não devem ser incluídos, ou considerados, para o cálculo do benefício ou incentivo, os valores correspondentes às operações antecedentes daquelas ou subseqüentes àquelas realizadas pela empresa com os produtos resultantes da industrialização beneficiada ou incentivada, ficando conseqüentemente excluídos da apuração do imposto os valores então devidos:

a) sob o regime de substituição tributária, em que a empresa figure como substituta, relativamente às operações ou prestações antecedentes e subseqüentes;

b) a título de responsabilidade atribuída à empresa, por decorrência de obrigação tributária contraída por outra pessoa que não tenha adimplido tal obrigação tempestivamente;

c) por decorrência de ação fiscal, em face de direitos tributários que os agentes da empresa tenham diretamente praticado ação ou omissão;

d) pela importação de bens ou mercadorias com o diferimento do imposto para etapa posterior àquela do desembarço aduaneiro, ainda que tais coisas sejam utilizadas como insumos em processo de industrialização;

e) a qualquer outro título, nos casos em que a Administração Tributária constate a simulação ou a prática efetiva de atos ou negócios jurídicos com a finalidade de aumentar indevidamente o valor pecuniário de benefício ou incentivo fiscal.

§ 2º Deduzido do valor pecuniário do benefício ou incentivo regularmente apurado, o valor do efetivo saldo devedor remanescente do ICMS deve ser recolhido ao Tesouro Estadual, na forma e no prazo estabelecidos pela legislação específica.

§ 3º Do mesmo modo referido no parágrafo anterior, devem ser recolhidos os valores pecuniários apurados e então devidos:

I – ao Fundo de Apoio à Industrialização-FAI/MS (art. 25 e 26);

II – ao Tesouro Estadual, nos casos referidos no § 1º, II, *a* e *e*.

§ 4º As restrições dispostas no § 1º, II, *a* (substituição tributária), podem deixar de ser aplicadas, mediante autorização governamental solicitada pela Secretaria de Estado da Receita e Controle, às operações com os produtos indicados em lista regulatória específica, hipóteses em que o valor do ICMS incidente sobre as operações antecedentes, com as matérias-primas *in natura* empregadas nos respectivos processos industriais, pode ser considerado ou desconsiderado, parcial ou totalmente, no cálculo do valor do benefício ou incentivo da empresa.

§ 5º Nas hipóteses do parágrafo anterior, deve ser observada, no que couber, a alternativa de utilização de crédito fixo ou presumido disposta nas regras do art. 31.

## Seção II

### Do Quantitativo e do Prazo de Fruição dos Benefícios ou Incentivos

Art. 8º. O benefício ou incentivo previsto no artigo anterior deve ter seu percentual e prazo propostos pelo CDI/MS, devendo observar:

I – o percentual de até 67% (sessenta e sete por cento) do ICMS então devido e apurado na forma disposta naquele artigo;

II – o prazo de até 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por até igual período, desde que sejam cumpridos os deveres jurídicos e solvidas as obrigações tributárias, bem como mantidas as condições do empreendimento aprovado;

Art. 9º. Observadas as regras do artigo anterior, na fixação do quantitativo do benefício ou incentivo e do prazo de sua duração devem ser levados em conta determinados fatores de avaliação dos empreendimentos econômicos produtivos interessados, nos termos da regulamentação apropriada.

§ 1º O regulamento deve estabelecer, dentre outros fatores de avaliação dos empreendimentos econômicos produtivos, as qualificações a que se refere o parágrafo único do art. 4º e a preferência pela instalação e operatividade de unidades produtivas em:

I - municípios do interior (arts. 2º, I; 4º, parágrafo único, I, e 13) com escassa ou nenhuma industrialização de produtos, ou oferta de empregos, considerando, necessariamente, os fatores relativos à cadeia produtiva regional;

II - zonas periféricas das maiores cidades do Estado, nos casos de micro, pequenos e médios empreendimentos produtivos que não possam ser instalados nos Municípios referidos no inciso anterior;

III - núcleos industriais específicos nos demais casos, exceto na hipótese em que a instalação em outro local seja efetivamente mais adequada ou vantajosa, sem interferência negativa no meio ambiente ou no bem-estar da população circunvizinha da unidade industrial.

§ 2º Os fatores de avaliação podem ser objeto de pontuação positiva e negativa, incluindo ou não tratamento diferenciado ou favorecido para determinados empreendimentos econômicos produtivos de natureza industrial.

Art. 10. Tratando-se de projetos de ampliação ou de modernização de unidade industrial (art. 4º, V e VI) de empresas em operação, o benefício ou incentivo deve ser aplicado apenas sobre:

I - o quantitativo da produção excedente ao da capacidade industrial originalmente instalada, no caso da ampliação;

II - o valor agregado complementar ou suplementar ao valor agregado anterior dos produtos em virtude da modernização industrial.

Parágrafo único. As limitações dispostas neste artigo não são aplicáveis aos casos de implantação de novas linhas de produtos pela empresa, cuja implantação pode gerar até o grau máximo de benefícios ou incentivo, desde que cumpridas as demais prescrições legais e regulamentares.

Art. 11. Na hipótese de benefício ou incentivo não-vinculado ao valor do saldo devedor do ICMS, deve ser fixada a forma ou o modo de fruição, o quantitativo e o prazo de sua duração no tempo. Em sendo o caso de implemento de benefício ou incentivo pela via orçamentária, devem ser indicados os recursos disponíveis e a dotação específica.

Parágrafo único. A regra disposta no *caput* é aplicável, também e no que couber, aos casos de benefícios ou incentivos custeados por recursos financeiros extra-orçamentários ou por bens em geral, oriundos de doações, legados e transferências recebidas por meio de convênios com entes públicos ou privados, sem a obrigatoriedade de retorno, a tais entes, dos bens ou valores monetários recebidos pelo Estado.

Art. 12. Havendo pluralidade de empreendimentos industriais produtivos, no desempenho de atividades econômicas idênticas ou assemelhadas devem ser eles avaliados em seu conjunto, na forma do regulamento.

### Seção III

#### **Do Incentivo Especial à Interiorização dos Empreendimentos Econômicos Produtivos**

Art. 13. Na hipótese a que se refere o art. 9º, § 1º, I, fica permitido tratamento diferenciado ou favorecido ao empreendimento econômico produtivo que venha a ser instalado em determinado Município do interior do Estado, podendo ser a ele atribuído até o grau máximo de benefício ou incentivo.



Parágrafo único. O tratamento diferenciado ou favorecido referido no *caput* é cabível, também, ao empreendimento econômico produtivo que transfira o seu estabelecimento fabril para outro Município do Estado (art. 3º, VIII).

#### Seção IV

##### Dos Benefícios Adicionais ou Especiais

Art. 14. Aos empreendimentos produtivos de relevantes interesses econômico, social ou fiscal do Estado pode ser:

I – dispensada a cobrança do ICMS incidente sobre:

*a)* a importação, do exterior do país, de bens destinados ao ativo fixo da empresa, desde que utilizáveis, exclusivamente, em processo produtivo;

*b)* as aquisições, em outras Unidades da Federação, de bens com a destinação e o uso referidos no inciso anterior, na modalidade de diferencial de alíquotas;

II – aplicada a alíquota interna do ICMS reduzida até o equivalente à alíquota interestadual, nas operações ou prestações com determinadas mercadorias ou serviços;

III – reduzida a base de cálculo do ICMS:

*a)* em percentual estabelecido em regulamento, inclusive quanto a valores estabelecidos em Pauta de Referência Fiscal, nas operações internas com produtos agropecuários sul-matogrossenses destinados neste território;

*b)* nas operações em que, por decorrência da conjuntura do mercado ou por tratamento fiscal amplamente favorecido dispensado por outras Unidades da Federação às suas empresas, seja necessário dar competitividade às empresas locais (art. 2º, VII), ou manter estas economicamente saudáveis, principalmente quanto à manutenção dos empregos;

*c)* nas operações aquisitivas de equipamentos, instalações, máquinas e veículos por órgãos públicos estaduais, destinados a saúde e segurança públicas e às atividades agropecuárias, educacionais, fazendárias e de construção ou manutenção de rodovias, de forma a neutralizar a carga tributária decorrente da cobrança do imposto sobre o valor adicionado da operação, inclusive e em sendo o caso, quanto ao valor adicionado resultante da diferença entre as alíquotas interna e interestadual;

IV – fiscalmente incentivada:

*a)* a produção local ou o incremento desta, quanto a determinadas matérias-primas inexistente ou existentes em quantidades sem significação econômica no território do Estado;

*b)* a utilização de matérias-primas de outros Estados que propiciem aqui a obtenção do valor agregado, principalmente daquelas necessárias ao exercício das atividades produtivas das cooperativas ou de empresas que utilizem processos de produção integrados;

*c)* a bovinocultura otimizada, que para tal fim empregue técnicas ensejadoras de ganhos de peso dos animais em tempo substancialmente inferior àquele atualmente dispendido, de modo a propiciar o abate de animais precoces.

Parágrafo único. Os benefícios ou incentivos previstos neste artigo podem ser concedidos somente por iniciativa da Secretaria de Estado de Receita e Controle, ainda que estudos, projetos, propostas ou pedidos tenham origem em outro órgão governamental.

#### CAPÍTULO V

##### DAS FORMALIDADES NECESSÁRIAS À CONCESSÃO DE BENEFÍCIO OU INCENTIVO

Art. 15. As empresas de natureza industrial, interessadas na obtenção de benefícios ou incentivos, devem formalizar requerimento, carta-consulta ou proposta ao Conselho de Desenvolvimento Industrial do Estado – CDI/MS, em modelo padrão, para formalização do processo e sua análise preliminar.

Parágrafo único. O regulamento deve dispor sobre os procedimentos a serem adotados para a protocolização e o processamento das cartas-consultas, dos projetos técnicos econômico-financeiros e de outros requerimentos de empresas interessadas nos benefícios ou incentivos fiscais previstos nesta Lei Complementar, bem como de procedimentos adicionais necessários à sua postulação e aos seus acompanhamento e controle.

Art. 16. Os requerimentos ou cartas-consultas, as propostas e os projetos de empreendimentos econômicos produtivos devem ser analisados em todos os seus aspectos por técnicos das Secretarias de Estado da Produção e de Receita e Controle, ou por técnicos que elas expressamente indiquem.

§ 1º O trabalho de análise do material referido neste artigo deve ser custeado pela empresa interessada, segundo os valores indicados em tabela aprovada por deliberação do CDI/MS. O trabalho de análise do material não deve ser iniciado ou prosseguir sem a prova do pagamento do preço.

§ 2º Tratando-se de empreendimento econômico produtivo de natureza não-industrial, as propostas e os requerimentos apresentados devem ser analisados por técnicos da Secretaria de Estado de Receita e Controle, com a colaboração de técnicos dos demais órgãos governamentais, se necessário.

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, o titular da Secretaria de Receita e Controle pode deferir ou indeferir a proposta ou o pedido, exceto no caso em que a matéria-prima seja de submissão obrigatória à decisão do Governador do Estado.

Art. 17. As disposições deste capítulo são aplicáveis, no que couber, aos projetos de ampliação, modernização, reativação, relocação e de novidade na matriz industrial de unidade produtiva (art. 3º, V a IX), cabendo aos respectivos casos as seguintes regras:

I - necessidade de vistoria técnica na unidade industrial produtiva da empresa, com a comprovação do real incremento da produção, que deve ocorrer pelo implemento do projeto de ampliação ou modernização da unidade industrial, e não pela simples ativação da capacidade instalada ociosa;

II - declaração governamental de relevantes interesses econômico, ou fiscal para o Estado:

a) na reativação de unidade industrial paralisada, com a comprovação que tenham cessado os fatores determinantes da paralisação, mediante laudo único firmado em conjunto por servidores qualificados das Secretarias de Estado da Produção, de Receita e Controle e de Assistência Social, Cidadania e Trabalho;

b) na relocação de unidade produtiva industrial para outra área geográfica, estabelecida pelo Governo do Estado, desde que a unidade produtiva corresponda a um conjunto industrial completo, constituído por máquinas e equipamentos em condições normais de funcionamento e sem obsolescência tecnológica, tudo devidamente atestado por técnicos da Secretaria de Estado da Produção e de Receita e Controle, ou por técnicos que elas expressamente indiquem.

Parágrafo único. Nas hipóteses dispostas no inciso II do *caput*:

I - os motivos da reativação ou relocação de unidade industrial devem ser devidamente justificados pelos interessados e comprovados tecnicamente autoridade estatal competente, exceto nos casos em que as propostas de reativação ou relocação tenham origem em órgão governamental qualificado para formulá-las;

II - o cálculo do benefício ou incentivo deve considerar a capacidade de produção da unidade industrial reativada ou a reativar, relocada ou a relocar.

## CAPÍTULO VI

### DO ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DOS BENEFÍCIOS OU INCENTIVOS

Art. 18. O regulamento disporá sobre as normas para o acompanhamento e controle dos benefícios ou incentivos fiscais concedidos, fruídos ou a fruir, bem como sobre as obrigações principais e acessórias a serem cumpridas pelas empresas beneficiárias.

Art. 19. Tratando-se de empreendimento de natureza não-industrial, o regulamento, editado por iniciativa da Secretaria de Estado de Receita e Controle, ou o acordo então firmado com determinadas empresas, inclusive nos casos do art. 6º, II, devem estabelecer os deveres jurídicos instrumentais incumbidos ao beneficiário e que sejam necessários para o acompanhamento e controle do empreendimento econômico produtivo, bem como dos benefícios ou incentivos fruídos ou a fruir.

Art. 20. Anualmente, deve ser realizada vistoria aos empreendimentos econômicos produtivos, beneficiados ou incentivados pelo Estado, por técnicos das Secretarias de Estado de Assistência Social, Cidadania e Trabalho, da Produção e de Receita e Controle, ou por técnicos que tais órgãos expressamente indiquem.

## CAPÍTULO VII

### DA SUSPENSÃO OU DO CANCELAMENTO DOS BENEFÍCIOS OU INCENTIVOS

Art. 21. Os benefícios ou incentivos atribuídos pelo Estado podem ser suspensos ou cancelados a qualquer tempo, nas hipóteses de:

I - descumprimento:

a) do projeto básico do empreendimento econômico industrial aprovado, ou do prazo de sua execução;

b) do dever de a empresa beneficiária comunicar os atos praticados, vinculados ao benefício ou incentivo e pelos quais ela se obrigou, segundo o disposto no regulamento;

c) de deveres jurídicos instrumentais necessários ao adequado cumprimento de obrigações tributárias;

d) de regras estabelecidas na legislação relativa ao controle ambiental;

II - inadimplemento de obrigações tributárias ou trabalhistas;

III - tentativa ou consumação de crime contra a ordem tributária;

IV - alteração da linha básica de produtos, transferência de local da unidade produtiva, desativação ou encerramento das atividades econômico-produtivas da empresa, nos casos injustificados ou sem a comunicação prévia e adequada a Secretaria de Estado da Produção, ou, em sendo o caso, à Secretaria de Receita e Controle;

V - prática, por ação ou omissão, de qualquer ato grave, lesivos ao patrimônio estatal, ao meio ambiente, à saúde da população e à segurança ou a circulação ou ao tráfego de pessoas e bens no território de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. O regulamento disporá sobre os procedimentos a serem adotados pelo Estado e os órgãos envolvidos, para a salvaguarda de seus interesses diante da ocorrência de qualquer dos fatos constantes deste artigo.

Art. 22. Cancelado o benefício ou incentivo, a empresa beneficiária deve restituir ao Tesouro Estadual os valores pecuniários antes fruídos e que acaso ela tenha sido condenada a restituir;

§ 1º Ao valor da restituição são cabíveis os encargos idênticos àqueles incidentes sobre a cobrança do crédito tributário pela Fazenda Pública Estadual.

§ 2º Compete à Secretaria de Receita e Controle apurar o valor pecuniário objeto de restituição aos cofres públicos e promover a sua cobrança, no prazo fixado em regulamento.

§ 3º Inocorrendo a restituição tempestiva de valores pecuniários ao Tesouro Estadual, a Procuradoria-Geral do Estado deve promover a execução judicial daqueles.

§ 4º Os valores pecuniários restituídos pelas empresas faltosas devem ser repassados integralmente ao Fundo de Apoio a Industrialização – FAI-MS (art. 25, § 1º, IV, e).

Art. 23. Para a garantia do pleno adimplemento de suas obrigações tributárias e dos demais deveres jurídicos, a empresa favorecida com benefício ou incentivo deve oferecer por ocasião da assinatura do Certificado de Concessão de Benefício ou Incentivo Fiscal ou de documento que o substitua para os efeitos legais, garantias reais ou ?? por seu proprietário individual ou por seus sócios ou diretores, respondendo eles, solidariamente, no caso de sociedade, pelos compromissos assumidos pela empresa.

Parágrafo único. As garantias podem ser oferecidas por terceiros em favor da empresa, devendo, neste caso, ser ouvida previamente a Procuradoria-Geral do Estado.

## CAPÍTULO VIII

### DA INCORPORAÇÃO DO VALOR PECUNIÁRIO FRUÍDO COMO BENEFÍCIO OU INCENTIVO NO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA

Art. 24. Findo o exercício social e realizado o balanço patrimonial de empresa de natureza industrial beneficiária de benefício ou incentivo, deve ela incorporar ao seu capital social o valor financeiro dos benefícios então fruídos naquele exercício.

§ 1º A incorporação deve ocorrer até o 30º (trigésimo) dia contado da data do encerramento do balanço patrimonial da empresa, nos termos da legislação específica e de seus constitutivos, observadas as prescrições contidas no regulamento.

§ 2º O descumprimento das regras deste artigo pode ocasionar a suspensão do benefício ou incentivo até a data do adimplemento, ou sendo o caso, pode ensejar o seu cancelamento.

## CAPÍTULO IX

### DO FUNDO ESTADUAL DE APOIO À INDUSTRIALIZAÇÃO – FAI/MS

Art. 25. Fica criado o Fundo Estadual de Apoio à Industrialização – FAI/MS, em substituição ao Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado – FDI, criado pela regra do art. 6º, da Lei nº 1.239, de 18 de dezembro de 1991.

§ 1º O FAI/MS tem natureza contábil e financeira e suas receitas são constituídas do recebimento de valores pecuniários:

- I – resultantes da aplicação do percentual de contribuição previsto no art. 27;
- II – dos financiamentos concedidos com seus recursos;
- III – relativos a aplicações financeiras, juros, penalidades pecuniárias e outros rendimentos, de qualquer origem;
- IV – decorrentes:
  - a) dos saldos financeiros de fundos anteriormente existentes;
  - b) de operações de crédito;
  - c) do ressarcimento de valores pecuniários por empresas punidas com o cancelamento ou a suspensão temporária de benefício ou incentivo, nos termos do disposto no art. 22, § 4º;
  - d) da aplicação da regra do art. 16 § 1º, primeira parte;
  - e) de transferência que lhe sejam feitas pelos governos federal, estadual e municipais, ou por entidades nacionais ou estrangeiras, inclusive nos casos de valores originados de convênios firmados com quaisquer desses governos ou entidades;
  - f) de doações e legados e de quaisquer outros recursos de origem ilícita.

§ 2º O FAI/MS é vinculado à Secretaria de Estado da Produção, que fica incumbida de sua administração e inteiramente responsável pela gestão de seus recursos.

Art. 26. Os recursos do FAI/MS devem ser destinados às seguintes operações:

I – financiamento a empreendimentos econômicos produtivos de interesse prioritário (art. 3º, I), desde que caracterizados:

*a)* consoante às definições da legislação federal apropriada como microempresas ou empresas de pequeno porte ou cooperativas especialmente aquelas cujos associados, em sua maioria sejam micro ou pequenos produtores rurais;

*b)* como associações comunitárias;

II – constituição de garantias bancárias segundo o disposto no regulamento;

III – implantação e manutenção da infra-estrutura necessária à instalação e ao funcionamento de unidades produtivas:

*a)* em Municípios com escassa ou nenhuma concentração industrial ou oferta de empregos;

*b)* preferencialmente em áreas ou distritos industriais administrados pelo Poder Público, ou cedido a particulares mediante arrendamento, locação, concessão ou permissão de uso;

IV – manutenção de centros tecnológicos, em convênio com quaisquer entidades de pesquisa, ciência e tecnologia em que o Estado tenha interesse.

Parágrafo único. Fica vedada a utilização de recursos do FAI/MS para o pagamento de remuneração de pessoal, inclusive de diárias e vantagens pessoais.

Art. 27. A empresa de natureza industrial, beneficiária de benefício ou incentivo vinculado ao ICMS, deve recolher ao FAI/MS (art. 25) o valor correspondente a 2% (dois por cento) do montante fruído no período de apuração do imposto.

Parágrafo único. O recolhimento referido no *caput* deve:

I – ser realizado na mesma data fixada para o pagamento do saldo devedor remanescente do ICMS (art. 7º § 2º);

II – obedecer aos requisitos regulamentares e àqueles disciplinados isolada ou conjuntamente, pelas Secretarias de Estado da Produção e de Receita e Controle.

Art. 28. No caso de extinção do FAI/MS:

I – o saldo financeiro e os créditos vencidos e vincendos, existentes em seu favor na data da extinção, devem ser revertidos ao Fundo que o suceder ou, na ausência do Fundo sucessor, ao Tesouro Estadual;

II – os demais bens e direitos que lhe tenham sido destinados devem ser revertidos ao patrimônio geral do Estado, ou devolvidos ou transferidos a quem de direito.

## CAPÍTULO X

### DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 29. A disciplina complementar ou suplementar sobre o FAI/MS (arts. 25 e 26) deve ser regulamentada no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da publicação desta Lei Complementar, obedecidas as prescrições ora estabelecidas e as diretrizes governamentais relativas às suas políticas econômica, social e fiscal.

Art. 30. Ficam mantidos, até as respectivas datas limites e enquanto estiverem sendo solvidas as obrigações tributárias pelos beneficiários e por eles cumpridos os demais deveres jurídicos estabelecidos:

I – os benefícios ou incentivos advindos:

*a)* das Leis nº 1239, de 18 de dezembro de 1991 e nº 4.798, de 10 de dezembro de 1997;

*b)* da aplicação das regras dos arts. 1º e 2º da Lei nº 2.127, de 24 de julho de 2000;

II – as formas de fruição de benefícios ou incentivo autorizadas pelas regras dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.296, de 16 de setembro de 1992.

Parágrafo único. Nos casos deste artigo, os valores pecuniários decorrentes de obrigações vinculadas, devidos ao Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado-FDI (Leis nº 1.239/91, art. 6º, e nº 1.798/97, art. 3º, II), cujo Fundo fica extinto nos termos do disposto no art. 35, devem ser recolhidos diretamente ao Tesouro Estadual, a partir da data da publicação desta Lei Complementar e até a cessação definitiva dos benefícios ou incentivos antes concedidos.

## CAPÍTULO XI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. Alternativamente, em substituição a quaisquer das formas de fruição de benefícios ou incentivos disciplinadas nesta Lei Complementar, pode ser autorizada a utilização direta de crédito fixo ou presumido sobre o valor das operações tributadas pelo ICMS, com os produtos fabricados pela empresa, no período de duração do benefício ou incentivo.

Parágrafo único. A utilização do crédito fixo ou presumido referido no *caput*:

I – destina-se a:

*a*) absorver os créditos fiscais efetivos do imposto, originados da aquisição de matérias-primas ou de quaisquer insumos empregados no processo industrial, hipótese em que fica vedado à empresa o aproveitamento de tais créditos fiscais efetivos;

*b*) resolver questões relativas à incidência do ICMS sobre determinadas matérias-primas *in natura* que são adquiridas pela empresa com o imposto diferido nas operações anteriores à etapa de industrialização;

II – impede a sua utilização cumulativa com os benefícios ou incentivos calculados sobre o saldo devedor do imposto (art. 7º, *caput* e §§ 1º e 2º), exceto e em sendo o caso, em relação a benefício:

*a*) decorrentes de autorizações firmadas em Convênios celebrados com uma ou mais das Unidades da Federação, no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária-CONFAZ;

*b*) que resultem, efetivamente, na redução da carga tributária de determinados produtos colocados à disposição dos consumidores ou usuários finais, observadas, no que couber, as regras do art. 14, II e III, *a* e *b*;

III – depende de autorização prévia a expressa da Secretaria de Estado de Receita e Controle, exceto quanto ao disposto no art. 6º, I;

IV – é de exclusiva opção da empresa requerente, que ao optar pela sistemática de apuração de benefício ou incentivo aqui autorizada, fica então impedida de realizar o aproveitamento dos créditos fiscais originados da aquisição de matérias-primas ou de quaisquer insumos empregados no processo industrial (inc. I, *a*, parte final);

V – não prejudica a aplicação das regras do art. 14, I;

VI – é cabível aos casos abrangidos pelas disposições da legislação ora revogada (art. 38, I e II) e cujos efeitos perduram no tempo, até os respectivos termos finais dos benefícios ou incentivos antes concedidos, segundo o disposto no artigo anterior.

Art. 32. As matérias disciplinadas nos arts. 5º, parágrafo único, I; 6º, II; 7º, § 4º; 14, parágrafo único; 16, §§ 2º e 3º, 19 e 31 independem de análise ou proposição pelo ICMS.

Art. 33. O Estado de Mato Grosso do Sul não pode conceder benefício ou incentivo à empreendedor com débitos perante as Fazendas Públicas da União, do Estado ou de qualquer Município sul-matogrossense, ou da Unidade da Federação ou do Município de sua origem, exceto em que os débitos estejam sendo questionados administrativa ou judicialmente e pendentes de decisão definitiva ou transitada em julgado.

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto no *caput*, as propostas e os pedidos de benefício ou incentivo devem ser acompanhados de certidões negativas de débitos da empresa e de seu proprietário. As certidões devem referir-se, também, às pessoas:

I - dos diretores da empresa, em se tratando de sociedade anônima;

II - dos sócios da empresa, nos casos das demais espécies de sociedades.

Art. 34. Havendo relevantes interesses econômico, social ou fiscal para implantação de determinado empreendimento econômico produtivo, o Governador do Estado pode firmar com o interessado, excepcionalmente e sob determinadas condições expressas, compromisso de obrigações recíprocas, para a concessão de benefício ou incentivo de forma diferenciada, independentemente do que dispõem as regras das seções I e II do capítulo IV.

Parágrafo único. Na aplicação desta regra:

I - deve ser observada, preferencialmente, a interiorização do empreendimento, nos termos do disposto no art. 13;

II - ficam excluídos os casos de benefícios ou incentivos de competência exclusiva da Secretaria de Estado de Receita e Controle.

Art. 35. Fica extinto o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado-FDI, criado pela regra do art. 6º da Lei nº 1.239, de 18 de dezembro de 1991, passando o seu saldo financeiro, seus créditos vencidos e vincendos e os demais bens e direitos para o Fundo Estadual de Apoio à Industrialização - FAI/MS, observada a regra disposta no art. 30, parágrafo único.

Art. 36. Observadas as determinações específicas, o Poder Executivo pode regulamentar e disciplinar complementar ou suplementar as disposições desta Lei Complementar, para concretizar o atingimento dos objetivos governamentais nela previstos.

Art. 37. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 38 Revogam-se as disposições em contrário, especialmente:

I - os arts. 12 e 13 da Lei nº 1.225, de 28 de novembro de 1991, mantidos em vigor pela regra do art. 326, XI, da Lei nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997;

II - as Leis nº 1.798, de 10 de dezembro de 1997, e nº 2.127, de 24 de julho de 2000.

Campo Grande, 5 de novembro de 2001.

JOSÉ ORCÍRIO MIRANDA DOS SANTOS

Governador

MOACIR KOHL

Secretário de Estado da produção

PAULO ROBERTO DUARTE

Secretário de Estado de Receita e Controle

Fonte: DIÁRIO OFICIAL, CAMPO GRANDE-MS, ANO XXIII, Nº 5.627, TERÇA-FEIRA, 6 DE NOVEMBRO DE 2001. p. 1-7.